

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

Alexandra Pinto
Direção Editorial

2022

ISSN 2183-3958

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

FLUP/CLUP

N.º 11 ANO 2022

ISSN 2183-3958

DOI 10.21747/21833958/red11

EM PARCERIA COM A



**BASE DE DADOS
OPEN ACCESS**



**BASE DE DADOS
COMERCIAIS**



**DIRETÓRIOS
ÍNDICES**



**REPOSITÓRIOS
AGREGADORES
MOTORES DE BUSCA**



**BASE DE DADOS
BIBLIOGRÁFICOS**



A *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação. / *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	<i>REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO</i> N.º 11 ANO 2022
EDITORES	CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM PARCERIA COM A FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO «UIDB/00022/2020».
LOCAL DE EDIÇÃO	PORTO, PORTUGAL
ISSN	2183-3958
DOI	10.21747/21833958/red11
PERIODICIDADE	ANUAL
DIREÇÃO EDITORIAL	Alexandra Guedes Pinto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal MAPINTO@LETRAS.UP.PT
EDITORES-ADJUNTOS	Rui Ramos Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal RLRAMOS@IE.UMINHO.PT Valdir Heitor Barzotto Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil BARZOTTO@USP.BR Zilda Aquino Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil ZIAQUINO@USP.BR
ASSISTENTES EDITORIAIS	Catarina Warrot Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal Silvana Costa Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal Vanessa Anachoreta Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

FICHA TÉCNICA

CONSELHO CIENTÍFICO

António Briz Universidad de València, Espanha

Catherine Kerbrat-Orecchioni ICAR, CNRS, Université Lyon 2, França

Christian Plantin ICAR, Université Lyon 2, França

Dominique Maingueneau Université Paris IV, França

Isabel Margarida Duarte Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Joaquín Garrido Universidad Complutense de Madrid, Espanha

José Portolés Universidad Autónoma de Madrid, Espanha

Luiz Antônio da Silva Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Aldina Marques Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal

Olívia Pestana Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Paulo Roberto Segundo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Rui Sousa e Silva Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Sónia Rodrigues Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Os trabalhos submetidos à *Redis* serão avaliados por, no mínimo, dois avaliadores externos, selecionados segundo um critério de afinidade científica relativamente ao trabalho em apreciação. Os avaliadores deverão comunicar aos editores quaisquer conflitos de interesse, que possam impedir uma avaliação isenta, ou declarar-se não qualificados para avaliar uma determinada proposta, se considerarem que tal procedimento é necessário. Os avaliadores terão acesso a um guião de avaliação que os orientará na revisão dos artigos propostos. Será dado um prazo de vinte dias corridos para a apresentação do parecer a partir da data de entrega do artigo ao avaliador. Este período poderá ser prorrogado por critério do diretor editorial, desde que a prorrogação não ponha em causa a publicação da revista dentro dos prazos previstos.

ACESSO EM LINHA

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>

ÍNDICE

- ABUBAKAR, INNOCENT** 15-40
As línguas vernaculares e a identidade cultural em Literatura Moçambicana de Língua Portuguesa: o encontro de vozes entre Paulina Chiziane e Mia Couto
DOI 10.21747/21833958/red11a1
- ACOSTA PEREIRA, RODRIGO & OLIVEIRA, AMANDA MARIA DE** 41-68
Análise dialógica do discurso: apontamentos de/para pesquisa no Brasil
DOI 10.21747/21833958/red11a2
- ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS; MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA; MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA** 69-90
Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro *Em Aberto* (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva
DOI 10.21747/21833958/red11a3
- BRAGA, PALOMA BERNARDINO & BRITO, DANIEL MARTINS DE** 91-117
O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística
DOI 10.21747/21833958/red11a4

- FARIA, MARCELA** 118-155
Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
DOI 10.21747/21833958/red11a5
- MATOS, JANAICA GOMES; MUNIZ, MÁRIO JUNGLAS & PEREIRA, SARAHN MARIA DE SOUSA** 156-184
A repetição como estratégia retórico-manipulativa no texto de autoajuda
DOI 10.21747/21833958/red11a6
- MEDEIROS, RIVANDA** 185-216
A formação discursiva e a construção do *ethos* no discurso de vitória de Kamala Harris
DOI 10.21747/21833958/red11a7
- RIBEIRO, CAMILA BELIZARIO** 217-245
A emergência climática é uma guerra ou estamos descolonizando o sistema? O enquadramento de metáforas conceituais no discurso da emergência climática
DOI 10.21747/21833958/red11a8
- SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA, CONCEIÇÃO** 246-275
“Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM
DOI 10.21747/21833958/red11a9

- SAMBRANA, VANIA ROSANA MATTOS** 276-302
A construção marcadora discursiva de visualização virtual e seu estatuto categorial
DOI 10.21747/21833958/red11a10
- TRIGO, MÁRA RUBIO** 303-333
A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal *Gazeta do Povo*
DOI 10.21747/21833958/red11a11
- VIEIRA, ISABELA RODRIGUES & RAMOS, PAULO** 334-364
Discurso bolsonarista ou nazista? A materialidade discursiva em charges
DOI 10.21747/21833958/red11a12

NOTA EDITORIAL

A *Revista de Estudos do Discurso*, REDIS, é um projeto editorial do Centro de Linguística e da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É uma publicação anual sujeita a *peer review*, que reúne trabalhos no domínio dos Estudos Linguísticos do Discurso, com diferentes linhas teóricas e metodológicas, decorrentes da própria complexidade do objeto *discurso* e das abordagens que o mesmo suscita.

O presente volume conta com 12 artigos que espelham bem esta diversidade.

Recorrendo a teorias que relacionam identidade cultural, língua e discurso, o artigo de Innocent Abubakar, intitulado *As línguas vernaculares e a identidade cultural em Literatura Moçambicana de Língua Portuguesa: o encontro de vozes entre Paulina Chiziane e Mia Couto*, analisa as situações de comunicação em que nos romances *Ventos do apocalipse* e *O outro pé da sereia* se recorre a vocabulário de línguas vernaculares para referência a realidades socio-culturais moçambicanas que a língua portuguesa não transmite de forma adequada. Segundo o autor, o uso da língua portuguesa no contexto multilingue moçambicano gera uma situação em que as línguas vernaculares maternas reforçam o discurso da Literatura Moçambicana em Língua Portuguesa.

Rodrigo Acosta Pereira e Amanda Maria de Oliveira, em *Análise dialógica do discurso: apontamentos de/para pesquisa no Brasil*, sistematizam algumas das investigações e das questões fundacionais da Análise Dialógica do Discurso (ADD), dos escritos de Bakhtin e o Círculo, no campo de estudos discursivos brasileiros. Salientando a relevância deste mapeamento, os autores visam, através dele, contribuir para a consolidação da ADD como perspectiva de estudos frente a outras abordagens discursivas.

No artigo *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva*, os autores Hildete Pereira dos Anjos, Sílvia Alícia Martínez, Vinícius de Moraes Monção e Francine de Souza Machado, usando categorias de análise como “pré-construído”, “encaixe sintático” e “discurso transversal” (Indursky, 2011), estudam a forma como as questões educacionais são abordadas em quatro números do periódico governamental brasileiro *Em Aberto*. Datados do ano de 1985, estes textos, que viriam a estar na base do Capítulo sobre Educação na Constituição Brasileira de 1988, evidenciam, segundo os autores, uma interdiscursividade própria do período histórico em que se ancoram.

Paloma Bernardino Braga e Daniel Martins de Brito, em *O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística*, investigam, a partir de uma entrevista da *Folha de S. Paulo*, de 2019, ao prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Crivella, de que forma as relações de discurso interativas (argumento, contra-argumento, reformulação, preparação, entre outras) atuam no processo de gestão de faces e territórios (processo de figuração) bem como na negociação de imagens identitárias entre entrevistadora e entrevistado.

O artigo *Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da autoria de Marcela Faria, revisita o debate sobre os paradigmas de vós/vocês, em português europeu, expondo os resultados de um estudo sobre o uso e a aceitação de formas linguísticas destes paradigmas num grupo de estudantes do Ensino Superior. Os dados recolhidos revelam algumas tendências interessantes, tais como: uma taxa de uso superior de vós, embora vós seja associado a usos mais corteses, a falantes mais velhos e de uma zona geográfica delimitada; a manutenção de *convosco* sobre *com vocês* e a tendência para a produção e aceitação de construções com verbos na terceira pessoa e determinante possessivo na quinta pessoa.

Os autores Janaica Gomes Matos, Mário Junglas Muniz e Sarahn Maria de Sousa Pereira, em *A repetição como estratégia retórico-manipulativa no texto de Autoajuda*, identificam e

discutem, na perspectiva sociocognitivo-discursiva, as marcas da repetição no texto de autoajuda, para avaliar os seus efeitos na construção de sentidos manipulatórios e na mobilização do *pathos*. Para tal, os autores selecionam categorias como as da paráfrase a par de outras es-tratégias de repetição na sequenciação dos capítulos das obras, como os paralelismos sintáticos e as reiteraões lexicais e sonoras.

Rivanda Medeiros, no estudo *A formação discursiva e a construção do ethos no discurso de vitória de Kamala Harris*, analisa o discurso de celebração proferido por Kamala Harris, a 8 de novembro de 2020, na sequência da vitória eleitoral que confirmou a sua ascensão a vice-presidente dos Estados Unidos da América. Nesta análise, a autora passa em revista as estratégias discursivas usadas por Harris para a construção de um ethos de credibilidade.

No artigo intitulado *A emergência climática é uma guerra ou estamos descolonizando o sistema? O enquadramento de metáforas conceituais no discurso da emergência climática*, Camila Belizario Ribeiro estuda um corpus de publicações no Instagram de duas renomadas organizações ativistas ambientais, as ONG *Fridays for Future* e *Greta Thunberg*, com o objetivo de identificar novas representações metafóricas no ativismo climático juvenil multimodal, a par de outros aspetos sociais envolvidos nesta retórica, tais como o discurso contra a colonização, a pobreza, a discriminação, o racismo, a desigualdade de classes, a injustiça climática, entre outros.

O objetivo de Luís Fernando Salema e Conceição Carapinha, no artigo “*Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada*” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLN, é analisar, de uma perspectiva pragmática, o ato ilocutório de censura em alunos de PLN, num contexto formal e assimétrico. A partir de um conjunto de produções orais de alunos de nível B1, a análise identifica as formulações diretas e indiretas do ato de censura bem como as fórmulas semânticas e as estratégias de modificação utilizadas, apresentando, por fim, uma proposta para a estrutura prototípica do complexo ilocutório produzido. Os resultados apontam para um continuum entre os atos de censura e de pedido e para a existência

de duas áreas críticas, uma relativa à utilização errônea das formas de tratamento, e outra, à utilização concomitante de estratégias atenuadoras e intensificadoras.

Vânia Rosana Mattos Sambrana dedica a sua atenção, no artigo *A construção marcadora discursiva de visualização virtual e seu estatuto categorial*, à descrição do estatuto categorial da construção marcadora discursiva de visualização virtual, que sendo considerada como unidade gramatical da língua pertencente a uma categoria pragmática desempenha sentidos procedimentais, criados a partir da manipulação do espaço da atenção, como em “olha...eu pensei que fosse morrer” ou “Vê lá, Júlia, o artigo é pra hoje”, entre outros. O trabalho aborda aspectos morfosintáticos e funcionais desta construção, concebendo-a como uma subclasse de marcadores discursivos, que desempenha funções textual-interativas e discursivo-pragmáticas.

Mára Rubio Trigo, em *A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal Gazeta do Povo*, debruça-se sobre dois artigos de opinião publicados na *Gazeta do Povo*, em 2017 e 2020, no sentido de avaliar como as escolhas lexicais, as metáforas, a componente semântica do léxico e outros recursos imagéticos constroem a imagem discursiva dos funcionários públicos brasileiros. Baseado nos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso, na sua linha sociocognitiva (Van Dijk, 2018), o estudo demonstra que a natureza difamatória e estereotipada dos artigos faz emergir um consenso, predominantemente negativo, a respeito do funcionário público.

Isabela Rodrigues Vieira e Paulo Ramos, num enquadramento da Análise do Discurso de linha francesa, expõem, em *Discurso bolsonarista ou nazista? A materialidade discursiva em charges*, a forma como certas charges utilizaram o recurso da linguagem não-verbal, através do símbolo da suástica, para associar o discurso nazista ao governo Bolsonaro. Com base em três charges, publicadas entre janeiro e maio de 2020, pertencentes à mesma Formação Ideológica e constituídas por formações discursivas semelhantes, os autores estudaram a forma como estas associações foram discursivamente construídas.

Assim, com recurso a quadros teóricos e metodologias de análise diversificados, os trabalhos publicados neste número da revista REDIS contribuem com resultados relevantes para a área dos Estudos do Discurso.

Alexandra Pinto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 11, 2022

As línguas vernaculares e a identidade cultural em Literatura Moçambicana de Língua Portuguesa: o encontro de vozes entre Paulina Chiziane e Mia Couto

Vernacular languages and cultural identity in Portuguese-speaking Mozambican Literature: the meeting of voices between Paulina Chiziane and Mia Couto

ABUBAKAR, INNOCENT
iabubakar@unilurio.ac.mz

Docente de Língua Francesa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio (UNILURIO)

PALAVRAS-CHAVE:
Literatura moçambicana;
Interdiscursividade;
Identidade cultural.

RESUMO: Alguns romances moçambicanos escritos em língua portuguesa trazem consigo um vocabulário de línguas vernaculares moçambicanas, desenvolvido no corpo do romance e traduzido no seu glossário. Como parte do que há de moçambicano nesta literatura em língua portuguesa, o glossário evidencia o fundo que as línguas moçambicanas emprestam ao português na comunicação, apesar da sua “marginalização” neste país onde a comunicação oficial está reservada ao Português padrão. Não obstante o seu rico conteúdo linguístico e literário, o estudo do glossário, como parte do romance, ainda não atraiu a atenção da crítica literária e linguística de Moçambique. Há que compreender o campo lexical usado e as situações de comunicação nas quais se recorre a essas línguas, se existem algumas realidades socioculturais moçambicanas que a língua portuguesa não transmite efetivamente, tornando imperioso o uso das línguas vernaculares. Este trabalho baseia-se nestas questões e o seu *corpus* é o glossário dos romances *Ventos do apocalipse*, de Paulina Chiziane e *O outro pé da sereia*, de Mia Couto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na visão de Fonseca (2002) cuja análise recorre a algumas teorias como Charaudeau (2002) sobre a relação entre identidade cultural, língua e discurso.

KEY-WORDS:
Mozambican literature;
Interdiscursivity;
Cultural identity.

ABSTRACT: Some Mozambican novels, written in Portuguese, bring with them a vocabulary of Mozambican vernacular languages, developed in the novel and translated in a final wordlist. The wordlist highlights the background that these Mozambican languages lend to Portuguese in communication, despite their “marginalization” in this country where official communication is reserved for standard Portuguese language, and it is part of what makes Mozambican this literature of Portuguese language. Despite its rich linguistic and literary content, the study of the wordlist, as part of the novel, has not yet attracted the attention of Mozambique’s literary and linguistic critics. It is necessary to understand the lexical field used and the communication situations in which these

languages are used in that literature, if there are some Mozambican sociocultural realities that the Portuguese language does not effectively transmit, making the use of vernacular languages imperative. This work is based on these questions and its *corpus* is the wordlist of the novels *Ventos do apocalipse* by Paulina Chiziane and *O outro pé da sereia* by Mia Couto. It is bibliographical research as conceived by Fonseca (2002) whose analysis uses some theories, such as Charaudeau (2002) on the relationship between cultural identity, language and discourse.

I. INTRODUÇÃO

1.1. MOTIVAÇÃO, OBJETIVOS E CONCEITOS

Com este trabalho procuramos construir uma reflexão sobre o uso frequente das línguas vernaculares moçambicanas em obras literárias escritas em língua portuguesa. Este estudo nasce de uma constatação segundo a qual alguns romances moçambicanos em língua portuguesa recorrem ao vocabulário das Línguas Vernaculares Moçambicanas (LVM). As LVM ocupam algumas linhas no corpo da obra e algumas páginas do glossário, o que se poderia dizer que é pouco, quantitativamente falando. Entretanto, qualitativamente falando, tendo em conta o papel deste vocabulário na produção, na recepção, na compreensão e na interpretação da obra, esta inclusão ou representação das LVM em Literatura Moçambicana de língua Portuguesa (LMLP) deve ser apreciada proporcionalmente. Esta constatação levanta várias perguntas e algumas podem encontrar respostas imediatas, enquanto as outras só podem encontrar respostas numa reflexão aturada. Por exemplo, há quem possa pensar que o uso das LVM em LMLP resulta de uma interferência consequente de uma falta de domínio da língua portuguesa. Neste caso seria difícil validar esta hipótese na medida em que se trata de obras literárias de autores que dominam a língua portuguesa e nas quais o uso das LVM não compromete a qualidade daquela literatura. Pelo contrário, a LMLP e os seus escritores se afirmam cada vez mais e fazem-se respeitar no seio das outras literaturas de língua portuguesa, obtendo prémios reconhecidos. Neste contexto, é pertinente questionar porque os mesmos recorrem às LVM se eles são capazes de escrever os seus livros só em português. Aliás, se eles próprios traduzem aquele vocabulário no glossário, podiam usar o conteúdo da tradução em substituição do léxico das LVM no fundo dos romances. Qual é a dosagem do léxico em LMLP? Em que temáticas o mesmo é mais usadas? Para que fins literários ou linguísticos? A que gramática e ortografia recorre este uso?

O objetivo principal deste artigo pode resumir-se no interesse de perceber o espaço e o papel das línguas de origem moçambicana sendo essas o marco indiscutível da identidade cultural e da moçambicanidade em LMLP. Interessa, igualmente, perceber o convívio textual, o dialogismo, entre a Língua Portuguesa (LP) e as LVM, isto é, em que momento a LP precisa das LVM e quais são as regras gramaticais e ortográficas que regem esse convívio?

Tendo em conta a polissemia de alguns conceitos utilizados neste artigo, sem querer limitar o uso dos mesmos, mas sim, com o objetivo principal de criar um ponto comum de partida, há que desconstruir o título e orientar o alcance do significado de alguns conceitos frequentemente usados. Trata-se, principalmente, de língua, discurso ou fala, cultura e identidade.

Língua entender-se-á como o código utilizado pelo ser humano para comunicar verbalmente com o seu semelhante, um sistema constituído por palavras e por regras gramaticais que permitem a construção de frases e que é usado como meio de comunicação, falado ou escrito, pelos membros de uma mesma comunidade linguística. Entretanto, neste trabalho falaremos de língua fazendo referência ao “garante da coesão social de uma comunidade” indispensável “na construção de uma identidade coletiva” (Charaudeau, 2002, p. 342). O espaço geográfico do qual os falantes da língua são naturais pode ser pequeno como uma comunidade e maior como uma nação, um Estado, um Reino ou um Império. O Português (sendo uma língua de Portugal falada por portugueses), o *Kirundi* (como uma língua de Burundi falada por burundeses), o *Siswati* (como uma língua de Eswathini falada por *swathis*), são alguns dos exemplos em que a língua se identifica com uma nação e conseqüentemente com o seu povo. Em África, onde as fronteiras dos países foram traçadas sem prestar atenção ao fator da identidade dos povos, encontramos situações muito frequentes de mais do que uma língua, podendo chegar a algumas centenas no mesmo país. Além desta situação, encontramos igualmente uma situação em que uma língua africana é internacional sendo falada em dois ou três países vizinhos. Se o Burundi usa a mesma língua (*Kirundi*) que tem vários estatutos (língua materna, nacional e oficial), não acontece o mesmo em Moçambique, onde encontramos cerca de trinta línguas vernaculares.

Existem ainda casos como a República Democrática do Congo que chegam a contar com uma centena de Línguas Vernaculares. Além do Kiswahili, que é um caso diferente, visto que não é associado a nenhuma tribo ou etnia e tendo vários estatutos em uma dezena de estados africanos, temos, entre muitos exemplos, as línguas transfronteiriças como *shimakonde* faladas em Moçambique e na Tanzânia, *Chinyanja* falada em Moçambique e no Malawi, *chironga* falada em Moçambique e na África do Sul, e *Shona* falada em Moçambique e no Zimbabue. Nestas últimas situações de convivência linguística, típicas do continente africano, *além de língua materna* ou *vernacular* (adquirida no primeiro meio de convivência e utilizada em todos os contextos socioculturais), nascem situações em que são atribuídas determinadas funções para certas línguas. É assim que nascem conceitos como língua oficial, língua da educação, língua estrangeira, língua da unidade nacional, língua franca, entre outras definições baseadas em fatores políticos, ideológicos, demográficos e socioeconómicos. No nosso contexto de estudo, em Moçambique, o português é a única língua oficial. Importa referir que, segundo o Censo de 2017, apenas 10.7% da população moçambicana fala o português como língua materna, e apenas cerca de 50% se reconhece como falante que usa essa língua com frequência e preferência. Em vários discursos, o português é indicado como “língua nacional”, o que se justifica não só pela sua função de veicular toda a comunicação oficial, mas também pela sua representação extensiva a todo o território moçambicano. Portanto, há quem considere o Português como língua estrangeira, o que se pode justificar pela sua origem, evidentemente estrangeira, e pelo número reduzido dos seus falantes no país. Neste texto, usaremos a denominação de línguas vernaculares (LVM) para designar as línguas moçambicanas (também designadas como Línguas *Bantu*), em oposição ao Português que se for considerada língua moçambicana, seria conveniente dizer-se língua moçambicana de origem estrangeira. A designação de LVM neste estudo baseia-se no uso e na pertença ou ligação de origem entre a língua e a comunidade local. Sublinhe-se que as LVM são as mais usadas em todos os contextos sociais de comunicação nas comunidades rurais, tais como nas cerimónias culturais (o casamento, o funeral) e, ultimamente, em assuntos políticos tais como os comícios populares.

Da associação entre língua e comunidade resulta igualmente a sua relação infrangível com a cultura da qual a língua é um elemento e meio de expressão. Neste texto, a cultura será principalmente entendida como,

um conjunto coeso de formas de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizadas que, sendo aprendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, servem, de forma objetiva e simbólica, a constituir essas pessoas em uma coletividade particular e distinta¹ (Rocher, 1995, p. 15).

O conceito de “identidade cultural” designa uma produção cultural típica de um certo grupo social. Tendo em conta a grandeza da pertença linguística e das variedades que possam constituir uma família linguística, dessa identidade nasce o conceito de fala, também denominado discurso. Deste, entende-se o uso diferente, típico e exclusivo de uma língua por um grupo ou grupos diferentes e pequenos de uma comunidade de maior falante da mesma língua, definido por Charaudeau como conjunto dos “modos de falar, de usar palavras, de raciocinar, contar, argumentar e brincar, explicar, convencer e seduzir, de cada comunidade²” (Charaudeau, 2001, p. 343).

Quando se fala da Literatura Moçambicana (LM) pode-se pensar apenas naquela que está em língua portuguesa, a LMLP. Entretanto, apesar de não ser muito expressiva, existe a Literatura Moçambicana em Línguas Vernaculares (LMLV). Foi, justamente, em respeito à existência de uma LMLV que destacamos a literatura do nosso estudo como Literatura Moçambicana de/ em Língua Portuguesa.

Neste texto, iremos encontrar, igualmente, o termo interdiscursividade ou encontro de vozes/discursos. Este conceito referir-se-á a aproximação de vozes, discursos, narrativas e abordagens de temas sociais em literatura. Esta aproximação do discurso partilha a visão do seu mundo que constitui a fonte do seu imaginário literário, antes de o exprimir em vozes diferentes.

1. Tradução livre de «un ensemble lié de manières de penser, de sentir et d'agir plus ou moins formalisées qui, étant apprises et partagées par une pluralité de personnes, servent, d'une manière à la fois objective et symbolique, à constituer ces personnes en une collectivité particulière et distincte».

2. Tradução livre de «Les manières de parler de chaque communauté, les façons d'employer les mots, les manières de raisonner, de raconter, d'argumenter pour blaguer, pour expliquer, pour persuader, pour séduire».

1.2. O CORPUS: O OUTRO PÉ DA SEREIA E VENTOS DO APOCALIPSE

Para constituir o *corpus*, escolhemos duas obras que nos parecem ser suficientes para a natureza e volume do estudo que pretendemos fazer. Trata-se do *Ventos do apocalipse* (VA), de Paulina Chiziane e *O outro pé da sereia* (OPS), de Mia Couto. Esta escolha deveu-se a várias razões entre as quais, essencialmente, a disponibilidade dos livros no formato digital e de acesso grátis, a boa recepção das obras evidenciada por prémios literários e alguns estudos ou críticas literárias, a inclusão do género por uma obra ser de um escritor e a outra de uma escritora e, por fim, a inclusão nacional do quadro espaço-temporal das narrativas. São dois textos diferentes em termos de tipologia, autoria e temáticas. O VA de Paulina Chiziane foi publicado em 1999, sete anos depois da assinatura do acordo de paz de Roma que determinou o fim do conflito armado em Moçambique³ que durou dezasseis anos. Nesta obra, a narrativa testemunha e expõe a brutalidade do conflito que levou mais de um milhão de vidas de moçambicanos e deixou marcas dolorosas de miséria e violência nos sobreviventes.

3. Tratado por diferentes narrativas como “guerra de dezasseis anos”, “guerra de desestabilização”, “guerra pela democracia”, “guerra entre os irmãos”, “guerra civil”, etc.

Por sua vez, o OPS de Mia Couto, publicado em 2006, discute o cruzamento de identidades e culturas, usando o amplo espaço histórico e geográfico nacional. Os acontecimentos para cruzar as crenças, identidades e culturas multiplicam-se no romance e no quadro espaço-temporal que começa do primeiro contacto entre portugueses e moçambicanos no século XVI e envolve outros povos como os da Índia.

1.3. A TRADUÇÃO E A TRANSLINGUAGEM NO MULTILINGUISMO LITERÁRIO

Alguns estudos e estatísticas como de Ponso (2014, p. 250) e do último Censo Nacional realizado em 2017 demonstram que o multilinguismo moçambicano é uma realidade e que o monolingüismo é raro neste país. As estatísticas afirmam que 60% dos moçambicanos falam entre três a cinco línguas. As línguas são associadas à cultura e à identidade e são consideradas para conotar a formação, a civilização e a evolução do falante. E assim, ser ou não capaz de comunicar em uma língua pode ser um elemento para classificar ou desclassificar alguém, assim como pode também ser motivo de autoestima e/ou realização.

No seu estudo, (Timbane & Vicente, 2017) apresentam uma escala do sentimento associado às línguas faladas em Moçambique apontando o prestígio como uma das características do multilinguismo moçambicano. O triângulo deste prestígio cresce da LVM para LP, e desta para as outras Línguas como o Inglês e o Francês. No multilinguismo moçambicano, a língua portuguesa tem vários papéis, entre os quais, o de ser a única língua oficial e o de ser a língua de educação. Este estatuto prestigiado da língua portuguesa faz com que a mesma seja percebida como língua da elite e de prestígio relativamente às LVM. Pela sua exclusividade na educação e na execução das funções oficiais, a língua portuguesa acaba sendo uma língua que abre as portas para participar nos assuntos do estado-nação, excluindo assim cerca de trinta LVM. Este facto é criticado por pesquisadores como um ato que, “não só marginaliza da vida nacional um seguimento significativo da sociedade moçambicana, como também tem efeitos adversos à eficiência das políticas do estado” Firmino (2006, p. 181).

No multilinguismo, a tradução é um fenómeno natural, social e secular, mas também da atualidade. Traduz-se o pensamento de uma língua para expressar-se em uma outra, traduz-se para si próprio, traduz-se para falar e para escrever, para comunicar, etc. Entretanto, a tradução em literatura é um assunto rodeado de desafios, dos quais a noção de cultura que “deve ser refinada para dar conta dos fenómenos específicos de tradução”⁴ Gouanvic (2013, p. 96). Geralmente, a tradução é um elo entre dois mundos linguísticos, mas quando se trata de uma tradução em literatura, mais do que o domínio das línguas em jogo, solicita-se o multiculturalismo. Aplica-se um discurso “marcado por filtros culturais que, por sua vez, são condicionados pelo contexto do público recetor” (Romanelli, 2009, p. 24). No nosso *corpus*, em vez de apresentar o produto acabado resultado da tradução, o/a tradutor/a-autor/a apresenta igualmente o processo de tradução e apresenta os dois mundos, o linguístico e o cultural na mesma obra. Consideramos isso como uma forma de envolver o leitor no processo de tradução. Enquanto o leitor falante das LV tem oportunidade de confrontar a tradução, o leitor que não entende as LV é lhe dada apenas uma oportunidade para saber que está diante de um cruzamento de culturas sendo uma apresentada à luz da outra. Este procedimento diferencia-se e pode-se dizer,

4. Tradução livre de «La notion de culture doit être affinée pour rendre compte des phénomènes traductifs spécifiques».

pela sua abundância, que o mesmo parece estar a marcar a rutura com o habitualmente usado em algumas obras mais antigas (para não dizer pioneiras) da literatura africana, que faziam a tradução da realidade cultural no conteúdo sem usar as LVM e sem apresentar os glossários, e assim sendo, sem envolver o leitor no processo de tradução. Destes podemos citar Ba Ka Khosa (1990), entre vários da LMLP. Como procedimento literário, a tradução do glossário envolve o leitor bilingue na medida em que ele possa ler o romance sem consultar o glossário, mas também ele possa consultar o glossário para comparar o seu domínio e sua tradução com a tradução do escritor. Esse envolvimento aproxima cada vez mais a obra e a sua recepção.

Além da tradução, o outro fenómeno de mediação de línguas na comunicação entre pluri-lingues é a translíngua, termo usado, geralmente, para se referir à prática de empregar duas ou mais línguas ao mesmo tempo e mesmo contexto. Este conceito cuja origem é atribuída ao Cen Williams na década de 1980, termo que ele mesmo conceptualiza e explora mais tarde na sua obra, Cen Williams (1994; 1996). O conceito atraiu atenção de estudiosos do discurso nos anos 2000 com os trabalhos de Ofélia García (2009; 2014), Bailey (2007), Otsuji e Pennycook (2010), e Canagarajah (2007; 2011; 2013), entre vários. Estes estudiosos propõem várias abordagens ao conceito de translíngua. Alguns apontam a criação artística, a negociação do significado, a experiência e a visão do mundo, como elementos necessários para translíngua. Backer (2011, p.288) define a translíngua como “o processo de fazer-significado, moldar experiências, ganhar entendimento e conhecimento através do uso de duas línguas” enquanto Canagarajah (2013, p.72) afirma que há translíngua quando “Os interlocutores negociam seus significados situacionalmente em relação às suas necessidades”, sendo que esses mesmos “criam formas e palavras que desafiam a sistematicidade ou a estabilidade o tempo todo” e que ‘co-construem significados e alcançam a compreensão intersubjetiva por meio de estratégias de negociação”. Ao analisar esta conceptualização a luz do corpus deste estudo e baseado na conceptualização de Canagarajah (2013), a considerar o autor e o leitor como interlocutores no processo de comunicação literária, seria uma hipótese por validar, dizer que a mistura da Língua Portuguesa e as LVM em LMLP é uma questão de translíngua. Neste

sentido, poder-se-ia se deduzir que a tradução do léxico em LVM baseia-se no reconhecimento da pluralidade da recepção do romance que conta com leitores não falante das línguas vernaculares. Em uma outra fase, uma análise mais profunda do léxico das LVM usado no corpus da LMLP revela um intertexto assente no campo lexical dialógico. Consequentemente, cada campo lexical conduz ao(s) campo(s) temático(s), literário(s) através dos quais o autor desenvolve as ações do romance.

II. AS LVM EM LMLP

2.1. O GLOSSÁRIO E A IDENTIDADE LITERÁRIA

Os dados do nosso estudo, como fizemos referência na sessão de introdução, resumem-se ao glossário. Trata-se de quatro páginas de palavras de LVM usadas no romance e traduzidas em português nas últimas páginas da obra, fenómeno recorrente em LMLP. Sublinhe-se que, em algumas obras, o glossário apresenta também algumas palavras da língua portuguesa que tenham sido emprestadas e adaptadas, ou moçambicanizadas, cujo significado no texto não seja aquele percebido por todos os falantes da língua portuguesa fora do contexto social moçambicano. Neste caso, podemos ver a palavra “calamidades” com significado de “Vestuário em segunda-mão” em *Nghamula, o homem do tchova (ou o eclipse de um cidadão)*, de Aldino Muianga (2012). Na mesma situação, podemos citar a palavra “Bazuca” explicada como “garrafa de cerveja de tamanho grande” em *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra* de Mia Couto (2002). As formas de explicar as palavras das LVM usadas em LMLP são variadas, tendo cada autor adotado seu estilo. Identificamos três estilos usados pelos autores para traduzir, das quais: a tradução no glossário no fim da obra, a tradução em nota de rodapé em cada página, e uma tradução entre parênteses logo a seguir à palavra em LVM. Facto comum no corpus deste artigo consiste em ter tradução das duas obras no glossário e no fim da obra.

Para formular alguma opinião acerca do vocabulário que integra o glossário das LVM em LMLP, achamos melhor começar a analisá-los como recursos linguísticos. Assim sendo, mais do que compreender cada léxico que está traduzido, interessa, igualmente, salientar o campo lexical dessas palavras. Agrupar estas palavras nos seus respetivos campos lexicais ajudará mais tarde a associar cada campo lexical a um campo temático literário, uma realidade social. Estas realidades sociais poderão ser estudadas como temas abordados em literatura. Consequentemente, poderemos dizer quais são as áreas da vida cuja abordagem literária em LMLP recorrem mais ao empréstimo das LVM.

A ocorrência da LVM em LMLP estima-se numa média de entre duas a três páginas por cada livro. Esta afirmação baseia-se da leitura de cerca de dez obras lidas, das quais, só para citar alguns, Ferrão (2004) que apresenta um glossário de duas páginas, com vinte palavras em LVM; Muianga (2012) que apresenta duas páginas com quarenta e sete palavras em LVM, e Momplé (1995) que apresenta igualmente duas páginas com quarenta e cinco palavras em LVM. No caso concreto do *corpus* deste estudo, OPS de Mia Couto contém trinta e oito palavras do glossário enquanto VA de Paulina Chiziane contém cinquenta e uma palavras. Assim sendo, as duas obras totalizam oitenta e nove palavras. Como forma de apresentação dos dados deste estudo, para envolver o leitor na nossa análise, apresentamos a seguir todo o glossário copiado integralmente do *corpus*.

2.1.1. GLOSSÁRIO DE OPS (TRÊS ÚLTIMAS PÁGINAS DA VERSÃO ONLINE NÃO PAGINADA)

1. Mbira: pequeno xilofone feito numa cabaça, com teclas metálicas.
2. Nyanga: o mesmo que «nganga», adivinho, lançador das pedras de adivinhação.
3. Si-nhungwé: língua falada no Noroeste de Tete, Moçambique. Por vezes, grafada como shi-nhungué, cinyungué ou si-nyungwé.
4. Chikundas: etnia da região do vale do rio Zambeze, resultante das mudanças políticas e demográficas do processo da escravatura.

5. Cimbirre: árvore de madeira preciosa, conhecida por pau-ferro. Nome científico: *Androstachisjohansonii*.
6. Achikundas: plural de chikundas.
7. Mbawa: árvore de grande porte que ocorre nas florestas ribeirinhas.
8. Quizumba: hiena.
9. Micaia: acácia. Em África as acácias são sempre espinhosas.
10. Msassa: árvore da savana africana. Nome científico: *Brachistegiaspiciformis*.
11. Chá mbalakate: chá de citronela.
12. Hakata: sementes usadas nas práticas de adivinhação.
13. Muveva: árvore de grande porte. Nome científico: *Kigelia africana*.
14. Magaiça: mineiro.
15. Si-shona: língua falada no Noroeste de Moçambique e na maior parte do Zimbabwe.
16. Cushe-cusheiro: adivinho, curandeiro.
17. Nzuzu: divindade residente nas águas.
18. Xipefo: lamparina a petróleo.
19. Caneco: goês.
20. Badjia: fritura à base de feijão.
21. Muana: rapaz.
22. Pangolim: mamífero de escamas.
23. Vanguni: plural de nguni, grupo étnico proveniente do Norte da África do Sul e que, em meados do século XIX, invadiu o território moçambicano.
24. Muzungos: nome dado aos brancos ou pessoas de outra raça culturalmente assimilados.

25. Calada: termo usado para referir a interrupção da ventania.
26. Casados: designação dada aos colonos residentes em Goa, ex-soldados e marinheiros que contraíam matrimónio com indianas e adoptavam uma vida civil.
27. Luande: pátio que rodeia a casa.
28. Msundi: pau de almofariz.
29. Chamboco: matraca.
30. Muzimos: espíritos dos antepassados familiares.
31. Mambo: chefe tradicional.
32. Muene: Imperador do Monomotapa.
33. Dzimunthu: escultura representando uma figura humana.
34. Mulambe: embondeiro.
35. *Namaste, duruji. Kemcho?* = Olá, alfaiate. Comoestá?
36. Matumi: árvore da floresta ribeirinha. Nome científico: Breonadia salicina.
37. Chibalo: trabalho forçado.
38. Concho: canoa; pequena embarcação

2.1.2. GLOSSÁRIO DE VA (DUAS ÚLTIMAS PÁGINAS DA VERSÃO ON-LINE NÃO PAGINADA)

1. Banga: bar.
2. Banja: reunião.
3. Capulana: pano.
4. Changane: tribo do Sul de Moçambique.

5. Chigombela: dança dos namorados.
6. Chope: tribo.
7. Culunguana: aclamação.
8. Galagala: lagarto.
9. Guche: tipo de hortícola.
10. Guemetamusse: horizonte.
11. Gugudja: abre-me.
12. Homa: espécie de hóquei sem patins.
13. Hosi: rei.
14. Khokhole: fortaleza.
15. Licalaumba: primeiro homem (mitologia tsonga).
16. Lobolo: preço de noiva.
17. Machamba: horta.
18. Mafundisse: padre pé-descalço.
19. Malanga: tubérculo comestível.
20. Mambo: Deus, senhor.
21. Mapira: sorgo.
22. Massala: fruta esférica de casca dura.
23. Massinguita: azar.
24. Mbawa: nome de árvore.
25. Mbelele: cerimónia da chuva.

26. Micaia: nome de árvore.
27. Muravarava: jogo masculino semelhante ao xadrez.
28. Muzimo: Deus.
29. Ndau: tribo do centro de Moçambique.
30. Ndirikuze: escuta-me.
31. Ndlazi: nome de pássaro.
32. Nembo: cola extraída da árvore.
33. Ngalanga: batucadas e dança.
34. Nguni: tribo.
35. Nhamussoro: adivinho ou curandeiro.
36. Nsilambo: primeira mulher (mitologia tsonga).
37. Ntchuva: jogo masculino da família do xadrez.
38. Rand: minas da África do Sul.
39. Sathana: satanás.
40. Siabamba: luta, força.
41. Siavuma: amem.
42. Suca: sai.
43. Sura: seiva de palmeira.
44. Thokosa: às suas ordens.
45. Timbila: marimba.
46. Tsonga: etnia do Sul de Moçambique.

47. Uputo: cerveja.
48. Wupsa: papas grossas de milho.
49. Xibalo: trabalho forçado.
50. Xipalapala: búzio.
51. Zuze: divindade das águas.

2.2. DO CAMPO LEXICAL AO CAMPO TEMÁTICO LITERÁRIO

O estudo do léxico “atenta-se à totalidade do signo linguístico concebido por Saussure (2006) no começo do Século XX. Interessa-se pelo estudo do que concerne às palavras (Orsi, 2012). Mais do que perceber o glossário sob o ponto de vista morfológico e sintático, o estudo linguístico do campo lexical pode conduzir ao campo temático literário. Sendo este último o nosso interesse, o campo temático é a pista para se chegar aos assuntos e temas sociais cuja abordagem literária impõe o uso do léxico em LVM. Esta posição concorda com Caio Santilli Oranges, que afirma que,

É através do léxico que as crenças e os costumes de uma sociedade se materializam. Toda a visão de mundo de um povo é manifestada no e pelo léxico. Em outras palavras, o léxico de uma língua reflete a cultura e os hábitos de uma sociedade, tornando-se um espelho desta (Oranges, 2017, p. 215).

A relação entre o campo lexical (significante) e o campo temático (significado) às vezes se encontra numa situação em que o significante é único com vários significados. A expansão do significante no campo temático literário pode resumir-se na polissemia que o significante adquire através de diferentes artifícios linguísticos usados pelos autores para atingir os objetivos de sua obra/estilo ou escola literária. Nesta análise, enquadrámos as palavras em campos lexicais tendo em conta o contexto em que as mesmas foram usadas e o glossário dos dois romances estudado divide-se em oito campos lexicais todos aliados à identidade cultural.

A tabela sinóptica a seguir apresenta a divisão final dos oitos campos lexicais nos quais agrupamos o glossário do nosso estudo, sem transcrever o seu significado visto que este já está transcrito no próprio glossário apresentado acima.

Tabela 1 - Tabela sinóptica do glossário do *corpus* em função do campo lexical (Fonte: Autor).

Campo lexical	Vocabulário	Total
Artes e Música	Mbira, chingombela, ngalanga, timbila, Dzimunthu	4
Religiosidades e ritos	Nyanga, cuche-cucheiro, Nzuzu, muzimos, mafundisse, mbelele, Muzimo, nhamussoro, Mambo, satanás, Xipalapala, Zuze	12
Geografia (Povos e espaços)	si-nhungwé, chikundas, achikundas, Si-shona, Muana, vanguni, changane, chope, ndau, nguni, tsonga	11
Fauna e flora (Biodiversidade?)	Cimbirre, Mbawa, Quizumba, Micaia, Msassa, Chambalakate, Hakata, Muveva, Pangolim, Mulambe, Matumi, Galagala, Guche, Malanga, Mapira, Massala, Machamba, Ndlazi, Nembo	19
Culinária	Badjia, chá mbalakate, msundi, sura, uputo, Wupsa	6
Organização e instituições sociais	Mzungos, Mambo, Muene, culunguana, Hosi, Mambo, Thokosa	7
Jogos	Ntchuva, Muravarava	2
Narrativas históricas/ mitológicas	Xibalo (transcrito como chibalo em Mia Couto), siabamba, Nsilambo, Licalaumba, casados, Magaiça	6

A tabela sinóptica acima mostra claramente que o uso das LV está irrefutavelmente ligado à identidade cultural nacional. Cada campo lexical e temático do nosso *corpus* constitui um dado indispensável no Bilhete de Identidade Cultural de Moçambique. Um elemento que não passa despercebido é a inclusão das várias línguas vernaculares, ou as mais representativas, tendo em conta as três regiões de Moçambique (Sul, Centro e Norte) no glossário do nosso *corpus*. Sublinhe-se a importância da correspondência entre o campo lexical linguístico e o campo temático literário para análise do discurso em todo o canal de comunicação literária. Por exemplo, o campo lexical de crenças ou religiosidade que agrupa as seguintes palavras acima traduzidas em um campo lexical: *Nyanga, coche-cuchoiro, Nzuzu, muzimos, mafundisse, mbelele, nhamusoro, Mambo, sataná, Xipalapala e Zuze*, representa um trabalho linguístico de lexicologia, de um lado, mas do outro lado, em literatura, este campo lexical prova a existência de religiosidade como tema ao longo do qual a LMLP debruça-se sobre a identidade cultural moçambicana, de crença e espiritualidade genuinamente moçambicanas, cuja denominação original se impõe em LVM. O mesmo acontece com a música, visto que a denominação da própria dança, dos seus passos, ritmos e dos seus instrumentos, se impõe igualmente na sua originalidade em LVM. Outros campos lexicais identificados que revelam os temas literários, no nosso *corpus* são os ritos, a geografia (povos e lugares), a fauna e flora, a culinária, a organização e relações sociais, os jogos e as narrativas históricas e mitológicas.

Uma leitura rápida deste glossário pode associar o mesmo ao quadro da identidade nacional. Tendo encontrado essa relação entre o glossário e a identidade cultural, foi possível dividir o glossário em campos lexicais, cuja maior parte se enquadra na identidade cultural. Assim sendo, reconhecemos oito áreas da vida sociocultural, e conseqüentemente, o número igual de campos lexicais, que definem a interdiscursividade textual do nosso *corpus*. As duas obras aproximam o discurso quando se fala da música, da religiosidade (que abrange as crenças e os ritos tradicionais), da geografia (que abrange a denominação dos espaços geográficos e dos povos), da fauna e a flora (que abrange a designação de animais e plantas), da culinária (que

abrange vários nomes de pratos, ingredientes e modo de preparação de alimentos), da organização e instituições sociais, dos jogos, e das narrativas históricas e mitológicas. Em termos estatísticos, o campo lexical que se impõe no *corpus* é o da fauna e flora contendo dezanove palavras traduzidas nas duas obras. Identificar os campos lexicais do nosso glossário é uma atividade que se revelou complexa visto que algumas palavras são capazes de integrar mais do que um campo lexical. Por exemplo, os ingredientes da culinária podem integrar o campo da culinária e o da fauna.

2.3. A IDENTIDADE CULTURAL E O GLOSSÁRIO EM LMLP ENTRE AS LVM E A LP

A diversidade linguística e cultural de Moçambique conta com um pouco mais ou menos de trinta línguas vernaculares, mas o ministério da educação reconhece “cerca de vinte e quatro línguas moçambicanas” das quais “dezanove destas línguas têm a ortografia padronizada e são usadas na educação bilingue” (MINED, 2018, p. 31). Enquanto a relação entre as LVM prova-se secular e baseia-se principalmente na vizinhança tendo em conta o espaço geográfico partilhado pelos seus falantes, a relação entre as LVM e a LP baseia-se na superioridade e na oficialização da LP e seu uso exclusivo nos assuntos públicos e do Estado. Entretanto, é frequente, entre falantes bilingues, mudar de língua no meio de uma conversa ou recorrer a outra língua para explicar ou completar um raciocínio. Como na comunicação do quotidiano, as LVM não se dispensam em LMLP e marcam o seu território no fundo da obra, mas também e sobretudo no glossário. A escrita do léxico em LVM não sendo de todas línguas apenas padronizadas, é frequente notar o uso de escritas diferentes adaptando a escrita do português ou inclinando para as LVM padronizadas. Há uma representação em termos das regiões do país e suas LVM. Por exemplo, no campo lexical dos povos e espaços, encontramos as línguas e povos das três regiões do país. Trata-se de si-nhungwé, chikundas, achikundas, Si-shona, Muana, vanguni, changane, chope, ndau, nguni, tsonga, conforme a tabela sinóptica acima. Esta representação nacional da identidade linguística manifesta-se em todas as obras literárias não só as do nosso corpus, mas também em outras acima citadas. Na base desta constatação, um estudo compa-

rado mais aturado pode confirmar que a literatura moçambicana ultrapassa os laços regionais e independentemente do autor ou do seu quadro espaço-temporal, ela é a mais nacional das outras produções e manifestações artístico-cultural moçambicanas, como a música moçambicana, por exemplo, que ainda não se desassocia da identidade e laços regionais. No contexto multilingue, como é o caso de Moçambique que envolve principalmente a LP e as LVM, o multilinguismo torna-se multicultural em que todas estas línguas contribuem com seus traços culturais identitários e linguísticos. De forma mais clara, a identidade linguística, multilingue e multicultural do corpus deste artigo resume-se no seu glossário. Como afirma Charaudeau (2001, p. 342), a relação entre a língua e a identidade envolve o uso da língua, o que torna mais complexo o binómio língua e identidade acrescentado deste o elemento discurso (uso da língua) para formar o complexo língua-identidade, discurso-cultura. É nesta complexidade que se pode encontrar, estudar e analisar o glossário do nosso corpus, sendo ele um conjunto de elementos da identidade linguístico usado no discurso cultural entre a LP (veículo da LMLP) e as LVM que moçambicaniza a Língua Portuguesa de Camões para Mia Couto e Paulina Chiziane. A língua portuguesa de Camões precisa do uso/discurso tipicamente nacional para expressar-se sobre as artes e a música da terra de Craveirinha, Chiziane, Mia Couto e outros. Em LMLP as realidades como *Mbira*, *chingombela*, *ngalanga*, *timbila*, *Dzimunthu*, acima mencionadas no campo lexical de Artes e Músicas, são apresentadas através de um discurso emergente entre a LP e as LVM. O mesmo acontece quando se trata dos ritos e crenças genuinamente moçambicanos. A LP de Camões teria imensas dificuldades de se pronunciar sobre Nyanga, Nzuzu, mafundisse, Mbelele, Muzimo, Nhamussoro, Mambo, Xipalapala e Zuze (traduzidos no Glossário), se não adaptasse um discurso que recorre às LVM.

Sob ponto de vista de identidade cultural, da língua e do discurso, esta análise mostra que o uso do léxico das LVM pode se estudar sob vários pontos de vista. Primeiro, o fenómeno seria estudado como uma forma de translíngua que fica indispensável quando se escreve acerca dos seguintes temas sobre os quais o português europeu precisa da cobertura cultural moçambicana: a arte, a dança e a música, a religiosidade, as crenças, a espiritualidade, os ritos, o casa-

mento e os povos, a organização e as relações sociais, a gastronomia e a culinária, e a medicina tradicional. Só com a tradução e a translanguagem a LMLP se sente perceptível na sua receção pelo leitor nacional e internacional falante da LP. O recurso à tradução do léxico das LVM explica-se pela multiplicidade do leitor sendo que alguns falantes da LP poderiam não perceber o léxico das LVM na sua língua de partida. Assim sendo, o fenómeno do léxico das LVM pode-se estudar como uma solidariedade linguística que visa a comunicação efetiva numa situação em que o português de Portugal fica limitado em determinados assuntos e contextos genuinamente moçambicano. Em segundo lugar, este fenómeno pode-se estudar como uma forma de moçambicanizar um pouco mais a língua de Camões, através da imersão desta na cultura e nas tradições moçambicanas. Numa era em que se equaciona a hipótese de adaptar, oficializar e normalizar o português moçambicano, não podemos deixar de associar este procedimento literário a aquela vontade nacional cada vez mais notável de apropriar-se ou moçambicanizar o português europeu. Sublinhe-se que esta última vontade manifestada motiva os artistas de quase todas as artes e conduz a uma reafirmação e recriação artística do português moçambicano. Pode-se pensar também, inversamente, que esta questão de afirmação da identidade nas artes através das LVM é apenas uma aceitação e o uso daquilo que já existe. Neste sentido, os artistas não estariam a recriar o português moçambicano, mas sim, estariam simplesmente a aceitar e a usar o português que nasceu do contacto entre Moçambique e Portugal, não sendo necessariamente a versão europeia, mas sim uma que se adapta à diversidade cultural e linguística de Moçambique. Esta visão estaria a apontar a um estudo do fenómeno em uma visão de afirmação de identidade.

Sob ponto de vista de afirmação da identidade nacional e resistência ideológica, não podemos responder categoricamente e afirmativamente sem que os próprios autores assumam isso, mas mesmo que esses recusem essa intenção, é notório o efeito do uso das LVM em LMLP na identificação e classificação desta literatura, assim como da sua receção. O léxico em LVM é o que de mais espelha a identidade moçambicana no corpus considerando a identidade, a língua, a cultura e o discurso (uso da LP) em LMLP. Não se pode pensar que o uso do léxico em LVM

acontece como uma translinguagem automática e não intencional. Os autores podiam recorrer ao procedimento contrário, podiam escrever e descrever as realidades sociais moçambicanas em LP sem recorrer as LVM, e ao fazer o contrário, estão cientes do quanto o uso das LVM conta na classificação da sua obra literária. Tendo em conta aquilo que o presidente Samora Machel tratava como “libertar o português de Portugal”, podemos concluir que o uso das LVM é a contribuição do autor na libertação do português, munindo o mesmo de ferramentas nacionais para torná-lo mais hábil ao serviço da cultura moçambicana.

III. CONCLUSÃO

Ao concluir este estudo, afirmamos que a língua portuguesa que veicula a LMLP é uma construção nacional da qual um dos pilares é as LVM. Esta afirmação considera o ponto de vista do discurso, tendo em conta o uso da língua portuguesa no contexto moçambicano, típico de multilinguismo, a translinguagem consequente da coabitação linguística, no quotidiano que se revela através da produção literária em LMLP. As LVM reforçam o discurso literário da LMLP através da sua oralidade, da fala e da diversidade social, cultural, e linguística nacional transformando cada campo lexical multilingue em um campo temático literário multicultural. Nota-se que é através desta identidade própria, baseada na interdiscursividade e na relação entre os autores, seu vasto imaginário literário, sua diversidade linguística e seu uso particular da língua portuguesa que a literatura moçambicana se edificou e, vai se afirmando cada vez mais no seio das outras Literaturas de Língua Portuguesa. A nível nacional, verifica-se que essa identidade faz da literatura moçambicana a mais nacional que qualquer outra produção e manifestação artístico-cultural. A literatura moçambicana apresenta-se como um prato cujos ingredientes foram buscados em cada canto do país. Esta moçambicanidade linguística representada pelas LVM faz com que a LMLP não seja confundida com “suas irmãs” de Portugal, de Angola, de Cabo Verde, do Brasil, entre outras, mesmo sendo todas estas Literaturas em/de Língua Portuguesa e, não obstante, tratar os mesmos temas e assuntos da história e de espaço linguístico comum. Desta feita, as LVM em LMLP servem não apenas como marco de identidade lingüís-

tica e cultural moçambicana, mas também como marco de identidade literária da obra como produto acabado. No que concerne à identidade linguística, podemos ainda concluir que o glossário das LVM moçambicana a língua portuguesa em LMLP e este elemento de identidade afirma o lugar da LMLP na prateleira da Literatura Moçambicana diferentemente das outras literaturas de língua portuguesa. O uso das LVM em LMLP acaba sendo um bónus para leitores que reclamam a normalização do português de Moçambique, visto que nessa versão, uma parte do léxico do glossário fica mesmo considerado como português nacional.

ABUBAKAR, INNOCENT; *As línguas vernaculares e a identidade cultural em Literatura Moçambicana de Língua Portuguesa: o encontro de vozes entre Paulina Chiziane e Mia Couto / Vernacular languages and cultural identity in Portuguese-speaking Mozambican Literature: the meeting of voices between Paulina Chiziane and Mia Couto*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 15-40

REFERÊNCIAS

- Ba Ka Khosa, U. (1990). *Ualalapi*. Lisboa: Caminho.
- Charaudeau, P. (2001). *Langue, Discours et Identité culturelle*. <https://www.cairn.info/revue-ela-2001-3-page-341.htm>
- Charaudeau, P. (2002). L'identité culturelle entre langue et discours. *Revue de didactologie des langues-cultures et de lexiculturologie ÉLA. Études de linguistique appliquée*, 24(1), 341-348. doi:10.3917/ela.123.0341.
- Chiziane, P. (1999). *Ventos do apocalipse*. Lisboa: Caminho.
- Siopa, C. Marques, J. A, Monteiro, A. C & Serra, P. (2019). *Lingua e Literacia(s) no século XXI Textos Seleccionados das 9^{as} Jornadas da Lingua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Couto, M. (2006). *O Outro Pé da Sereia*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Ferrão, I. (2004). *Amar sobre um leito de preconceitos*. Maputo: Ndjira.
- Firmino, G. (2006). *A «QUESTÃO LINGUÍSTICA» NA ÁFRICA PÓS-COLONIAL o caso do Português e das línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores.
- Fonseca, J. J. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, Apostila.
- Gouanvic, J.-M. (2013, 09 30). Les enjeux de la traduction dans le champ littéraire. *Palimpsestes*, 95-106. <http://journals.openedition.org/palimpsestes/1531>.
- MINED. (2018). *Manual de Línguas Moçambicanas Formação de Professores do Ensino Primário Educação de Adultos*. Maputo: INDE.
- Momplé, L. (1995). *Neighbours*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Muianga, A. (2012). *Nghamula, o homem do tchova (ou o eclipse de um cidadão)*. Maputo: Alcance.
- Oranges, C. S. (2017). O texto literário como corpus para análise lexical: “O Púcaro Búlgaro”, de Campos de Carvalho. *Revista de Estudos Linguísticos*, 46(1), 213-225. doi:<http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1568>.
- Orsi, V. (2012). Lexicologia: o que há por trás do estudo das palavras? . In A. V. Gonçalves; M. L. Góis & V. Orsi. *Ciências da Linguagem: o fazer científico?* (pp. 163-177). Campinas: Mercado de Letra.

ABUBAKAR, INNOCENT; *As línguas vernaculares e a identidade cultural em Literatura Moçambicana de Língua Portuguesa: o encontro de vozes entre Paulina Chiziane e Mia Couto / Vernacular languages and cultural identity in Portuguese-speaking Mozambican Literature: the meeting of voices between Paulina Chiziane and Mia Couto*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 15-40

Ponso, L. C. (2014). *As línguas não ocupam espaço dentro de nós: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues*. Niterói: Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

Rocher, G. (1995). Culture, civilisation et idéologie. In G. Rocher, *Introduction à la sociologie* (pp. 101-127). Montréal: Hurtubise HMH.

Romanelli, S. (2009). *Processo de criação em literatura e tradução literária e intersemiótica*. Lisboa: Editora Horizonte.

Timbane, A. A. & Vicente, J. G. (2017). O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos por uma educação linguística inovadora. *Revista Internacional em Língua Portuguesa* (31), 91-112.

Análise dialógica do discurso: apontamentos de/para pesquisa no Brasil

Dialogical analysis of discourse: notes from/for research in Brazil

ACOSTA PEREIRA, RODRIGO
drigo_acosta@yahoo.com.br

OLIVEIRA, AMANDA MARIA DE
amandahmo@hotmail.com.br

PALAVRAS-CHAVE:
M. Bakhtin e o Círculo;
Análise Dialógica do Discurso;
Pesquisa.

KEY-WORDS:
M. Bakhtin and the Circle;
Dialogical Discourse Analysis;
Research.

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Universidade Regional de Blumenau (FURB), Brasil

RESUMO: Diferentes abordagens de estudo do discurso têm se consolidado nos campos da Linguística e da Linguística Aplicada. Dentre várias, uma abordagem responsiva à perspectiva dialógica dos escritos de Bakhtin e o Círculo tem mobilizado diversos estudos, em especial, no Brasil, sob a denominação de Análise Dialógica do Discurso (ADD). Sob esse panorama, o objetivo deste artigo é mapear pesquisas e reenunciar algumas das questões fundantes sobre a ADD no campo de estudos discursivos brasileiros. Para tanto, cartografamos estudos em bancos de dados institucionais brasileiros e retomamos considerações fundacionais dos escritos de M. Bakhtin e o Círculo e de estudiosos contemporâneos que têm respondido a esses escritos com investigações consociadas à ADD. Acreditamos na relevância da discussão uma vez que esta contribui para um mapeamento de pesquisas no campo, como, por conseguinte, colabora para a consolidação da ADD como perspectiva de estudos frente a outras abordagens discursivas. Além disso, a presente pesquisa colabora para abrir espaço para discussões sobre ADD nas Ciências Sociais e Humanas, que buscam, dentre outras questões, reflexões sobre sujeito, sociedade e linguagens.

ABSTRACT: Different approaches to the study of discourse have been consolidated in the fields of Linguistics and Applied Linguistics. Among several, a responsive approach to the dialogical perspective of Bakhtin's writings and the Circle has mobilized several studies, especially in Brazil, under the name of Dialogical Analysis of Discourse (DDA). Under this scenario, the objective of this article is to map research and re-state some of the fundamental questions about DDA in the field of Brazilian discursive studies. To do so, we mapped studies in Brazilian institutional databases and resumed foundational considerations from the writings of M. Bakhtin and the Circle and from contemporary scholars who have responded to these writings with investigations associated with

the DDA. We believe in the relevance of the discussion since it contributes to a mapping of research in the field, and, therefore, contributes to the consolidation of DDA as a field of study compared to other approaches to studies in the discursive field. In addition, the present research collaborates to open space for discussions on DDA in the fields of Social Sciences and Humanities, which seek, among other issues, reflections on the subject, society, and languages.

1. INTRODUÇÃO

1. Usaremos iniciais maiúsculas quando nos referirmos ao campo teórico-metodológico. E iniciais minúsculas quando nos referirmos ao empreendimento analítico.

A menção a possíveis estudos em *Análise Dialógica do Discurso* (ADD)¹, no Brasil, se deu a partir do início dos anos 2000, em especial em resposta a um texto de Carlos Alberto Faraco em *Introdução às ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*, obra de 2003, em que o autor menciona aspectos voltados à possibilidade de uma abordagem dialógica para o campo de estudos discursivos. Contudo, uma indicação explícita do termo se apresenta no livro *Bakhtin: outros conceitos-chave*, obra de 2006, organizado por Beth Brait.

Ademais, cabe também lembrar que em nenhum momento os integrantes do Círculo, em suas proposições, têm uma pretensão de se autodenominarem estudiosos de uma *Análise Dialógica do Discurso*. A partir disso, entendemos que há uma perspectiva teórico-metodológica denominada *Análise Dialógica do Discurso*, que se ancora nos escritos do Círculo de M. Bakhtin, V. Volóchinov e P. Medviédev (listando apenas os estudiosos do Círculo aos quais temos acesso às traduções), considerando-os como referenciais fundadores/ fundacionais, mas que, dada a potencialidade dialógica dessa perspectiva, traz, sobretudo, ressignificações, redimensionamentos, ampliações do que o Círculo propõe. É uma perspectiva de/em resposta de estudos dos interlocutores contemporâneos brasileiros.

2. Discussões iniciais sobre a perspectiva dialógica de estudos do discurso podem ser encontradas em Brait (2007).

Com base nessas considerações, nosso objetivo é refletir sobre o que se denomina, no Brasil, *Análise Dialógica do Discurso* (ADD)², trazendo, em conjunto, discussões sobre mapeamento de pesquisas, pressupostos teórico-metodológicos e apontamentos sobre etapas iniciais de pesquisa em perspectiva discursiva de base dialógica.

2.2. A ADD NOS BANCOS DE DADOS

Nesta seção, refletimos acerca de quais terminologias são empregadas pelos pesquisadores no Brasil ao se situarem na ADD como uma perspectiva de estudos da linguagem. Essa inquietação surgiu a partir da leitura de trabalhos publicados sobre a perspectiva dialógica de estudos

do discurso no Brasil. Por causa da recorrente publicação de trabalhos feitos sob o escopo dialógico, chamou-nos a atenção o fato de haver significativa flutuação terminológica em torno das denominações empregadas pelos pesquisadores ao se referirem à própria perspectiva na qual se situam. Conforme Acosta Pereira (2008) e Paula (2013) explicam, no Brasil, surge a ADD, distinta de diferentes vertentes, como a AD (Análise do Discurso) francesa, a Análise de Discurso Crítica (ADC) e demais perspectivas consolidadas com base em teorias outras.

Como afirma Bakhtin (2011 [1979]), nenhuma palavra é enunciada do nada. Todo enunciado é uma resposta a alguém, é um movimento de discordância, de concordância, de convergência ou divergência em relação a vozes outras. Disso decorre que a ADD surge como *resposta brasileira*, como proposta que responde a outras Análises de Discurso e nasce a partir da perspectiva dialógica da linguagem. É inegável que as teorizações do Círculo fornecem a base epistemológica para diversos percursos possíveis de estudo dos fenômenos linguísticos e ancoram, por conseguinte, discussões importantes envolvendo o ensino de línguas, estudos de gêneros de discurso, nas mais diversas esferas da atividade.

Ao mesmo tempo, concordamos com Brait (2006) de que não seria possível dar uma definição fechada acerca do que consiste na teoria/análise dialógica do discurso³. Isso decorre da própria natureza do pensamento do Círculo, isto é, que não propõe conceitos fechados, nem discussões acabadas, mas sempre oferece possibilidades de diálogo e ressignificação de suas discussões. Ademais, a teoria/análise dialógica do discurso não oferece procedimentos analíticos prontos ou conceitos fechados para o pesquisador, mas “[deixa] que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir de ponto de vista dialógico, num embate” (Brait, 2006, p. 24). A autora explica que ainda é possível explicitar o embasamento que constitui e caracteriza os estudos na Análise Dialógica do Discurso, ou seja, “a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento [...]” (Brait, 2006, p. 10), que deve servir de ponto de partida e de chegada para o pesquisador que se ancora em tal área de estudos.

3. Brait (2006) utiliza essa denominação para caracterizar a perspectiva dialógica de estudos do discurso.

Em consequência desse contexto da impossibilidade de atribuir definições acabadas e fechadas ao que se entende pela ADD como perspectiva de estudos da linguagem, e diante do reconhecimento de que os pesquisadores recorreram a diversos termos para se referirem à ADD, entendemos que seria interessante construir um panorama de como os estudiosos dessa perspectiva se orientam para seu próprio contexto de estudos, além de entendermos o processo de consolidação no Brasil⁴.

4. Um estudo extensivo se encontra em Oliveira (2021).

Com base na discussão acima, nos perguntamos: **(i) quais as terminologias empregadas pelos pesquisadores ao se situarem na perspectiva de estudos da análise de discurso de base dialógica?**

A partir da pesquisa realizada, percebemos que os pesquisadores, ao se filiarem aos estudos discursivos de base dialógica, utilizam-se de variações e/ou termos distintos. Entendemos que tal flutuação terminológica pode causar, ao pesquisador, confusão em torno da perspectiva à qual se filia, isto é, se está afiliado à perspectiva dialógica da linguagem enquanto escopo mais amplo, à teoria bakhtiniana, cuja proposta consiste justamente em uma concepção dialógica da língua, ou à ADD, isto é, a uma análise de discurso específica. A partir disso, realizamos buscas em três bancos de dados brasileiros, a saber, *Banco de Teses da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD e Periódicos da Capes*. Todos os bancos de dados são institucionalizados e regulamentados no Brasil.

Tanto a definição dos bancos de dados a serem considerados para a pesquisa quanto os movimentos de buscas em cada site tomaram por base critérios específicos. A 1ª etapa consistiu em definirmos os bancos nos quais as buscas seriam realizadas. Nesse ínterim, escolhemos bancos i) que publicassem trabalhos em Língua Portuguesa; ii) que contemplassem diversas áreas de estudo; iii) que tivessem acesso gratuito. Definidos os bancos, mencionados no parágrafo anterior, definimos os termos de pesquisa em nossa 2ª etapa. Para isso, elencamos as possibilidades dos termos a serem considerados, que foram “análise dialógica de/do/dos discurso(s)”, sendo

que os trabalhos deveriam mencionar ao menos uma dessas variações. Por conseguinte, a 3ª etapa consistiu na realização das buscas nos bancos de dados, que foram realizadas durante o primeiro semestre de 2018⁵.

Como cada banco de dados apresentava especificidades nas ferramentas de buscas, foi preciso fazer adaptações para cada um, isto é, realizar buscas com aspas e definir os critérios e filtros para cada um individualmente. Na 4ª etapa, realizamos a conferência dos dados obtidos nas buscas, para eliminarmos possíveis repetições de trabalhos ou pesquisas que não se inserissem de fato nessa perspectiva de estudos. Por fim, na 5ª etapa, com base nos dados obtidos, elaboramos gráficos com o cruzamento das informações, que são reproduzidos no decorrer desta seção.

Acerca das terminologias utilizadas nos trabalhos encontrados, identificamos 11 diferentes termos usados nas teses, dissertações e artigos elencados nesses bancos de dados, ainda que as buscas se restringissem aos termos e demais variações mencionadas nos parágrafos anteriores. O termo mais usado nos trabalhos considerados foi “Análise Dialógica do Discurso”⁶, seguido por “Teoria/análise dialógica do discurso” e demais termos. Ressaltamos que alguns dos trabalhos utilizaram até quatro termos distintos. Nesse caso, todos os termos entraram na contagem. Vale reafirmar que não realizamos a contagem de repetições dos termos em cada trabalho individualmente, mas elencamos os termos distintos que apareceram ao menos uma vez no decorrer de todo o trabalho.

Como exemplo para a questão mencionada no parágrafo anterior, a dissertação “A práxis como fenômeno formador do/a docente” (Raimundo, 2017) apresentou o uso dos seguintes termos: “Análise Dialógica de Discurso”, “Análise Dialógica de Discursos”, “Análise Dialógica dos Discursos” e “Análise Dialógica do Discurso”. Nesse caso, apesar de terem sido usados várias vezes no mesmo trabalho, todos os termos foram contabilizados uma vez em cada “agrupamento” de termos. A seguir, apresentamos um gráfico dos resultados das pesquisas, consi-

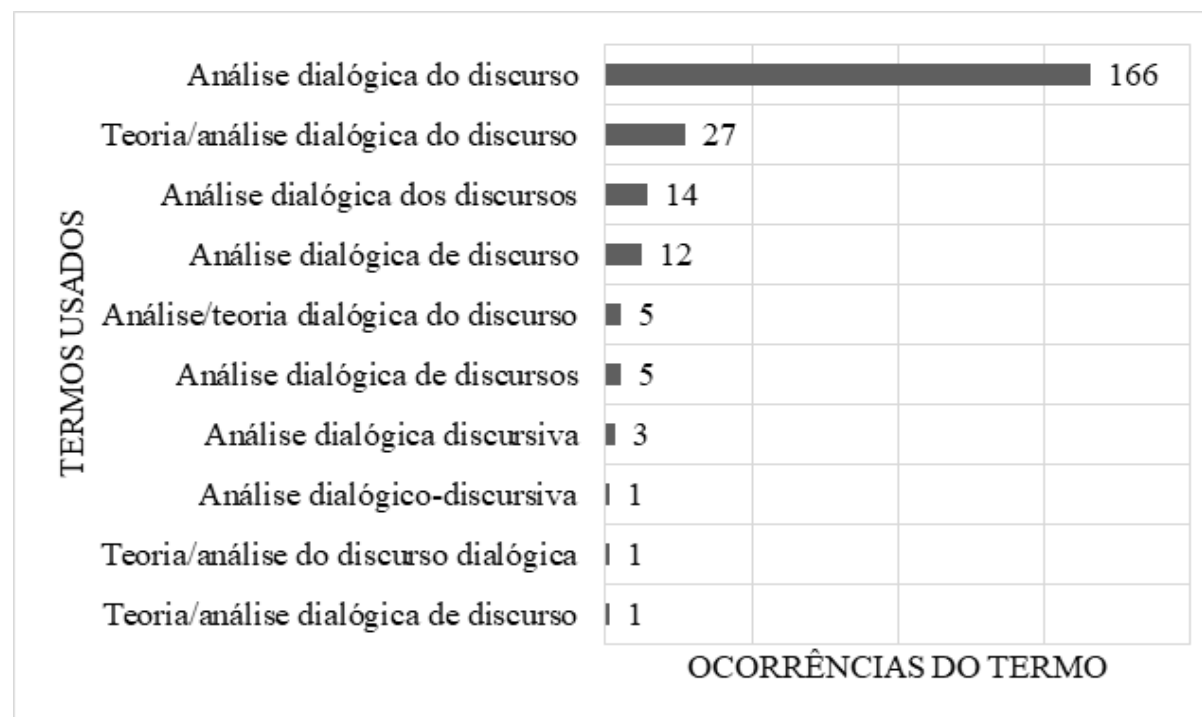
5. Ano referente ao início da pesquisa em tela. Dados iniciais da pesquisa encontram-se em Oliveira (2021).

6. Esclarecemos que, como o termo de busca se limitou a “análise dialógica de/do/dos discurso(s)”, como explicamos acima (em função dos objetivos desta pesquisa), termos como ‘análise bakhtiniana’ e ‘estudos bakhtinianos’ não foram identificados na pesquisa em bancos de dados. Contudo, reconhecemos a importância dessas expressões para caracterizar a perspectiva dialógica de estudos da linguagem.

derando o número de trabalhos que empregam os termos em questão e que os termos podem ter aparecido no mínimo uma vez em cada um dos trabalhos considerados, como consta no gráfico 1:

Gráfico 1 – Dados do Banco de Teses da Capes

Fonte: Autores.



7. As pesquisas partiram dessa data, pois não houve resultados de pesquisas publicadas antes de 2007 nos bancos considerados.

8. Período de realização da pesquisa quantitativa.

No que diz respeito aos resultados obtidos nas pesquisas no Banco de Teses da Capes, foram encontradas 235 ocorrências em trabalhos publicados entre 2007⁷ e o primeiro semestre de 2018, quando a busca no site foi finalizada⁸.

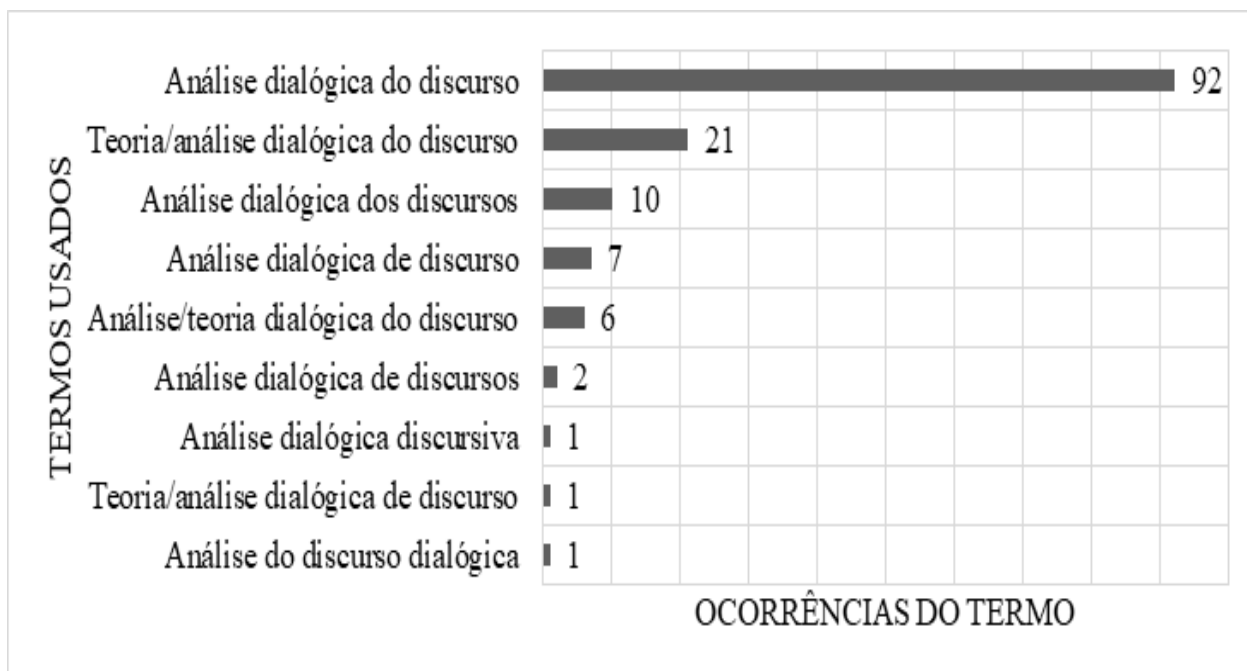


Gráfico 2 – Resultados das buscas no banco de dados BDTD

Fonte: Autores.

Na *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*, encontramos 141 ocorrências, sendo defendidos entre 2007⁹ e o primeiro semestre de 2018. Percebemos que o site oferece algumas opções de refinamento de buscas, que são i) todos os campos, ii) título, iii) autor e iv) assunto, sendo que foram consideradas apenas a primeira e a última opção por darem conta do maior número de trabalhos. Primeiramente, consideramos os resultados apresentados nas buscas dos dois filtros.

Além disso, deparamo-nos com 9 termos empregados nos trabalhos encontrados nesse banco de dados. Tais termos foram encontrados a partir da leitura dinâmica dos trabalhos e de buscas realizadas com o uso da ferramenta de localização do software *Adobe Reader* (acessada

9. Partimos dos trabalhos publicados a partir de 2007, pois não houve resultados de trabalhos em datas anteriores.

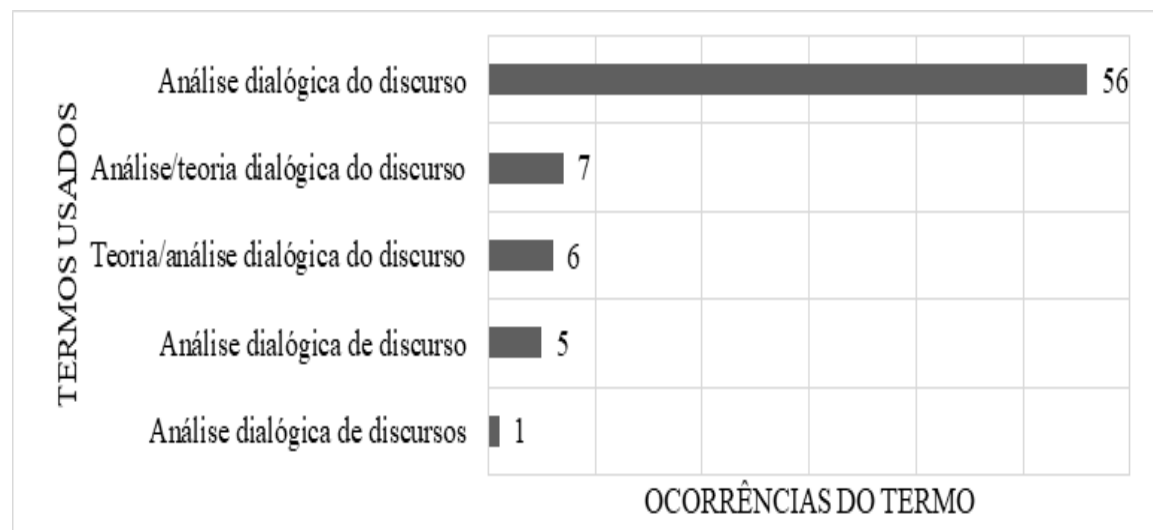
pelo atalho Ctrl + f). Os termos mais usados na BDTD, conforme demonstrado no gráfico 2, foram “Análise Dialógica do Discurso” e “Teoria/Análise dialógica do discurso”, o que demonstra um paralelismo em relação ao *Banco de Teses da Capes*.

Nos artigos publicados pelo *Periódicos da Capes*, por sua vez, foram usados 5 termos diferentes em 75 ocorrências exibidos nos resultados, sendo que os trabalhos foram publicados entre 2007¹⁰ e o primeiro semestre de 2018, quando a pesquisa nos sites foi finalizada. O gráfico 3 sumariza os resultados obtidos nas buscas feitas no referido site:

10. Data mais antiga de publicação dos trabalhos.

Gráfico 3 – Resultados das buscas no *Periódicos da Capes*

Fonte: Autores.



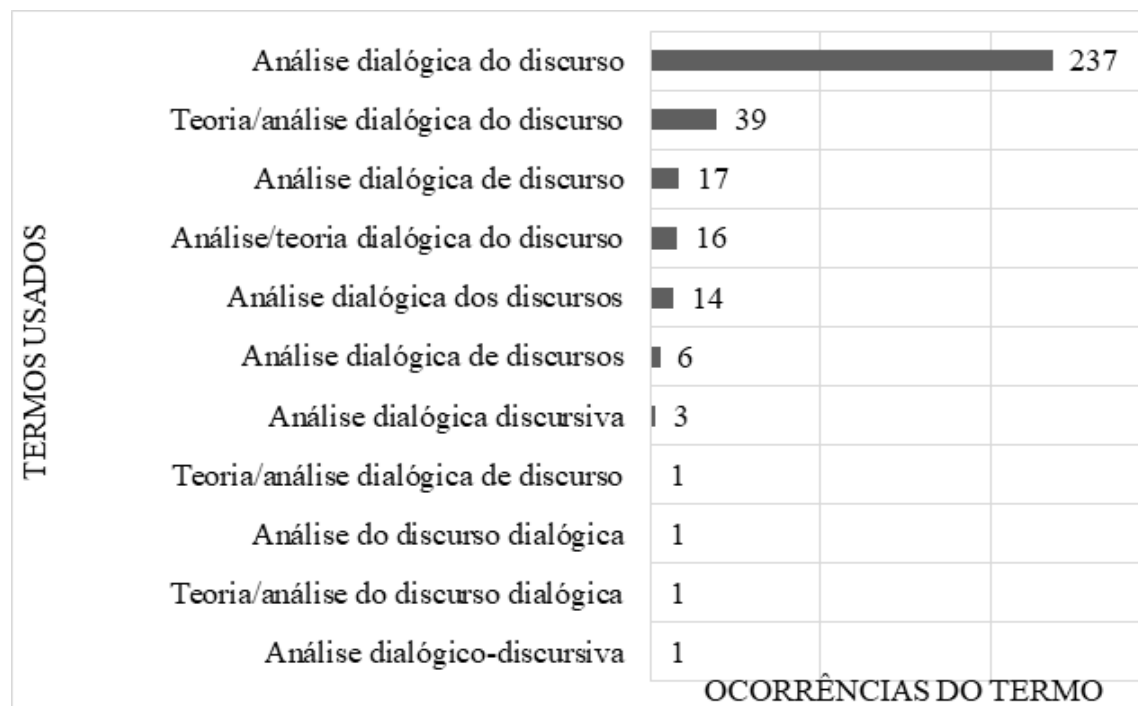
Neste banco de dados, houve menor flutuação terminológica, mas isso pode ser justificado por haver menos trabalhos publicados/indexados nesse banco de dados em comparação aos demais. O termo mais usado, seguindo a tendência dos outros bancos, foi “Análise Dialógica do Discurso”, seguido de “Teoria/Análise Dialógica do Discurso”.

Depois da contagem e comparação dos trabalhos exibidos pelas buscas em cada banco de dados separadamente, notamos que havia repetições de alguns dos trabalhos, pois dois dos três bancos visitados (*Banco de Teses da Capes* e BDTD) publicam teses e dissertações, além de haver diversas repetições dos artigos mostrados no *Periódico da Capes*. Por causa disso, também fizemos um cruzamento dos resultados dos três bancos de dados. Para tanto, realizamos mais uma contagem desconsiderando as repetições, ou seja, a contagem incluiu os dados dos três sites em uma só pesquisa e foram desconsiderados os trabalhos duplicados. Após a contagem, percebemos que todos os sites seguiram a mesma tendência, isto é, o termo mais usado em todos os trabalhos publicados até então foi “Análise Dialógica do Discurso”.

A partir do terceiro termo mais usado, percebemos certa flutuação terminológica, além de haver termos que são usados apenas em um dos bancos. No total, encontramos 11 diferentes termos usados pelos autores dos trabalhos pesquisados ao se situarem na perspectiva da Análise Dialógica do Discurso. A seguir, agrupamos todos os termos utilizados nos trabalhos encontrados nas buscas (retirando as repetições de trabalhos que aparecem em mais de um banco de dados) e construímos o gráfico 4:

Gráfico 4 – Cruzamento de dados obtidos pelos três bancos de dados

Fonte: Autores.



Além disso, realizamos um levantamento das principais universidades nas quais foram desenvolvidas e publicadas as teses e dissertações contabilizadas para esse estudo. Entendemos a importância de, também, realizar esse levantamento, uma vez que assim é possível observar onde se concentram geograficamente os estudos situados na Análise Dialógica do Discurso, e, portanto, fazer um mapeamento dos estudos dessa perspectiva no Brasil. O gráfico 5 elenca as principais universidades e as respectivas contagens de trabalhos situados na ADD que foram desenvolvidos e defendidos nas instituições:

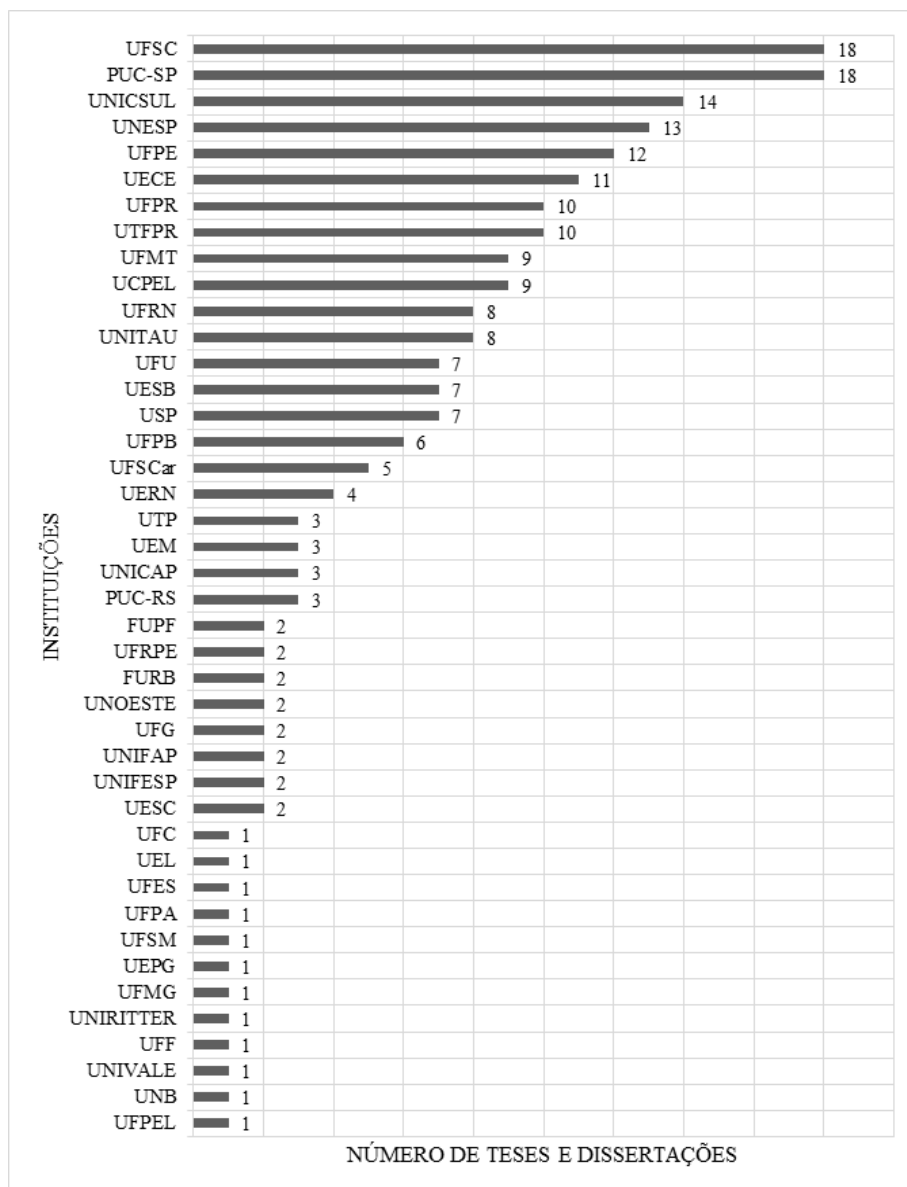


Gráfico 5 – Instituições de ensino e número de publicações

Fonte: Autores.

Em suma, apresentamos os resultados das pesquisas em cada banco de dados considerado, cruzamento de todos os dados obtidos, as instituições de ensino e os quantitativos de publicações na perspectiva em questão. Para além de um mapeamento dos estudos em ADD no Brasil, a importância dos dados quantitativos obtidos na pesquisa em bancos de dados está em demonstrar que a perspectiva de estudos da ADD está consolidada, com crescente número de trabalhos sendo publicados em diferentes universidades e programas de pós-graduação (Cf. gráfico 05). Ressaltamos ainda que consideramos somente os trabalhos publicados até o primeiro semestre de 2018, de modo que o quantitativo de trabalhos filiados à ADD pode ser bem maior do que o apresentado neste presente artigo.

3. OS JÁ-DITOS SOBRE ADD NO BRASIL

Como diversos pesquisadores contemporâneos da obra do Círculo explicam (Acosta Pereira, 2012; Acosta Pereira, Rodrigues, 2015; Acosta Pereira, 2016; Brait, 2006; Oliveira, 2021; Rohling, 2014 & Sobral, Giacomelli, 2016), ao percorrermos o conjunto de textos das obras de Bakhtin e do Círculo não encontramos uma sistematização de um método científico propriamente dito, com parâmetros e categorias de análise estabelecidos *a priori* para serem seguidos durante a pesquisa. A esse respeito, Faraco (2009) entende que o pesquisador da obra do Círculo se depara com grandes diretrizes que podem ser seguidas para a construção de um entendimento mais amplo das realidades em estudo, ou seja, as grandes diretrizes orientam o percurso de análise, mas não podem ser consideradas categorias analíticas (Acosta Pereira; Rodrigues & Costa-Hübes, 2019). Sob esse panorama, apresentamos nossa segunda indagação neste artigo: **(ii) quais os já-ditos sobre a ADD no Brasil?**

Concordamos com Amorim (2004; 2007a; 2007b; 2018), Faraco (2009) e Morson e Emerson (2008), ao afirmarem que as investigações bakhtinianas identificam-se com uma tradição hermenêutica dos estudos humanos, uma tradição que compreende que o fazer ciência em Ciências Humanas (Chizzotti, 2017; Freitas, 2007) se concretiza por gestos interpretativos, por

uma contínua construção de sentidos, responsabilidade pelo ato (Bakhtin, 2010 [1919-1921]) e por outrem (Bakhtin, 2019 [1940-]) e não por caminhos objetivo-matemáticos, percurso essencialmente positivista. Em termos de filosofia da ciência, “podemos dizer, então, que Bakhtin se vinculava a um pensamento que costuma operar sobre o pressuposto de uma distinção de fundo entre as ciências naturais e as ciências humanas.” (Faraco, 2009, p. 41).

Além disso, para Amorim (2004), Brait (2006) e Faraco (2009), um dos indicadores mais óbvios da ausência de um projeto metodológico de pesquisa fixo (Acosta Pereira, 2012; 2016; Oliveira, 2021) está no fluxo terminológico que o Círculo apresenta ao longo de seu conjunto de textos e em suas análises, como em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Volóchinov, 2017 [1929-1930]) e em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (Bakhtin, 2008 [1963]). Bakhtin e o Círculo não procuram apresentar categorias definidas à luz da “objetividade calculável” (Faraco, 2009, p. 40), mas rotas interpretativas preliminares, sugestivas e provisórias (Acosta Pereira, 2012). É nessa perspectiva que procuramos compreender os pressupostos bakhtinianos para os estudos da linguagem, mais especificamente, para o caminho a percorrer na pesquisa (Oliveira, Huff, Acosta Pereira, 2019; Acosta Pereira; Rodrigues, 2010; 2014; 2016; Acosta Pereira, Oliveira, 2020; Paula, 2013 & Oliveira, Acosta Pereira, Costa-Hübes, 2020).

Em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (Bakhtin, 2008 [1963], p. 183), Bakhtin discute a necessidade de um novo objeto de estudo, ainda não constituída à época, o discurso, que só poderia ser estudado por outro caminho, a “[...] metalingüística, que ultrapassa os limites da lingüística e possui objeto autônomo e metas próprias.” Assim, o autor defende o estabelecimento de um novo conjunto de disciplinas, que ele denomina de Metalingüística. A Linguística da época (início do século XX), ao trabalhar com dados acabados e por ignorar a situação social, não abordava a totalidade do fenômeno linguístico materializado no enunciado – o discurso – a língua viva.

Volóchinov (2017 [1929-1930]; 2019 [1930]) apresenta as etapas metodológicas para o estudo da língua, ou outros aspectos da comunicação discursiva, à luz de um percurso sócio-

-histórico. Nesse panorama de pesquisa de cunho sociológico, Rodrigues (2001) apresenta a proposta de análise do enunciado sob a abordagem dialógica a partir de suas dimensões social e verbal. Com etapas e dimensões inter-relacionadas, a autora propõe que investiguemos a dimensão social, compreendendo, por exemplo, a esfera social de produção, distribuição e circulação; a situação social de interação, constituída pela confluência entre os horizontes temporal, espacial, temático e axiológico; a concepção de autoria e de interlocutor, entre outros aspectos constituintes e funcionais da construção social do discurso em estudo.

Quanto à análise da dimensão verbal, Rodrigues (2001) pontua que estudemos o conteúdo temático; o estilo e as projeções dialógico-estilístico-composicionais; a arquitetônica; entre outras instâncias enunciativo-discursivas, sempre analisadas na sua interrelação com a dimensão social. O estudo da dimensão verbo-visual, proposto inicialmente por Brait (2008; 2011; 2013a; 2015), em adição, discutida por Acosta Pereira (2008) e, a partir do termo verbovocovisual, por Paula e Luciano (2020a; 2020b), entende o enunciado como um construto multissemiótico, ratificando que, ao analisar a enunciação, precisamos atentar para sua construção que não apenas engendra-se ao verbal.

Brait (2006) explica que a metodologia proposta por Bakhtin para o estudo da linguagem, embora se apresente como uma abordagem diferenciada, não exclui a Linguística, pelo contrário, Bakhtin (2008 [1963]) entende que devem completar-se, mas não se fundir. Dessa forma, como ratifica a autora, metodologicamente estaremos, em termos bakhtinianos, ultrapassando a materialidade linguística, procurando desvendar a articulação constitutiva que há entre o interno e o externo na linguagem. “O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralinguístico aí incluído.” (Brait, 2006, p. 13).

De forma geral, cabe ressaltar que, no caminho metodológico de base dialógica, não há categorias de análise *a priori* aplicáveis de forma sistemática a textos, discursos, gêneros, com a

finalidade de construir uma análise acerca do uso situado da língua. No Círculo, há, na verdade, uma arquitetura das diferentes formas de conceber o enfrentamento dialógico da linguagem, que se constituem de movimentos teórico-metodológicos multifacetados (Acosta Pereira, 2012). Cabe ao pesquisador desbravar esse caminho, construindo, por conseguinte, uma postura dialógica diante de seu objeto discursivo. “A pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem [...]” (Brait, 2006, p. 29).

Entendemos, como Bakhtin (2016 [1952-1953]) explicitamente pontua, que o estudo da natureza dos enunciados é de importância fundamental para superar os estudos simplificados da vida do discurso, do fluxo discursivo. É somente o estudo do enunciado como unidade real de comunicação discursiva, por exemplo, que nos permite compreender de modo claro a natureza das unidades da língua e seu emprego na forma de enunciados concretos. Assim, buscamos compreender as regularidades enunciativo-discursivas e linguístico-textuais que se realizam na constituição e no funcionamento do discurso, objetivando entender a relativa estabilidade discursiva, mas entendendo, sobretudo, que “estas [as regularidades] serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica” (Rojo, 2005, p. 199). Em outras palavras, procuramos analisar o discurso a partir dos enunciados que o materializam, vistos e analisados como sócio-historicamente situados.

4. PERCURSO INICIAL DE PESQUISA EM ADD

A partir das discussões nas seções precedentes, chegamos à nossa terceira indagação: **(iii) como, de fato, desenhamos um percurso inicial de pesquisa em ADD?** Para responder essa questão, delineamos 03 considerações iniciais e 05 questões teórico-metodológicas, ambas envoltas sob a arquitetura de 2 construtos conceituais.

A **primeira consideração** inicial é que a ADD é um campo de estudo discursivo, que traz reverberações das obras de M. Bakhtin e o Círculo. Portanto, as obras do Círculo tornam-se sua ancoragem epistemológica e teórico-metodológica. Em uma **segunda consideração**, podemos afirmar que a ADD pressupõe um olhar dialógico para os dados linguísticos, o que implica dizer que os conceitos cunhados e retomados no conjunto das obras do Círculo não são categorias analíticas, mas passam ser a ancoragem de um caminho teórico-conceitual na pesquisa. Isso nos leva a uma *terceira consideração*: a ADD não apresenta categorias analíticas prévias, ou seja, não há categorias *a priori* a serem aplicadas ou replicadas nos dados. As categorias ascendem em movimentos de idas e vindas (Acosta Pereira, 2008; 2012), balizados pelos conceitos cunhados pelo Círculo. Com isso, os conceitos são os orientadores para a ascendência de categorias analíticas, que nascem organicamente da “língua viva” (Bakhtin, 2008 [1963]) nos/dos dados.

As três considerações supracitadas nos encaminham a ratificar a importância da construção de um primeiro construto na pesquisa, o que chamamos de **construto teórico-conceitual**, um desenho arquitetônico voltado à revisão de conceitos fundantes dos escritos do Círculo, ‘recordados’ no escopo da pesquisa em desenvolvimento. Esse construto, ao nosso ver, se ancora em 05 questões centrais e fundantes para um estudo em ADD.

A **primeira questão** seria o reconhecimento do discurso como língua viva (Bakhtin, 2008 [1963]; 2017 [1930-1936]), o *discurso* como um construto social, histórico e cultural (Bakhtin, 1987 [1940]), cuja materialização se dá nos enunciados e os enunciados (Bakhtin, 2016 [1952-1953]), portanto, por serem a forma concreta e material do discurso (Volóchinov, 2019 [1926]; 2019 [1930]), passam a ser a nossa unidade de análise. Então, quando nós realizamos um estudo discursivo de base dialógica, estamos analisando o enunciado, que é a forma concreta do discurso. E o *enunciado* traz suas particularidades, ou seja, o enunciado tem feições constitutivas que o caracterizam enquanto tal, que são aspectos voltados à alternância de sujeitos discursivos, conclusibilidade (exauribilidade semântico-objetal, projeto discursivo e formas tipificadas de enunciação) e expressividade (Bakhtin, 2016 [1952-1953]).

Ademais, a *segunda questão* é que todo o discurso na sua forma material é atravessado por uma amplitude do tempo e do espaço (Bakhtin, 2018 [1937-1939]), o que se caracteriza como uma construção ideológica do ser na vida (Volóchinov, 2017 [1929-1930]), uma imagem de homem, uma imagem de sujeito (Bakhtin, 2019 [1941]), uma representação do tempo e do espaço; e essa representação é ideológica, política, social, econômica, axiológica, e uma representação do tempo-espaço, que também, por sua vez, é social, histórica, política e ideológica, o que Bakhtin denomina de *cronotopo*. Este é a dimensão espaço-temporal que atravessa dialogicamente, ideologicamente e axiologicamente o discurso e a sua forma concreta e material que é a enunciação (Bakhtin, 2008 [1963]; 2018 [1937-1939]). Além disso, cabe, também, a *terceira questão*: entender que o discurso atravessado pelo cronotopo é sempre enredado, entretecido em *relações dialógicas* (Bakhtin, 2008 [1963]).

As relações dialógicas são relações de sentido que se estabelecem no interior do enunciado. Assim, por serem relações de sentido, elas sempre (re)estabelecem efeitos semânticos, efeitos de significação no interior da enunciação. Por serem relações de sentido são, novamente, como o cronotopo, ideológicas e axiológicas. Essas relações de sentido são sempre relações que trazem um modo de compreender, de ver, a realidade – a ideologia (Volóchinov, 2017 [1929-1930]) – e uma avaliação dessa projeção ideológica – a valoração/a avaliação social (Medviédev, 2012 [1928]). No discurso, em suma, se consubstanciam relações dialógicas enquanto relações de sentido atravessadas ideológico e axiologicamente matizadas sob as reverberações do cronotopo (Acosta Pereira; Brait, 2020a; 2020b).

Na *quarta questão*, precisamos entender que esse discurso, atravessado pelo cronotopo e entretecido pelas relações dialógicas, é sempre um discurso que se situa em um campo, num *locus* social da atividade humana, em uma *esfera sociodiscursiva* ou *esfera da atividade humana* (Bakhtin, 2016 [1952-1953]), e as esferas são espaços sociais onde os discursos se constituem, onde os discursos funcionam, se produzem, circulam. No interior das esferas da atividade humana, encontram-se as *situações de interação* específicas, nas quais os sujeitos se engajam, se

inter-relacionam e enunciam (Bakhtin, 2016 [1952-1953]; Volóchinov, 2017 [1929-1930]; 2019 [1930]).

Então, passando pelo cronotopo parte-se para a esfera, da esfera para a situação de interação, as relações dialógicas entretidas nessas três instâncias e chegamos à **quinta questão** a etapa da análise da materialidade linguística, que são os recursos lexicais, gramaticais, textuais e enunciativos-discursivos da enunciação, que trazem ressonâncias das instâncias sociais anteriores (Acosta Pereira, 2016; Acosta Pereira; Brait, 2020a; 2020b; Acosta Pereira; Rodrigues, 2015). Então, toda materialidade da língua, do construto do enunciado, é sempre um elemento, um recurso linguístico, que traz ressonâncias do social (Volóchinov, 2019 [1930]), é sempre um uso linguístico não aleatório, não apenas sistêmico, não apenas formalizado no construto formal da língua, é sempre um uso, um recurso linguístico, que traz reverberações do social. Essas questões são propostas, já no início do século XX, por Volóchinov (2017 [1929-1930]).

Dessa forma, muitas discussões em ADD têm orientado um trabalho de análise que parta da dimensão social do enunciado para a dimensão verbo-visual (Brait, 2013a) ou multissemiótica do enunciado (Acosta Pereira; Brait, 2020a; 2020b), entendendo que toda a materialidade linguística pressupõe, sempre, respostas que advêm das questões sociais da dimensão social, do cronotopo, da esfera, da situação de interação. Assim, a materialidade da língua é sempre uma materialidade ancorada socialmente, porque todo uso da língua advém de demandas, implicações, legitimações, regularizações, normatividades dos campos sociais de uso da língua, da situação de interação que está no interior de uma esfera da atividade humana por sua vez atravessada pelo cronotopo.

E é claro que essas questões nos levam a entender, portanto, que numa ADD temos a dimensão social, a dimensão verbal-visual/multissemiótica sempre integradas (Acosta Pereira, 2012). É possível, portanto, um caminho de análise que parta teórico-metodologicamente do cronotopo para a materialidade da língua e, portanto, algumas questões podem ser provoca-

das, algumas questões podem ser articuladas para pensarmos cada conceito como orientador da análise, como, por exemplo, a proposta de Acosta Pereira e Brait (2020a).

Então, como vimos, a ADD implica, inicialmente, numa revisão teórica que se constrói por meio de um construto teórico-conceitual e não de uma revisão de “tudo” ou de “todo arcabouço teórico” dos escritos do Círculo. Por vezes, certos conceitos não são relevantes para sua pesquisa. Assim, um construto teórico-conceitual realiza um certo “recorte” dos conceitos a serem fundacionais para o escopo da pesquisa a ser empreendida. Em outras palavras, esse construto é a revisão de literatura a ser realizada na pesquisa, que não necessariamente implica uma revisão completa do conjunto da obra.

Em um segundo momento, todo construto teórico-conceitual demanda um **construto teórico-conceitual-analítico**. Esse segundo construto pressupõe um quadro de conceitos balizadores a serem agenciados na análise. Em termos de exemplificação, questões do cronotopo, da esfera, da situação de interação e do enunciado são sempre atravessados por projeções ideológica e axiológicas, estabelecidas pelas relações dialógicas. Esses conceitos são fundantes para empreendermos uma análise dialógica discursiva. É o que nos dá um respaldo, o que nos dá um construto teórico-conceitual-analítico para a pesquisa em ADD. Ademais, esse construto é balizado por perguntas orientadoras. Em síntese, a nosso ver, o desenho inicial de uma pesquisa em análise dialógica do discurso se matiza pela relação entre dois construtos: um construto teórico-conceitual e um construto teórico-conceitual-analítico, conforme quadro a seguir:

Construto teórico-conceitual	Construto teórico-conceitual-analítico
Conceitos fundantes que ancoram a abordagem epistemológica. Esse construto se refere, por exemplo, às 05 questões acima delineadas.	Conceitos que são mobilizados para ancorar a análise em resposta “as idas e vindas” aos dados. Esses conceitos orientam a construção de perguntas orientadoras da/para análise.

Quadro 1 – Construtos conceituais

Fonte: Autores.

A título de exemplo, reenunciamos uma pesquisa prévia que propõem um construto teórico-conceitual e um construto teórico-conceitual-analítico como balizadores para a análise discursiva. Retomamos a investigação de Acosta Pereira e Rodrigues (2020) sobre o estudo da ‘cultura’ e do ‘cronotopo’ na análise discursiva de base dialógica. Os autores propõe o seguinte quadro para um estudo da relação entre cultura e cronotopo, por exemplo:

Quadro 2 – Exemplo de construtos teórico-conceitual e teórico-conceitual-analítico para o estudo do cronotopo e da cultura

Fonte: Acosta Pereira; Rodrigues (2020, p. 168-170).

<p><i>Construto teórico-conceitual:</i> O estudo do cronotopo possibilita compreender uma visão de homem e de suas práticas sociais ideologicamente estratificadas e mediadas pelos gêneros do discurso (Acosta Pereira; Rodrigues, 2020, p. 168). Revisão dos conceitos de discurso, enunciado, gêneros do discurso, cronotopo, cultura e esferas, por exemplo. (Neste 1º momento, os autores se dedicam a retomar conceitos fundantes para o escopo particularizado da pesquisa).</p>	
<p><i>Construto teórico-conceitual analítico</i> Perguntas orientadoras (Neste 2º momento, os autores se dedicam a construir perguntas orientadoras para balizar a análise dos dados)</p>	
<p>Questões gerais</p> <p>a. Como o espaço e o tempo social de produção, de circulação e de recepção do discurso constituem e (des)legitimam sentido(s)?</p> <p>b. Que aspectos histórico-culturais e político-econômicos passam a constituir e (des)legitimar sentido(s) do/no discurso?</p> <p>c. Como essas questões são atravessadas dialogicamente por projeções ideológico-valorativas?</p> <p>d. Como o espaço e o tempo social de produção, de circulação e de recepção do discurso constituem uma visão/uma imagem de sujeito?</p> <p>e. Que aspectos histórico-culturais e político-econômicos passam a constituir e (des)legitimar a visão/ imagem de sujeito de uma época?</p> <p>f. Como essas questões são atravessadas dialogicamente por projeções ideológico-valorativas?</p>	<p>Questões relacionadas aos gêneros do discurso</p> <p>a. Como a dimensão cronotópica dos gêneros se constitui como elemento fundante e balizador na produção dos enunciados? Como o espaço e o tempo social de produção, de circulação e de recepção do uso da linguagem constituem e (des)legitimam sentido(s) em práticas discursivas mediadas por gêneros do discurso?</p> <p>b. Que aspectos histórico-culturais e político-econômicos passam a constituir e (des)legitimar sentido(s) do/nas práticas discursivas mediadas pelos gêneros do discurso?</p> <p>c. Como essas questões são atravessadas dialogicamente por projeções ideológico-valorativas nas práticas discursivas mediadas pelos gêneros do discurso?</p> <p>d. Como o espaço e o tempo social de produção, de circulação e de recepção do discurso constituem uma visão/imagem de sujeito em práticas discursivas mediadas por gêneros do discurso?</p> <p>e. Que aspectos histórico-culturais e político-econômicos passam a constituir e (des)legitimar a visão/imagem de sujeito de uma época em práticas discursivas mediadas pelos gêneros do discurso?</p> <p>f. Como essas questões são atravessadas dialogicamente por projeções ideológico-valorativas em práticas discursivas mediadas por gêneros do discurso?</p>

Assim, entendemos que, num desenho inicial de investigação, a ADD implica um caminho de pesquisa a ser empreendido na relação entre (i) construto teórico-conceitual e (ii) construto teórico-conceitual-analítico. Então, a pesquisa em ADD inicialmente pressupõe um (i) construto teórico-conceitual que parta do cronotopo (Bakhtin, 2018 [1937-1939]) (e Bakhtin explica que o cronotopo é a porta de entrada de uma análise dialógica do discurso, então pressupõe que o cronotopo seja mobilizado); do cronotopo partimos para a esfera da atividade humana (Bakhtin, 2016 [1952-1953]), da qual e na qual esses discursos são produzidos, circulam e são recebidos. Esses discursos que circundam a esfera da atividade humana são sempre discursos entretecidos em relações dialógicas (Bakhtin, 2008 [1963]) e essas relações dialógicas respondem ao cronotopo, à esfera e à situação de interação (Volóchinov, 2019 [1930]; 2017 [1929-1930]) no interior dessa esfera.

Na situação de interação, podemos nos indagar como tal situação regulariza determinadas projeções ideológico-valorativas (Volóchinov, 2017 [1929-1930]); 2019 [1926]; 2019 [1930]). E na materialidade linguística podemos partir das feições dos gêneros do discurso, que são enunciados relativamente estáveis e nos dão particularidades analíticas, como conteúdo temático, para então nos perguntarmos como esse conteúdo temático, esse objeto de dizer é tematizado no discurso respondendo a um tom ideológico valorativo no estilo, e, por conseguinte, como determinados recursos linguísticos (gramaticais, lexicais e textuais) são mobilizados na enunciação respondendo a um determinado efeito de sentido que é ideológico e valorativamente demarcado e, na composição, como essa orquestração e esse acabamento enunciativo respondem a determinados efeitos de sentido (Brait, 2013b; Acosta Pereira; Brait, 2020a; 2020b; Acosta Pereira; Oliveira, 2019). Em adição, em um segundo momento, a ADD demanda um (ii) construto teórico-conceitual-analítico, que, a partir de perguntas orientadoras, baliza o empreendimento analítico dos dados, como, por exemplo, o quadro 2 acima apresentado.

Para finalizar, à luz de todas as discussões empreendidas, entendemos que nossa contribuição, portanto, neste artigo, se projeta em apresentar um mapeamento quantitativo de pesquisas

em ADD no Brasil, uma retomada de discursos *já-ditos* sobre essa perspectiva de estudos da linguagem e, ao final, uma proposta de construção de construtos conceituais para desenhar um caminho inicial de pesquisa à luz da ADD. Dada essa discussão, direcionamo-nos às considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras pesquisas, catalogadas nos principais bancos de dados do Brasil, já apontam que a Análise Dialógica do Discurso (ADD) tem sua identidade em relação a outras abordagens de estudos do campo discursivo. Ademais, não só os bancos de dados, como as diversas publicações brasileiras, em especial, artigos acadêmicos, como os mobilizados neste presente ensaio, já ratificam que a ADD é uma cunhagem brasileira, uma resposta (em termos bakhtinianos) de pesquisadores brasileiros aos escritos do Círculo.

A ADD apresenta-se como um caminho teórico-metodológico de análise de discurso, demonstrando as possibilidades de reenunciação, ressignificação, redimensionamento e ampliação dos escritos do Círculo. Isso não significa distanciar-se do conjunto de escritos, mas estes são, de fato, a ancoragem epistemológica. A ADD consocia-se à hermenêutica dos estudos humanos, dos gestos interpretativos, de rotas interpretativista preliminares, sugestivas e provisórias.

A ADD busca, de forma geral, analisar as regularidades enunciativo-discursivas, sob o matiz das relações dialógicas e das projeções semântico-axiológico-ideológicas, engendradas na/à materialidade linguística do enunciado, reverberando as condições sociais, históricas, político-econômicas e culturais do tempo-espaço das esferas da atividade humana e dos cronotopos. Neste artigo, entendemos que o caminho inicial de pesquisa a ser empreendido se ancora na relação entre (i) construto teórico-conceitual e (ii) construto teórico-conceitual-analítico.

REFERÊNCIAS

- Acosta Pereira, R. (2008). *O gênero jornalístico notícia: dialogismo e valoração*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____(2012). *O gênero carta de conselhos em revistas online: na fronteira entre o entretenimento e a autoajuda*. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____(2016). A orientação sociológica para a análise da língua: posições metodológicas nos escritos do Círculo de Bakhtin. *Letra Magna*, 12, 01-20.
- Acosta Pereira, R. & Brait, B. (2020a). A valoração em webnotícias direcionadas às mulheres. *Revista da ANPOLL* (online), 51, 89-107.
- _____(2020b). Revisitando o estudo/estatuto dialógico da palavra. *Linguagem em (Dis)Curso* (Online), 01, 125-142.
- Acosta Pereira, R. & Oliveira, A. M. de. (2019). O estilo na materialidade linguística de gêneros do discurso: um estudo em webcartas de conselhos e webnotícias. *Intersecções. Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais* (Ano 12), 01, 280-300.
- _____(2020) O cronotopo nos estudos dialógicos da linguagem. In N. Franco, R. Acosta Pereira & Costa-Hübes, T. da C. (Org.), *Estudos dialógicos da linguagem: reflexões teórico-metodológicas*. Campinas - SP: Pontes Editores, pp. 89-108.
- Acosta Pereira, R. & Rodrigues, R. H. (2010). *Os gêneros do discurso sob perspectiva da Análise Dialógica de Discurso do Círculo de Bakhtin*. Letras: UFSC, pp. 20-40.
- _____(2014). O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, 14, pp. 177-194.
- _____(2015). Por uma análise dialógica de discurso: reflexões. In M. da P. C. Alves & O. Vian Jr. (Orgs.). *Práticas discursivas: olhares da Linguística Aplicada*. Natal-RN: EDUFR, pp. 61-84.
- _____(2016). *Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em Linguística Aplicada*. São Carlos -SP: Pedro e João Editores. pp.
- _____(2020). Por uma sociologia dos gêneros do discurso. In A. F. Fuza, R. Acosta Pereira & R. H. Rodrigues (Orgs.), *Pesquisas em Linguística Aplicada e práticas de linguagem*. Campinas - SP: Pontes Editores, pp. 151-173.

Acosta Pereira, R.; Rodrigues, R. H. & Costa-Hübes, T. da C. (2019). O estudo dos gêneros do discurso sob a perspectiva dialógica da linguagem: considerações sobre cronotopo, ideologia e valoração. In E. L. Nascimento, V. L. L. Cristovão & E. Lousada (Orgs.), *Gêneros do texto/discurso: novas práticas e desafios*. Campinas: Pontes Editores, pp. 349-368.

Amorim, M. (2004). *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora.

_____(2007a). Cronotopo e exotopia. In B. Brait (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave* (2ª ed). São Paulo: Contexto, pp. 96-114.

_____(2007b). A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In M. T. Freitas, S. J. Souza & S. Kramer (Orgs.), *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 11-25.

_____(2018). A questão enunciativa na pesquisa em ciências humanas. In T. Ferreira & A. Vorcaro (Orgs.), *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 17-40.

Bakhtin, M. M. (1987 [1940]). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais* (Tradução de Y. F.Vieira). São Paulo: Hucitec.

_____(2008 [1963]). *Problemas da poética de Dostoiévski* (5ª ed) (Tradução de P. Bezerra). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____(2010 [1919-1921]). *Para uma filosofia do ato responsável* (Tradução de V. Miotello & C.A. Faraco). São Carlos: Pedro & João Editores.

_____(2011 [1979]). *Estética da Criação Verbal*. (4ª ed.) (Tradução do russo por P. Bezerra). São Paulo: Martins Fontes.

_____(2016 [1952-1953]). Os gêneros do discurso. In M. M. Bakhtin, *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra (Notas da edição russa S. Botcharov). São Paulo: Editora 34, pp. 11-69.

_____(2017 [1930-1936]). *Teoria do romance I: a estilística* (Tradução de P. Bezerra). São Paulo: Editora 34.

_____(2018 [1937-1939]). *Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo* (Tradução de P. Bezerra). São Paulo: Editora 34.

_____(2019 [1940-]). *O homem ao espelho: Apontamentos dos anos 1940* (Tradução de M. Barenco de Mello & M. L. Miranda). São Carlos: Pedro & João Editores.

Bakhtin, M. M. (2019 [1941]). *Teoria do romance III: o romance como gênero literário* (Tradução de P. Bezerra). São Paulo: Editora 34.

Brait, B. (2006). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.

_____(2007). O discurso sob o olhar de Bakhtin. In M. R. Gregolin & R. Baronas (Orgs.), *Análise do discurso: as materialidades do sentido* (2ª ed). São Carlos: Claraluz, pp. 19-35.

_____(2008). Contribuições bakhtinianas para a análise do verbo-visual. In N. M. B. Bastos (Org.), *Língua Portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC/FAPESP, pp. 257-269.

_____(2011). Polifonia arquitetada pela citação visual e verbo-visual. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 5, pp. 183-196.

_____(2013a). Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 8, pp. 43-66.

_____(2013b). Construção coletiva da perspectiva dialógica: história e alcance teórico-metodológico. In R. Figaro (Org.), *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, pp. 79-98.

_____(2015). Entre o semiótico e o ideológico. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 10, pp. 5-26.

Chizzotti, A. (2017). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (12ª ed). São Paulo: Cortez Editora.

Faraco, C. A. (2009). *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola.

Freitas, M. T. (2007). A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana a construção do conhecimento. In M. T. Freitas, S. J. Souza & S. Kramer (Orgs.), *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin* (2ª ed). São Paulo: Cortez, pp. 26-38.

Medviédev, P. N. (2016 [1928]). *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica* (Tradução de E. V. Américo & S. C. Grillo). São Paulo: Contexto.

Morson; G. S. & Emerson, C. (2008). *Mikhail Bakhtin: Criação de uma prosaística* (Tradução de A. de P. Danese). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 139-449.

Oliveira, A. M. de. (2021). *Integibilidades sobre os estudos em Análise Dialógica do Discurso no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Oliveira, A. M. de; Huff, L. de A. & Acosta Pereira, R. (2019). Considerações teórico-metodológicas para o estudo da palavra-discurso: respostas a dois ensaios de Mikhail Bakhtin. *Caminhos Em Linguística Aplicada*, 20, pp. 131-151.

Oliveira, N. A. F. de; Acosta Pereira, R & Costa-Hübes, T. de C. (2020). *Estudos dialógicos da linguagem: reflexões teórico-metodológicas*. Campinas - SP: Pontes Editores.

Paula, L. de. (2013). Círculo de Bakhtin: uma análise dialógica de discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, 21 (1), pp. 239-257.

Paula, L. de. & Luciano, J. A. R. (2020a). A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. *Estudos Linguísticos* (São Paulo, 1978), 49, pp. 706-722.

_____(2020b). Filosofia da Linguagem Bakhtiniana: concepção verbivocovisual. *Revista Diálogos* (REVDIA), v. 8, pp. 132-151.

Raimundo, J. A. (2017). *A práxis como fenômeno formador do/a docente*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Curitiba.

Rodrigues, R. H. (2001). *A Constituição e Funcionamento do Gênero Jornalístico Artigo: Cronotopo e Dialogismo*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL – PUCSP). São Paulo: PUCSP.

Rohling, N. (2014). A pesquisa qualitativa e a análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 15 (2), pp. 44–60.

Rojo, R. (2005). Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In J. L. Meurer, A. Bonini & D. Motta-Roth (Orgs.), *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola.

Sobral, A. & Giacomelli, K. (2016). Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso - ADD. *Domínios de Lingu@agem*, 10(3), pp. 1076–1094.

Volóchinov, V. (2017 [1929-1930]). *(Círculo de Bakhtin) Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (Tradução, notas e glossário S. Grillo & E. V. Américo). São Paulo: Editora 34.

_____(2019 [1930]). Estilística do discurso literário II: a construção do enunciado. In V. Volóchinov, *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. (Organização, tradução, ensaio introdutório e notas S. Grillo e E. V. Vólkova Américo). São Paulo: Editora 34, pp. 266-305.

_____(2019 [1926]). A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. In V. Volóchinov, *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas* (Organização, tradução, ensaio introdutório e notas S. Grillo e E. V. Américo). São Paulo: Editora 34, pp. 109-146.

Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro *Em Aberto* (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva

Discourse and preconstructed in the Brazilian journal *Em Aberto* (1985): functioning ways of a discursive memory

**ANJOS, HILDETE
PEREIRA DOS**
anjoshildete@unifesspa.edu.
br

Doutora em Educação, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Brasil

**MARTÍNEZ, SÍLVIA
ALÍCIA**
silvia-martinez@hotmail.
com

Doutora em Educação, Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Brasil

**MONÇÃO, VINICIUS DE
MORAES**
vinimoncaodois@gmail.com

Doutor em Educação, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

**MACHADO, FRANCINE
DE SOUZA**
franfran.machado@gmail.
com

Mestra em Políticas Sociais, Professora da Rede Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Educação;
Periódicos;
Discurso;
Memória.

RESUMO: O trabalho analisa, nos números 25 a 28 relativos ao quarto volume do periódico brasileiro *Em Aberto*, o interdiscurso presente nos modos de funcionamento da memória discursiva mobilizando discursos em circulação num periódico governamental. Assume-se que, a partir deste volume, publicado em 1985, o periódico concentrou suas temáticas nas questões educacionais postas em debate no processo constituinte que teve como corolário o capítulo da educação da Constituição Federal Brasileira de 1988. Assim, o *corpus* da pesquisa foi constituído por enunciados extraídos dos textos de apresentação de cada número. Mediante estratégias discursivas baseadas em encaixes sintáticos e discurso transversal, os pré-construídos trazem parafrases que suavizam a contextualização dos embates, num cuidado próprio das memórias da censura do período da ditadura, ao mesmo tempo em que evidenciam uma ancoragem nas temáticas organizadas pelos educadores brasileiros nas Conferências Brasileiras de Educação.

KEY-WORDS:

Education;
Journals;
Discourse;
Memory.

ABSTRACT: This work analyzes the interdiscourse in the modes of functioning of a discursive memory, focusing on discourses in the fourth issue of *Em Aberto* journal. From this issue published in 1985, the journal focused its themes on educational issues debated in the constituent process, which culminated in the education chapter of the Brazilian Federal Constitution of 1988. Thus, the research *corpus* is composed of statements extracted from the introduction of numbers 25 to 28, which make up the fourth *Em Aberto* issue. Through discursive strategies based on syntactic fitting and transversal discourse and on a proper care of the censorship memories from the dictatorship period, the preconstructed bring paraphrases that soften the clashes contextualization, while at the same time showing an anchorage in the themes organized by Brazilian educators through the Brazilian Education Conferences.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar, utilizando a análise de discurso francesa de corte pecheutiano, o interdiscurso em enunciados presentes no periódico *Em Aberto*, publicado no Brasil desde 1981; para tal análise, são mobilizados os conceitos de pré-construído, encaixe sintático e discurso transversal (Indursky, 2011). Essa pesquisa faz parte de um projeto mais abrangente que se ocupa, desde 2018, em estudar a memória das lutas das organizações populares por direitos educacionais que levaram à configuração do Capítulo da Educação na Constituição Brasileira de 1988.

A noção de *dever de memória*, apresentado por Heymann (2006, p. 4), enfatiza as relações entre memória e direitos. O conceito remeteria, segundo a autora, ao Holocausto: “dever de memória, expressão cunhada ao longo dos anos 1990 e que, em poucas palavras, remete à ideia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias”. Assim, Estado e sociedade precisariam produzir políticas que não apenas corrigissem os padecimentos gerados pelos fatos passados, mas também que não permitissem seu esquecimento.

Na pesquisa mais ampla de que este texto faz parte, nos apropriamos do conceito de uma maneira diferente: pretendemos rememorar as lutas das organizações populares que levaram à configuração do Capítulo da Educação na Constituinte, e desejamos pensar essa tarefa como um *dever de memória*. Dois argumentos se apresentam como importantes: o primeiro, mais fortemente associado ao conceito original, remete à interdição da participação popular e à restrição das políticas educacionais na ditadura civil-militar brasileira que se encerrou exatamente com o processo constituinte; o segundo tem relação com o modo de funcionamento próprio do discurso legal/jurídico: uma vez que este se estabiliza, os enfrentamentos que levaram a sua formulação desaparecem e ele ganha identidade própria, se entifica, por assim dizer. Trinta anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, as ações dos movimentos

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

sociais cuja militância produziu tal formulação (ou participou das negociações que levaram a ela), parecem apagadas na memória coletiva na medida em que os direitos conquistados pouco a pouco se naturalizam. O texto legal passa a ser entendido como se tivesse brotado naturalmente, sem participação humana em sua formulação, ou como fruto direto da inspiração de legisladores iluminados, sem passar pela solução política das divergências. Diz Heymann (2006, p. 9) que “também com relação à história pode-se evocar uma dimensão de *dever* (grifos da autora), e expõe a disputa entre legisladores e historiadores (assim como entre estes últimos) sobre a quem caberia estabelecer uma “verdade histórica”, a ser ensinada na escola e a servir de base para as políticas de reparação.

O momento histórico a partir de onde olhamos o processo constituinte brasileiro, segunda década do século XXI, ao contrário dos processos apontados por Heymann, é marcado por uma forte reação contrária aos direitos pactuados na Carta Magna. A crítica e a resistência ao retrocesso político, produzidas nos meios educacionais, fazem com que a educação seja narrada como inimiga do governo em vigor. São convocados, duas gerações depois, os movimentos sociais para garantir que tais direitos não sejam esfacelados.

Poder-se-ia analisar de muitos modos, a partir de variadas materialidades, os registros que nos chegam ao presente acerca das lutas educacionais naquele momento histórico. Se adotamos um periódico específico, isso se deve ao modo singular como essa revista é criada, num governo de transição entre ditadura e democracia, com o objetivo de fazer dialogar as ações dos servidores do Ministério de Educação e Cultura (MEC) com as contribuições de pesquisadores da educação. Não é demais destacar o potencial heurístico da produção discursiva gerada por esse encontro de circunstâncias: o acontecimento histórico do processo constituinte modulado pelo acontecimento discursivo (Pêcheux, 1990) da produção de um periódico que representasse o encontro de um discurso governamental com os discursos que atravessavam as forças educacionais que se bateram contra a ditadura. As materialidades da memória não podem deixar de ser afetadas pelos embates próprios de tal momento histórico.

Para efeito deste artigo, apresentamos brevemente as noções de memória discursiva, interdiscurso e pré-construídos na perspectiva pecheutiana, sintetizamos o histórico do periódico estudado e, tomando como materialidade enunciados extraídos dos textos de apresentação de cada número do periódico que compôs o volume 24, analisamos os modos de funcionamento do discurso através de estratégias baseadas em encaixes sintáticos e discurso transversal.

2. MODOS DE FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA DISCURSIVA

Antes de proceder à análise propriamente dita, coloca-se a questão da memória discursiva e seus modos de funcionamento: ao colocar em discussão as questões educacionais que deverão entrar no debate constituinte, como o interdiscurso atravessa os enunciados do discurso governamental rearranjado como discurso acadêmico? Indursky (2011) assim define a característica essencial da memória discursiva “tal como ela é convocada pela AD”:

o sujeito, ao produzir seu discurso, o realiza sob o regime da repetibilidade, mas o faz afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele saber. Por conseguinte, a *memória* de que se ocupa a AD não é de natureza cognitiva, nem psicologizante. A memória, neste domínio do conhecimento, é social. E é a noção de *regularização* que dá conta dessa memória [...] São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido socio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (2011, p. 70-71, grifos da autora).

Questionando qual é a natureza dessa repetição, a autora recorda os processos de ressignificação que ocorrem a cada novo uso do enunciado evocado, migrando entre formações discursivas e estabelecendo novas relações com os processos ideológicos. Ao “complexo das Formações Discursivas das quais uma é dominante” (2011, p. 72) a AD pecheutiana denomina *interdiscurso*.

Para Indursky (2011), a memória ganha materialidade no discurso através de diferentes modos de funcionamento discursivo; destes, destacamos aqui a repetibilidade: “*relações de parafrase* que as diferentes expressões, palavras e enunciados mantêm entre si no interior de

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

uma *matriz de sentido* que se organiza no âmbito de uma *Formação Discursiva (FD)*” (2011, p. 68; grifos da autora). Os modos como são reproduzidos os jogos de repetição se ancoram numa memória social, mais do que numa memória psicológica, lembra a autora; assim, não há que negar que nosso olhar sobre uma produção datada é, ele também, datado: o atual momento histórico, em que os ganhos populares das lutas presentes na Constituinte são questionados, nos obriga a retomar a memória de tais lutas em seus vários modos de materialização.

Analisando os modos como os processos de repetição se produzem na perspectiva pecheutiana, Indursky afirma que é a noção de pré-construído que “vai permitir melhor perceber os entrelaçamentos entre *repetição, memória e sentidos*” (2011, p. 69). Os pré-construídos, na visão da autora, podem ser mobilizados de duas maneiras: através de encaixe sintático e discurso transverso. A autora define do seguinte modo a noção de encaixe sintático:

o pré-construído mobiliza uma operação sintática que sinaliza a fronteira entre o que veio de outro lugar, o pré-construído, e o que foi produzido pelo sujeito do discurso. No entanto, esse encaixamento, em lugar de ser assim percebido pelo sujeito, produz o efeito de ter sido formulado no seu discurso (2011, p. 69).

Encontramos então no encaixe sintático, as marcas de fronteira entre os discursos. No discurso transverso, no entanto, tais marcas não aparecem claramente, porque são externas aos enunciados e os constituem, funcionando como memória do discurso de fundo, mais abrangente:

o discurso transverso funciona como “exterior ao discurso considerado e o implícito que ele constitui é explícito alhures” (Pêcheux e Fuchs s/d., p. 39). É com esta formulação que podemos nos acercar melhor do funcionamento do discurso transverso e é ela que ilumina o modo como este processo de retomada se faz no discurso do sujeito: o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar (2011, p. 70).

A escolha do *corpus* a ser analisado, para efeito deste artigo, centra-se no volume referente ao ano de 1985 do periódico *Em Aberto*; ali são apresentados e discutidos os desafios educacionais no período de transição para a democracia, preparando a disputa que se estabeleceria, nos

três anos seguintes, na Assembleia Nacional Constituinte. Nossa pretensão de que os artigos publicados em tal *corpus* representem um ponto de vista governamental se ancora no fato de que o *Em Aberto*, tendo sido criado como um periódico do MEC, tenha circulado internamente a esse órgão de governo em sua primeira fase, como esclarecemos ao estudar o histórico e estrutura do periódico, mais adiante. Tratar-se-ia, portanto, de um discurso oficial, entendido como a enunciação assumida por um órgão de governo.

Convocado aqui para rememorar os embates próprios do período histórico em estudo (no campo educacional), tal *corpus* sofreu recortes, dada sua amplitude: para efeito deste artigo, destacamos enunciados presentes nos textos de apresentação de cada número. Em tais enunciados, acompanhamos a mobilização de pré-construídos através das duas maneiras apontadas por Indursky (2011).

Inicialmente foi feita a busca na página do INEP, a coleta dos exemplares digitalizados e após uma abordagem de identificação da estrutura do periódico foi construída uma tabela com todos os números publicados, organizados por ano, número, período e tema do número. O periódico tratou, a cada número, de um tema específico, nas seções Apresentação, Enfoque e Ponto de Vista. Localizados os temas referentes ao processo constituinte, foi feita a leitura completa das três primeiras seções, destacando-se ali os problemas apontados/delineados e as possíveis formas de enfrentamento de tais problemas. Para este trabalho, foram selecionados os números referentes a 1985, quando aparecem pela primeira vez, explicitamente, as temáticas da educação na Constituinte que se iniciava.

Acerca das técnicas de trabalho com periódicos, Nepomuceno afirma que

[...] praticamente inexistem entre os autores que se dedicam ao trabalho com periódicos, estudos que ensinem a arte de ler, ou seja, de abordar periódicos, embora existam estudos que, ao tratarem de periódicos, desempenhem esse papel (Nepomuceno, in Leite e Alves, 2011, p. 199).

Em seu texto, a autora cita vários trabalhos desse último tipo, cuja busca pode ajudar a for-

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

mular um modo de trabalhar com notícias de jornal, mas não enfoca os periódicos acadêmicos.

3. EM ABERTO: HISTÓRICO E ESTRUTURA DO PERIÓDICO

No periódico *Em Aberto*, temos uma configuração singular, já que sofreu mudanças em sua concepção ao longo do tempo. Em sua forma atual (2021), ele se apresenta como claramente acadêmico: conta com comitê editorial oriundo de várias universidades, conselho editorial nacional e internacional, estabelece regras de submissão e avaliação cega por pares, como fica claro na própria página de créditos¹ da publicação em seu último número:

Em Aberto é uma revista monotemática do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), destinada à veiculação de questões atuais da educação brasileira. A exatidão das informações e os conceitos e as opiniões emitidos neste periódico são de exclusiva responsabilidade dos autores.

1. <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/496>

Em sua fase inicial, no entanto, na década de 1980, o periódico teve circulação interna no MEC, dado que nos levou a uma pesquisa paralela acerca da perspectiva adotada no início da nova República para a função do INEP dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Rothen (2008, p.18) indica que nesse período o INEP passava por “uma crise de identidade” (de acordo com o autor, iniciada em 1976, sob a direção da interventora Maria Mesquita de Siqueira e tendo durado até o mandato do ministro Paulo Renato de Souza, em 1997, já no governo FHC). Tal crise se ancora em duas mudanças importantes nos objetivos do instituto; pela primeira, o INEP deixou no fim da década de 1970, “de ser um órgão de investigação das questões educacionais e passou a ser um financiador de pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica” (Rothen, 2008, p. 23). A segunda mudança ocorreu a partir de 1985, já na Nova República:

No governo Sarney o Instituto deixou de ser um órgão de fomento à pesquisa e passou a ser um órgão de assessoramento ao governo – houve nessa fase um sensível afastamento do Inep relativamente à comunidade acadêmica. Por um lado, o Instituto deixou de financiar as pesquisas, mas, por outro, suas produções editoriais, como a Rbep, por exemplo, estavam voltadas para a publicação de matérias da comunidade acadêmica. (Rothen, 2008, p. 23).

O periódico tradicional do INEP era a conhecida Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP); com a mudança do INEP para Brasília (em 1976) e a redução e simplificação de sua estrutura (BRITTO, 2008), e ainda tendo sido extinto o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a RBEP teve sua periodicidade afetada, tornando-se irregular. Diz Britto (2008, p. 40): “Na gestão de Hélio Ulhoa Saraiva, de 1981 a 1983, a RBEP passou por uma fase de reorganização”:

Somente na administração da professora Lena Castelo Branco (1983-1985) é que a Revista voltou a ser editada, com expressivo apoio de comitê editorial, composto de especialistas em educação provenientes de várias universidades. Com periodicidade quadrimestral, sua publicação manteve-se regular nas gestões de Vanilda Paiva, Pedro Demo e Marcos Formiga (Britto, 2008, p. 40).

Diz Mendonça (2008, p. 111) que “o Inep se caracterizou por um estatuto institucional ambíguo, constituindo-se em um órgão de pesquisa que tinha simultaneamente atribuições executivas”. Tal ambiguidade é explicada por Rothen (2008, p. 25-26), ao definir o Inep como “um órgão que tem por vocação a pesquisa, a documentação e a disseminação da informação educacional, mas que, para exercer essa vocação, paga o tributo de executar política pública”. Faz sentido assim que, naquele momento de transição para a democracia, o periódico governamental tivesse deslocado sua ênfase da pesquisa para o assessoramento das políticas a serem implementadas. Na página do INEP onde se apresenta o histórico do órgão², encontramos a afirmação de que em 1985, o INEP “retirou-se do fomento à pesquisa para retomar sua função básica de suporte e assessoramento aos centros decisórios do Ministério da Educação” (Brasil, 2019, não paginado), confirmando a afirmação anterior de Rothen (2008). O lançamento do Em Aberto, então, de algum modo supriu a lacuna deixada pela RBEP naquele momento histórico, mas seu formato indicava essa função de assessoramento, como informa Pilatti (2012, p. 42):

Foi assim que surgiu a proposta de se criar um veículo por meio do qual o Inep pudesse levar essas contribuições aos servidores e, ao mesmo tempo, trouxesse os pensadores, professores e pesquisadores da educação, pertencentes às mais diversas correntes teóricas, metodológicas e mesmo ideológicas para interação direta com sua máquina administrativa. Imaginava-se que se poderia contribuir para que os funcionários, ou parte deles,

2. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>.

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

sem deixarem de ser executores das ações e políticas educacionais, pudessem também estudar e compreender as diretrizes, critérios e princípios vigentes para não apenas executá-los com maior eficiência (quando pertinentes), mas também visualizarem alternativas possíveis diante de um novo quadro.

No momento do levantamento de dados (abril a novembro de 2019), o periódico disponibilizava todos os seus números *on line* (desde sua primeira publicação em 1981), tanto na página do periódico quanto no site do INEP³. A partir dessas fontes, fizemos, no primeiro número do *Em aberto* (novembro de 1981), um estudo do formato, destacando objetivos, estrutura e periodicidade.

Em seu primeiro número, ainda no mandato do general Figueiredo (que governou de 1979 a 1985), o periódico anunciava como meta “aproximar e articular os técnicos do MEC” (1981, não paginado), como vimos em Pilatti (2012).

Desse modo, sua leitura neste trabalho o situa como um discurso governamental, tomando-se como indício de autoria a vinculação com um órgão de governo e a intenção de circulação interna, por um lado, mas também de produção de material para uso na graduação e pós-graduação, como indica Fávero (2012, p. 20):

A criação do *Em Aberto*, em 1981, tem um significado especial. De um lado, destinava-se inicialmente ao próprio corpo técnico do Ministério da Educação e Cultura (MEC), procurando suscitar a reflexão e o debate sobre questões atuais e relevantes da educação brasileira. A informação sobre a grande tiragem dos primeiros números (7 mil exemplares), inclusive pela sua demanda por parte da comunidade acadêmica, para uso como material didático nos cursos de graduação e pós-graduação, já era um primeiro sinal do acerto de seu lançamento.

O autor destaca ainda elementos de forma, descrita como inovadora se comparado com os periódicos da época: chama a atenção para o formato monotemático e para a possibilidade de serem apresentadas sobre o tema de cada número um mapeamento e atualização do debate, trazendo opiniões diversas “e até contrastantes” (Fávero, 2012, p.20): consideremos que opiniões contrastantes ainda eram apresentadas com cautela, dada a censura aos pontos de vista

3. Disponível em dois locais, na página do INEP/MEC <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto>): no sistema eletrônico de submissão e no botão Acervo. Neste último podem ser acessadas as versões originais do periódico, em pdf, que foram utilizadas para este trabalho.

na ditadura recém finda. Em termos de formato, o *Em Aberto* se inicia muito distinto dos periódicos acadêmicos de modo geral, dos quais destacamos: “a impressão em folhas soltas, de cores diferentes em cada seção, e a capa contendo informações sobre eventos significativos [...] (Fávero, 2012, p. 20). O formato de folhas soltas permitia que fossem afixadas em murais, as cores distintas permitiam aos leitores uma rápida escolha da seção de seu interesse.

Até o ano 4, número 26 (abril a junho de 1985), o periódico continuou se identificando, na capa, como destinado à circulação interna no ministério e trazia a reprodução de documentos oficiais ou publicações de outros periódicos, transcrições de trechos de livros ou artigos que podem ter sido encomendados, já que não aparecem indicações para submissão de artigos. Foi somente no número 27, ano 4 (julho a setembro de 1985), já no mandato presidencial de José Sarney, que o periódico deixou de ser restrito à circulação interna e passou a apresentar ficha técnica com conselho editorial. Ainda não apresentava, no entanto, normas para submissão de trabalhos. A ficha catalográfica do último número (vol. 34, n 110, 2021) indica que a publicação foi irregular até 1985 (foram publicados no período um número em 1981, dez em 1982, oito em 1983, seis de 1984 em diante) e bimestral de 1986 a 1990.

4. MEMÓRIA E PRÉ-CONSTRUÍDOS NO DISCURSO EDUCACIONAL DO GOVERNO NO PERÍODO PRE-CONSTITUINTE

As primeiras edições do *Em aberto* dedicadas explicitamente às mudanças esperadas na educação nacional dentro do processo de democratização e do processo constituinte foram publicadas no ano de 1985, ainda no formato de circulação interna, de modo que se pode inferir que se tratam de debates nos limites daquilo que era considerado importante para o Ministério de Educação e Cultura tanto para o “suporte à tomada de decisões” quanto como estratégia de produção e difusão de conhecimento, conforme apontado na página já citada (Brasil, 2019, não paginado). Naquele ano, foi publicado o volume 4, cujos números 25, 26, 27 e 28 (um por trimestre) abrangem o recorte temporal naquele ano.

O número 25 (referente ao período de janeiro a março de 1985) se intitula *Perspectivas da educação brasileira*, tendo em vista, conforme seu texto de apresentação (Painel, 1985, não paginado), a transição em andamento para a democracia. Transcrevemos abaixo os dois primeiros parágrafos da Apresentação, na seção Painel, entendidos como enunciados:

E 1

Procurando corresponder à expectativa de uma conquista do espaço que a educação _por direito _ deve ocupar nas amplas e acirradas discussões dos problemas nacionais, *Em Aberto* tentou sempre manter-se fiel ao seu escopo maior e, desde o primeiro número, estimulou a reflexão e o debate úteis à busca de soluções educacionais.

E 2

Aliando-se, mais uma vez, aos educadores brasileiros, e esperando que o período que ora se inicia constitua-se numa etapa nova e realizadora de nossa educação vem, neste número, oferecer subsídios para a discussão sobre os rumos que devem tomar as questões educacionais do país.

Chamamos a atenção do leitor para o movimento discursivo presente em E1: o texto se refere ao esforço que faz o periódico para corresponder à “expectativa de uma conquista do espaço que a educação _ por direito _ deve ocupar nas amplas e acirradas discussões dos problemas nacionais”. O implícito, aqui, se ancora no fato de que a publicação se dá no início dos anos da redemocratização do país (“o período que ora se inicia”); a sequência discursiva estabelece diálogo, então, com a memória da ditadura recém-encerrada. Nesse regime de transição, a educação não ocupa ainda o espaço que merece nas discussões nacionais; isso se configura como expectativa de conquista; manifesta na expressão “deve ocupar”. É, entretanto um direito, que tem sido até ali negado. O discurso transversal, constituído em outros ditos, deixa um vazio quanto ao sujeito de uma frase não dita, mas pressuposta: quem negaria para a educação a condição de direito? A memória da censura recente, própria dos anos ditatoriais justifica de sobra esse não-dito.

Ainda em E1, temos uma formulação que mostra um deslocamento discursivo. A afirmação de que o periódico sempre “estimulou a reflexão e o debate úteis à busca de soluções educacionais” subordina à utilidade educacional o debate que, no início da sequência, parecia se encaixar nos grandes debates da época, ou seja, da redemocratização de todos os espaços e atividades sociais. Aqui, o enunciador se apresenta claramente como o governo de transição, cuja tarefa é buscar soluções: o discurso transversal, antes oriundo da vinculação ao movimento dos educadores, aqui se desloca para as funções de governo.

Outro movimento discursivo interessante é o recurso a interlocutores autorizados, os quais, no enunciado seguinte (E2), são os educadores organizados que resistiram à ditadura. O enunciador que denuncia a recusa da ditadura em entender a educação como um direito é o governo de transição, já que é uma revista oficial que vem reivindicar esse lugar de protagonismo da educação; para tanto, se declara aliada dos educadores. Encontramos esse movimento discursivo em E2: “aliando-se, mais uma vez, aos educadores brasileiros”. Assim, tal aliança deve contribuir para que a educação seja também debatida “nas amplas e acirradas discussões dos problemas nacionais”. Tal aliança não seria a primeira: na formulação “mais uma vez” temos a marca discursiva dessa reivindicação de um vínculo já estabelecido entre governo e educadores.

Os educadores organizados, no Brasil, desempenharam no processo de redemocratização, o que justifica que sejam evocados como voz de autoridade no discurso governamental. Os anos anteriores a 1985, ano de publicação do volume em discussão, viram acontecer três Conferências Brasileiras de Educação (Pinheiro, 2015). Nelas, foram intensos os debates acerca da democratização do país.

As “discussões dos problemas nacionais” destacadas em E1, assim como os “rumos que devem tomar as questões educacionais do país”, formulação presente em E2, parecem oriundas de outra formulação discursiva, esta dispersa nos temas tratados nas Conferências, aparecendo

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

aqui como um encaixe sintático. De acordo com Pinheiro (2015), o tema da I CBE (em 1980, na PUC SP) foi “Política educacional”; da II CBE foi “Educação: perspectivas na democratização da sociedade” (1982, na UFMG); da III CBE (UFF, 1984) foi “Das críticas às propostas de ação”. O tema da III Conferência, segundo Pinheiro (2015), tem relação com as eleições de candidatos vinculados às lutas democráticas no ano de 1984, assim como com a mobilização pelas “Diretas já” (movimento nacional por eleições diretas para presidente). Assim, a aliança anunciada em E2 parece querer marcar uma distinção entre governo e movimento dos educadores; distinção que, no caso da sequência temática do volume 4 do Em Aberto, parece não ter muito sucesso. Veremos isso nas temáticas escolhidas para os números seguintes do periódico.

O número 26, correspondente ao trimestre abril-junho, tem como temática *Educação e política*; a relação entre os dois termos é justificada na apresentação por ter despertado “o interesse dos educadores” (Painel, 1985, não paginado), tanto pelo momento político que vive o país (os processos de redemocratização) quanto pela necessidade de entender melhor os processos pedagógicos propriamente ditos. Transcrevemos abaixo os dois primeiros parágrafos da Apresentação, na seção Painel, aqui tomados como enunciados:

E3

Os estudos e debates acerca das relações entre educação e política vem despertando o interesse dos educadores, tanto pelas transformações vividas pela sociedade brasileira no atual momento político como pela possibilidade de que, a partir daí, sejam desvelados conhecimentos que permitam uma adequada compreensão da educação.

E4

Abordado já em várias ocasiões e em diversos aspectos, o assunto, todavia não se esgota, apresentando sempre novos ângulos a analisar e outros a aprofundar ou reexaminar. Em Aberto, neste número, concentra sua atenção no tema educação e política e brinda o leitor com artigos que tratam sobretudo do vínculo entre política e processo pedagógico.

“As transformações vividas pela sociedade brasileira”, em E3, são um modo de parafrasear os esforços de superação do período ditatorial; próximo demais no tempo para ser nominado numa publicação governamental, o enfrentamento com a ditadura aparece como discurso transversal. Assim, produzir um número que faça com que educação e política possam ser relacionadas se delinea ainda como um passo cuidadoso, cheio de não-ditos, mas muito compreensível se se considera a matriz de sentidos que organiza aquilo que pode ser dito no momento histórico que enfocamos. Ainda é uma relação que precise ser justificada, explicada; mais uma vez, o “interesse dos educadores” (como interlocutor autorizado de que falávamos antes) é convocado a justificar a escolha editorial. A expressão “vem sendo despertado”, no entanto, ancora num tempo recente tal interesse, como se não tivesse sido o próprio movimento de educadores a forçar o debate da educação a partir da política. O movimento discursivo desloca, com o sujeito da oração, a autoria: são as transformações na sociedade que despertam o interesse dos educadores, e não a organização e as lutas dos educadores que afetam as transformações sociais. Nas últimas palavras do enunciado a concepção de educação anterior (portanto do período ditatorial, como não-dito sempre presente) é adjetivada como inadequada, já que se espera que os conhecimentos gerados pela possibilidade de relacionar educação e política “permitam uma adequada compreensão da educação”. O cuidado presente na redação (na oposição adequado/inadequado) denuncia como discurso transversal tanto o risco que ainda se corria ao falar livremente de política quanto a própria falta de hábito de fazer isso nos espaços de governo, travados por vinte anos de censura. Assim, os interesses dos editores parecem ficar mais confortáveis quanto apoiados nos interesses dos educadores, público-alvo do periódico, chegando a se confundir com eles.

A primeira parte de E4 volta a elaborar a necessidade de justificar a relação entre educação e política, apresentado como assunto que “abordado já em várias ocasiões e em diversos aspectos [...] todavia não se esgota”. Esse encaixe sintático inaugurado pela conjunção “todavia” permite que se entreveja um interlocutor fantasma, ao qual seria necessário argumentar sobre a ines-

gotabilidade da relação entre educação e política. Para demarcar os indícios da presença desse interlocutor no discurso, basta que nos perguntemos que tipo de concepção daria tal assunto por esgotado. Anunciando “artigos que tratam sobretudo do vínculo entre política e processo pedagógico”, a apresentação do número 26 se mostra cuidadosa naquilo que ousa; evidencia-se nesse cuidado um pré-construído, em que a memória da ditadura recente ensina a não provocar um interlocutor vencido, mas não tanto, uma vez que presente nos não-ditos.

O número 27, referente ao período entre julho e setembro de 1985, traz como temática *Política social e educação*, numa continuidade dos debates do número anterior. A temática é justificada, no texto de apresentação, pelo momento político de redemocratização (“no momento em que o país busca a reconstrução da sociedade democrática”) e pelo lugar importante da educação entre as políticas voltadas para o “atendimento das necessidades básicas da população brasileira, com efetiva prioridade para a área social” (Painel, 1985, não paginado). O enunciado no qual é sintetizada a apresentação é transcrito abaixo:

E 5

No momento em que o país busca a reconstrução da sociedade democrática, assume relevância a discussão acerca da importância de uma política governamental voltada para o atendimento das necessidades básicas da população brasileira, com efetiva prioridade, portanto, para a área social. Em Aberto trata, neste número, do tema “Política Social e Educação”, abordando tanto questões relativas às diferentes políticas sociais como o papel da educação enquanto política social do Estado.

A unidade presente na palavra “país”, em E5, aparentemente nega aquele interlocutor que pressupunhamos nos enunciados do número anterior. Aqui, ao invés de parafrasear os processos de redemocratização como “atual momento político”, temos a referência explícita a tais processos, anunciando que o cuidado na retórica também se reduziu neste enunciado. A expectativa de que todo o país se una na reconstrução da sociedade democrática parece “apagar” a existência discursiva daqueles que a destruíram e que assumiam o governo poucos anos antes. Contraditoriamente, a necessidade de reconstrução da democracia exige a evocação de

uma suposta unidade, para a qual esse interlocutor apagado precisa ser mais uma vez evocado. O movimento discursivo que distingue “país” de “sociedade democrática” (aquele constituído, esta em processo de constituição) permite assim, ao mesmo tempo, a evocação e o apagamento da lógica educacional que presidiu o MEC nos governos militares.

O número 28 (outubro-dezembro) foi nomeado *Educação e trabalho do jovem*, numa “homenagem ao Ano Internacional da Juventude” (Painel, 1985, não paginado) e levando em conta os debates promovidos naquele ano em torno das relações entre juventude, educação e trabalho. A discussão subjacente é o caráter do ensino de 2º grau (profissionalizante ou propedêutico) que será retomada nos anos posteriores.

E7

Em homenagem ao Ano Internacional da Juventude, Em Aberto dedica este número ao tema “Educação e Trabalho do Jovem” e procura oferecer aos leitores oportunidade de reflexão e debate sobre questões que afetam profundamente a juventude brasileira na atualidade. Alguns dos trabalhos aqui publicados constituem contribuições oferecidas ao Simpósio Nacional sobre Educação e Trabalho do Jovem Brasileiro, promovido, em setembro passado, pela comissão nacional do Ano Internacional da Juventude, com o intuito de identificar e analisar problemas e estratégias de ação nos campos da educação, trabalho e assistência social e apresentar proposições de políticas que assegurem aos jovens o pleno exercício da cidadania.

Em E7, o processo de redemocratização se apresenta como discurso transversal na formulação “questões que afetam profundamente a juventude brasileira na atualidade”. Não se referindo a tal processo explicitamente, o discurso o simplifica na fórmula parafrástica “na atualidade”. Esse movimento é contradito pela formulação que fecha o enunciado, em que os trabalhos publicados buscam “identificar e analisar problemas e estratégias de ação [...] e proposições políticas que assegurem aos jovens o pleno exercício da cidadania”. Nessas últimas palavras encontramos, pela negação, o interlocutor silenciado: aquele cuja existência comprometeu o pleno exercício da cidadania. Os campos indicados como prioritários (educação, trabalho e assistência social) dialogam com as políticas sociais anunciadas no número anterior e indicam

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

as áreas que sofreram nos governos ditatoriais, embora os enunciados só possam expressar isso pelo recurso a relações de parafraseagem, como indicava Indursky (2011).

5. CONCLUSÕES

O volume 4 do *Em aberto*, portanto, em suas apresentações, permite entrever os “entrelaçamentos entre repetição, memória e sentidos” (Indursky, 2011) presentes num interdiscurso no qual a ditadura recém-encerrada ainda é interlocutor efetivo. Preparando-se para ter papel importante nos debates educacionais que formulariam um novo capítulo na educação brasileira e trazendo corajosamente as perspectivas dos debates presentes nos movimentos de educadores materializado nas Conferências Brasileiras de Educação, o periódico não pode deixar de mobilizar os sentidos trazidos da memória (muito recente no volume estudado) da censura e das limitações impostas ao debate das relações entre educação e política, entre política e processos pedagógicos, entre educação e trabalho. Não deixa, no entanto, de trazer as questões candentes que, em 1986, seriam sintetizadas na IV Conferência (ocorrida na UFG, em 1986). O tema dessa Conferência foi Educação e Constituinte, gerando a carta de Goiânia, que sintetiza as elaborações realizadas nas conferências anteriores. Conforme Pinheiro (2015, p. 159), a partir dessa Conferência a “Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) [...] passa a protagonizar mais efetivamente a discussão em nível federal” tendo sido uma das entidades a propor a Carta de Goiânia.

Tomar o *Em Aberto* como representação do discurso governamental, no período, leva a questionamentos, já que em suas temáticas aparece mais esse protagonismo das organizações de educadores responsáveis pelas Conferências do que a voz dos gestores do período. No entanto, não se pode ignorar que o governo de transição era um governo de coalisão; o discurso governamental então precisa de incorporar os debates presentes nas lutas por democracia. Desta forma, os pré-construídos que atravessam os textos de apresentação do *Em Aberto* evocam as contradições próprias do período pós-ditadura; nos processos de parafraseagem mar-

cados em seus enunciados encontramos marcas discursivas da cautela própria da necessidade (ainda em superação naquele momento histórico) de escapar/desviar da censura. O recurso discursivo a interlocutores qualificados, no *corpus* analisado, apresenta os educadores brasileiros ora como aliados, ora como público-alvo. Ainda que sempre qualificados no plural (como educadores) não aparecem no texto como organização da sociedade. É no subtexto, quando comparamos a sequência temática das Conferências Brasileiras de Educação e dos números do periódico que encontramos o movimento de educadores presente, não apenas como aliado, mas dividindo a autoria.

Fazemos aqui um exercício de trabalhar contra o esquecimento, tanto no sentido proposto por Heymann (2006) como o apagamento da dor gerada por fatos passados, como no sentido pecheutiano, como a ilusão da autoria e da impossibilidade de dizer de outro modo. A análise de discurso, tomando a memória como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, in Achard et al, 1999, p. 56), faz do trabalho analítico esse movimento de encontrar, na materialidade do discurso, indícios dos embates e das dores que os acontecimentos (tanto históricos quanto discursivos) provocaram e provocam.

A pesquisa levada a cabo até aqui se apresenta como um primeiro passo para uma análise da produção discursiva que atravessa a produção do Capítulo da Educação na Constituição Brasileira de 1988, produção que embasou as conquistas educacionais das três décadas seguintes. Os direitos educacionais ali previstos foram conquistados palmo a palmo pelas lutas sociais, com destaque para as organizações dos educadores brasileiros. A continuidade da pesquisa, encarada como “dever de memória” (Heymann, 2006), deverá tratar desse processo histórico de conquista de uma educação democrática, que cabe a nós, educadores, proteger e aprofundar.

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA; *Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

REFERÊNCIAS

Brasil (2021) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *História*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>

Britto, J. M. (2008). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep): espelho da ação do Inep. In J. S. Moraes (Org.) *O Inep na visão de seus pesquisadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Coleção Inep 70 anos, V. 3), 31-42.

Fávero, O. (2012) Disseminação dos resultados das pesquisas em periódicos da área de educação: o papel e o lugar do Em Aberto. *Em Aberto*, vol. 25, n. 87. 2012. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.25i87.2360>.

Ferreira, M. dos S. (2019). A utilização do conhecimento científico: uma discussão sobre as pesquisas educacionais e a formulação de políticas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.2, p.123-130. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.4i2.123130>.

Heymann, L. (2006) *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC.

Indursky, F. (2011) A memória na cena do discurso. In F. Indursky; S. Mittmann & M. C. L. Ferreira, *Memória e história na/da análise de discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Mendonça, A. W. P. C (2008). Três momentos de uma (já) longa história: o Inep na trajetória pessoal de uma pesquisadora. In J. S. Moraes (org.). *O Inep na visão de seus pesquisadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Nepomuceno, M. A. Imprensa periódica, intelectuais e organização da cultura em Goiás (1942-1944). In J. L. Leite & C. Alves, *Intelectuais e história da educação no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011.

Pêcheux, M (1999). Papel da memória. In P. Achard, Pierre; et al. (1999) *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes.

_____(1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.

Pilati, O. (2012). Memórias Em Aberto. *Em Aberto*, vol. 25, n. 87. 2012. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.25i87.2361>.

Rothen, J. C. (2008). Inep com seus 70 anos: um senhor maduro em constante busca de sua identidade. In J. S. Moraes (Org.) *O Inep na visão de seus pesquisadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

ANJOS, HILDETE PEREIRA DOS, MARTÍNEZ, SÍLVIA ALÍCIA, MONÇÃO, VINICIUS DE MORAES & MACHADO, FRANCINE DE SOUZA;
Discurso e pré-construídos no periódico brasileiro Em Aberto (1985): modos de funcionar de uma memória discursiva / Discourse and preconstructed in the Brazilian journal Em Aberto (1985): functioning ways of a discursive memory
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 69-90

FONTES

Em Aberto, vol 34, nº 110. Acesso em setembro 09, 2021 em <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/492/129>

Em Aberto, vol. 4, nº 25. Acesso em setembro 09, 2021 em
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/168>

Em Aberto, vol. 4, nº 26. Acesso em setembro 09, 2021 em
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/169>

Em Aberto, vol. 4, nº 27. Acesso em setembro 09, 2021 em
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/170>

Em Aberto, vol. 4, nº 28. Acesso em setembro 09, 2021 em
<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/171>

O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística

The establishment of discourse relations as a discursive maneuver in the process of managing faces and places in a journalistic interview

**BRAGA, PALOMA
BERNARDINO**
palomabbraga@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

**BRITO, DANIEL
MARTINS DE**
danielmrtinsb@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Entrevista escrita;
Relações de discurso;
Processo de figuração.

RESUMO: Ao longo das interações, os interlocutores se valem de diversas manobras discursivas para atingirem seus objetivos comunicativos. Uma dessas manobras é o estabelecimento de relações de discurso para articular constituintes textuais com o objetivo de gerir faces e territórios. Sob esse prisma, o presente artigo investiga de que forma as relações de discurso interativas (argumento, contra-argumento, reformulação, preparação etc) atuam no processo de gestão de faces e territórios (processo de figuração) em uma entrevista escrita, publicada em 2019 na seção *Entrevista da 2ª da Folha de S. Paulo*, cujos participantes foram: Anna Virginia Balloussier (AVB), jornalista da Folha, e Marcello Crivella (MC), que, na época, era prefeito do Rio de Janeiro. Partimos da hipótese de que essas relações de discurso desempenham um importante papel no processo de figuração, atuando, assim, como recursos interacionais por meio dos quais os participantes da entrevista tentam alcançar seus objetivos comunicativos e negociar imagens identitárias. Para realizar essa análise, utilizamos como referencial teórico-metodológico o Modelo de Análise Modular do Discurso, uma abordagem cognitivo-interacionista que visa dar conta da complexidade discursiva decompondo-a em unidades menores.

KEY-WORDS:
Written interview;
Discourse relations;
Facework.

ABSTRACT: Throughout interactions, the interlocutors use different discursive maneuvers to achieve their communicative goals. One of these maneuvers is the establishment of discourse relations to articulate textual constituents in order to manage faces and territories. From this perspective, our article investigates how interactive discourse relations (argument, counter-argument, re-

formulation, preliminary, and so on.) are used on the facework of a written interview, published in 2019 in the interview section of the 2nd edition of *Folha de S. Paulo*, whose participants were: Anna Virginia Balloussier (AVB), a journalist of *Folha*, and Marcello Crivella (MC), who, at the time, was mayor of Rio de Janeiro. Our hypothesis is that these discourse relations play an important role in the facework, thus acting as interactional resources through which the interview participants try to achieve their communicative goals and negotiate identity images. To carry out this analysis, we used as our theoretical-methodological framework the Geneva Modular Approach to Discourse Analysis, which is a cognitive-interactionist approach that aims to account for discursive complexity by breaking it down into smaller units.

1. INTRODUÇÃO

1. Neste trabalho, a expressão “imagens identitárias” faz referência às noções de face e território, que foram propostas por Goffman. De acordo com o sociólogo anglófono, a noção de face diz respeito à “imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (Goffman, 2011, 13-14). Em outros termos, a face constitui a imagem que, baseada em valores sociais positivos, como responsabilidade, ética, honestidade etc., é reivindicada pelos participantes de uma interação. Por sua vez, a noção de território refere-se a um conjunto de elementos físicos e/ou simbólicos os quais constituem uma reserva pessoal que cada interactante possui e costuma preservar durante um encontro. Ainda, corresponde a um conjunto de direitos e desejos que cada interactante tem de não sofrer imposição do(s) outro(s) e de estar e permanecer em liberdade (Goffman, 1973).

2. Entrevista disponível integralmente em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/nao-atuo-como-bispo-evangelico-na-prefeitura-diz-marcelo-crivella.shtml>>. Acesso em: 09 mar.2022.

Em uma interação, diversas manobras discursivas são realizadas tendo em vista a gestão de imagens identitárias (faces e territórios)¹. Partimos da hipótese de que os interactantes produzam intervenções complexas de acordo com seus objetivos comunicativos e, ao produzi-las, valem-se da articulação de constituintes textuais para comentar, argumentar, reformular e até mesmo preparar o interlocutor para a próxima fala (Cunha, 2014), construindo conjuntamente imagens identitárias. Neste estudo, temos como objetivo analisar o papel que as relações de discurso interativas (argumento, contra-argumento, reformulação, preparação, etc.) desempenham no processo figuração — processo por meio do qual os participantes de uma interação utilizam recursos verbais com vistas a negociar imagens identitárias (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001) — em um excerto de entrevista jornalística escrita².

Dessa entrevista, que foi publicada em 2019 na seção Entrevista da 2ª da Folha de S. Paulo, participaram dois interactantes: Anna Virginia Balloussier (AVB), jornalista da Folha, e Marcello Crivella (MC), que, na época, era prefeito do Rio de Janeiro. Para investigar o papel figurativo das relações de discurso no excerto dessa entrevista jornalística — ou seja, o papel que tais relações desempenham na gestão de faces e territórios entre entrevistadora e entrevistado —, adotamos como referencial teórico-metodológico o Modelo de Análise Modular do Discurso (MAM), que será explicado em linhas gerais no próximo item.

A realização deste trabalho se fundamenta no argumento de que, de modo geral, como bem pontua Cunha (2015, 2020a, 2020b), os estudos sobre relações de discurso (ou, a depender da perspectiva teórica, relações textuais, relações retóricas, relações semânticas, etc.) têm como objetivo central descrever e analisar aspectos sobretudo informacionais e/ou estruturais dessas relações e de seus marcadores. Em outros termos, as abordagens dedicadas ao estudo do plano da articulação textual do discurso tendem a focalizar, por exemplo, as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas de conectores e/ou o papel das relações de discurso na construção de

BRAGA, PALOMA BERNARDINO & BRITO, DANIEL MARTINS DE; *O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística / The establishment of discourse relations as a discursive maneuver in the process of managing faces and places in a journalistic interview*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 91-117

um texto coeso e coerente. No entanto, escapa aos interesses de tais abordagens investigar em que medida essas mesmas relações funcionam como recursos interacionais, isto é, como recursos de que os participantes de uma interação podem se valer para negociar faces e territórios (Cunha, 2015, 2020a, 2020b).

A decisão de estudar especificamente o excerto de uma entrevista jornalística escrita se justifica com o fato de inexistirem, no quadro teórico-metodológico do MAM, trabalhos que tomem esse tipo de atividade interacional como objeto sistemático de análise. A decisão de eleger uma entrevista escrita publicada pela *Folha de S. Paulo* para compor o *corpus* deste trabalho se deve ao fato de esse tipo de entrevista ser o objeto de estudo da pesquisa de mestrado de um dos autores.

2. MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO

O Modelo de Análise Modular do Discurso, também conhecido como Escola de Genebra ou abordagem genebrina de análise do discurso, é um modelo cognitivo-interacionista desenvolvido por Eddy Roulet e sua equipe de pesquisadores na Universidade de Genebra (cf. Roulet et al., 1985; Roulet, 1980, 1986, 1987, 1988, 1991, 1992, 1996, 1997, 1999a, 1999b, 2003, 2004, 2006; Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001). Como ressalta Cunha (2014), o objetivo do MAM é descrever e explicar a complexidade discursiva dentro dos estudos da linguagem. Segundo o autor, para dar conta dessa complexidade, o modelo modular propõe uma integração das dimensões linguística, textual e situacional, o que permite que o analista decomponha o discurso em unidades menores e, em seguida, combine-as de acordo com suas necessidades de análise.

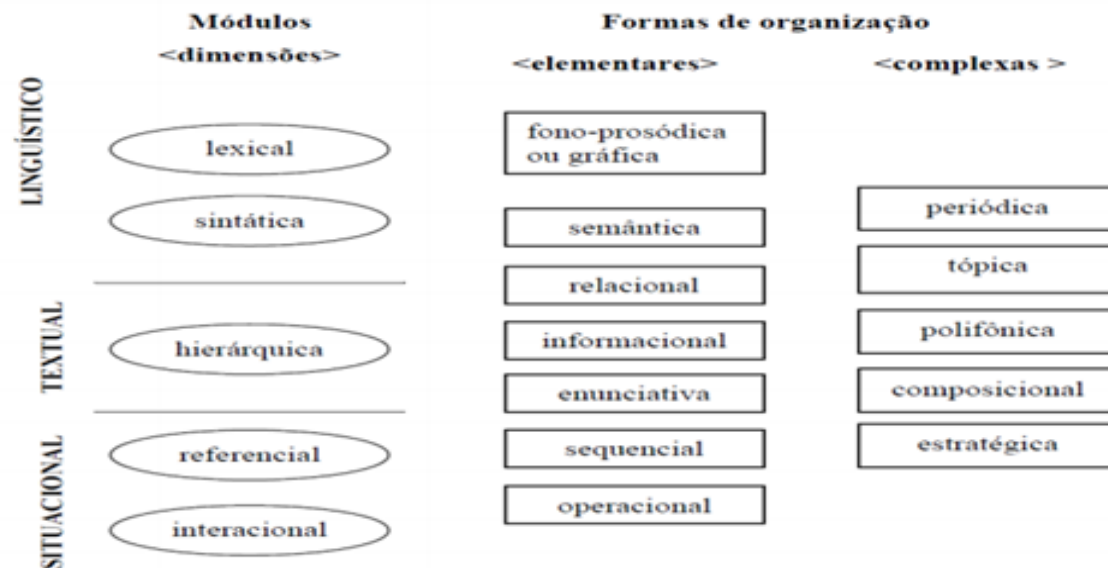
Essas unidades menores e mais simples são chamadas de módulos. De acordo com Cunha (2014, p. 30), “um módulo é definido como um sistema de informações elementares, o qual deve fornecer a descrição de um domínio específico da organização discursiva.” No MAM são propostos cinco módulos, a saber: lexical, sintático, hierárquico, referencial e interacional.

Da combinação dos módulos resultam as formas de organização elementares — são elas: fono-prosódica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, sequencial e operacional. Por meio da combinação entre módulos e formas de organização elementares, são geradas as formas de organização complexas, que podem ser classificadas como: periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

Essa arquitetura do modelo, que é constituída de módulos e formas organização, é sintetizada pelo esquema a seguir:

Figura 1 – arquitetura do Modelo de Análise Modular do Discurso

Fonte: Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001, p. 51.



Em resumo, conforme pontua Cunha (2014), o Modelo de Análise Modular do Discurso é um instrumento de análise da complexidade discursiva bastante abrangente e permite que o pesquisador faça combinação dos módulos e das formas de organização que mais sejam pertinentes para a pesquisa e para o *corpus* em análise.

BRAGA, PALOMA BERNARDINO & BRITO, DANIEL MARTINS DE; *O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística / The establishment of discourse relations as a discursive maneuver in the process of managing faces and places in a journalistic interview*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 91-117

Dessa forma, tendo em vista que o objetivo deste trabalho é estudar o papel que as relações de discurso desempenham na gestão de faces e territórios em uma entrevista, seguiremos um percurso de análise específico para alcançar esse objetivo. A primeira etapa desse percurso é o estudo do módulo referencial, estudo por meio do qual descreveremos algumas propriedades situacionais do gênero entrevista.

A segunda etapa é o estudo da forma de organização relacional, cujo objetivo é identificar e descrever as relações de discurso que entrevistadora e entrevistado estabelecem nas perguntas e respostas que elaboram. Nessa etapa, nos valeremos de algumas noções propostas no módulo hierárquico, como as noções de processo de negociação e estrutura hierárquica.

A terceira etapa é o estudo da forma de organização estratégica do excerto da entrevista, cujo objetivo é analisar a gestão de imagens identitárias realizada pelos interlocutores durante a interação. Nessa etapa, explicitaremos em que medida o uso das relações de discurso constitui uma manobra discursiva que entrevistadora e entrevistado realizam para interagir, negociando faces e territórios.

3. MÓDULO REFERENCIAL E FORMA DE ORGANIZAÇÃO RELACIONAL: O GÊNERO ENTREVISTA JORNALÍSTICA

O módulo referencial corresponde ao estudo das relações que o discurso mantém com o mundo em que está inserido e o mundo que representa. Por meio desse módulo, entenderemos as propriedades do gênero entrevista jornalística. Desta forma, analisaremos as propriedades do mundo em que o discurso analisado, o gênero entrevista jornalística, se insere para que possamos entender, posteriormente, o papel desempenhado pelas relações de discurso interativas na gestão de faces e territórios no excerto da entrevista protagonizada por Anna Balloussier e Marcelo Crivella (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

3. A entrevista coletiva, por exemplo, envolve várias personalidades entrevistadas (ou apenas uma) e diversos entrevistadores (Malta, 2015). Outro exemplo são as entrevistas de que participam vários entrevistados e apenas um entrevistador (Hoffnagel, 2002).

De acordo com Hoffnagel (2002), o gênero entrevista é caracterizado por dois papéis discursivos bem definidos: o de entrevistador, que se responsabiliza pela elaboração de perguntas suficientemente informativas, completas e esclarecedoras, e o de entrevistado, que se responsabiliza pela elaboração de respostas também informativas, completas e esclarecedoras. Nessa mesma perspectiva, Charaudeau (2013) defende a existência de apenas dois papéis tipicamente ligados à entrevista: o de questionador (entrevistador) e o de questionado-com-razões-para-ser questionado (entrevistado). Para os autores, mesmo quando há mais de dois interlocutores interagindo em uma entrevista³, ela é caracterizada por apenas dois papéis: o de entrevistador (ou questionador) e o de entrevistado (ou questionado-com-razões-para-ser questionado). No caso da entrevista jornalística, como a que é estudada neste trabalho, a interação entre entrevistador e entrevistado é observada pela presença de uma audiência (ou um público de leitores, ouvintes, (tel)espectadores) (Fávero & Andrade, 1998; Essensfelder, 2005). Assim, a interação é “especificada pelo contrato midiático: entrevistador e entrevistado são ouvidos por um terceiro-ausente, o ouvinte, num dispositivo triangular” (Charaudeau, 2013, p. 214).

Os dois papéis característicos do gênero entrevista definem as funções que eles normalmente realizam durante a interação. Assim, de modo geral, tal como sinalizam Schneuwly e Dolz (1999), o entrevistador inicia e fecha a entrevista, elabora perguntas, suscita a palavra do entrevistado, introduz novos tópicos e (re)orienta a interação; por sua vez, o entrevistado responde as perguntas do entrevistador, fornecendo-lhe as informações solicitadas. Assim, o gênero entrevista é tipicamente marcado por uma relação vertical entre entrevistador e entrevistado, relação essa que, conforme Kerbrat-Orecchioni (2006), é essencialmente dissimétrica (ou assimétrica).

Nessa relação dissimétrica, “o entrevistador controla a interação, seu direito de fazer as perguntas restringe não somente o que o entrevistado pode falar, mas em boa medida como pode falar” (Hoffnagel, 2002, p. 192). Em outros termos, o entrevistador ocupa, *a priori*, uma posição interacional superior em relação à posição ocupada pelo entrevistado, já que “ser responsável

pela abertura e pela conclusão das principais unidades conversacionais é igualmente considerado como o indicador de uma posição alta” (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 72). A introdução de novos tópicos, que é uma tarefa tipicamente desempenhada pelo entrevistador, também marca a posição superior do entrevistado. Afinal, tal como afirma Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 74), ocupará uma alta posição interacional “aquele que conseguir impor a seu parceiro as escolhas temáticas [no decorrer do encontro]”.

Apesar de o entrevistador ocupar, *a priori*, um lugar interacional superior, não é possível afirmar que em toda e qualquer a entrevista esse lugar se mantém estático ao longo do encontro. Afinal, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 74), “a interação é um processo dinâmico, no qual nada é determinado de uma vez por todas”. Nesse sentido, a relação dissimétrica entre entrevistador e entrevistado não é estanque, podendo, por isso mesmo, constituir objeto de sucessivos ajustes ou até mesmo subversões pelos interlocutores. Tanto é que há momentos em que o entrevistado decide, em função de seus objetivos comunicativos, dirigir “a entrevista, aprovando ou não a ação do entrevistador, fazendo-lhe perguntas, muitas vezes” (Fávero, 2000, p. 80). Há ainda casos em que o entrevistador decide, “a qualquer momento, tomar o turno e mudar o tópico discursivo em desenvolvimento, alterando, assim, a direção da entrevista” (Fávero & Andrade, 1998, p. 3).

Então, embora a relação dissimétrica entre entrevistador e entrevistado tipicamente favoreça o entrevistador, nada garante que os interlocutores ocupem uma mesma posição hierárquica durante toda a interação. Afinal, porque uma entrevista, assim como qualquer atividade interacional, é dinâmica, entrevistador e entrevistado podem se valer de diferentes recursos linguageiros, como as relações de discurso, para interagir e negociar as relações de hierarquia que os liga — como veremos no próximo item.

4. FORMA DE ORGANIZAÇÃO RELACIONAL: AS RELAÇÕES DE DISCURSO INTERATIVAS

De acordo com os estudiosos da Escola de Genebra, qualquer forma de discurso (literária, não literária, oral, escrita, monologal, dialogal) constitui uma interação verbal situada à qual subjaz um processo de negociação, que normalmente é formado por três fases: proposição, reação e ratificação. Nessa perspectiva, um diálogo formado, por exemplo, por uma pergunta (Quantas horas?), uma resposta (São 11h!) e um agradecimento (Obrigado!) materializa um processo de negociação formado por proposição (a pergunta), que desencadeia uma reação positiva (a resposta), que, por sua vez, suscita uma ratificação (o agradecimento) (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

Na Escola de Genebra, todo processo de negociação pode ser descrito do ponto de vista textual. Para isso, essa abordagem propõe um importante instrumento metodológico: a estrutura hierárquica (EH). A estrutura hierárquica é um instrumento por meio do qual o analista pode representar a materialidade textual do processo de negociação. Ela é formada por três tipos de constituintes textuais: trocas, intervenções e atos. De acordo com Roulet (1999a) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), a troca é o constituinte textual que representa todo o processo de negociação, ao passo que a intervenção corresponde à representação textual de cada uma das fases que constituem o processo de negociação (proposição, reação e ratificação). Já o ato corresponde ao constituinte textual que se caracteriza como a menor unidade de análise textual do discurso, podendo fazer parte de uma troca ou de uma intervenção (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001). Para mostrar de que maneira uma negociação é descrita, do ponto de vista textual, pela estrutura hierárquica, apresentamos a seguinte estrutura hierárquica, que representa a materialidade textual do processo de negociação exemplificado no parágrafo anterior:

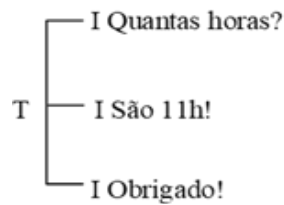


Figura 2 – Exemplo de estrutura hierárquica

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Roulet, Filliettaz e Grobet (2001, p. 57), “o desenvolvimento e a conclusão desse processo de negociação são ligados a duas restrições de completude, chamadas monológica e dialógica”. A completude dialógica, a primeira restrição, diz respeito ao alcance do duplo acordo entre os interactantes. Assim, para satisfazer essa restrição, os interactantes devem conduzir a negociação de modo a fazer com que ela atinja uma ratificação. Já a segunda restrição, a completude monológica, diz respeito à necessidade de cada fase do processo de negociação (proposição, reação e ratificação) ser construída pelo locutor de modo que o interlocutor possa considerar que ela constitui uma intervenção obediente a dois tipos de exigência: uma comunicativa e outra ritual. Do ponto de vista comunicativo, a intervenção deve ser avaliada pelo interlocutor como suficientemente esclarecedora, completa e informativa, enquanto que, do ponto de vista ritual, ela deve ser avaliada como pouco ameaçadora para as faces e os territórios em jogo (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

De acordo com Roulet (1999a, 2003, 2006) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), a essas duas restrições se ligam dois conjuntos de relações de discurso, que são recursos languageiros que atuam na articulação entre os constituintes textuais e as informações estocadas na memória discursiva⁴. À restrição de completude dialógica se liga o conjunto das relações ilocucionárias, que são: interrogação, pedido, informação, resposta e ratificação. Já à restrição de completude monológica se liga o conjunto das relações interativas, a saber: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, clarificação, preparação e comentário. Com exceção das relações de preparação e clarificação, as relações interativas podem ser sinalizadas por conectores, expressões conectivas, advérbios ou construções sintáticas (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001):

4. A memória discursiva é definida como o “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (Berrendonner, 1983, p. 230).

- a) argumento – *porque, pois, uma vez que, para, como, por exemplo, além de, tanto que, portanto, por consequência, conseqüentemente, etc.;*
- b) contra-argumento – *mas, mesmo que, embora, porém, todavia, apesar de, etc.;*
- c) reformulação – *ou seja, na verdade, isto é, ou melhor, enfim, quer dizer, melhor dizendo, etc.;*
- d) topicalização – *deslocamento à esquerda ou marcadores como quanto a, em/com relação a, no que diz respeito a, no que tange a, etc.;*
- e) comentário – *que, no/a qual, cujo/a, em que, o que, etc.;*
- f) sucessão – *depois de, em seguida, logo após, etc.*

As relações de preparação e clarificação são indicadas pela posição dos constituintes textuais na estrutura hierárquico-relacional do discurso. Enquanto que a relação de preparação ocorre quando um constituinte subordinado⁵ antecede um constituinte principal, a relação de clarificação ocorre quando uma troca subordinada é aberta após um constituinte principal para esclarecê-lo (Roulet, 1999a; Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

É muito importante frisar que não é ao próprio locutor que recai a responsabilidade de avaliar a completude de sua intervenção, mas ao interlocutor, conforme as regras contextuais o autorizam. Então, ainda que o locutor se esforce para construir uma intervenção coesa, completa, coerente, bem articulada (exigência comunicativa) e que não coloque em perigo as faces e os territórios dos demais participantes da interação (exigência ritual), a completude monológica dessa intervenção permanece sujeita a eventuais objeções do interlocutor. É justamente nessa perspectiva que, para o MAM, o discurso é dialógico em sua essência. Afinal, no curso de uma interação, o locutor, ao elaborar suas intervenções, efetua “sucessivos processos de ajustamento que podem envolver o interlocutor de forma mais ou menos aberta e que atestam esse caráter fundamentalmente dialógico do discurso monológico” (Roulet, 1986, p. 191).

5. No MAM, a subordinação é uma noção textual, não se confundindo, portanto, com a noção de subordinação sintática ou gramatical. Nesse sentido, a subordinação ocorre quando a existência de um constituinte textual (ato, troca ou intervenção) depende da existência de outro constituinte textual. Nesse caso, o constituinte dependente é subordinado ao constituinte independente, que se caracteriza como principal (Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

Diante das explicações apresentadas até aqui, procederemos ao estudo hierárquico-relacional da entrevista que constitui nosso *corpus*. Por motivo de espaço, desenvolveremos a análise de apenas um excerto dessa entrevista, como já informado antes. Conforme propõe o módulo hierárquico, esse excerto foi segmentado em atos⁶:

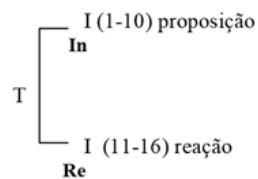
Entrevistadora – (1) É normal que governantes se sintam incomodados com a cobertura da mídia sobre suas gestões. (2) O sr. centra suas críticas à Globo. (3) É um pouco como o ovo e a galinha? (4) A Globo o critica por ser sobrinho do bispo Edir Macedo, (5) dono da concorrente Record, (6) ou o sr, critica a Globo por ser sobrinho dele?

Entrevistado – (7) Não seria uma boa pergunta para um prefeito de uma cidade com tantos assuntos a tratar: (8) enchentes, educação.

Entrevistadora – (9) O sr. trouxe a Globo à conversa, (10) por isso pergunto.

Entrevistado – (11) Há, sim, um preconceito da Globo. (12) Não mostram as coisas boas do governo. (13) Tem uma hashtag famosa, (14) não fui eu que inventei; (15) “Isso a Globo não mostra”. (16) Outra: “O povo não é bobo [abaixo a Rede Globo]”. (...)

Como qualquer produção discursiva, esse trecho de entrevista corresponde, sob a ótica do MAM, a um processo de negociação. Do ponto de vista textual, tal processo de negociação pode ser representado por uma troca, conforme mostra a seguinte macroestrutura hierárquico-relacional⁷:



6. A segmentação dos excertos analisados foi guiada por alguns critérios linguísticos propostos por Rossari (1996), Roulet, Filliettaz e Grobet (2001) e Marinho (2007). Assim, consideramos como limite entre um ato e outro os sinais de pontuação (ponto final, ponto e vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação e dois pontos) e os conectores (pois, mas, ou seja, etc.). Ainda, consideramos como atos as orações justapostas e coordenadas, as orações adverbiais e adjetivas explicativas, os sintagmas ou adjuntos adverbiais deslocados à esquerda, os adjuntos adverbiais intercalados, os apóstos, os vocativos e as orações adverbiais.

7. In: relação ilocucionária iniciativa;
Re: relação ilocucionária reativa.

Figura 3 – Macroestrutura hierárquico-relacional do excerto

Fonte: Elaboração própria.

O processo de negociação espelhado nessa estrutura é constituído de duas fases: a proposição da entrevistadora, que se textualiza na intervenção formada pelos atos (1-10), e a reação do entrevistado, que se textualiza na intervenção (11-16). A primeira intervenção se liga à segunda por uma relação ilocucionária iniciativa (pergunta), ao passo que a segunda intervenção se liga à sua antecessora por uma relação ilocucionária reativa (resposta).

À primeira vista, o excerto em análise parece simples. Porém, como mostraremos no próximo item, esse excerto é, do ponto de vista da forma de organização estratégica, bastante complexo. Isso se dá em função dos diferentes estabelecimentos de relações de discurso interativas que constituem manobras discursivas com que entrevistadora e entrevistado negociam faces e territórios.

5. FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA: AS RELAÇÕES DE DISCURSO E A NEGOCIAÇÃO DE IMAGENS IDENTITÁRIAS

Por meio do estudo da forma de organização estratégica (FOE), é possível analisar como e em que medida os interactantes, valendo-se de recursos linguageiros, negociam faces e territórios durante o curso de uma interação. Assim, a proficuidade do estudo da FOE neste trabalho reside justamente no fato de que essa forma de organização possibilita a análise da maneira como, no excerto de entrevista que apresentamos no item anterior, entrevistadora e entrevistado, ao estabelecerem relações de discurso em suas perguntas e respostas, interagem, negociando faces e territórios. Para desenvolver tal análise, é necessário combinar informações de ordem referencial, hierárquica e relacional, expostas nos itens anteriores.

Conforme explicamos no último item, a restrição de completude monológica revela o caráter essencialmente dialógico da construção do discurso. Então, se, no curso de uma negociação, o interlocutor julga que a intervenção do locutor, do ponto de vista comunicativo, não é suficientemente completa, esclarecedora, coerente, informativa ou, do ponto de vista ritual, expõe ao perigo as faces e os territórios em cena, ele pode fazer uma objeção (Cunha, 2020b).

BRAGA, PALOMA BERNARDINO & BRITO, DANIEL MARTINS DE; *O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística / The establishment of discourse relations as a discursive maneuver in the process of managing faces and places in a journalistic interview*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 91-117

A objeção, segundo Cunha (2020b), é um recurso por meio do qual o interlocutor, sinalizando que a intervenção do locutor não alcança a completude monológica, coloca a sua imagem identitária em risco. Isso ocorre porque, com a objeção, o interlocutor ataca a face do locutor, atribuindo a ele valores sociais reprováveis, como inabilidade ou incapacidade de construir um texto suficientemente completo, informativo ou que evite prejuízos para as faces e os territórios alheios. Ao mesmo tempo, o interlocutor, com a objeção, invade o território do locutor, na medida em que restringe suas possibilidades de ação, obrigando-o a fazer uma retratação e/ou completar ou esclarecer seu texto (Cunha, 2020b).

De acordo com Cunha (2019, 2021b), a objeção à completude monológica da intervenção do locutor pode se textualizar em uma troca subordinada. Essa troca representa, no nível textual, um processo de negociação secundário iniciado pelo interlocutor para pedir esclarecimentos ao locutor a respeito da completude monológica de sua intervenção ou ainda para comentar essa intervenção.

Nesse espaço em que as faces dos interactantes são colocadas em confronto, o plano da articulação textual da organização discursiva — isto é, o plano relativo às relações de discurso interativas — desempenha um importante papel. Isso se dá em função não apenas do fato de que essas relações, como explicamos no item anterior, se ligam à restrição de completude monológica, mas também à consideração de que, como afirma Cunha (2020b, p. 153), são indissociáveis “o estabelecimento das relações de discurso e o processo de construção conjunta de imagens identitárias”. Em outras palavras,

uma relação de comentário, reformulação, condição ou outra é um recurso semiótico que permite ao locutor realizar ações conjuntas, tentando se fazer compreendido pelo interlocutor e negociando com ele imagens identitárias (Cunha, 2020b, p. 155).

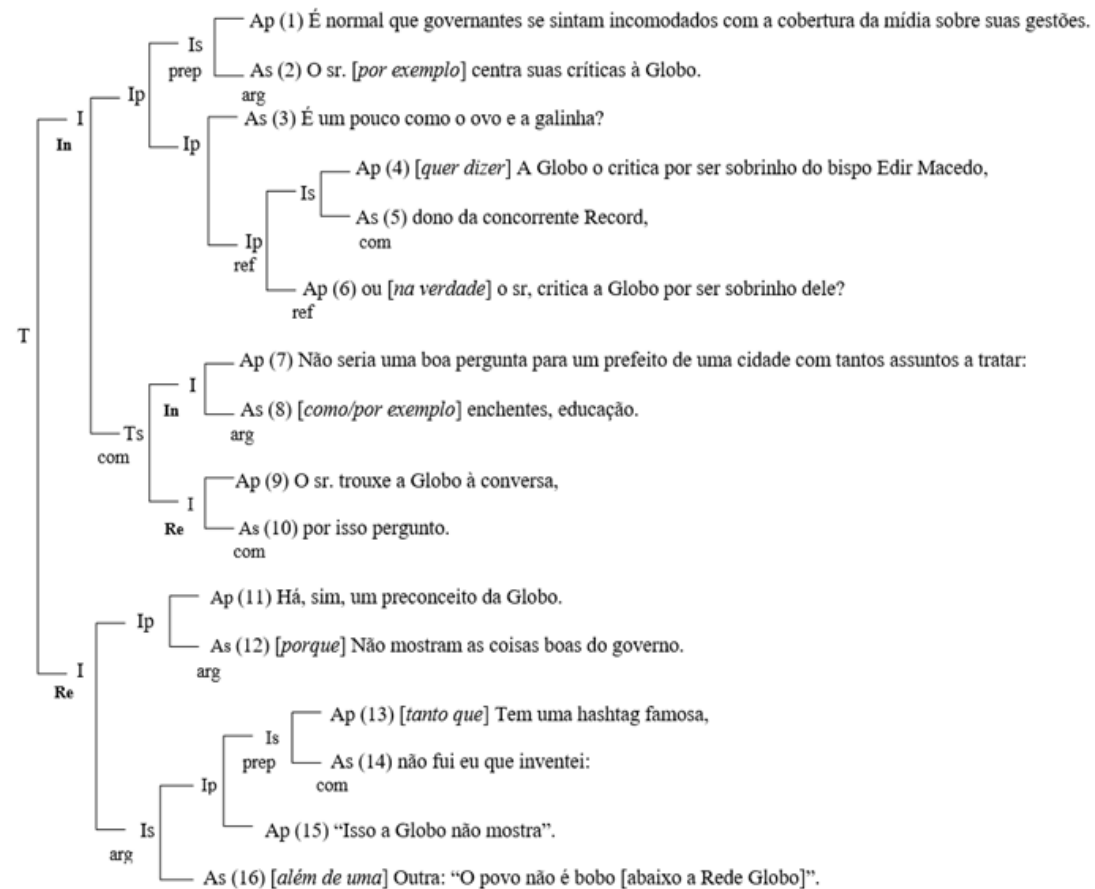
Assim, trazer argumentos para sustentar uma opinião, comentar, preparar ou reformular partes de um texto correspondem a manobras discursivas que os participantes de uma interação realizam para tentar alcançar a completude monológica e, assim, gerir faces e territórios (Cunha, 2020a, 2020b, 2021).

8. Ip: intervenção principal; Is: intervenção subordinada; Ap: ato principal; As: ato subordinado; Ts: troca subordinada; arg: argumento; prep: preparação; com: comentário; ref: reformulação.

Para analisar o funcionamento das relações de discurso interativas na gestão de faces e territórios no excerto da entrevista entre Anna Virginia Balloussier e Marcelo Crivella, vamos observar, a seguir, a organização textual-hierárquica mais detalhada desse excerto⁸:

Figura 4 – Estrutura hierárquico-relacional detalhada do excerto

Fonte: Elaboração própria.



Merece um olhar mais atento a intervenção de pergunta (1-10), que é construída tanto pela entrevistadora quanto pelo entrevistado, na medida em que este abre uma troca subordinada (Ts) na intervenção de pergunta daquela:

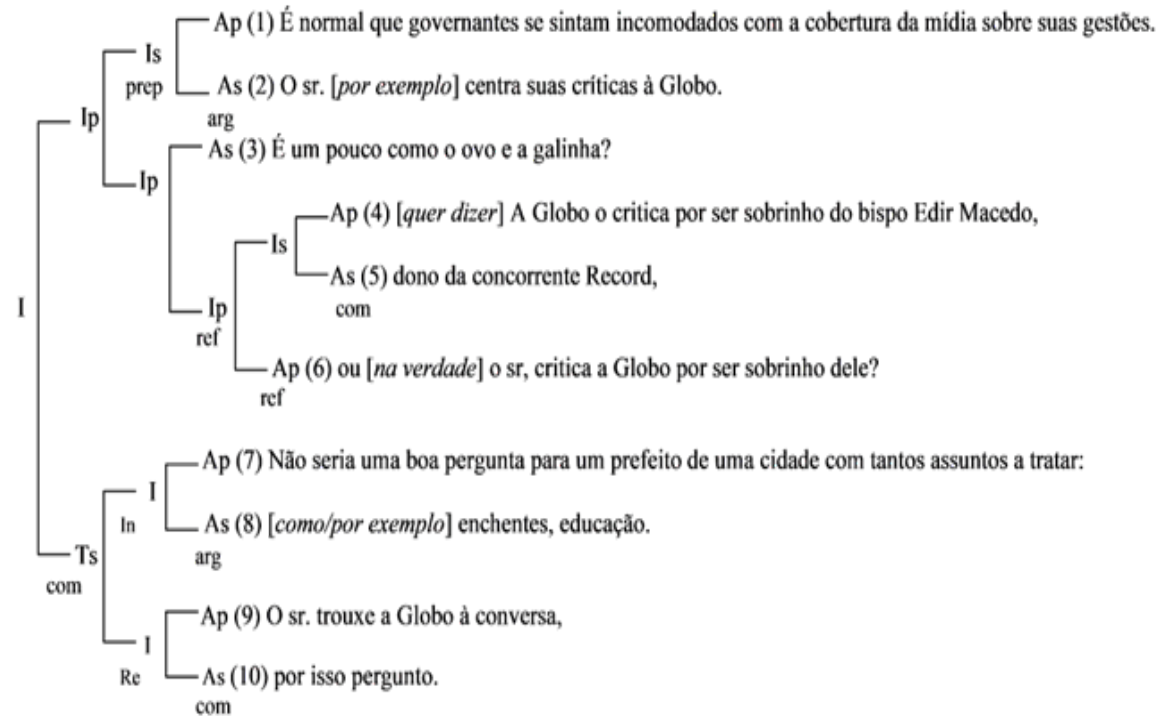


Figura 5 – Estrutura hierárquico-relacional da intervenção (1-10)

Fonte: Elaboração própria.

Os atos (1) e (2) se ligam por uma relação de argumento, que, embora não tenha sido marcada, pode ser explicitada com a inserção de uma expressão conectiva argumentativa como *por exemplo* entre os dois atos. Com o ato (2), a entrevistadora exemplifica a informação ativada no ato (1), ou seja, ela apresenta Crivella como um exemplo de governante incomodado com a cobertura da mídia sobre sua gestão. Esses dois atos constituem uma intervenção de preparação para a intervenção principal formada pelos atos (3-6).

No interior da intervenção (3-6), há duas ocorrências não marcadas da relação de reformulação. A primeira, que se dá entre o ato (3) e a intervenção (4-6), pode ser explicitada por meio da inserção de uma expressão reformulativa como *quer dizer* entre esses constituintes textuais. Já a segunda, que liga a intervenção (4-5) ao ato (6), pode ser explicitada por meio da inserção da expressão reformulativa *na verdade* no ato (6). O estabelecimento dessa relação interativa funciona como uma manobra discursiva por meio da qual a entrevistadora reelabora o ato (3) e a intervenção (4-5), de modo a tentar construir uma intervenção de pergunta que possa ser julgada por Crivella e pelo público de leitores da *Folha de S. Paulo* como suficientemente completa, informativa e bem articulada. Com o uso dessa relação de discurso, a entrevistadora tenta evitar eventuais objeções do entrevistado, como “Ovo e galinha, como assim? Você pode ser mais clara?”, “Não entendi a metáfora... Como ela poderia se aplicar à minha relação com a Globo?”. Bloqueando essas objeções, a entrevistadora poupa sua face e seu território de ataques que poderiam ser causados por elas.

Além disso, ao auxiliar a entrevistadora a construir uma intervenção de pergunta que possa ser avaliada pelo outro como suficientemente completa, bem articulada, informativa e pouco ou nada ameaçadora às faces e os territórios em jogo, o estabelecimento da relação de reformulação permite à entrevistadora reivindicar para si a imagem de uma repórter profissional e preparada, que sabe produzir perguntas esclarecedoras e informativas.

Uma prova de que o emprego da relação de reformulação é bem sucedido, no que diz respeito ao atendimento da restrição comunicativa da completude monológica, é o fato de que o entrevistado não direciona à intervenção de pergunta da entrevistadora objeções como as que mencionamos.

No entanto, apesar de a jornalista ter se esforçado para construir uma intervenção que pudesse ser avaliada como suficientemente completa e esclarecedora pelo entrevistado, ela não previu a possibilidade de Crivella elaborar uma objeção para sinalizar um problema de natureza ritual em sua fala. É justamente isso que ocorre em seguida: o prefeito produz a intervenção

formada pelos atos (7-8), que inicia um processo de negociação secundário para indicar que seu território foi invadido pela entrevistadora.

Na estrutura hierárquico-relacional, esse processo de negociação secundário se materializa em uma troca subordinada com função de comentário metadiscursivo⁹ (cf. Cunha, Braga, 2016, 2018; Braga, 2021) que se liga à intervenção de pergunta da entrevistadora. A metadiscursividade, neste caso, se explica com a ação verbal de Crivella de retomar a fala da jornalista para comentá-la avaliativamente, de modo a deixar explícita a sua percepção de que a pergunta da repórter expõe informações sobre si que, a seu ver, têm de ser resguardadas.

Ao abrir a Ts com função de comentário metadiscursivo, Crivella não apenas tenta reparar a intromissão em seu território, mas também atacar a face da entrevistadora. O ataque à face da repórter reside justamente no fato de que, ao abrir a troca subordinada, o então prefeito do Rio coloca em evidência a pouca habilidade dela de elaborar uma pergunta adequada a uma entrevista jornalística e, conseqüentemente, põe em dúvida a sua capacidade profissional para atuar como jornalista. Como se isso não bastasse, a abertura da Ts com função de comentário metadiscursivo também atua como um mecanismo por meio do qual o entrevistado invade o território da entrevistadora, já que, diante dessa troca subordinada, ela se vê obrigada a explicar e/ou justificar a sua pergunta inicial.

É interessante notar também que o estabelecimento da relação de comentário metadiscursivo impacta diretamente a relação dissimétrica entre a entrevistadora e o entrevistado. Conforme explicamos no item 3, em entrevistas, o entrevistador tipicamente ocupa um lugar interacional superior, podendo, em razão disso mesmo, escolher e introduzir tópicos, orientar e/ou reorientar o curso do encontro (Schneuwly, Dolz, 1999; Kerbrat-Orecchioni, 2006). Porém, no excerto em análise, essa relação dissimétrica entre os papéis de entrevistador e entrevistado é ajustada por Crivella no momento em que ele estabelece a relação de comentário metadiscursivo para avaliar negativamente a pergunta elaborada pela entrevistadora. Em outros termos, o entrevistado, ao abrir uma nova troca, subordinando-a à intervenção de pergunta da entrevis-

9. O comentário metadiscursivo é uma “relação de discurso por meio da qual o locutor emprega um segmento de discurso representado para comentar, avaliando, uma informação da memória discursiva cuja origem é o comportamento linguageiro do próprio locutor (comentário metadiscursivo autofônico), do interlocutor (comentário metadiscursivo diafônico) ou de terceiro (comentário metadiscursivo polifônico).” (Cunha, Braga, 2018, p. 186).

tadora por meio da relação de comentário metadiscursivo, desaprova o questionamento feito pela repórter e, assim, tenta alterar a direção da entrevista (Fávero & Andrade, 1998, 2000). Nesse sentido, o uso dessa relação de discurso também funciona como um recurso por meio do qual o entrevistado, em uma tentativa de subverter a relação de hierarquia que o liga à entrevistadora, se coloca em uma posição interacional superior em relação à posição ocupada pela jornalista.

No interior da intervenção de Crivella que abre a Ts, os atos (7-8) se articulam por uma relação de argumento: o ato (8) introduz um argumento de exemplo para a informação expressa no ato que o precede. Assim, para o prefeito entrevistado, perguntas cujo tópico seja *enchentes* ou *educação* são apresentadas como exemplos de perguntas mais importantes e pertinentes do que a pergunta feita anteriormente pela entrevistadora. Apesar de a relação de argumento não ter sido marcada pelo entrevistado, ela pode ser explicitada por meio da inserção de uma expressão conectiva argumentativa como *por exemplo* no ato (8).

Essa relação de argumento parece funcionar como um mecanismo de proteção à face e ao território do prefeito. Isso porque o político, por meio de tal relação de discurso, já adianta informações que poderiam ser cobradas pelo jornalista em uma eventual objeção, como “de quais outros assuntos podemos tratar?”. Uma objeção desse tipo certamente invadiria o território de Crivella, na medida em que o obrigaria a listar os assuntos que julga relevantes para uma entrevista. Além disso, causaria danos à face do político, explicitando a incompletude de sua fala e construindo para ele a imagem de uma pessoa que, embora critique os assuntos abordados nas perguntas da entrevistadora, não é capaz de propor outros tópicos. A relação de argumento em questão também funciona como um recurso estratégico utilizado pelo entrevistado para invadir o território da entrevistadora. Isso porque, ao usar essa relação de discurso para indicar à jornalista possíveis assuntos nos quais a interação deveria se centrar, o então prefeito do Rio tenta limitar as possibilidades de ação da repórter.

Ainda no nível interno da Ts, Anna Balloussier elabora uma reação à proposição de Marcelo Crivella com a I (9-10). Nessa intervenção de reação, o ato (10) se liga ao ato (9) por uma relação de comentário metadiscursivo. Assim, com o ato (10), a jornalista explicita para Crivella que a razão da pergunta “A Globo o critica por ser sobrinho do bispo...?” é alicerçada no argumento de que o próprio prefeito, em um momento anterior na entrevista, trouxe a emissora carioca como tópico da interação. Dessa forma, a entrevistadora, ao estabelecer a relação de comentário metadiscursivo – retomando a sua própria fala para evidenciar ao entrevistado a motivação da sua pergunta –, realiza uma manobra estratégica para reparar ou mitigar o dano que a sua face sofreu com a abertura da troca subordinada pelo entrevistado.

Após o fechamento da Ts com a intervenção de reação da entrevistadora, Crivella julga que agora pode dar prosseguimento ao processo de negociação principal. Ele, então, elabora a seguinte intervenção para reagir à proposição de sua interlocutora:

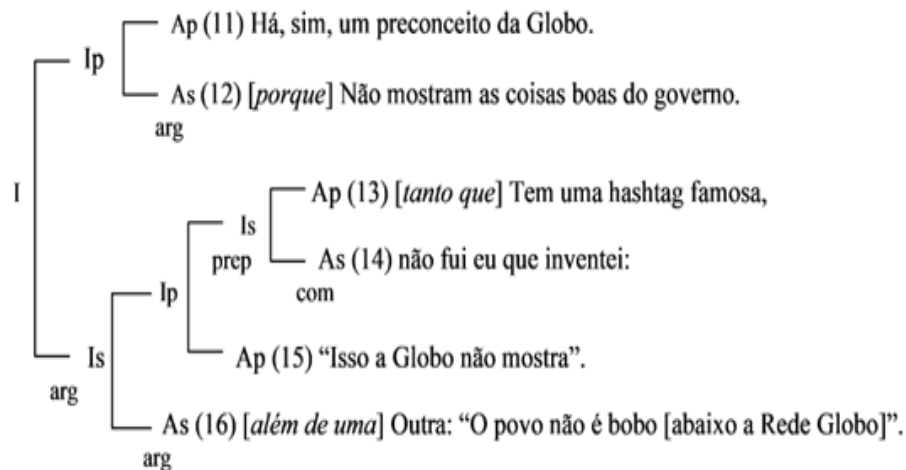


Figura 6 – Estrutura hierárquica da intervenção (11-16)

Fonte: Elaboração própria.

Como mostra essa estrutura hierárquico-relacional, a relação de argumento é a mais utilizada na intervenção de resposta produzida por Crivella. Na primeira ocorrência, embora essa relação de discurso, que articula os atos (11-12), não tenha sido marcada, é perfeitamente possível inserir um conector argumentativo como *porque* ou *pois* entre esses dois atos.

Nessa primeira ocorrência, a relação de argumento funciona como um mecanismo de proteção à face e ao território de Crivella, uma vez que, por meio de seu estabelecimento, o então prefeito do Rio adianta na intervenção por ele produzida uma informação que poderia ter sido cobrada pela entrevistadora em objeções como “por que a Globo é preconceituosa?”, “em que sentido a Globo é preconceituosa?”. Essas objeções certamente implicariam prejuízos à imagem identitária do entrevistado, na medida em que evidenciariam que ele constrói críticas à emissora de tv, mas é incapaz ou não domina a habilidade de sustentar tais críticas com argumentos razoáveis. Além disso, o uso da relação de argumento reforça o ataque já feito à face Rede Globo no ato (11), permitindo ao entrevistado atribuir à face da emissora um valor negativo: a omissão.

Na segunda ocorrência, a relação de argumento introduz a Is (13-16), que funciona como um argumento para comprovar a crítica construída na Ip (11-12). Essa relação de discurso, que poderia ser marcada com uma expressão conectiva como *tanto que*, serve para apresentar a Is (13-16) como um argumento de comprovação ou evidência. Tal argumento é fundamentado na informação de que existem hashtags na internet que foram criadas apenas para desaprovar/maldizer a Rede Globo. Assim, estabelecendo a relação argumentativa, Crivella busca comprovar que a crítica feita em (11-12) não é mera antipatia sua em relação à emissora de tv, mas o reflexo do modo como ela é vista pelos brasileiros que criaram e/ou compartilharam as *hashtags* mencionadas por ele. Desse modo, a relação de argumento atua como um relevante mecanismo do qual o então prefeito do Rio se vale para acentuar e sustentar o ataque já feito à face da emissora carioca nos atos (11-12).

Na terceira ocorrência, a relação de argumento - que, embora seja sinalizada por um marcador linguístico específica, pode ser indicada por uma expressão conectiva argumentativa como *além desta outra ou além de uma outra* - é utilizada pelo entrevistado para ligar o ato subordinado (16) à intervenção principal (13-15). No ato (16), Crivella apresenta um argumento suplementar, ou seja, a informação que expressa a existência de outra *hashtag* criada por internautas brasileiros para se opor à Rede Globo, como se não bastasse apenas mencionar no ato (15) a *hashtag* “Isso a Globo não mostra”. Nessa perspectiva, a relação de argumento, por permitir que Crivella introduza em sua intervenção mais uma informação prejudicial à imagem da Globo (a *hashtag* “O povo não é bobo”), funciona como uma manobra estratégica para reforçar o ataque à face da emissora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho apresentando o objetivo de analisar o papel que as relações de discurso desempenham no processo de figuração entre entrevistadora e entrevistado em um excerto de entrevista jornalística escrita veiculada pela *Folha de S. Paulo*. Explicamos que esse objetivo se sustenta na constatação de Cunha (2015, 2020a, 2020b) segundo a qual os estudos sobre relações de discurso, de modo geral, não têm como propósito central estudar o funcionamento dessas relações e de seus marcadores no processo de negociação de imagens identitárias. Em seguida, apresentamos em linhas gerais a abordagem teórico-metodológica em que nos fundamentamos para alcançar tal objetivo: o Modelo de Análise Modular do Discurso.

Baseada nos conceitos teóricos e nos instrumentos metodológicos propostos pelo modelo modular, a análise desenvolvida explicitou que as relações de discurso interativas, muito mais do que meros elementos de articulação textual, de fato funcionam como recursos essencialmente interacionais, na medida em que auxiliam os interactantes a gerenciar faces e territórios.

Entrevistadora e entrevistado, na busca por fazer com que suas intervenções sejam analisadas um pelo outro como suficientemente completas e adequadas, ou seja, como intervenções que alcançam a completude monológica, se valem de relações de discurso interativas (argu-

mento, contra-argumento, reformulação, preparação, etc). É nesse sentido que o estabelecimento de tais relações pode ser compreendido como uma manobra discursiva fundamentalmente interacional. Afinal de contas, por possibilitar que os interactantes tentem alcançar a completude monológica, evitando objeções um do outro e, conseqüentemente, os prejuízos que essas objeções podem causar às suas faces e aos seus territórios, as relações de discurso auxiliam entrevistadora e entrevistado a interagir.

Com base no estudo que desenvolvemos, pudemos constatar que as relações de discurso interativas também desempenham um papel fundamental na manutenção - mas também na subversão - das posições interacionais ocupadas por entrevistadora e entrevistado. Dessa forma, podemos concluir que as relações de discurso interativas, enquanto recursos interacionais, são de suma importância em uma interação como a entrevista jornalística, atuando especialmente no processo de negociação de faces e territórios desenvolvido pelos interactantes.

BRAGA, PALOMA BERNARDINO & BRITO, DANIEL MARTINS DE; *O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística / The establishment of discourse relations as a discursive maneuver in the process of managing faces and places in a journalistic interview*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 91-117

REFERÊNCIAS

Berrendoner, A. (1983). “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. (V. 5). Genebra: Cahiers de linguistique française, pp. 215-246.

Braga, P. B. (2021). *O papel do comentário metadiscursivo em debate eleitoral polilocal: estratégia discursiva no jogo de faces* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40190>.

Charaudeau, P. (2013). *Discurso das mídias* (2.^{ed}). São Paulo: Contexto.

Cunha, G. X. (2014). *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris.

_____(2015). *As relações retóricas e a negociação de faces em debate eleitoral*. *Confluência*, pp. 205-238.

_____(2020a). *Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso* (V. 36). Montevideu: Linguística, pp. 107-129.

_____(2020b). Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de discurso na construção conjunta de imagens identitárias. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 22(2), 151-170.

Cunha, G. X., & Braga, P. B. (2016). O comentário metadiscursivo como estratégia argumentativa em debates eleitorais. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, pp. 101-118.

_____(2018). Definindo o comentário metadiscursivo em uma perspectiva interacionista da Análise do Discurso. *Scripta*, 22(44), 171-188.

Essenfelder, R. (2005). Marcas da presença da audiência em uma entrevista jornalística. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVel*, 3(4), 1-23.

Fávero, L. L. (2000). *A entrevista na fala e na escrita. Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, pp. 79-97

Fávero, L. L., & Andrade, M. (1998). *Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. Estudos de língua falada—variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, pp. 153-177.

Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne* (V. 2). Paris: Minuit.

_____(2011). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes.

Hoffnagel, J. C. (2002). *Entrevista: uma conversa controlada. Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 180-193.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2006). *Análise da conversação: princípios e métodos*. Parábola.

Malta, A. T. A. (2015). *Proximidade e afastamento: diferenças entre a entrevista pessoal e a distância*. Repositório Universidade de Brasília. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11684/1/2015_AnaTeresaAlvesMalta.pdf

Rossari, C. (1996). Identification d'unités discursives: les actes et les connecteurs. *Cahiers de Linguistique Française*, (18), 157-177.

Roulet, E., Auchlin, A., Moeschler, J., & Rubattel, C. (1987). *L'articulation du discours en français contemporain* (V. 11). Peter Lang GmbH, Internationaler Verlag Der Wissenschaften.

Roulet, E. (1980). Stratégies d'interaction, modes d'implicitation et marqueurs d'illocutoire in Actes de langage et structure de la conversation. *Cahiers de linguistique française*, (1), 80-103.

_____(1986). Complétude interactive et mouvements discursifs. *Cahiers de linguistique française*, (7), 189-206.

_____(1987). Complétude interactive et connecteurs reformulatifs. *Cahiers de linguistique française*, (8).111-140.

_____(1988). Variations sur la structure de l'échange langagier dans différentes situations d'interaction. *Cahiers de linguistique française* (9), 27-37.

_____(1991). Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. *Cahiers de linguistique française*, (12). 53-81.

_____(1992). On the structure of conversation as negotiation. In H. Parret & J. Verschueren, (On) Searle on Conversation (Eds.), pp. 91-100.

_____(1996). Une description modulaire de l'organisation topicale d'un fragment d'entretien. *Cahiers de linguistique française*, (18), 11-32.

_____(1997). A modular approach to discourse structures. *Pragmatics*, 7(2), 125-146.

_____(1999). *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris: Didier.

_____(1999a). Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. Mari, H. et al., *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, pp.139-166.

_____(2003). Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. Mari, H. et al., *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, pp. 149-178.

BRAGA, PALOMA BERNARDINO & BRITO, DANIEL MARTINS DE; *O estabelecimento de relações de discurso como manobra discursiva no processo de gestão de faces e territórios em uma entrevista jornalística / The establishment of discourse relations as a discursive maneuver in the process of managing faces and places in a journalistic interview*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 91-117

Roulet, E. (2004). Les relations de discours rhétoriques et praxéologiques dans la description des propriétés des constituants parenthétiques. *Travaux de linguistique*, (2), 9-17.

_____(2006). The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In K. Fischer, *Approaches to discourse particles*. Brill. pp. 115-131.

Roulet, E., Filliettaz, L., & Grobet, A. (2001). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Peter Lang GmbH, Internationaler Verlag Der Wissenschaften.

Schneuwly, B., & Dolz, J. (1999). Os gêneros escolares. Das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *Revista brasileira de educação*, (11).

Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas *vós/vocês* após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Some considerations on the production and acceptance of forms of the *vós/vocês* paradigms after a survey of students from the Faculty of Arts of the University of Porto

Mestre em Linguística, FLUP, Portugal

FARIA, MARCELA
marcelafsaria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Vós;
Vocês;
Variação e/ou mudança linguística;
Cortesia;
Português europeu.

KEY-WORDS:

Vós;
Vocês;
Linguistic variation and/or change;
Politeness;
European portuguese.

RESUMO: Na senda do debate em redor dos paradigmas de *vós/vocês*, em português europeu, tomando como enquadramento trabalhos como os de Marques (2008), Duarte (2010, 2011) e Aguiar e Paiva (2017), o presente estudo procura expor um retrato do uso e da aceitação de formas linguísticas destes paradigmas por um grupo de estudantes de Ensino Superior. Os dados recolhidos através de questionário mostram uma taxa de uso superior de *vocês* embora *vós* seja considerada a forma mais cortês. Nota-se ainda alguma manutenção de *convosco* sobre *com vocês* e a tendência para a produção e a aceitação de construções com verbos na terceira pessoa e determinante possessivo na quinta pessoa. As ocorrências de *vós* são associadas, pela maioria, a falantes mais velhos e de uma zona geográfica delimitada.

ABSTRACT: As part of the debate about the *vós/vocês* paradigms, in European Portuguese, this study aims to expose a picture of the use and acceptance of linguistic forms of these paradigms by a group of Higher Education students. The results show a higher production of *vocês*, although *vós* is considered the politest one. Remark on some maintenance of *convosco* over *com vocês* and the tendency for the production and acceptance of third-person plural verbs with fifth-person possessive determiner. The production of *vós* is associated, by the majority, with older speakers and with defined geographical areas.

1. INTRODUÇÃO

O estudo que levaremos a cabo versará sobre um ponto concreto dentro da problemática da variação e/ou da mudança linguística. Mais especificamente, apresentaremos algumas considerações sobre o uso e a aceitação de formas linguísticas dos paradigmas *vós/vocês* como representação da segunda pessoa do plural em português europeu. Fá-lo-emos após uma análise de dados recolhidos propositadamente para este efeito.

1. Sobre a dificuldade que os alunos estrangeiros sentem relativamente às formas de tratamento: “É por ser tão complexo dirigirmo-nos a outro interlocutor em PE que as formas de tratamento se tornam um problema de aprendizagem para os estudantes de português língua estrangeira e foi da constatação dessa dificuldade que partiram as pesquisas de Carreira (1997, 2001, 2004, 2007).” (Duarte, 2011, p. 81)

2. Recordamos aqui, a propósito, uma passagem do texto «Exmo Senhor Presidente, você não sabe que...?». de Isabel Hub Faria (2006): “Estou mesmo capaz, enquanto espero, de escrever já à Senhora Ministra da Educação a sugerir que institua, desde a primeira aula do ensino básico, o ensino e a prática de cada falante saber como apresentar-se oralmente, como saudar, como pedir a palavra e intervir, como utilizar as formas correctas de tratamento em português europeu!”

O debate sobre os paradigmas de *vós/vocês* dentro do âmbito da variação linguística (não só diacrónica senão sincrónica) relacionada com as formas de tratamento tem recebido contribuições como as de, entre outros, Cintra (1972), Carreira (1997, 2001, 2002, 2004, 2007) Marques (2008), Duarte (2010, 2011) e Aguiar e Paiva (2017). Esta temática, em português, é, como refere Duarte (2010, p. 133), “um item de reconhecida dificuldade,(...)”¹, na medida em que “a complexidade do uso das formas de tratamento em português origina múltiplas dificuldades e de diverso teor.” (Duarte, 2011, p. 85). “A maior parte delas”, continua a autora, “é de tipo pragmático e decorre de o locutor não saber adequar a forma própria ao destinatário que com ele se relaciona social e linguisticamente.”² Duarte (2011, p. 85). Transcrevemos aqui as palavras de Duarte (2010) que de alguma forma completam o que acabou de ser apontado:

Nas formas de tratamento cruzam-se questões linguísticas e não linguísticas, o princípio de cortesia, a adequação ao destinatário, a necessidade de não ameaçar a sua face (cf. Goffmann). O locutor tem de ter em conta, ao dirigir-se ao alocutário, as diferenças sociais, de idade, a proximidade ou a distância da relação, a formalidade ou informalidade da situação discursiva, isto é, o conjunto dos papéis sociocomunicativos de um dado acontecimento interaccional. Por regularem as relações intersubjectivas, as formas de tratamento permitem perceber a subjectividade enunciativa, e através delas se valoriza positiva ou negativamente o alocutário. São atravessadas pela atitude subjectiva do locutor, o respeito pelas convenções sociais, os sentimentos em relação àquele com quem se fala e o lugar que se lhe atribui. (Duarte, 2010, pp. 134-135)

Por tudo o que acima evocamos sobre a problemática relacionada com este assunto, e entendendo que são, de facto, necessários mais estudos empíricos, consideramos que seria interessante partirmos para um trabalho de campo e analisarmos as respostas dadas num questionário distribuído digitalmente a falantes reais. Assumimos, então, desde já, esse grande objetivo: apresentar uma análise de um conjunto de dados com o intuito de contribuirmos para a discussão da problemática referida. Mais concretamente, pretendemos com este estudo, e tomando o universo populacional escolhido (estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, inscritos no ano letivo 2020/2021 num dos três ciclos de estudos), fazer um retrato da produção e da aceitação das construções, no que concerne, por exemplo, à cortesia associada.

Afirmamos, desde logo, a consciência clara de que a amostra reduzida que temos, num universo de si já bastante demarcado (resultado do curto período temporal de que dispusemos para concretizar este estudo), nos limitará a abrangência das nossas leituras.

Contudo, entendemos que os resultados apresentados, adequadamente analisados, serão possibilitadores de observações relevantes também em estudos posteriores. Algumas respostas estarão matematicamente mais suportadas do que outras e dessas diferenças também daremos nota nas reflexões que exporemos na secção final.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“A cortesia é necessária ao discurso, a qualquer discurso, (a) porque comunicar é pedir colaboração, ou numa perspectiva mais “pessimista”, é invadir o espaço do outro, (b) porque o discurso é dialógico, prevê uma pluralidade mais ou menos ampla de interlocutores, (c) porque comunicar significa estabelecer laços frágeis, mas fundamentais, entre interlocutores. Os comportamentos de cortesia são fundamentais para a construção da relação interpessoal. Ou seja: ajudam à construção das imagens dos participantes.” (Marques, 2008, p. 294)

“A variação e mudança linguísticas constituem um dos temas mais interessantes nos estudos linguísticos, principalmente quando se tenta compreender os fatores linguísticos e extralinguísticos que subjazem a esses fenómenos.” (Pinto & Amorim, 2019, p. 189)

Muito resumidamente, como não podemos, nem pretendemos, apresentar aqui uma revisão aprofundada sobre a cortesia, procuramos neste ponto abordar o conceito como macroestrutura em que se enquadram as formas de tratamento, nas quais encaixam as produções de *vós/vocês*, sobre que refletimos neste trabalho. Evocamos neste ponto o Capítulo 6 (páginas 199-213) da obra “Pragmática: uma introdução” de Ana Cristina Macário Lopes.

Ora, depois do destaque dado às palavras de Marques (2008) acima transcritas, importa, mais do que relembrar e dissertar sobre a distinção entre cortesia positiva e cortesia negativa³ e também entre cortesia normativa e estratégica⁴, recordar a ideia de que a cortesia, sendo “un conjunto de estrategias de protección y de valorización de las imágenes de los demás a fin de preservar «el orden de la interacción.» (Kerbrat-Orecchioni, 2004, pp. 43-44, 45 *apud* Marques, 2008, p. 283)”, pode ser expressa através de vários elementos linguísticos, mais ou menos específicos. Entre eles, podemos destacar as formas de tratamento.

Como destaca Duarte (2011, pp. 87-88): “Obviamente que as formas de tratamento, como sabemos, são uma zona sensível de mudança linguística por estarem muito dependentes de variáveis sociais em plena evolução”. Especificamente no que toca ao Português Europeu, a autora sublinha o trabalho de Gouveia (2008), referindo que o autor assinala “uma progressiva e por vezes acelerada alteração das formas de tratamento, no sentido de um maior igualitarismo e reciprocidade de tratamento entre interlocutores” (Duarte, 2011, pp. 87-88). Nesse contexto, ressalta-se que as mudanças sociais acabam por criar novos contextos de interação e que os papéis sociais desempenhados são encarados de outra maneira; o que faz com que haja mudança nas formas linguísticas selecionadas no que à cortesia possa dizer respeito; as formas de tratamento têm, assim, vindo a evoluir e a tornar-se cada vez mais indicadoras dessa tendência de igualdade de estatuto (cf. Gouveia, 2008, p. 97 *apud* Duarte, 2010, p. 136). Dessa “mudança

3. Na primeira encaixamos todas as produções “que visam preservar ou reforçar a face positiva do interlocutor, demonstrando-lhe solidariedade, manifestando por ele interesse e atenção” e na segunda todas as que preservam “a face negativa do interlocutor e envolvem demonstração de deferência e evitação ou mitigação de comportamentos verbais intrusivos” (Macário Lopes, 2018, pp.200-201). Mais sobre este assunto em (Kerbrat-Orecchioni, 1997, p.153) e (Kerbrat-Orecchioni, 2004, p.43).

4. Ver sobre isto Marques (2008, pp.287-288).

constante das relações sociais entre os falantes e ela foi rápida em Portugal, nas últimas décadas, como, aliás, noutros países” é “compreensível a flutuação verificada nos nossos dias”, refere Duarte (2010, p. 136). É sobre esta flutuação gerada pela indecisão quanto à forma adequada que pretendemos refletir⁵.

As formas *você/vocês* são descritas por alguns autores, como, por exemplo, Marques (2008), como “formas informais” que acentuam, quando fazem parte de um contexto agressivo, o *Face Threatening Act* (FTA)⁶ (cf. Marques, 2008, p. 286). Esclarecemos, todavia, que neste trabalho focamo-nos apenas na dicotomia *vós/vocês* no que toca a um alocutário plural, uma segunda pessoa do plural; não nos debruçamos sobre o uso de *vós* como tratamento deferencial a um alocutário singular (nem no seu emprego irónico (cf. Duarte & Marques, 2019, pp. 244-245)), nem à problemática do uso de *você/tu/o(a) senhor(a)*, entre outras formas de tratamento de uma entidade singular. Deixamos, assim, de parte reflexões como algumas das que são feitas em Duarte (2011)⁷ e em Carreira (2004, 2007).

Acrescentamos, ainda, que, um pouco diferente de Duarte (2011, p. 88), que defende que “em PE, os problemas de inadequação do uso de «você» só se põem no singular”, entendemos que há ainda algo a dizer sobre a aceitação e a noção de cortesia associadas ao uso de *vocês*, dúvida que esteve também na base deste trabalho. Duarte (2011, p. 88) acrescenta que “na 3ª pessoa do plural, «vocês» é perfeitamente aceitável quando o locutor se dirige a vários destinatários⁸”. Ora, temos dúvidas sobre esta afirmação, nomeadamente em contextos mais formais, e, por essa razão, entendemos que se torna relevante invocar os falantes para a apresentação de juízos de valor quanto a esta questão.

Duarte (2011, p. 88) explica a ideia atrás avançada quando refere que “o emprego do pronome de 2ª pessoa do plural, «vós» está hoje relativamente confinado quer geograficamente⁹ quer do ponto de vista dos tipos de discurso em que é aceitável, enquanto forma de o locutor se dirigir a vários interlocutores”. Vemos aqui que, de facto, o tipo de discurso em causa poderá ser relevante no uso e aceitação do pronome.

5. Duarte (2010) refere mesmo que “as formas de tratamento, como as formas de delicadeza em geral, são peças fundamentais na regulação da relação interpessoal” e lembra a atribuição de “modalização interlocutiva” feita por Carreira (2001, p. 51).

6. Em oposição a um *Face Flattering Act* (FFA) (cf. Brown & Levinson 1987).

7. “A 3ª pessoa gramatical combina-se, no discurso, (i) com as diferentes «formas de tratamento», formas nominais de nos dirigirmos ao outro, que são sujeito do verbo na 3ª pessoa, (ii) com o pronome «você» e, sobretudo, (iii) com o pronome nulo Ø que permite evitar os malentendidos decorrentes de um uso inapropriado de *você* (Hammermueller, 2004). Com efeito, o pronome «você», generalizado ou quase no Brasil, onde a sua utilização não levanta qualquer dificuldade, coloca muitos problemas na variedade europeia do português, porque, no singular, só é aceitável em certas regiões e em certas variedades diastráticas, sendo o seu uso na variedade padrão muito específico de certas relações absolutamente simétricas e amistosas e inaceitável na maior parte dos casos, sobretudo

sempre que exista dissimetria social ou de idade entre os interlocutores. Nas variedades mais próximas da norma, o «você» é quase inadmissível, geralmente sentido como grosseiro ou, pelo menos, pouco cortês.” (Duarte, 2011, p. 87)

8. Entendemos que nesta afirmação a autora não está a considerar os casos em que a formalidade é mais acentuada.

9. “No plural, combina-se «vocês» e / ou «os senhores» / «as senhoras» (consoante a formalidade da relação e da situação interlocutiva) com a 3ª pessoa do plural e muito mais raramente com «vós», a 2ª pessoa do plural, cada vez menos usada e sobretudo só em certas variedades diatópicas.” (Duarte, 2010, pp. 135-136)

10. Capítulo 5 (páginas 136-152) do livro *Studies on Variation in Portuguese*.

Duarte (2011, p. 88) termina defendendo que o uso da segunda pessoa do plural está, na atualidade da sua publicação, confinado “a usos muito particulares e marcados”, dando o exemplo do discurso da Igreja, no qual “o sacerdote se dirige publicamente aos fiéis tratando-os na 2ª pessoa do plural” como ambiente de normalidade de produção da forma de tratamento (Duarte, 2011, p. 88). Além desses contextos mais religiosos, digamos assim, entendemos que o uso de *vós* ainda é aceitável, e não sabemos se até considerado pelos falantes como mais adequado, em casos de situações que se desenrolam com alguma formalidade, casos em que, socialmente, se exige um grau de cortesia mais elevado. Falamos, neste ponto, da possibilidade de variação diafásica ou até diastrática (se estiver incluído um contexto de camada social), e não tanto dia-tópica como era referido acima.

Estas considerações não têm ainda grande sustentação na literatura, pois, na sua maior parte, os estudos feitos sincronicamente versam a análise da variação diatópica, sendo recentes aqueles que se preocupam com variáveis sociais (cf. Pinto & Amorim, 2019, p. 190). Destaca-se neste último grupo, o projeto “Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense” (Barbosa et al., 2014), “que motivou novos estudos sobre variação do português e a organização de um Simpósio sobre este tema.” (Pinto & Amorim, 2019, p. 190). Nesse estudo¹⁰, reflete-se sobre a dicotomia *vós/vocês*, tomando em consideração a análise de produções recolhidas na zona geográfica de Braga. É defendida a ideia de que, embora apresente ocorrências, o uso de *vós* explícito ou de *vós* sujeito nulo seguido de verbo na segunda do plural está a diminuir; em sentido contrário, há um aumento de produções de *vocês* seguido de construções com verbos na terceira do plural (Aguiar & Paiva, 2017, pp. 148-149). Estas conclusões surgem em linha com o que tem vindo a ser apresentado relativamente a outras zonas geográficas (cf. Pinto & Amorim, 2019, p. 190). O facto de esse aumento estar associado a falantes mais jovens, entre os 15 e os 25 anos, aponta, como notam Pinto & Amorim (2019, pp. 194-195) na revisão que fazem ao estudo original de Aguiar e Paiva, “para a importante conclusão de que, mesmo nesta região, se trata de uma mudança em curso”; leitura com a qual concordamos. As autoras do estudo sobre a fala bracarense referem ainda a importância dos dados recolhidos na confirmação de que não

há um ritmo único nesta mudança, estando a forma nominativa se numa fase mais avançada do que as formas clíticas e tónicas *vos* e *convosco* (Aguiar & Paiva, p. 149)”. Todavia, há uma ressalva apontada na recensão feita por Pinto & Amorim (2019) que também acompanhamos: “a amostra usada para a verificação desta variação é, tal como as próprias autoras reconhecem, pequena, sendo que não ficam claros os critérios para a sua segmentação do corpus original. Nesta amostra, uma parte das formas de 2.^a pessoa do plural ocorre nas intervenções dos próprios entrevistadores, cujo discurso não sabemos se está incluído na estratificação em estudo.” (Pinto & Amorim, 2019, pp. 194-195). Apesar disto, tomaremos em consideração as reflexões/conclusões apresentadas no estudo referido na análise dos dados que obtivermos no nosso trabalho.

2.2. METODOLOGIA

Perante a ideia angular do estudo e os objetivos a ela associados, decidimos utilizar o método de inquérito por questionário, pelo que criámos um formulário digital sob esse arquétipo. O ficheiro (que incluímos na secção Anexos) foi enviado, através do sistema informático da Universidade do Porto, para os e-mails institucionais dos 5030 alunos inscritos no ano letivo 2020/2021 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e esteve disponível para preenchimento de 23-03-2021 a 06-04-2021¹¹. Do questionário fazem parte 12 questões de resposta obrigatória e uma de cariz opcional¹².

2.3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS¹³

Obtivemos respostas de 107 estudantes (aproximadamente 2% dos que receberam o e-mail com o pedido de preenchimento do formulário).

11. A definição deste período deveu-se apenas à necessidade de estipularmos uma fase de recolha, tendo sido considerado que uma janela de quinze dias seria satisfatória para a receção de respostas.

12. A pergunta facultativa, que é de resposta aberta e tem como fim a construção de um enunciado, foi desenhada nesse formato opcional por entendermos que a sua obrigatoriedade poderia comprometer o número de respostas do estudo, já que previmos que alguns participantes pudessem desistir de responder quando deparassem com uma pergunta que lhes exigisse um esforço temporal e mentalmente mais dispendioso.

13. Apresentamos na secção “Anexos” os gráficos relativos a cada uma das perguntas de resposta fechada. Os valores percentuais são o resultado de arredondamento à unidade, pelo que, em alguns casos, o valor total não corresponde a 100%.

Tabela 1- Número total de informantes e distribuição pelos diferentes ciclos de estudo

Informantes	Licenciatura			Mestrado		Doutoramento		
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	1.º ano	2.º ano	1.º ano	2.º ano	3.º ano
107	34 (32%)	18 (17%)	20 (19%)	15 (14%)	14 (13%)	2 (2%)	1 (1%)	3 (3%)

Destes, 72 do 1.º ciclo (34 do 1.º ano de Licenciatura, 18 do 2.º ano e 20 do 3.º ano), 29 do 2.º ciclo (15 do 1.º ano de Mestrado, 14 do 2.º ano) e 6 do 3.º ciclo (2 do 1.º ano de Doutoramento, 1 do 2.º ano e 3 do 3.º ano), notando-se, desde logo, uma proporcionalidade inversa entre o número de estudantes que responderam em cada ciclo e o nível de ensino superior frequentado ¹⁴.

14. Não obstante estes resultados parecerem indicar um menor interesse na participação por parte dos estudantes de ciclos posteriores, não podemos ignorar que o número de estudantes inscritos em cada ciclo e o ciclo frequentado ocorrem, igualmente, em proporcionalidade inversa.

FARIA, MARCELA; *Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Some considerations on the production and acceptance of forms of the vós/vocês paradigms after a survey of students from the Faculty of Arts of the University of Porto*
 REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 118-155

Tabela 2 – A oposição vós/vocês em cada um dos ciclos de estudo

Inscrito em	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Vós	Vocês	Ambos	Vós	Vocês	Ambos
1.ºano L (34)	3 (9%)	26 (76%)	5 (15%)	24 (71%)	2 (6%)	8 (24%)
2.ºano L (18)	1 (6%)	15 (83%)	2 (11%)	14 (78%)	0	4 (22%)
3.ºano L (20)	3 (15%)	13 (65%)	4 (20%)	16 (80%)	0	4 (20%)
1.ºano M (15)	0	14 (93%)	1 (7%)	8 (53%)	3 (20%)	4 (27%)
2.ºano M (14)	0	13 (93%)	1 (7%)	10 (71%)	2 (14%)	2 (14%)
1.ºano D (2)	0	2 (100%)	0	1 (50%)	0	1 (50%)
2.ºano D (1)	0	1 (100%)	0	0	0	1 (100%)
3.ºano D (3)	0	2 (67%)	1 (33%)	1 (33%)	0	2 (67%)

Tabela 3 – A oposição *convosco/ com vocês* em cada um dos ciclos de estudo

Inscrito em	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Convosco	Com vocês	Ambos	Convosco	Com vocês	Ambos
1.º ano L (34)	15 (44%)	9 (26%)	10 (29%)	20 (59%)	4 (12%)	10 (29%)
2.º ano L (18)	14 (78%)	4 (22%)	4 (22%)	12 (67%)	1 (6%)	5 (28%)
3.º ano L (20)	13 (65%)	3 (15%)	4 (20%)	11 (55%)	0	9 (45%)
1.º ano M (15)	9 (60%)	3 (20%)	3 (20%)	7 (47%)	2 (13%)	6 (40%)
2.º ano M (14)	6 (43%)	3 (21%)	5 (36%)	9 (64%)	2 (14%)	3 (21%)
1.º ano D (2)	2 (100%)	0	0	2 (100%)	0	0
2.º ano D (1)	1 (100%)	0	0	1 (100%)	0	0
3.º ano D (3)	1 (33%)	1 (33%)	1 (33%)	1 (33%)	0	2 (67%)

FARIA, MARCELA; *Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Some considerations on the production and acceptance of forms of the vós/vocês paradigms after a survey of students from the Faculty of Arts of the University of Porto*
 REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 118-155

Inscrito em	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês			
	Sentem -se... vossos	Sentai-vos ... vossos	Sentem-se ... seus	Sentem -se... vossos	Sentai-vos... vossos	Sentem -se... seus	Todos
1.º ano L (34)	24 (71%)	1 (3%)	9 (26%)	3 (9%)	18 (53%)	3 (9%)	10 (29%)
2.º ano L (18)	15 (83%)	1 (6%)	2 (11%)	3 (17%)	10 (56%)	0	5 (28%)
3.º ano L (20)	14 (70%)	2 (10%)	4 (20%)	3 (15%)	9 (45%)	5 (25%)	3 (15%)
1.º ano M (15)	8 (53%)	0	7 (47%)	0	8 (53%)	3 (20%)	4 (27%)
2.º ano M (14)	11 (79%)	0	3 (21%)	3 (21%)	5 (36%)	2 (14%)	4 (29%)
1.º ano D (2)	2 (100%)	0	0	0	1 (50%)	0	1 (50%)
2.º ano D (1)	1 (100%)	0	0	0	1 (100%)	0	0
3.º ano D (3)	1 (33%)	0	2 (67%)	0	1 (33%)	1 (33%)	1 (33%)

Tabela 4 – As construções *verbo+determinante* em cada um dos ciclos de estudo

Das tabelas acima, destacamos que há concordância praticamente total nas opções escolhidas pela maioria de estudantes de cada ano. Referimos “praticamente total”, porque notamos, nas respostas de estudantes inscritos no 3.º ciclo, que, no que diz respeito à cortesia associada a algumas construções (exceção para *convosco/com vocês*), parece haver uma tendência de abertura a uma aceitação mais transversal. Porém, não podemos deixar de sublinhar o estarmos a falar de juízos de um número de falantes pouco representativo (seis).

Olhando os dados numa perspectiva etária, esclarecemos que recebemos respostas dos 18 aos 54 anos, apresentando o estudo uma média de idades de 24,308, mediana 20 e moda 18.

Tabela 5 – A oposição *vós/vocês* tomando a idade como variável

Idade	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Vós	Vocês	Ambos	Vós	Vocês	Ambos
<i>até 20</i> (41)	1 (2%)	35 (85%)	5 (12%)	34 (83%)	6 (15%)	1 (2%)
<i>21-25</i> (40)	2 (5%)	33 (83%)	5 (13%)	28 (70%)	4 (10%)	8 (20%)
<i>26-30</i> (10)	1 (10%)	9 (90%)	0	6 (60%)	1 (10%)	3 (30%)
<i>31 ou mais</i> (16)	3 (19%)	9 (56%)	4 (25%)	7 (44%)	1 (6%)	8 (50%)

FARIA, MARCELA; *Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Some considerations on the production and acceptance of forms of the vós/vocês paradigms after a survey of students from the Faculty of Arts of the University of Porto*
 REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 118-155

Idade	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Convosco	Com vocês	Ambos	Convosco	Com vocês	Ambos
<i>até 20</i> (41)	18 (44%)	9 (22%)	14 (34%)	27 (66%)	3 (7%)	11 (27%)
<i>21-25</i> (40)	24 (60%)	7 (18%)	9 (23%)	21 (53%)	5 (13%)	14 (35%)
<i>26-30</i> (10)	5 (50%)	4 (40%)	1 (10%)	5 (50%)	1 (10%)	4 (40%)
<i>31 ou mais</i> (16)	10 (63%)	3 (19%)	3 (19%)	10 (63%)	0	6 (38%)

Tabela 6 – A oposição *convosco/com vocês* tomando a idade como variável

Tabela 7 – As construções verbo+*determinante* tomando a idade como variável

Idade	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês			
	Sentem-se... vossos	Sentai-vos... vossos	Sentem-se... seus	Sentem-se... vossos	Sentai-vos... vossos	Sentem-se... seus	Todos
<i>até 20</i> (41)	33 (80%)	0	8 (20%)	5 (12%)	24 (59%)	3 (7%)	9 (22%)
<i>21-25</i> (40)	26 (65%)	3 (8%)	11 (28%)	3 (8%)	18 (45%)	9 (23%)	10 (25%)
<i>26-30</i> (10)	5 (50%)	1 (10%)	4 (40%)	2 (20%)	5 (50%)	1 (10%)	2 (20%)
<i>31 ou mais</i> (16)	11 (69%)	1 (6%)	4 (25%)	2 (13%)	6 (38%)	1 (6%)	7 (44%)

Sob o ponto de vista etário – representado nas tabelas 5, 6 e 7, mantém-se a síntese apontada acima quanto aos anos de inscrição: existe uma concordância praticamente total nos juízos indicados, havendo, neste caso por parte do grupo que indicou ter 31 ou mais anos, uma ten-

dência de aceitação de cortesia transversal nas construções com *vós/vocês* e também nas construções de verbo+determinante possessivo. Nota-se também que, embora em todos os grupos tenham referido *vocês* como forma que produzem mais naturalmente, o grupo de falantes mais velhos é o que menos a produz. Aliado a isto está o facto de ser este o grupo que mais indica a produção de *vós*.

Relativamente às respostas dadas, tomando a indicação de sexo como variável, registamos que a maioria (81) é do sexo feminino, havendo 23 respostas de falantes do sexo masculino e 3 de falantes que optaram por não querer responder a esta pergunta.

Sexo	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Vós	Vocês	Ambos	Vós	Vocês	Ambos
<i>Feminino</i> (81)	5 (6%)	67 (83%)	9 (11%)	54 (67%)	5 (6%)	22 (27%)
<i>Masculino</i> (23)	2 (9%)	18 (78%)	3 (13%)	18 (78%)	2 (9%)	3 (13%)

Tabela 8 –A oposição *vós/vocês* tomando o sexo como variável

Tabela 9 – A oposição *convosco/ com vocês* tomando o sexo como variável

Sexo	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Convosco	Com vocês	Ambos	Convosco	Com vocês	Ambos
<i>Feminino</i> (81)	44 (54%)	16 (20%)	21 (26%)	46 (57%)	5 (6%)	30 (37%)
<i>Masculino</i> (23)	12 (52%)	6 (26%)	5 (22%)	15 (65%)	4 (17%)	4 (17%)

Tabela 10 – As construções *verbo+determinante* tomando o sexo como variável

Sexo	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês			
	Sentem-se ...VOSSOS	Sentai-vos ...VOSSOS	Sentem-se ...seus	Sentem-se... VOSSOS	Sentai-vos... VOSSOS	Sentem-se... seus	Todos
<i>Feminino</i> (81)	58 (72%)	3 (4%)	20 (25%)	6 (7%)	39 (48%)	11 (14%)	25 (31%)
<i>Masculino</i> (23)	15 (65%)	2 (9%)	6 (26%)	6 (26%)	12 (52%)	2 (9%)	3 (13%)

Numa análise sob a divisão feminino/masculino, percebemos que, se olharmos apenas para as opções mais seleccionadas em cada pergunta, não há grandes diferenças nas avaliações feitas por uns e outros. Num segundo olhar, notamos que em cinco dos seis casos em que é possível optar pela resposta menos restritiva (“ambos” ou “todos”), são os falantes do sexo feminino que escolhem esta opção, embora os valores percentuais não sejam, em alguns destes casos, muito díspares.

No que toca à dispersão geográfica das respostas, registamos uma maioria de respostas na zona Norte, especialmente Porto (17) e Vila Nova de Gaia (17), aparecendo o terceiro lugar mais representado – Gondomar (6) – com menos de metade das ocorrências registadas *ex aequo* nos dois primeiros; equivalendo, aliás, o número de falantes desta cidade que ocupa o terceiro lugar ao número de registos de falantes que indicaram topónimos brasileiros (6 falantes). Para conseguirmos uma leitura menos particular, optamos por agrupar conforme o sistema NUTS¹⁵. Assim, temos: *Área Metropolitana do Porto* (Porto (17), Vila Nova de Gaia (17), Gondomar (6), Santa Maria da Feira (5), Matosinhos (5), Valongo (5), Santo Tirso (4), Paredes (3), Vila do Conde (2), Oliveira de Azeméis (2), Maia (1) e Póvoa de Varzim (1)); *Comunidade Intermunicipal do Alto Minho* (Viana do Castelo (3), Ponte de Lima (2) e Caminha (1)); *Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa* (Marco de Canaveses (2), Penafiel (1), Amarante (1) e Felgueiras (1)); *Comunidade Intermunicipal do Cávado* (Braga (2) e Barcelos (2)); *Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro* (Aveiro (2), Águeda (1) e Ovar (1)); *Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra* (Coimbra (1) e Figueira da Foz (1)); *Comunidade Intermunicipal do Ave* (Guimarães (1)); *Comunidade Intermunicipal do Oeste* (Alcobaça (1)); *Comunidade Intermunicipal do Douro* (Peso da Régua (1)); *Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes* (Bragança (1)); *Comunidade Intermunicipal do Algarve* (Portimão (1)); *Açores* (3) e *Madeira* (2). As restantes ocorrências correspondem a *Brasil* (6); *Venezuela* (1) e *Espanha* (1).

Apresentamos na tabela seguinte apenas as zonas de que tenhamos registos de mais do que um informante¹⁶:

15. “NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Esta nomenclatura foi criada pelo Eurostat no início dos anos 1970, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais. A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos. (...) Actualmente, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I.” retirado de <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS> acedido em 17-04-2021 às 08:19.

16. Entendemos que para extrapolar os resultados, ainda que de uma forma bastante cautelosa e limitada, deveríamos considerar um mínimo de dois informantes.

Tabela 11 – A oposição vós/vocês numa perspetiva geográfica

Zona	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Vós	Vocês	Ambos	Vós	Vocês	Ambos
<i>A. M. do Porto</i> (68)	4 (6%)	55 (81%)	9 (13%)	49 (72%)	4 (6%)	15 (22%)
<i>C. I. do Alto Minho</i> (6)	0	4 (67%)	2 (33%)	4 (67%)	1 (17%)	1 (17%)
<i>C. I. do Tâmega e Sousa</i> (5)	1 (20%)	4 (80%)	0	3 (60%)	1 (20%)	1 (20%)
<i>C. I. do Cávado</i> (4)	0	4 (100%)	0	2 (50%)	0	2 (50%)
<i>C. I. da Região de Aveiro</i> (4)	0	4 (100%)	0	3 (75%)	0	1 (25%)
<i>C. I. da Região de Coimbra</i> (2)	1 (50%)	1 (50%)	0	2 (100%)	0	0
<i>Açores</i> (3)	0	3 (100%)	0	3 (100%)	0	0
<i>Madeira</i> (2)	0	2 (100%)	0	2 (100%)	0	0

FARIA, MARCELA; *Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Some considerations on the production and acceptance of forms of the vós/vocês paradigms after a survey of students from the Faculty of Arts of the University of Porto*
 REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 118-155

Zona	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês		
	Convosc o	Com vocês	Ambos	Convosc o	Com vocês	Ambos
<i>A. M. do Porto</i> (68)	41 (60%)	10 (15%)	17 (25%)	38 (56%)	7 (10%)	23 (34%)
<i>C. I. do Alto Minho</i> (6)	5 (83%)	0	1 (17%)	1 (17%)	0	4 (67%)
<i>C. I. do Tâmega e Sousa</i> (5)	4 (80%)	1 (20%)	0	3 (60%)	0	2 (40%)
<i>C. I. do Cávado</i> (4)	0	2 (50%)	2 (50%)	2 (50%)	0	2 (50%)
<i>C. I. da Região de Aveiro</i> (4)	2 (50%)	1 (25%)	1 (25%)	2 (50%)	0	2 (50%)
<i>C. I. da Região de Coimbra</i> (2)	1 (50%)	1 (50%)	0	2 (100%)	0	0
<i>Açores</i> (3)	1 (33%)	2 (67%)	0	3 (100%)	0	0
<i>Madeira</i> (2)	0	0	2 (100%)	2 (100%)	0	0

Tabela 12 – A oposição *convosco/ com vocês* numa perspectiva geográfica

Tabela 13 – As construções verbo+determinante numa perspetiva geográfica

Zona	Vê-se a produzir mais naturalmente			Considera mais cortês			
	Sentem -se...	Sentai- vos...	Sentem -se...	Sentem -se...	Sentai- vos...	Sentem -se ...	Todos
	VOSSOS	VOSSOS	seus	VOSSOS	VOSSOS	seus	
<i>A. M. do Porto</i> (68)	52 (77%)	3 (4%)	13 (19%)	9 (13%)	32 (47%)	11 (16%)	16 (24%)
<i>C. I. do Alto Minho</i> (6)	5 (83%)	0	1 (17%)	0	4 (67%)	0	2 (33%)
<i>C. I. do Tâmega e Sousa</i> (5)	5 (100%)	0	0	2 (40%)	2 (40%)	0	1 (10%)
<i>C. I. do Cávado</i> (4)	3 (75%)	0	1 (25%)	0	1 (25%)	0	3 (75%)
<i>C. I. da Região de Aveiro</i> (4)	2 (50%)	0	2 (50%)	0	3 (75%)	1 (25%)	0
<i>C. I. da Região de Coimbra</i> (2)	1 (50%)	1 (50%)	0	0	1 (50%)	0	1 (50%)
<i>Açores</i> (3)	0	1 (33%)	2 (67%)	0	1 (33%)	0	2 (67%)
<i>Madeira</i> (2)	1 (50%)	0	1 (50%)	0	2 (100%)	0	0

Quanto aos dados apresentados acima nas tabelas 11, 12 e 13, podemos destacar que na grande maioria das zonas (em 7 das 8 zonas) se produz mais naturalmente o *vocês* e que o mesmo sucede quanto ao associar-se maior cortesia à forma *vós*.

Relativamente ao confronto de associação de cortesia entre *convosco /com vocês/ ambos* há algum aumento na aceitação mais a norte, aparecendo, por exemplo, na primeira zona mais representada, uma percentagem de 34% em oposição à de 22% registada no ponto acima e, na segunda zona mais representada, uma percentagem de 67%, muito diferente do que verificamos atrás (17%).

Na tabela em que se registam as considerações sobre as construções verbo+determinante possessivo, temos uma tendência sustentadamente maior de aceitação da forma “Sentem-se, por favor, nos vossos lugares.” em metade das zonas retratadas, embora nas considerações sobre a cortesia já notemos algum espriamento nas respostas dadas.

No que toca às respostas dadas por falantes que indicaram que na maior parte da sua vida viveram no Brasil, notamos uma preferência pela produção *vocês* (5) (esperada – dadas as características da variedade em causa) e pela classificação como mais cortês da forma *vós* (3) ou ainda de ambas as realizações (3)¹⁷.

Versando agora sobre os dados numa perspectiva mais global, atentemos nas tabelas 14 e 15:

17. Neste estudo pretendemos refletir apenas sobre PE, contudo não deixamos de apontar a igualdade entre o número de falantes que considera mais cortês a forma *vós* e os falantes que indicam igual grau de cortesia em *vós* e *vocês*, o que não acontece relativamente aos informantes que passaram a maior parte da vida em Portugal.

Tabela 14 – Perspetiva geral sobre os resultados obtidos

	Vê-se a produzir mais naturalmente	Considera mais cortês
Vós	6,5%	70,1%
Vocês	80,4%	6,5%
Ambos	13,1%	23,4
Convosco	53,3%	58,9%
Com vocês	21,5%	8,4%
Ambos	25,2%	32,7%
Sentem-se nos vossos	70,1%	11,2%
Sentai-vos nos vossos	4,7%	49,5%
Sentem-se nos seus	25,2%	13,1%
Todos	-	26,2%

A grande maioria (80,4%) dos falantes vê-se a produzir mais naturalmente a forma *vocês* embora uma também bastante considerável maioria (70,1%) entenda que *vós* é a forma mais cortês (destaca-se o baixo número de falantes que consideram *vocês* como forma cortês). Tanto na confrontação de produção como na de cortesia associada no par *convosco/ com vocês* os números já não se apresentam tão sólidos, o que mostra, cremos nós, uma fase anterior no processo de incorporação da mudança. Por último, nas considerações sobre a conjugação verbo+-determinante possessivo, temos, por um lado, na produção, uma maioria bastante considerável (70,1%) a responder “Sentem-se nos vossos”, enquanto, por outro lado, na avaliação sobre a cortesia associada os números já são menos robustos, já que não se chega sequer a atingir uma maioria absoluta.

FARIA, MARCELA; *Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Some considerations on the production and acceptance of forms of the vós/vocês paradigms after a survey of students from the Faculty of Arts of the University of Porto*
 REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 118-155

	Correto	Incorreto	Regionalismo	Baixa escolarização	Mais jovens (< 40)	Mais velhos (> 40)
Vós sois muito engraçados.	78 (73%)	6 (6%)	28 (26%)	10 (9%)	2 (2%)	70 (65%)
Vocês são muito engraçados.	92 (86%)	2 (2%)	3 (3%)	9 (8%)	62 (58%)	16 (15%)
Vós sabeis o que quero dizer.	78 (73%)	5 (5%)	27 (25%)	6 (6%)	1 (1%)	71 (66%)
Vocês sabem o que quero dizer.	92 (86%)	1 (1%)	1 (1%)	9 (8%)	69 (64%)	20 (19%)
Eu vou convosco.	99 (93%)	0	2 (2%)	7 (7%)	46 (43%)	41 (38%)
Eu vou com vocês.	71 (66%)	22 (21%)	7 (7%)	27 (25%)	49 (46%)	25 (23%)

Tabela 15 – Juízos de valor selecionados pelos informantes

Na tabela 15, acima, vemos que grande parte dos falantes considera que tanto *vós* como *vo-cês* são formas corretas (até mais o *vocês* do que o *vós*), porém o mesmo não se passa em relação a *convosco/com vocês*: neste confronto os falantes consideram mais correta a forma associada ao paradigma *vós* (não havendo, aliás, nenhum falante que a considere incorreta), embora muitos também considerem correta a forma *vocês* – mas num número menor e com a nota de que alguns (21%) a consideram incorreta. Percebemos também que a produção de *vós* é a que mais é associada ao conceito de regionalismo (25%/26%), ou seja, os falantes entendem que é produzida em zonas geograficamente delimitadas enquanto a mesma consideração sobre a forma *vocês* não ultrapassa os 3%. Na divisão entre falantes mais jovens (menos de 40 anos) e mais velhos (mais de 40 anos), vemos que a produção de *vós* é mais associada aos últimos e a de *vocês* aos primeiros. Ressalva para o entendimento mostrado de que a produção *convosco* não é afetada pela variável idade, enquanto a produção de *com vocês* é associada à fatia mais jovem.

No que toca à pergunta de resposta aberta *Imagine que acabou de ser eleito/a Presidente da República Portuguesa. Escreva, por favor, o início do seu discurso de vitória. Dirija-se explicitamente ao povo que o/a elegeu e agradeça o apoio/confiança que recebeu da parte deles*, obtivemos resultados bastante díspares no que diz respeito não só à saudação inicial - e tudo o que daí podemos retirar no que toca à forma de tratamento selecionada pelos falantes - como também à dimensão do texto escrito; havendo, assim, casos em que há mais marcas linguísticas do tipo que procurávamos. Olhando os dados, as 37 respostas que contabilizamos (correspondentes a cerca de 35% dos inquiridos), é-nos possível perceber, numa leitura macroscópica - a única que faremos devido ao tempo que uma análise detalhada nos iria tomar – que há várias ocorrências de construções de amálgama, isto é, numa produção de um falante há construções com elementos linguísticos relacionados com o paradigma *vós* (por exemplo, especificamente a expressão pronominal *-vos*) e elementos linguísticos relacionados com *vocês* (por exemplo, o uso de verbos na terceira pessoa do plural). Sublinhamos a limitação desta observação pelo que acima referimos, contudo entendemos que seria importante não perdermos a oportunidade de recolhermos alguns dados de produção escrita livre sobre esta temática. Assim, embora

não estejamos a fazer uma análise exaustiva, da qual poderiam ser retiradas conclusões mais sólidas, cremos que contribuímos já, de alguma forma, para a sustentação de que, de facto, não há unanimidade no uso de convocação/interpelação do interlocutor plural, especificamente em contextos de produção que possam requerer um certo grau de formalidade/deferência, em contextos que possam ter um destaque social marcado.

3. CONCLUSÃO

Cremos que podem ser elencadas as seguintes conclusões:

1- O número de respostas obtido é matematicamente pouco representativo, invalidando a apresentação de conclusões muito assertivas, pelo que, acima de tudo, poderemos falar de tendências a serem comprovadas em estudos com mais informantes.

2- Entendemos que o ciclo de estudos frequentado não se mostra uma variável muito considerável, na medida em que os resultados não apresentam fraturas distintivas nas opções seleccionadas. À semelhança, excetua-se algumas considerações sobre a cortesia das formas (mostrando-se alguma tendência de menor restrição de aceitação nos falantes inscritos em ciclos mais avançados) e a residual produção de *com vocês* por parte do mesmo grupo, indo ao encontro, neste último ponto, do que é apontado pelos falantes nos juízos, quando atribuem, em maior percentagem, a etiqueta de “baixa escolarização” a esta forma do paradigma *vocês*.

3- Relativamente à idade, mostra-se uma concordância praticamente total nas opções seleccionadas, havendo a notar uma possível tendência de aceitação de cortesia transversal nos falantes mais velhos. Destaque também para a indicação de que é o grupo mais velho o que indica produzir menos a forma *vocês* e mais a forma *vós*, ainda que na sua maioria assumam produzir mais a primeira forma. Estas considerações vão ao encontro do que é apontado nos juízos de valor dos próprios falantes, nos quais estes, de facto, associam a forma *vocês* a produções de mais jovens (menos de 40 anos) e a forma *vós* a falantes mais velhos (mais de 40 anos).

4- Não há uma diferença assinalável na produção e consideração de cortesia tomando a variável sexo, ou seja, os dados são mais ou menos os mesmos independentemente de estarmos a falar de falantes do sexo masculino ou do sexo feminino; contudo, nota-se uma ligeira prevalência na aceitação de produções de ambos os paradigmas por parte dos falantes que indicaram sexo feminino. Entendemos que uma leitura que se poderá equacionar (sublinhamos a atenuação) é a de que os falantes do sexo feminino mostram menos resistência à inclusão de novas formas, indo, com esta hipótese, também ao encontro do que surge em Aguiar & Paiva (2017).

5- Geograficamente, ou num intuito de uma análise diatópica, logo à partida, temos de sublinhar a grande disparidade nos valores reais nas diferentes zonas, o que muito enfraquece as leituras a retirar: recolher as considerações de 68 falantes é muito diferente de recolher as opiniões de seis. Ainda assim, podemos apontar que há uma tendência geral para a produção de *vocês* e alguma divisão quanto à produção de *convosco*. No primeiro caso, diríamos até que há uma tendência especial de produção nas zonas insulares e nas menos nortenhas, com a curiosa exceção da zona do Cávado (em que se insere Braga). No segundo caso, vemos algo semelhante quanto à produção e um aumento, no que toca à cortesia associada, nas respostas dadas por falantes das zonas mais a norte. Sobre a ideia de o *vós* estar geograficamente confinado, entendemos que não nos é possível apresentar considerações fortes, pelo facto de termos poucos informantes das zonas tradicionalmente associadas a uma maior produção da forma, nomeadamente zonas pertencentes à *Comunidade Intermunicipal do Cávado*, à *Comunidade Intermunicipal do Ave* e à *Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes*. Todavia, não podemos deixar de considerar os juízos apontados pelos informantes: 25-26% destes consideram que a forma *vós* está geograficamente restrita, pelo que se percebe que há aqui algo mais a ser explorado. No que toca às construções de verbo+determinante possessivo, há uma tendência, que também nos parece geral, de aceitação de “sentem-se nos vossos” seguida de “sentem-se nos seus”, parecendo esta última ser ligeiramente mais produzida nas ilhas do que no continente.

6- Genericamente, no que diz respeito à produção entre *vós/vocês* como sujeito expresso de uma frase afirmativa simples, a maioria dos falantes (80,4%) entende que produz mais naturalmente *vocês*, embora a maioria (70,1%) também entenda que *vós* é uma forma mais cortês (mostrando, com 6,5%, que a forma *vocês* é considerada cortês por muito poucos falantes). No que diz respeito à produção *convosco/ com vocês*, a maioria dos falantes (53,3%) entende que produz mais naturalmente *convosco*, forma que é também considerada a mais cortês por 58,9% dos falantes. O facto de estarmos perante uma maioria de produção bastante mais pequena (53,3%) na forma do paradigma *vós* do que tínhamos atrás na forma *vocês* (80,4%), induz-nos na leitura de que a mudança de paradigma está a acontecer mais lentamente nestas construções do que nas nominais, em linha com o que é apontado no estudo de Aguiar & Paiva (2017). Para esta delonga na incorporação da forma poderá estar a contribuir a ideia de que é uma construção menos correta, pois, como vimos, os falantes apresentam a maior percentagem associada ao juízo “incorreto” na construção *com vocês*. Relativamente às construções verbo+determinante possessivo, consideramos que há uma mudança ainda mais lenta por haver na construção mais produzida uma junção dos paradigmas: há, na produção, uma maioria bastante considerável (70,1%) a responder “Sentem-se nos vossos”. Apesar disto, a segunda opção – “Sentem-se nos seus” – foi escolhida por 25,2% dos falantes, o valor mais alto relativamente às opções que aparecem em segundo lugar (*vós* é segunda opção com 6,5% e *com vocês* é segunda opção com 21,5%). Sendo a forma natural do sistema do paradigma que se está a afirmar, fica em aberto que a sua produção se acentue.

7- Por não termos incluído no nosso questionário uma explicação sobre o contexto de produção das frases sobre as quais os falantes tinham de pronunciar-se, quanto à produção e à noção de cortesia, assumimos que responderam de uma forma genérica, ou seja, genericamente, no seu dia-a-dia produzem, no caso de *vós/vocês*, mais a forma *vocês* do que a forma *vós*. Ora, tendo, os mesmos informantes, considerado que a forma *vós* é mais cortês do que a forma *vocês* isto poderá levar, a nosso ver, a uma de duas conclusões ou às duas em simultâneo: ou o dia-a-dia é, de facto, maioritariamente passado em contexto informal, não sentindo o falante

a necessidade de produção de uma forma que considera mais cortês, ou o falante seleciona outras formas linguísticas para expressar a cortesia que entende ser necessária (omissão do sujeito, seleção de fórmulas como “Os senhores/As senhoras”, entre outras).

Terminamos sublinhando novamente a consciência que temos das limitações do estudo, com a esperança de que seja possível, futuramente, uma aplicação numa amostra maior. Não obstante, julgamos ter reunido um conjunto de observações consideráveis no âmbito das discussões sobre o tema em causa.

FARIA, MARCELA; *Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês após inquérito a estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Some considerations on the production and acceptance of forms of the vós/vocês paradigms after a survey of students from the Faculty of Arts of the University of Porto*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 118-155

REFERÊNCIAS

- Aguiar, J. & Paiva, M. C. (2017). Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso. In P. Barbosa; M da C Paiva & C. Rodrigues, *Studies on variation in Portuguese*. Amsterdam: John Benjamins, pp.135-150.
- Brown, P. & Levinson, S. (1987). *Politeness – some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carreira, M. H. (1997). *Modalisation linguistique en situation d’interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain Paris: Peeters.
- _____(2001). *Semântica e discurso, estudos de Linguística Portuguesa e Comparativa (Português/Francês)*. Porto: Porto Editora.
- _____(2002). La designation de l’autre en portugais européen: instabilités linguistiques et variations discursives. *Instabilités linguistiques dans les langues romanes. Travaux et Documents*, 16, 173-184.
- _____(2004). *Les formes d’allocation du portugais européen: valeurs et fonctionnements discursifs. Franco-British Studies*, pp. 35-45. http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf.
- _____(2007). Le pronom d’adresse portugais «você»: valeurs et évolution. In A. Cunita; C. Lupu & L. Tasmowski (Orgs.), *Studii de lingvistica si filologie romanica. Hommages offerts à Sanda Reinheimer Rîpeanu*. Bucuresti: Editura Universitatii din Bucuresti, pp. 15-19.
- Cintra, L. F. L. (1972). *Sobre «formas de tratamento» na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Duarte, I. M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna In A. M. Brito (Org.), *Gramática: história, teorias, aplicações*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp. 133-146.
- _____(2011). Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. *Matraga Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, 18 (28), 84-101. Rio de Janeiro:UERJ.
- Duarte, I. M. & Marques, M. A. (2019). Formas de tratamento e preservação da face em interações verbais online. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 5, 236-249. doi: <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a17>.
- Faria, I. H. (2006, 18 de janeiro). *Exmo Senhor Presidente, você não sabe que... ?* In jornal Público,-consultado em 20-05-2021.

Gouveia, C. (2008). As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In I. M. Duarte & F. Oliveira (Eds.) *O fascínio da Linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 91-100.

Hammermüller, G. (2004). *Adresser ou éviter, c'est la question... Comment s'adresser à quelqu'un en portugais sans avoir recours à un pronom ou à une autre forme équivalente (Coloquio de París)*. Centro Virtual Cervantes. https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_hammermueller.pdf.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1997). Variations culturelles et universaux dans le fonctionnement de la politesse linguistique. In D. Luzzatti, et al. (Eds.), *Le Dialogique (colloque international sur les formes philosophiques, linguistiques, littéraires, et cognitives du dialogue, 15-16 septembre 1994)*, Peter Lang.

_____(2004). Es universal la cortesía? In D. Bravo & A. Briz (Eds.), *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel

Macário Lopes, A. C. (2018). *Pragmática: uma introdução*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Marques, M. A. (2008). Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In M. Oliveira & I. Duarte (2008). *O Fascínio da Linguagem: Actas / Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto, pp.277-296.

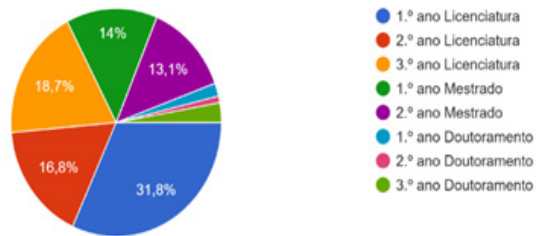
Pinto, A. G. & Amorim C. (2019). Pilar P. Barbosa, Maria da Conceição de Paiva, Celeste Rodrigues. Studies on variation... *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, (4), 189-208.

ANEXO

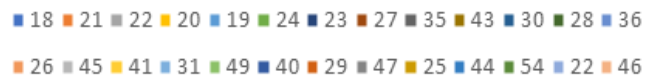
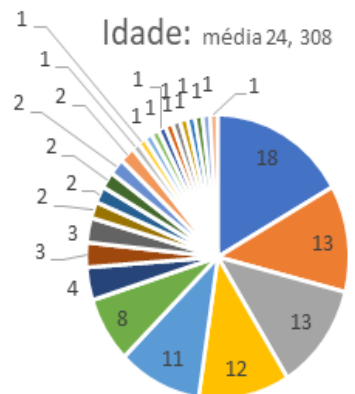
QUESTIONÁRIO (RESULTADOS POR PERGUNTA)

Pergunta 1

Ano em que se encontra inscrito/a
 107 respostas

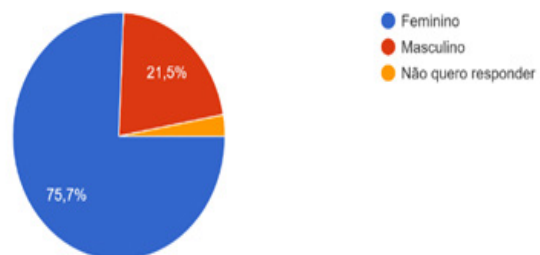


Pergunta 2



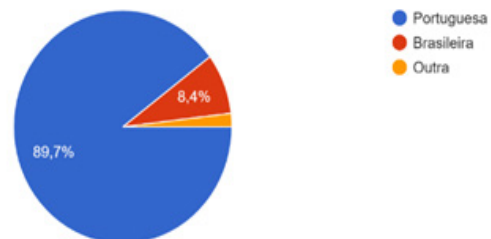
Pergunta 3

Sexo
107 respostas



Pergunta 4

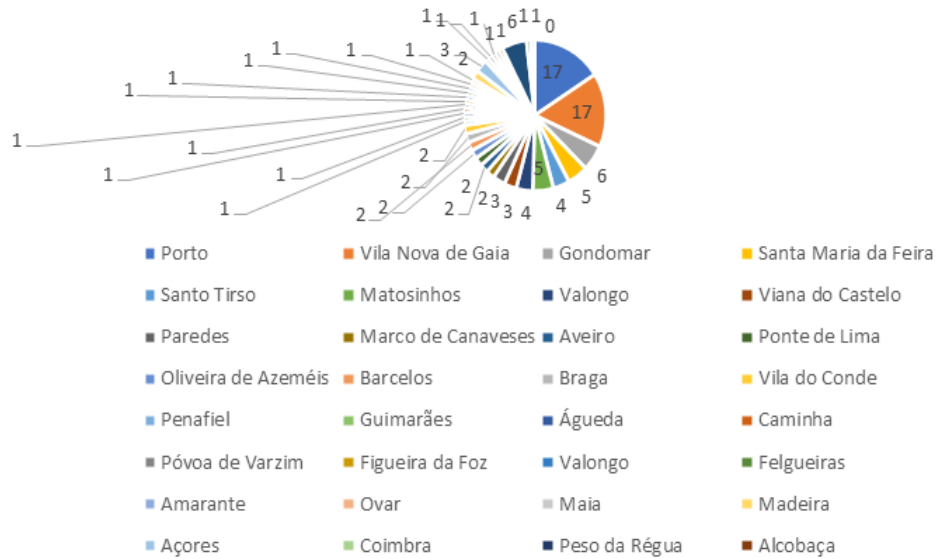
Nacionalidade
107 respostas



Outra: venezuelana, timorense

Pergunta 5

Concelho (país) em que residiu mais tempo ao longo da vida



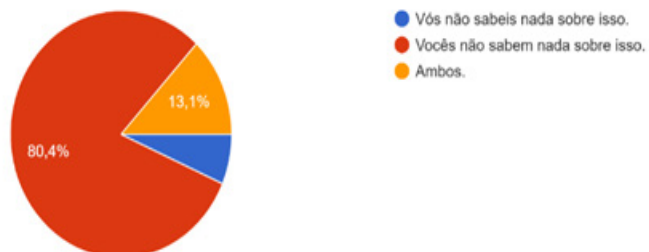
Pergunta 6

Resposta livre

Pergunta 7

Qual destes enunciados se vê a produzir mais naturalmente?

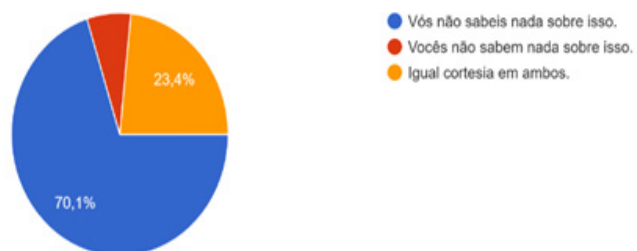
107 respostas



Pergunta 8

Qual deles considera mais cortês?

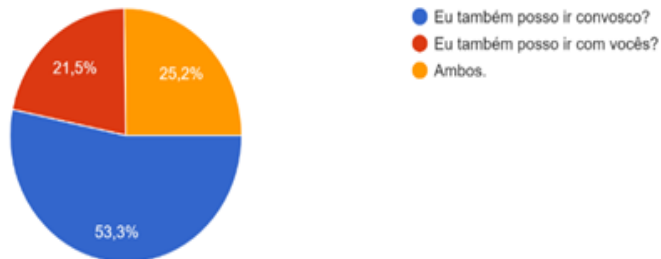
107 respostas



Pergunta 9

Qual destes enunciados se vê a produzir mais naturalmente?

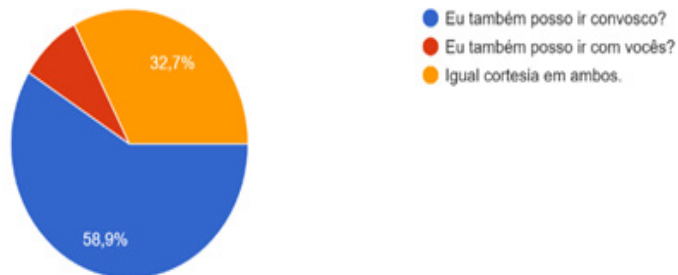
107 respostas



Pergunta 10

Qual deles considera mais cortês?

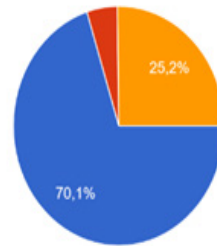
107 respostas



Pergunta 11

Imagine que se dirige a uma plateia. Qual destes enunciados se vê a produzir mais naturalmente?

107 respostas

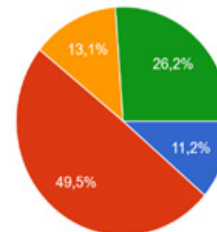


- Vamos dar início à sessão. Sentem-se, por favor, nos vossos lugares.
- Vamos dar início à sessão. Sentai-vos, por favor, nos vossos lugares.
- Vamos dar início à sessão. Sentem-se, por favor, nos seus lugares.

Pergunta 12

Qual deles considera mais cortês?

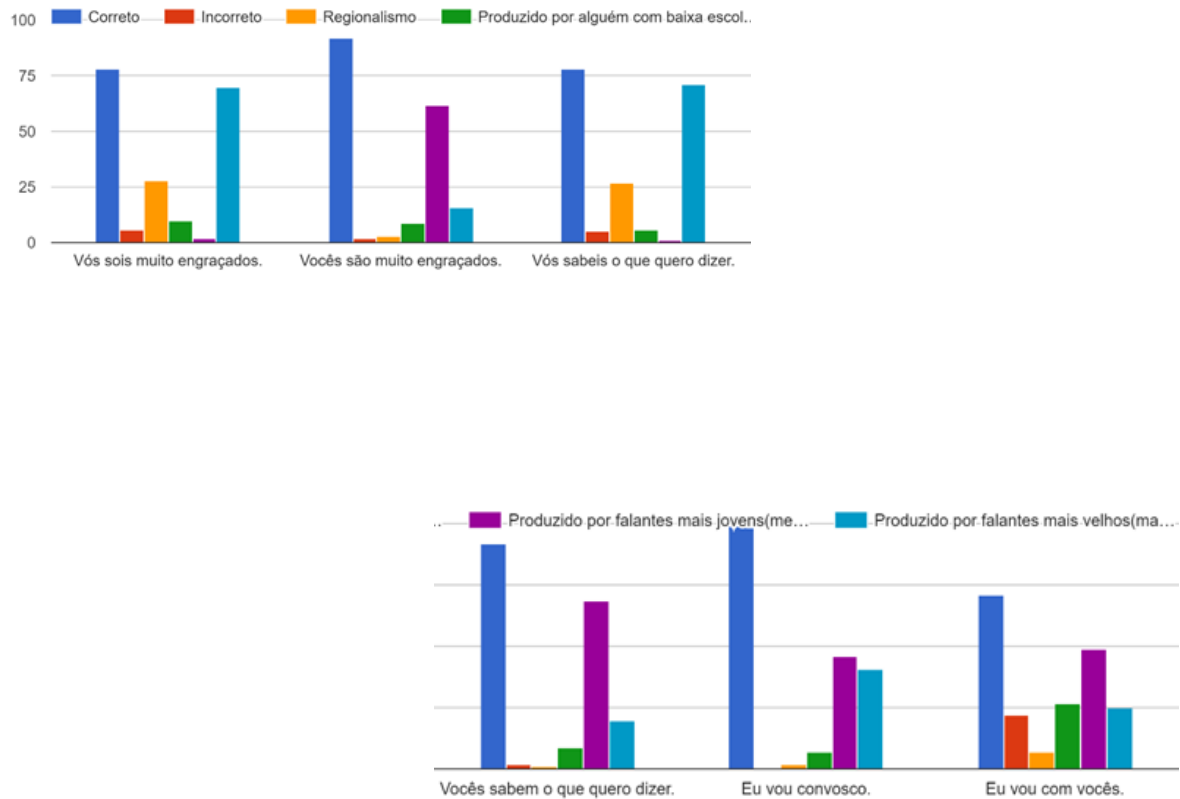
107 respostas



- Vamos dar início à sessão. Sentem-se, por favor, nos vossos lugares.
- Vamos dar início à sessão. Sentai-vos, por favor, nos vossos lugares.
- Vamos dar início à sessão. Sentem-se, por favor, nos seus lugares.
- Igual cortesia em todos.

Pergunta 13

Para cada enunciado, indique, por favor, os seus juízos de valor.



A repetição como estratégia retórico-manipulativa no texto de autoajuda

Repetition as a rhetorical-manipulative strategy in the self-help text

MATOS, JANAICA GOMES
janaicagomes@pcs.uespi.br

Doutora em Linguística, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil

MUNIZ, MÁRIO JUNGLAS
mjunglasm@ufpi.edu.br

Doutor em Linguística, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil

PEREIRA, SARAHN
MARIA DE SOUSA
saranhpereira@aluni.uespi.br

Graduada em Letras, Universidade Estadual do Piauí (EUSPI), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Repetição;
Construções textuais;
Argumentação;
Manipulação;
Autoajuda.

RESUMO: O presente trabalho objetiva estabelecer a relação entre texto, discurso e retórica, identificando e discutindo as marcas estratégicas do uso da repetição, na construção dos sentidos manipulatórios no texto de autoajuda, sob a perspectiva sociocognitivo-discursiva. Assim, apresentamos o recurso da repetição o qual associamos à mobilização do *pathos* na autoajuda. Para tanto, apoiamos-nos teoricamente em Koch (2004) e Koch e Elias (2016) para tratar das funções da repetição no texto; em Cavalcante *et alii* (2020) e Amossy (2008) para fundamentar as relações entre texto e argumentação no discurso; em Breton (1999) e Charaudeau (2009; 2010) para abordar a manipulação dos afetos e a repetição. Metodologicamente, esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, descritiva e de caráter documental, com análise de obras de autoajuda. Como resultado, foram encontradas diversas ideias parafraseadas a se combinarem simultaneamente com outras estratégias de repetição na sequenciação dos capítulos das obras, como os paralelismos sintáticos e as reiteraões lexicais e sonoras, somadas a outros recursos linguístico-discursivos os quais relacionamos com efeitos de sentido patêmicos e com as possibilidades de manipulação do sujeito-leitor da autoajuda.

KEY-WORDS:
Repetition;
Textual Constructions;
Argumentation;
Manipulation;
Self-help.

ABSTRACT: The present work aims to establish the relationship between text, discourse and rhetoric, identifying and discussing the strategic marks of the use of repetition, in the construction of manipulative meanings in the self-help text, from a sociocognitive-discursive perspective. Thus, we present the resource of repetition, which we associate with the mobilization of pathos in self-help.

To this end, we theoretically rely on Koch (2004) and Koch and Elias (2016) to address the functions of repetition in the text; Cavalcante et alii (2020) and Amossy (2008) to substantiate the relationship between text and argumentation in discourse; Breton (1999) and Charaudeau (2009; 2010) to address the manipulation of affects and repetition. Methodologically, this research presents a qualitative, descriptive and documentary approach, with an analysis of self-help works. As a result, several paraphrased ideas were found to be combined simultaneously with other repetition strategies in the sequencing of the chapters of the works, such as syntactic parallels and lexical and sound reiterations, added to other linguistic-discursive resources which we relate to pathemic meaning effects. and with the possibilities of manipulation of the subject-reader of self-help.

1. INTRODUÇÃO

O intuito desse artigo¹ é buscar estabelecer uma relação entre texto, discurso e retórica, analisando-se a repetição como estratégia retórico-manipulativa na argumentação, através de variadas formas de sua manifestação, na produção de certos efeitos de sentido manipulatórios, nos textos de autoajuda. Assim, lançamo-nos ao diálogo da Linguística Textual com a Teoria da Argumentação no Discurso e com a Teoria da Manipulação da Palavra.

Nesse ângulo, vemos que o discurso de autoajuda tende a incutir, na mente dos indivíduos leitores, ideias de certeza, de bem-estar, de um “compromisso” de felicidade pessoal, na crença de que todos os sonhos e desejos de vencer e ter uma vida satisfatória é possível através da ação individual, que se revela descomprometida com a realidade sócio-cultural em que os sujeitos se inserem (Brunelli, 2008). Para tanto, faz-se relevante a verificação do quão eficaz se torna a repetição nesse processo no texto de autoajuda, particularmente na análise qualitativa, descritiva e documental das obras: *O poder da autorresponsabilidade* de Paulo Vieira e *A sutil arte de ligar o f*da-se* de Mark Manson.

Vemos que as recorrências no texto podem se expressar em diversos tipos diferenciados por Koch (2004) e por Koch e Elias (2016), que os nivela desde marcas fonéticas e de arranjos lexicais de variados tipos, até as sintáticas e semânticas. Porém, mais do que observar níveis e formas linguísticas, nossa análise, sob o viés sociocognitivo-discursivo, faz-nos ver que o processo de convencer e de manipular se torna apreensível através da repetição, a fim de se “formar ideias” na cabeça do indivíduo. Deste modo, não será possível criar um repertório de argumentos plenamente racionais, pois a repetição de ideias expressas diversas vezes torna-se uma verdade incontestável na visão do leitor que interioriza, de forma (in)consciente, esse processo de repetição.

1. Esta pesquisa em coautoria se origina do projeto de pesquisa do grupo de estudos em Linguística Textual (TEXTUALE), ligado ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí. Agradecemos às contribuições dos Professores Antônio Lailton Moraes Duarte (Universidade Estadual do Ceará) e Emanuel Pedro Martins (Universidade Estadual do Piauí), por suas ponderações sobre o assunto.

2. O TEXTO E SUA RELAÇÃO COM A ARGUMENTAÇÃO RETÓRICA NO DISCURSO

No que tange aos estudos da Linguística Textual, quando hoje falamos de *texto* e de todos os traços que o definem, começamos a vislumbrar sua grande complexidade, que tem suscitado agudas reflexões entre os analistas do texto na atualidade. Entendemos o texto ao modo de Beaugrande (1997), para quem o texto é um “evento comunicativo no qual convergem uma confluência de ações linguísticas, cognitivas e sociais” (Beaugrande, 1997, p. 10). Segundo a perspectiva sociocognitivo-discursiva que defendemos, o texto não encerra uma espécie de materialidade congelada, ou “aprimorada” em uma estrutura pronta; mas compreende um processo cuja reconstrução provém de múltiplas ancoragens, oriundas das ações conjuntas e de saberes compartilhados dos indivíduos socialmente situados. Decerto, entender o texto hoje significa ultrapassar as fronteiras de um olhar limitado somente aos elementos coesivos, constituintes de uma superfície formalmente coerente. Mais do que isso, significa deparar-se com a questão de que a tais marcas se sobrepõem fatores intervenientes e decisivos na produção/recepção do texto. Estes remetem à bagagem sociocognitiva sobre o mundo, aos papéis sociais, às ideologias, ao contexto social, histórico, cultural, pragmático, de modo a funcionarem como peças fundamentais para a construção dos sujeitos e, em simultaneidade, para a construção dos efeitos de sentidos textuais e discursivos produzidos.

Neste estudo, embora tenhamos utilizado o critério formal para distinguir os fenômenos de repetição que sequenciam o texto, dada a classificação das autoras Koch e Elias (2016), buscamos nos estender para além dos dados estruturais, a fim de refletirmos sobre o poder persuasivo de tais tipos de repetição, função mencionada pelas duas autoras. Para tanto, remetemos a Oliveira (2020), ao asseverar que os itens lexicais, ou os fatos gramaticais, por si sós, não são responsáveis pela mobilização de emoções, pois só podem desencadeá-las em virtude de fazerem referência a objetos de discurso inseridos em contextos e interações específicas.

A partir destas considerações, pode-se entrever a relevância da abordagem do texto e do

discurso, em íntima associação; prova disso é a convocação de certos conceitos discutidos na Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) em diálogo com as pesquisas em Linguística Textual (LT), possibilidade já declarada por Ruth Amossy (2008) e, em seguida, defendida por Cavalcante *et alii* (2020).

Entre as categorizações trazidas por Amossy (2008), relevantes aos estudos textuais, destacamos a dimensão argumentativa, como uma tendência inata de todo discurso a orientar os modos de se posicionar perante o mundo, de julgar e de sentir do(s) parceiro(s). Dessarte, tudo que é dito ou escrito contém, de certa forma, algum teor de perspectivização ou orientação de valores e julgamentos sobre as coisas do mundo, mesmo quando o locutor não está inteiramente ciente disso.

Por outro lado, há casos chamados pela autora de visada argumentativa, que se caracterizam por manifestarem uma explicitude do caráter persuasivo, mediante a clara adesão do interlocutor ao que está sendo defendido. Logo, como exemplo de visada argumentativa, podemos citar o artigo de opinião, a crônica argumentativa e também os textos de autoajuda, que se elaboram mediante um esquema composicional reconhecidamente argumentativo².

Consoante mostram Cavalcante *et alii* (2020), um elo necessário entre a LT e a TAD proposta por Amossy seria a análise dos meios retóricos de persuasão: *logos*, *ethos* e *pathos*, que, na perspectiva da LT, podem ser evidenciados por meio de marcas estratégicas de construção textual, uma vez que as escolhas lexicais dos locutores tendem a revelar sua tentativa de agir sobre o interlocutor.

Assim, o *logos* corresponde à lógica daquilo que está sendo apresentado, ou seja, está ligado à racionalidade; nesse sentido o sujeito falante dispõe de modos de organização discursivos que pretendem descrever o mundo por meio de princípios da veracidade. Já o *ethos* se apresenta na imagem que emerge do falante para que ele se mostre como alguém digno de credibilidade. Segundo Charaudeau (2010, p.58), o *ethos* é “um processo de identificação que exige do

2. Concordamos com a proposta de Cavalcante *et alii* (2020) a respeito dos modos de argumentatividade se divisarem com base na organização dos textos. Com efeito, o texto de visada seria o que se configura por elementos como a tese, os (contra) argumentos e a conclusão, com vistas à defesa de uma opinião.

sujeito falante a construção para si mesmo de uma imagem que tenha certo poder de atração sobre seu auditório”. E por fim, temos o *pathos*, que se relaciona à emoção suscitada no público pelo orador do discurso, mediante estratégias de dramatização, que podem funcionar como “uma armadilha discursiva destinada a aprisionar o outro nas redes de suas pulsões emocionais” (idem).

Tais vias persuasivas postuladas desde Aristóteles foram retomadas pela Filosofia da Nova Retórica em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e também revisitadas à maneira da Argumentação Retórica no Discurso por Amossy (2008). Para Cavalcante *et alii* (2020), a contribuição da LT em direção a estes interesses pode se dar pelo estudo de uma série de categorias dadas no texto, mediante uma série de pistas de evidência argumentativa, mediante as interações que se estabelecem entre os sujeitos. No contexto de nossa pesquisa, contemplamos os elementos de recorrência na continuidade textual mais articuladamente ao *pathos*, sem embargo de que os demais tipos (*logos-ethos*) estejam presentes nos discursos.

Nesta linha, Galinari (2014) também defende que o *ethos*, *pathos* e *logos* sejam vistos em pé de igualdade. Galinari (2014), assim, propõe uma análise em que o *logos* seria o raciocínio na qual o *ethos* e o *pathos* podem se edificar. O autor deste modo se pronuncia: “o *ethos* e o *pathos* (as imagens de si e as emoções suscitáveis no auditório) só se tornam realidade a partir do discurso, ou seja, do uso de sua estrutura, de seus raciocínios, em suma, de tudo o que se chamou acima de *logos*” (Galinari, 2014, p. 264).

Vale também dizer que, sob o ângulo do *ethos*, o sujeito-autor da obra de autoajuda goza das atribuições de credibilidade, conhecimento e confiança que lhe são creditados pelo público leitor. Com isso, a autora Brunelli (2008) acrescenta que:

Como se trata de acreditar, de não duvidar, entendemos que os autores de autoajuda, como sujeitos desse discurso, também devem manifestar em seus textos, com relação às teses que propõem essa mesma crença/ confiança que pregam para os leitores. Além disso, se as teses que apresentam são verdadeiras, se as fórmulas e orientações propostas

efetivamente funcionam e se tudo é realmente uma questão de crença, então a incerteza e a dúvida devem mesmo ser manifestações excluídas ou rejeitadas nos textos desse discurso. (Brunelli, 2008, p. 134)

Assim, adverte-se que, para se ter êxito nas finalidades persuasivas, o locutor deve planejar seus argumentos sob medida para o auditório ao qual se destina (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005). Dito isto, podemos articular que o modo de direcionamento do *pathos* exerce maior influência quando se conhece o que de fato vem a comover o público-alvo a que se destina. Neste contexto, o discurso de autoajuda é expressamente categorizado por Amossy (2008) como pertencente ao campo da modalidade argumentativa³ *patêmica*, já que tem por finalidade instigar o interlocutor mediante o apelo às suas emoções.

Tais emoções podem ser impulsionadas com base na *doxa*, como valores comuns a um meio social dos quais se parte como ponto de consenso no processo argumentativo. Nos textos de autoajuda, percebemos que a *doxa* comporta valores sociais pós-modernos, compartilhados e aceitos, como a “felicidade” e a “liberdade individual” como direitos humanos inalienáveis, constituindo-se como alicerces para as mobilizações do *pathos* e acrescentando também uma maior plausibilidade à argumentação.

A estas reflexões, conjugamos ainda a Teoria da Manipulação da Palavra, seguindo o pensamento de Breton (1999), para quem a repetição constitui um recurso de grande valia para a mobilização dos afetos (*pathos*), embora destes não se desgarre o esquema racional do *logos*. Contudo, Breton reconhece o quão eficazmente pode se sobressair esta estratégia persuasiva em determinados discursos, especialmente nos de comunicação de massa, para os quais o autor devota sua atenção. Como assevera Breton (1999, p. 75-76): “o uso da repetição conhece desenvolvimentos sutis que visam desarmar as defesas que o espírito pode opor a procedimentos em resumo bastante sumários”.

No item à frente, será apresentada sequencialmente a função retórica desse recurso utilizado textualmente como estratégia persuasiva.

3. As modalidades argumentativas são classificações de Amossy (2008) quanto ao modo de funcionamento dos discursos através dos gêneros, como modelos de trocas argumentativas, sob uma ótica dialogal e dialógica. A modalidade patêmica constitui-se como um dos tipos, além das modalidades demonstrativa, pedagógica, por coconstrução, negociada e polêmica.

3. O TRATAMENTO RETÓRICO DA REPETIÇÃO NO TEXTO ESCRITO

Sabe-se que as figuras de linguagem, dentre as quais se inclui a repetição, foram largamente estudadas pela antiga retórica e pela tradição gramatical. No que concerne à retórica, seu uso tem sido tratado de modo pejorativo, sendo visado apenas como um simples ornamento discursivo, sem efeitos para uma lógica argumental. Contudo, na visão da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), as figuras têm seu estudo renovado, adotando uma dimensão estratégica desse fato no campo argumentativo e descrevendo a repetição como *figura de presença*. Neste artigo, não só pretendemos superar a noção meramente figurativa na retórica da repetição, mas também observamos esse fenômeno sob o ponto de vista manipulatório no texto, em interface com o discurso.

No que tange ao ensino da escrita escolar, com base na visão gramatical, a repetição também é tradicionalmente encarada como um defeito estilístico, por representar tautologias, ou obviedades semânticas (Campelo, 2004). Todavia, do ponto de vista científico, a repetição tem rendido inúmeras contemplações em diversas linhas investigativas da linguagem. Por isso, resgatamos a crítica de Campelo (2004) em razão da visão normativa sobre a repetição. O autor afirma que, além de apreçoarem uma noção negativa a este respeito, os compêndios de “bom uso” da linguagem não compreendem as particularidades usuais das reiterações nos contextos discursivos e muito menos distinguem suas manifestações, condensando-se as repetições de nível lexical, frasal e semântico como se fossem uma única forma.

No campo da Linguística Textual, concebemos a repetição como uma estratégia elementar de construção do texto, não só a estabelecer relações semânticas e estruturais, mas também a colaborar para efeitos de sentido em variados discursos. A despeito de tratarmos de uma taxonomia estrutural da repetição iniciada em Koch (2004) e reorganizada em Koch e Elias (2016), vemos que estas autoras problematizam o fenômeno em termos de função retórica, além de sua proposta trazer a vantagem de distribuir os tipos de repetição em vários níveis no texto, conforme veremos mais adiante.

Ressaltemos aqui Antunes (2017, p. 63-64), a qual, longe de uma visão simplista, afirma que a reiteração lexical não é acessória, não possuindo um fim em si mesma: “Não é portanto, repetir por repetir. Mas repetir por alguma conveniência ditada pela continuidade temática do texto ou por alguma demanda do evento comunicativo”. Igualmente, enfatizamos a defesa de Amossy (2008) sobre a necessidade de incorporação das figuras de linguagem às problematizações de caráter discursivo, bem como sobre a integração do aspecto racional ao emotivo nessa abordagem, tanto para a constituição dos casos de visada, quanto para os de dimensão argumentativa, já citados anteriormente.

Num mesmo intuito de alargamento da problemática, Paissa e Druetta (2019) ressaltam vários aspectos dialéticos em torno da repetição no discurso, observados em certos estudos no que tange à ruptura/continuidade, à língua/discurso e à identidade/alteridade. A propósito, é também comum a prevalência da oscilação da abordagem entre a natureza figurativa e, ao mesmo tempo, estratégica da repetição a partir de uma intencionalidade, conforme Paissa e Druetta (2019).

Vemos então que, anteriormente verificada na formulação de textos orais na interação (Castilho, 1997; Marcuschi, 2006; Hilgert, 1993), a repetição passou a ser analisada no texto escrito, o qual nos interessa neste artigo. Enfocaremos agora a classificação de Koch e Elias (2016), tomando-a por base para aplicação ao nosso *corpus*.

Estas autoras afirmam que as recorrências, na condição de estratégias de sequenciação textual, são um importante recurso para fazer o texto progredir, encadeando os segmentos do texto e auxiliando na construção de efeitos persuasivos bastante eficazes para o discurso. Por conta disso, tais elementos de recorrência trazem para o texto uma ênfase do que está sendo dito e como resultado promove uma “fadiga mental”, a qual faz com que o indivíduo abandone o seu lado crítico de pensar, fazendo com que o mesmo acabe sendo persuadido por outrem, sem maiores reservas (Breton, 1999).

Sobre as reiterações de um modo geral, Koch pontua que:

A presença de elementos de recorrência num texto produz quase sempre um efeito de intensificação, de ênfase, isso é, tem função retórica. “Martela-se” na cabeça do ouvinte/leitor, repetindo palavras, estruturas, conteúdos semânticos, recursos sonoros etc., de tal modo que a mensagem se torne mais presente em sua memória – não é o que faz a propaganda? – e ele acabe por criar um hábito ou aceite sua orientação argumentativa. (Koch, 2004, p. 86)

De acordo com Koch (2004) e Koch e Elias (2016), a *recorrência de termos* é um recurso retórico de grande importância, trazendo ao enunciado um acréscimo de sentido que ele não teria se o item fosse usado somente uma vez, dado que não existe jamais uma identidade total de sentido entre os elementos textualmente recorrentes. Exemplo:

(ex.1) *Ela olhava ansiosa pela janela. Mas chovia, chovia, chovia...* (Koch, 2004, p. 81).

Além da intensificação que traz a reiteração do verbo “chovia”, o exemplo (1) também corrobora a noção de Marcuschi (2006, p. 220) de que “repetir as mesmas palavras num evento comunicativo não equivale a dizer a mesma coisa”, acentuando, assim, a discussão paradoxal da identidade e da diferença que a reiteração de palavras pode trazer simultaneamente ao discurso⁴.

Já o *paralelismo sintático* constrói-se, na progressão textual, com a utilização de uma mesma estrutura sintática, preenchida, a cada ocorrência, com diferentes itens lexicais. As autoras ressaltam o paralelismo rítmico ou similitudência que acompanha este fenômeno. Esses traços podem ser observados a seguir:

(ex.2) (...) *Se os olhos veem como amor, o corvo é branco; se com ódio, o cisne é negro; se com amor, o demônio é formoso; se com ódio, o anjo é feio; se com amor, o pigmeu é gigante, se com ódio, o gigante é pigmeu* (...) (Padre Antônio Vieira, *Sermão da Quarta-Feira*. Extraído de Koch, 2004, p. 82).

4. Podem-se evocar, com isso, estudos como a de Corinne Gomila (2019), que ressalta, no plano enunciativo, certos discursos epistolares sobre a guerra, a veicularem não uma mera repetição de dados formais, de maneira supérflua. Ao contrário, significam a acumulação complexa do ato de re-enunciar algo, com sua sinalização por meio de um marcador iterativo, de modo a “redizer”, confirmando o que se disse antes no texto, podendo obter, com isso, um impacto emocional no interlocutor.

Aqui como se pode notar, o fragmento é construído com a mesma estrutura sintática, “se (com)” e o verbo “é”, no entanto, para a sua formulação de sentido são utilizados elementos lexicais distintos.

A *paráfrase* também pode reforçar aquilo que está sendo dito, porém, ao contrário do que acontece no paralelismo, faz uso de palavras e estruturas distintas das que foram ditas. E assim como ressalta Koch (2004, p. 111), “as repetições e parafraseamentos retóricos têm por principal função o reforço da argumentação⁵.” Deste modo, Koch e Elias (2006; 2016) asseveram que o conteúdo reapresentado passa por alguma forma de alteração tais como ajustes, reformulações, desenvolvimentos, os quais costumam vir iniciados por elementos introdutórios de paráfrases, como “isto é, ou seja, ou melhor, etc.” Apesar de tais ajustes, é importante a ressalva das pesquisadoras de que a saliência neste processo recai não sobre o conteúdo em si, que está sendo modificado, mas sim, sobre a ação de alterar e sobre sua justificativa, o que aumenta o poder da argumentação. Assim, observemos:

(ex.3) *A fênix é um pássaro das Arábias.*

Não morre nunca. Ou melhor:

Morre muitas vezes, queimada no fogo,

E cada vez renasce das cinzas. (Nestrovski, Arthur. *Bichos que existem e bichos que não existem*. Extraído de Koch; Elias, 2006).

No exemplo parafrástico acima, diferente do paralelismo sintático, encontra-se um sentido aproximado em diferentes palavras, introduzidas pelo introdutor parafrástico “ou melhor”. Tais palavras buscam “explicar”, sob a ótica do locutor, que “não morrer nunca” seria, na verdade, “morrer muitas vezes” e sempre “renascer das cinzas”.

Já a *recorrência de recursos fonológicos* vem marcada por uma invariante fonológica, seja num mesmo enunciado, seja em enunciados contíguos. Nestes casos, tem-se a existência de

5. Nossa análise, neste artigo, restringe-se ao estudo da função retórica de reforçar a argumentação, na perspectiva de Koch (2004) e Koch e Elias (2016). Logo, foge ao nosso escopo a análise de funções discursivas mais diversificadas das repetições, conforme se sugere no trabalho de Marcuschi (2006).

fatos segmentais e/ou suprasegmentais, por exemplo, a identidade de metro, ritmo, rima, assonâncias, aliterações etc. Temos a ilustração seguinte:

(ex.4) *Tec, tec*

Tec, tec, tec

Tuc, tuc, tuc

Bate a porta do armário (...)(João Marcelo da Silva Elias, 4ª série, Colégio Madre Alix. Extraído de Koch; Elias, 2010, p. 171).

Este exemplo de Koch e Elias (2010) mostra os elementos suprasegmentais, como a entonação, a rima e o ritmo, como elementos de similitude no texto; já os segmentais são os elementos como a aliteração e as assonâncias, criados pela repetição sonora.

Enfim, tendo por base a classificação de Koch e Elias (2016),⁶ analisamos duas obras de autoajuda e verificamos que as reiterações de itens sonoros, lexicais, os paralelismos sintáticos e as paráfrases encontradas contribuem para uma intensificação dos sentidos, agindo dessa forma como estratégias retóricas, na busca de mudar-se os modos de ver e sentir dos interlocutores.

4. A LINGUAGEM DA PERSUASÃO E MANIPULAÇÃO DO DISCURSO DE AUTOAJUDA NA CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS

Como já observado, a linguagem persuasiva exerce uma função de extrema importância no desenvolvimento de um discurso que visa à manipulação de sujeitos sociais. Esse tipo de discurso é facilmente encontrado nos discursos de *autoajuda*, uma vez que os sujeitos falantes fazem uso de diversas técnicas persuasivas para convencer o ouvinte de que ele é o “dono do seu destino” e que “ele pode tudo”, sendo notória a grande recepção que tem esse gênero de livro, que chega a produzir diversos *best-sellers*, especialmente no Brasil.

6. Esta classificação aparece anteriormente, nas obras de Koch (2004) e Koch e Elias (2006; 2010), de onde extraímos algumas ilustrações de textos. Todavia, optamos por nos basear na obra mais recente de Koch e Elias (2016), que segue quase integralmente o modelo das publicações anteriores, com exclusão da “recorrência de tempos verbais”, cuja finalidade é marcar a atitude do locutor de narrar ou comentar, bem como as perspectivas de plano e de tempo narrativo em uma sequência de texto.

De acordo com Turmina (2009), o discurso de autoajuda remonta a 1859, ano em que o médico Samuel Smiles publica seu livro “*Self-Help*”, uma série de tratados discutindo o comportamento humano nas relações de trabalho daquela época. O médico autor apresenta o fortalecimento dos valores individuais e trabalhistas como o caráter e a moral, mostrando experiências vividas por pessoas bem-sucedidas, como modelo a ser seguido para atingir os objetivos pessoais dos trabalhadores. Trata-se de um discurso nacionalista e liberal, pregando o hábito ao trabalho, uma doutrinação trabalhista levando a uma visão romanesca que ao “homem competia total autonomia na condução da vida”. Este modelo é o que vemos nos estender até os dias atuais, adequando-se às demandas exigidas pelo modo de produção capitalista neoliberal. Turmina (2009, p.101) assim comenta: “A autoajuda tornou-se para o capital uma das estratégias que visa mascarar a contradição na relação entre capital e trabalho, de modo que se descaracterize a organização como um espaço de conflito, de exploração”.

Segundo o estudo de Rüdiger (2010, p.8), a autoajuda consiste resumidamente, no “conjunto textualmente mediado de práticas através das quais as pessoas procuram descobrir, cultivar e empregar seus supostos recursos interiores e transformar sua subjetividade, visando a conseguir uma determinada posição individual supra ou intramundana”. Dessarte, busca-se uma mudança pela ideia de os homens possuírem uma espécie de “superpoderes” capazes de resolverem diversos problemas existenciais, no trabalho, em sua vida (inter) pessoal, nos problemas amorosos e/ou financeiros etc. Logo, esta busca se centra num esforço pessoal, inclusive por meio de “mantras” que sugerem essa transformação. Assim, pensamos que a repetição possa exercer uma grande influência nesta prática.

Nessa ideologia, encontra-se a ideia de ação livre, ou seja, a capacidade de agir por si próprio, surgindo dessa forma o pensamento individualista, na pretensão de se ignorar a interferência de outras ações e responsabilidades externas ao indivíduo e de se basear na racionalidade terapêutica, na crença do poder da mente e no desenvolvimento da personalidade. Nesse âmbito, o individualismo “privou-nos dos modelos com que podíamos defini-lo ao remetê-los

à subjetividade, lançando-nos numa situação moralmente confusa, através da qual o desfrute da liberdade individual vai se tornando cada vez mais problemático.” (Rudiger, 2010, p. 40). Portanto, nesse cenário se nota a necessidade de praticar a autoajuda na era pós-moderna. Veremos, em nossa análise do *corpus*, que o discurso que envolve a autonomia dos sujeitos, para atingir plenamente ideais dóxicos de sucesso pessoal e felicidade, empreende-se com o auxílio das repetições, dentre outros mecanismos textuais.

Levando assim em consideração a construção dos sentidos manipulatórios, acrescentemos que Breton (1999) conceitua a manipulação como uma “violência psicológica”, que priva da liberdade de escolha os sujeitos a ela submetidos, de modo que:

Mobilizar os afetos parece ter por objetivo condicionar o público de tal maneira que ele aceite a mensagem sem discussão. Se o homem é sedutor, o que ele diz é convincente. (...) Manipular consiste de fato em paralisar o julgamento e em fazer tudo para o receptor abra ele mesmo sua porta mental a um conteúdo que de outro modo não seria aprovado. (Breton, 1999, p. 65)

Desse modo, Breton (1999) trata dos modos de manipulação cognitiva e afetiva, destacando a repetição como pertencente a este último tipo, no campo das técnicas persuasivas manipulatórias nas sociedades, mesmo nas que se consideram plenamente livres e democráticas, seja no âmbito da política, da publicidade, das relações públicas, nas relações interpessoais, afetivas etc. No caso da manipulação cognitiva, esta aprisiona o público em raciocínios distorcidos. Já no caso da manipulação dos afetos (*pathos*), esta age com o fim de seduzir por meio de técnicas que promovem certo condicionamento nos sujeitos, como é o caso da repetição.

Portanto, sendo um tipo de manipulação mais marcadamente patêmica, consoante Breton (1999), a repetição ocasiona um *efeito fusional* pelo fato de buscar uma fusão entre o público-alvo e a mensagem que a ele se destina. Ao se referir à repetição no *slogan*, muito frequente no discurso político, na comunicação e na publicidade, o autor assim profere:

A repetição cria inteiramente, de forma artificial, a partir apenas desse mecanismo, um

sentimento de evidência. O que nos parece estranho e sem fundamento à primeira vista – porque não argumentado – acaba por parecer aceitável, depois normal, no decorrer das repetições. Essa técnica cria a impressão de que aquilo que é dito e repetido foi em algum lugar, muito antes, argumentado. A repetição funciona com base no esquecimento de que nunca se explicou aquilo que se repete. (Breton, 1999, p. 75)

Diferentemente do uso da repetição no *slogan*, reconhecemos que as repetições, na autoajuda, possuem certa dose de racionalidade do *logos*, por serem relacionadas a argumentos no decorrer do texto. Mas, por outro lado, pensamos que as constantes repetições no texto não deixam de favorecer esse maior efeito de evidência sobre os elementos argumentados que, por meio de recursos puramente lógicos, não seriam talvez aceitos, ou o seriam com menos vigor, como já apontamos por meio de Breton (1999).

Além disso, consideramos que os discursos manipulatórios, geralmente, vêm acompanhados de outras características também traçadas por Charaudeau (2009; 2010). É o caso da intenção de “fazer crer”, sob a presença de estratégias, tais como as narrativas dramáticas que envolvam figuras de sentido moral, suscitando estados de alma, como a exaltação, no caso dos heróis e de angústia, no caso de vítimas; os discursos de promessa, ou de profecia, produzindo uma magia encantadora, que incite uma questão moral (dever fazer/não fazer) ou de sonho (poder fazer), sem se constituir como autoritário; e, de forma complementar a isso, os discursos de provocação do afeto, a instigarem sentimentos de alegria, ou de medo. O autor observa também a repetição em slogans e fórmulas, alegando que ela consiste em um procedimento formal utilizado nestes tipos de discurso.

Aplicando a discussão sobre as repetições no texto de autoajuda, discutimos os efeitos esperados desses usos, uma vez reunindo elementos que condicionam e indiciam tal possibilidade, amparando-nos em Charaudeau (2007) e Oliveira (2020), autores que distinguem entre *efeitos possíveis* e *efeitos produzidos* sobre o interlocutor. Consoante Charaudeau (2007, p.242): “não é nele [no discurso] que se encontra a prova de autenticidade do que se sente”, ainda que seja o

discurso o potencial desencadeador de emoções, havendo diferença, pois, entre a experimentação do sentir e a expressão do sentimento capaz de ser produzido.

Veremos, a partir de agora, nossa análise das marcas de repetição como auxílio à construção desses possíveis efeitos.

5. METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

No que se refere aos objetivos⁷, a pesquisa se qualifica como descritiva e documental, referente à análise dos livros *O poder da autorresponsabilidade* de Paulo Vieira e *A sutil arte de ligar o f*da-se* de Mark Manson. Nossos procedimentos metodológicos partiram da observação do tópico central de cada capítulo discutido no trabalho. A partir disso, verificamos quais repetições ocorriam e como se ligaram às ideias centrais desenvolvidas nos capítulos. Assim, as categorias de análise vinculadas ao fenômeno da repetição foram definidas em *níveis linguísticos (sonoros, lexicais, sintáticos, semânticos)*, seguindo a classificação de Koch (2004) e Koch e Elias (2016), sobre os tipos de repetição. Todavia, não observamos os trechos analisados simplesmente enquanto organização linguística; sobretudo buscamos explicar como associamos tais categorias de análise a sentidos manipulatórios; neste caso, a orientação persuasiva dos leitores se deu em direção às ideias passionais sobre “*sucesso, satisfação e autonomia pessoal*”.

5.1. EXEMPLOS DE REPETIÇÕES NO LIVRO *A SUTIL ARTE DE LIGAR O F*DA-SE*, MARK MANSON (2017)

No primeiro capítulo do livro *A Sutil Arte de Ligar o F*da-se*, intitulado como “Nem tente”, encontra-se a história de um famoso poeta estadunidense, Charles Bukowski, conhecido por suas poesias obscenas e sua vida desregrada. Como ilustração, apresentamos um dos trechos onde a repetição da palavra “fracasso” (e a derivação ‘fracassado’) é encontrada e, em seguida, seu antônimo “sucesso” é também manifestado. Isto porque a intenção aqui parece ser a de contrapor as duas ideias, mas, ao mesmo tempo, a de relacioná-las, pois se nota a recorrência

7. Este estudo não visa a desqualificar o trabalho realizado pela pessoa dos autores do gênero de autoajuda, mas apenas buscar uma maior e melhor compreensão dos valores argumentativos que esse discurso carrega por meio das estratégias de repetições na construção dos sentidos.

de “fracasso”, mas vemos que há também uma paráfrase, i.e., a repetição de conteúdo semântico, revestido de distintas estruturas, a indicarem que “o sucesso de Bukowski vem do fato de poder lidar abertamente com o fracasso”, conforme se vê:

(ex.5) *Apesar das vendas e da fama, Bukowski era um fracassado (...) seu sucesso vem da completa e inabalável honestidade consigo mesmo (sobretudo em relação às piores partes) e da capacidade de falar abertamente sobre seus fracassos sem hesitação ou dúvida. Esta é a verdadeira origem do sucesso de Bukowski: sentir-se confortável com o fracasso* (Manson, 2017, p. 10).

Fica explícito que Manson (2017) utiliza a palavra e a ideia de fracasso de forma redundante, para chegar ao seu objetivo de convencer o leitor de que Bukowski deve ser visto como pessoa de sucesso por ter aceitado o seu próprio fracasso e de que isto é positivo na vida de qualquer pessoa. Vejamos mais um caso em que o olhar positivo sobre as condições ruins vem à tona:

(ex.6) *A cultura em que vivemos hoje nutre obsessivamente expectativas pouco realistas. Ser mais feliz. Ser mais saudável. Ser o melhor, superior aos outros. Ser mais inteligente, mais rápido, mais rico, mais bonito, mais popular, mais produtivo, mais invejado e mais admirado. Ser perfeito (..)* (Manson, 2017, p. 10).

Na citação acima, o paralelismo sintático abrange as estruturas predicativas com verbo “ser”, na maioria das vezes, seguido do advérbio “mais”, que intensifica as predicções valorativas (“ser mais feliz”, “ser mais saudável”, “ser mais inteligente, mais rápido”...), para demonstrar o que a sociedade espera das pessoas. Estas estruturas, que geram uma similitude de sons pela reiteração de “(ser) mais”, intensificam os sentidos de exigência do mundo e do mercado de trabalho neoliberal.

Tal estratégia sugere o desprendimento do sujeito com relação às pressões de um mundo perfeccionista e competitivo. Com isso, ele busca convencer o leitor de que essa estratégia de motivação “nada convencional” para a autoajuda é totalmente inovadora, quando, na verdade, a direção argumentativa que pretende imprimir é sempre a mesma do discurso de autoajuda: a do sucesso e satisfação pessoal.

Na continuidade da obra, encontra-se a história de Buda, em que se narra toda a jornada, desafios e tentações pelos quais Buda teve de passar para alcançar o seu objetivo, que era a iluminação – estado espiritual de compreensão completa. Aqui se demonstra que é preciso ter desapego das coisas para se viver melhor. Aqui se mostra que as pessoas estão sempre insatisfeitas com a vida, embora tenham tudo que querem, tornando a vida um ciclo interminável de sofrimento e dor:

(ex.7) (...) *a vida em si já é uma jornada de sofrimento. Os ricos sofrem por serem ricos. Os pobres sofrem por serem pobres. Pessoas sem família sofrem por não terem família. Pessoas com família sofrem por causa da família. Pessoas que buscam os prazeres mundanos sofrem por causa dos prazeres mundanos. Pessoas que se abstêm dos prazeres mundanos sofrem por se absterem* (Manson, 2017, p. 25).

Vemos aqui um caso semelhante à repetição sintática e sonora da ilustração (6). Porém, em (7), observamos uma estrutura ainda maior de paralelismo sintático, conjugado à reiteração lexical. Não só a repetição da palavra “sofrimento” se evidencia, dando ênfase ao tema principal do capítulo, mas interpretamos que as recorrências (ou paralelismos) de uma mesma estrutura oracional (nomes com sentido definido ou genérico + verbo *sofrer por* + complementos circunstanciais oracionais ou por adjuntos adverbiais), vêm preenchidas com itens lexicais opostos a cada vez. Este preenchimento ajuda a sugerir a ideia do sofrimento de muitos indivíduos, uma vez que até pessoas que vivam sob condições distintas entre si também sofram pelos mesmos motivos opostos. Isso se reforça especialmente pelas antíteses de adjetivos, de locuções e orações adjetivas: “ricos – pobres; pessoas com família – pessoas sem família; que buscam os prazeres mundanos – que se abstêm dos prazeres mundanos”. Além disso, as recorrências sonoras que nisso se geram não são meramente uma questão de estilo. Destarte, através dos valores dóxicos da “felicidade e do sucesso” como bens gerais de todos, Manson (2017) afirma que a vida em si já é um sofrimento; e por isso, aceitar e ver essa insatisfação como algo positivo é a chave para o sucesso.

No terceiro capítulo, intitulado como “Você não é especial”, narra-se a história de um conhecido do autor, chamado Jimmy, o qual era uma pessoa positiva e sempre envolvido com projetos e, mesmo ele sendo esse tipo de pessoa, não obteve sucesso em sua vida, sendo sustentado por familiares e namoradas ao longo da vida. Nesse capítulo, o autor conclui que o que o levava ao fracasso era sua autoestima elevada. Vejamos um exemplo deste capítulo:

(ex.8) (...) *No fim das contas, se sentir bem consigo mesmo não significa nada, a não ser que você tenha um bom motivo para isso. Hoje, sabemos que adversidade e fracasso são muitos úteis e até mesmo necessários para o desenvolvimento de adultos determinados e bem-sucedidos. Hoje, sabemos que fazer as pessoas acreditarem que são excepcionais e se sentirem bem consigo mesmas sem fundamento não cria uma população de Bill Gates e Martin Luther Kings. Cria uma população de Jimmys.* (...) (Manson, 2017, p. 39).

Nesse trecho, observamos um duplo paralelismo sintático e semântico. No plano sintático, a reiteração se dá com realce da expressão de sentimento “se sentir bem consigo mesmo(s)”, além do paralelismo estrutural de “hoje, sabemos que” (com ênfase sobre o verbo modalizador, na expressão de certeza “sabemos”) e de “(não) cria uma população de”, manifestando a alternância “(não) cria”, para demonstrar, sarcasticamente, a consequência desse tipo de atitude criticada pelo autor. Já no plano dos sentidos, tais recorrências contribuem para a construção das paráfrases condizentes com a conclusão de que “se sentir bem consigo mesmo, sem nenhuma razão justificável é inoperante”.

Assim, o autor amarra suas ideias sob a negatividade de se ter autoconfiança exagerada. Havemos de ressaltar, entretanto, que a repetição não promove sozinha essa avaliação negativa, mas na relação com outras marcas. Por exemplo, a repetição “(não) cria uma população de” se conjuga à comparação distintiva entre “Bill Gates e Martin Luther King”, pessoas famosas, de enorme notoriedade mundial (lembremos os valores sociais e/ou morais agregados às suas influências) e “Jimmys”, indivíduo anônimo, cujo comportamento é criticado pelo autor. Por conseguinte, vemos que a repetição favorece o realce sobre os sentidos patêmicos negociados na obra.

5.2. EXEMPLOS DE REPETIÇÕES NO LIVRO O PODER DA AUTORRESPONSABILIDADE, PAULO VIEIRA (2017)

Na parte introdutória do livro, o autor aborda os motivos pelos quais as pessoas devem ler o seu livro, podendo-se inferir que o motivo primordial é a obtenção da tão sonhada *inteligência emocional*. A exemplo disso, podemos destacar o seguinte trecho:

(ex.9) *Tem se percebido que pessoas com um elevado nível de inteligência emocional (IE) possuem uma extraordinária capacidade de realizar os seus sonhos pessoais e profissionais de maneira equilibrada e consistente; afinal, ser feliz é possuir aptidões emocionais necessárias à arte de se conectar consigo e com os outros de maneira harmoniosa.[...] A inteligência emocional só será atingida quando o indivíduo for capaz de se responsabilizar pelo seu crescimento nas mais diversas áreas da sua vida, como também de contribuir para o crescimento das pessoas que o cercam. Esse é o maior objetivo deste livro: por meio de temas que combinam competências emocionais e autorresponsabilidade [...]* (Vieira, 2017, p. 11).

Em (9), o autor faz uso da repetição (*inteligência emocional*) e da reiteração parafrástica (*inteligência / aptidões / competências emocionais*), cuja função é a de reforçar o pensamento de que “*inteligência emocional é ter competências emocionais*”. No caso, o foco principal do texto é a importância da inteligência emocional em diferentes âmbitos: seja no profissional, seja no pessoal. No entanto, a estratégia usada foi a de manter a ideia de inteligência emocional com diferentes estruturas, mas com termos (quase) sinônimos do seu mesmo campo semântico. Estas estruturas trazem novos pontos de vista, a princípio como inteligência emocional, logo após como aptidões emocionais e por fim, como competências emocionais.

Já no capítulo 2, Vieira (2017) identifica o estado dos sujeitos em suas trajetórias de vida:

(ex.10) *A vida é uma trajetória com início, meio e fim. A maioria das pessoas buscam o fim, ou seja, a chegada aos seus objetivos, as conquistas. Mas elas esquecem de duas coisas muito importantes. A primeira é a trajetória. (...) A segunda é o local de partida. Se quero ir pra china, preciso saber onde estou hoje, (...) mas se eu não souber onde estou, vou pegar caminhos errados. (...) Como nós poderemos definir uma rota, se não soubermos onde estamos?* (Vieira, 2017, p. 30-31).

De início, Vieira (2017) afirma que a vida é uma trajetória, e que um dos passos que devem ser seguidos para chegar a determinados objetivos é observando essa trajetória. Neste mesmo exemplo, percebe-se também a presença de uma paráfrase na seguinte passagem: “a maioria das pessoas buscam o fim, *ou seja...*”, dando ao texto uma nova reformulação textual, que não torna a leitura tão cansativa, e em consequência, torna o texto mais persuasivo, expondo argumentos que positivam essa palavra por um novo meio de explicá-la.

Com o recurso do duplo paralelismo sintático e semântico, partindo de uma estrutura quase idêntica “saber onde estou/se eu não souber onde estou/se não soubermos onde estamos” para se chegar a uma mesma ideia, “só podemos ir a algum lugar se soubermos onde estamos”, o autor reforma o que está sendo dito, tornando-o convincente e aceitável para os leitores. Portanto, para projetar na mente do leitor a motivação de seguir um ideal de vida pessoal, o autor parafraseia a noção de “percurso” a ser escolhido pelo leitor, através do sentido metafórico de “trajetória”, com início, meio e fim, de maneira a atribuir unicamente ao leitor o poder de conseguir a satisfação de seus desejos. Para tanto, o autor se serve de recursos do campo lexical ligado à “viagem”. Assim sendo, termos e expressões que o indicam são, por exemplo, a “trajetória”, “o local de partida”, “se quero ir pra China”, “onde estou hoje”, “não souber onde estou”, “vou pegar caminhos errados”, “definir uma rota”, “fim”, “chegada”. O sentido de “conquistas” é então construído pela designação “o fim”, que, imediatamente, é renomeado de “a chegada aos seus objetivos, as conquistas”, conservando o paralelismo semântico, na descrição da meta de vida como percurso. Na mesma linha, os termos sinônimos “trajetória, rota, caminhos” contribuem para construir e/ou manter a orientação discursiva de persistência em direção à autor-realização, dentro dos padrões neoliberais de existência, plenamente individuais e fora de um contexto sócio-histórico e político-econômico, ao qual os sujeitos são submetidos, conforme discute Brunelli (2008).

Em outra passagem do livro, Vieira (2017) ainda acrescenta:

(ex.11) *Consciência é a principal característica humana. É a percepção ou entendimento que permite ao ser humano vivenciar, experimentar e compreender os aspectos do mundo que o cerca e também o seu mundo interior. [...] Possibilita ainda que nós coloquemos corretamente na linha do tempo, isto é, nos faz perceber com clareza que o passado influencia o nosso presente* (Vieira, 2017, p. 54).

Quando o autor traz uma definição de “consciência” e logo após dá outras definições e características (“é a percepção ou entendimento que permite...”) está estendendo-lhe novas reflexões ou informações, embora esse recurso também remeta ao fenômeno de reiteração semântica, de certa forma. Mais adiante, temos o introdutor de paráfrase “isto é”, indiciando uma orientação argumentativa ao que, anteriormente, pareceu apenas repetido. Nas páginas que seguem, encontramos novos dados ainda sobre a “consciência”, atribuindo-se a ela novas informações através do paralelismo da estrutura “a consciência é”:

(ex.12) *Consciência é a nossa parte divina..., costumamos dizer que ter a consciência é o que nos faz diferentes de um tatu. (...) Fica a pergunta: Por que o homem cresceu e progrediu tanto e o tatu continua o mesmo? (...) A resposta está no atributo divino chamado consciência..., é a consciência que nos faz olhar o futuro (...) Em resumo: a consciência é a responsável pelo nosso progresso. O crescimento e o desenvolvimento humano apenas são possíveis se houver a consciência* (Vieira, 2017, p. 56-57).

Na próxima passagem, mais paráfrases ocorrem a partir da palavra-chave da vez: a “autorresponsabilidade”:

(ex.13) *Estamos prontos para a segunda etapa, que é a autorresponsabilidade (...) Autorresponsabilidade também pode ser compreendida como livre-arbítrio ou a certeza de que é você quem está com o leme do barco da sua vida nas mãos. (...) Outra forma de entender a autorresponsabilidade é compreendê-la como uma plantação. Querendo ou não, estamos sempre plantando e conseqüentemente estamos também sempre colhendo algo. (...) ao longo deste livro, cumprirá a segunda etapa, a autorresponsabilidade, que em outras palavras, é agir na direção certa, ou pelo menos mais acertada possível* (Vieira, 2017, p.81-83).

Nestas partes destacadas, reserva-se um maior enfoque à ação de praticar a “autorresponsabilidade”. Esta palavra é recorrente na passagem acima destacada, sendo reformulada seguidas vezes, porém em convergência à noção de autonomia de vida dos sujeitos. Para tanto, os parafraseamentos se amparam por frases de efeito munidas de metáforas como “o leme do barco da vida nas mãos”, cuja continuidade se verifica na metáfora em (14), “você foi o timoneiro de sua vida”; bem como “entender a autorresponsabilidade é compreendê-la como uma plantação”, fazendo uso, portanto, de ideias comparativas também como estratégia argumentativa, que reafirma certa indução. Com isso, o conceito de autorresponsabilidade é aqui traduzido por meio de noções figurativas que incorporam esquemas mentais de ações do mundo controláveis pelos indivíduos, como assumir a direção de uma embarcação, reiterado por “agir na direção certa”. Da mesma forma, a sugestão de que o indivíduo deve assumir a inteira responsabilidade dessas escolhas, como se expressa na metáfora do cultivo e da colheita de uma planta. Logo, estas formas de se dizer praticamente a mesma coisa representam o esforço de implantar na mente do leitor a tese de que a mudança de vida é inteiramente um produto das ações do indivíduo, por suas próprias forças, qualquer que seja sua situação no mundo.

No 4º capítulo, a tese a respeito da autorresponsabilidade é mantida. Isso pode ser confirmado com os seguintes fragmentos:

*(ex.14) Seja como for, você é **único responsável** pela vida que tem levado (...) Você foi o timoneiro de sua vida, foi o **responsável**, o condutor do destino. (...) Acreditar que você é o **único responsável** pela vida que tem levado também é uma questão de escolha (...) Pessoas de sucesso sabem utilizar sua estrutura mental para colher resultados e, quando os resultados são ruins, aprendem com eles, com **responsabilidade** (...) pessoas de grandes conquistas, após uma derrota, não culpam as circunstâncias, outras pessoas ou o destino, elas assumem a **responsabilidade** (Vieira, 2017, p. 98, 101-103).*

Em (14), nota-se a presença da repetição lexical e paralelismo sintático (“você é/foi o único responsável”) para se explicar como levar uma vida harmoniosa. Consequentemente, a excessiva recorrência da expressão “você é o único responsável” e do lexema “responsabilidade”

são capazes de trazerem ao leitor uma certa ideia *patêmica* de insatisfação, por provocar-lhe o sentimento de culpa por sua situação, deixando à margem outras causas externas a ele sobrepostas.

No 9º e último capítulo, Paulo Vieira traz, de novo, a autorresponsabilidade como a “chave” principal para o sucesso. Essa chave é descrita como o desejo de ter responsabilidade e a capacidade de “mudar a si mesmo”, e não aos outros. Esse tipo de incitação traz ao sujeito leitor, inclusive, a necessidade de adequação que o mercado de trabalho demanda. Vejamos o fragmento seguinte:

(ex.15) *Pessoas pseudoautorresponsáveis acham que, para serem produtivas e prósperas, precisam mudar os outros [...] os realmente prósperos sabem, por experiência própria, que é improdutivo e infrutífero tentar mudar os outros. Antes de tentar mudar alguém, devo mudar a mim mesmo. Se não consigo mudar a mim, por que conseguiria mudar outras pessoas? [...] Um pai autorresponsável, antes de querer mudar o filho, muda a si mesmo. [...] Você gerente de vendas, executivo ou empresário, já pensou em não tentar mudar sua equipe, mas mudar a si mesmo?..., seja diferente, antes de exigir dos outros, mude a si mesmo* (Vieira, 2017, p. 172-176)

Como observado, o fragmento tem como um dos mecanismos persuasivos a demasiada recorrência do lexema “mudar”, ao mesmo tempo em que essa significação é encaixada no paralelismo sintático, uma vez que o texto tem a mesma estrutura “(tentar/conseguir) mudar a mim/mudar os outros”.

Por fim, em um tópico à parte, Vieira (2017) retoma, em um único parágrafo, todos os valores anteriormente trabalhados, o que parece reforçar tudo aquilo que foi discutido no decorrer do livro. O autor apela ao leitor lembrando os traços da personalidade de Jesus Cristo, mais uma vez se utilizando da ilustração como recurso argumentativo. “Jesus é minha grande inspiração. (...) Ele de fato era completamente **autorresponsável**, **não** criticava, **não** reclamava, **não** buscava culpados, **não** se fazia de vítima, **de modo algum** julgava os outros” (Vieira, 2017, p. 184). Embuído de uma visão metafísica, o escritor assim se vale da figura bíblica e heróica

de Jesus, fundador do Cristianismo, como perfeita personificação da autorresponsabilidade. Logo, sua incomensurável influência no mundo endossa profundamente as ideias comuns de uma *doxa* ligada aos valores morais e religiosos. A descrição de Jesus como alguém perfeito, que não possuía comportamentos inadequados, manifesta-se no uso reiterado das construções oracionais negativas com “não/de modo algum”: “não criticava, não reclamava, não buscava culpados, não se fazia de vítima, de modo algum julgava os outros”. Esta descrição assemelha-se a ilustrações comparativas envolvendo modelos de pessoas bem-sucedidas, como em (5) e (8), alinhando-se à construção de relatos heróicos, ou de comportamentos positivos, relacionados por Charaudeau (2009; 2010) a sentidos patêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que de fato a repetição como estratégia retórica e manipulatória está presente de forma recorrente na mobilização dos afetos, no discurso de autoajuda. Contudo, não se pode dizer que tal modalidade *patêmica* não contempla a razão. Ao contrário, sua presença é pertinente para que seja atingido o objetivo dos livros de autoajuda, pois não adianta que o texto seja um amontoado de informações e sugestões, é necessário que tais livros estejam construídos de forma racional e organizada.

Embora tenhamos partido de uma distinção formal entre as repetições, por conta da proposta taxonômica de Koch e Elias (2016), nossa pretensão se situou longe de encapsular este fenômeno em puras formas engessadas. Ao contrário, é natural que constatemos uma maior tendência das recorrências textuais de se combinarem entre si, de modo imprevisível e dinâmico na produção de efeitos de sentido. Assim, os parafraseamentos, as reiterações lexicais, paralelismos sintáticos e recursos fonológicos estiveram todos presentes ao longo do texto; porém, predominantemente, de forma integrada entre si e a outros recursos linguístico-discursivos, por exemplo, os campos lexicais, os elementos metafóricos e comparativos e, sobretudo, remetendo a mobilizações *patêmicas* com viés manipulatório.

Quanto a estes efeitos de sentido, o recurso da repetição, ao inspirar, principalmente, sentimentos e emoções ligadas ao desejo de “sucesso, autonomia e satisfação pessoal”, é por nós visto como um poderoso aliado de uma argumentação sustentada sob valores e crenças da *doxa* ligada à ideologia individualista neoliberal de que se impregna o texto de autoajuda.

REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2018). *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto.
- Antunes, I. (2009). *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Beaugrande, R. (1997). *New Foundations for a Science of Text and Discourse. Cognition, Communication and Freedom of Access to Knowledge and Society*. New Jersey: Ablex.
- Breton, P. (1999). *A manipulação da palavra*. São Paulo: Edições Loyola.
- Brunelli, A. F. (2008). Confiança e otimismo: intersecções entre o ethos do discurso de auto-ajuda e o do discurso da Amway. In A. Motta & L. Salgado (Orgs.), *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto.
- Campelo, K. (2004). A repetição: Uma discussão sobre suas bases filosóficas, culturais e textuais. *Revista Philologus*, Ano 10, 29, pp. 7-25. Rio de Janeiro: CiFEFiL.
- Castilho, A. (1997). Por uma sintaxe da repetição: língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura*, 23, pp. 293-330.
- Cavalcante, M. M., et alii. (2020). *Linguística e argumentação*. São Paulo: Pontes Editores.
- Charaudeau, P. (2009). *Le discours de manipulation entre persuasion et influence sociale (Acte du colloque de Lyon)*. Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. <https://www.patrick-charaudeau.com/Le-discours-de-manipulation-entre.html>.
- _____. (2007). Pathos e discurso político. In I. Machado, W. Menezes & E. Mendes (Orgs.), *As emoções no discurso*. (1), pp. 240-251. <http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-e-discurso-politico.html>.
- _____. (2010). O discurso propagandista: uma tipologia. In I. Machado & R. Mello (Orgs.), *Análises do Discurso Hoje*, (3), pp. 57-58. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. <http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>.
- Galinari, M. M. (2014). Logos, ethos e pathos: “três lados” da mesma moeda. *ALFA: Revista de Linguística*, 2 (58), pp. 257-285. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1405-1>
- Gomilla, C. (2019). Quand la répétition s’ajoute au discours rapporté Étude de quelques redites dans des correspondances de la Grande Guerre. In P. Paissa & R. Druetta (Orgs.), *La répétition en discours*. Louvain-la-Neuve: Academia-L’Harmattan
- Hilgert, G. (1993). Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In A. T. Castilho (Org.), *Gramática do português falado*. Volume III. As Abordagens. Campinas: UNICAMP, São Paulo: FAPESP, pp. 99-115.

- Koch, I. (2004). *Introdução à linguística textual: Trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Contexto.
- Koch, I. & Elias, V. (2006). *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.
- _____(2010). *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto.
- _____(2016). *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto.
- Manson, M. (2017). *A sutil arte de ligar o f*da-se*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.
- Marcuschi, L. A. (2006). Repetição. In C.C.A. Juran & I.G.V. Koch (Orgs.), *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP. p.p 219-254.
- Oliveira, R. L. (2020). *Uma análise textual do pathos em polêmicas*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), pp. 144.
- Paissa, P & Druetta, R. (Orgs.) (2019). *La répétition en discours*. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan.
- Perelman, C. (1992). *O império retórico*. (Tradução de Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio). Edições ASA: Porto.
- Perelman, C & Olbrechts-Tyteca, L. (2014). *O tratado da argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rudiger, F. (2010). *Literatura de Autoajuda e Individualismo*. Porto Alegre: Gattopardo.
- Turmina, A. C. (2009). Literatura de autoajuda: um olhar sobre as relações de trabalho. *Contrapontos* (UNIVALI), (9), pp. 94-110.
- Vieira, P. (2017). *O poder da autorresponsabilidade: a ferramenta comprovada de alta performance e resultados em pouco tempo*. São Paulo: Editora Gente.

A formação discursiva e a construção do *ethos* no discurso de vitória de Kamala Harris

The discursive formation and the ethos construction in Kamala Harris' victory speech

MEDEIROS, RIVANDA
up201902124@edu.lettras.
up.pt

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2800-114X>

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso político;
Análise do discurso;
Ethos;
Auto-imagem.

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é fazer uma análise qualitativa de um discurso político: o discurso proferido em ocasião da celebração de vitória da candidata eleita à vice-presidência dos Estados Unidos da América, nas eleições de 2020, Kamala Harris. Identificar-se-á a formação discursiva do seu enunciado, bem como as estratégias discursivas que a enunciadora utilizou para a criação da construção da sua imagem de credibilidade, o seu *ethos*, como também, os meios pelos quais ela tenta preservar essa imagem criada. O *corpus* de análise selecionado foi obtido a partir de um vídeo oficial do primeiro pronunciamento de Harris após o resultado das eleições, no canal americano de televisão NBCNews, gravado no dia 08 de novembro de 2020. A Análise do Discurso, através de técnicas pautadas nos postulados de Charaudeau (2006a, 2006b, 2011) e de Maingueneau (2005), foi o aporte teórico-metodológico para a análise empreendida.

KEY-WORDS:
Political Discourse;
Discourse analysis;
Ethos;
Self-image.

ABSTRACT: This article aims at making a qualitative analysis of a political discourse: the victory speech of the candidate elected to the vice-presidency of the United States of America, in the 2020 elections, Kamala Harris. The discursive formation of her statement will be identified, as well as the discursive strategies that the speaker used to create her *ethos*, the construction of her image of credibility, as well as the means by which she tries to preserve this created image. The selected analysis *corpus* was obtained from an official video of Harris' first statement after the election results, on the American television channel NBCNews, recorded on November 8, 2020. Discourse Analysis through techniques based on the postulates de Charaudeau (2006a, 2006b, 2011) and Maingueneau (2005) were the theoretical and methodological contribution to the undertaken study.

1. INTRODUÇÃO

O tratamento dado à enunciação sempre foi relevante para a perspectiva do discurso; mas sabe-se que os locais diferentes de enunciação provocam efeitos diferentes de acordo com sua tradição. Nesse contexto, é seguro afirmar que o discurso político tem espaços clássicos de enunciação.

Todavia, sabe-se que a linguagem não é neutra e que, geralmente, as construções linguísticas pensadas e executadas por um enunciador trazem consigo intenções, explícitas ou não, que nada mais são do que concepções do mundo e sua visão da realidade - a partir de uma determinada ideologia. No campo da política, esta dinâmica é simples de ser observada. Nesse viés, os princípios da Pragmática e os desdobramentos e avanços das teorias sobre o texto considerado como discurso têm se tornado centrais.

Neste artigo, analisaremos um discurso político, proferido por Kamala Harris, candidata eleita à vice-presidência dos Estados Unidos da América, durante a cerimônia de celebração de vitória, nas eleições de 2020. Essas foram uma das mais polêmicas eleições presidenciais da história norte-americana e que entraram para a história por consagrar os E.U.A. como campeões na defesa da democracia, visto que uma considerável maioria da população, no exercício das funções do seu dever cívico, elegeu Kamala Harris à vice-presidência do país; assim, ela se tornou a primeira mulher – mestiça e asiática – eleita para a mais alta posição política dos Estados Unidos.

O objetivo deste estudo é, portanto, identificar a formação discursiva do seu enunciado, bem como as estratégias discursivas que a locutora utiliza para a criação do seu *ethos*. Analisar-se-á o que a legitima como oradora; como ela constrói, na sua mensagem, uma imagem de credibilidade, observando os meios pelos quais ela tenta preservar essa imagem criada. Para isso, aplicaremos a teoria dos atos de fala, a fim de perceber quais são os atos dominantes, verificando os recursos expressivos e os aforismos utilizados.

Assim, este artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, será feito um breve enquadramento teórico, amparado na Teoria Semiolinguística e em contribuições sobre a noção de enunciação e de *ethos* discursivo; na sequência, analisar-se-á o *corpus* selecionado, mais especificamente, alguns recortes do discurso inspirador de vitória de Kamala Harris¹, seguido das considerações finais sobre a análise retórico-discursiva realizada.

1. O discurso, traduzido para o português está em anexo. Também encontra-se disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/mundo-cat/kamala-harris-faz-discurso-historico-leia-a-integra/>. Acesso em 20/12/2021.

Acreditamos que, com a análise que nos propomos fazer, seja possível compreender o funcionamento da linguagem no discurso político e, mais precisamente, admitir que toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada pelo que é dito e não dito.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. ENUNCIÇÃO E *ETHOS*

O termo *enunciação*, um conceito central em Filosofia, tem se tornado recorrente na referência aos estudos linguístico-enunciativos, de tal forma que atualmente, é tema central nas discussões sobre a relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo.

Nesse contexto, as contribuições de Benveniste (1966) foram decisivas para o desenvolvimento dos estudos enunciativos e da intersubjetividade na linguagem. Com a sua Teoria da Enunciação, ele direcionou os estudos enunciativos.

Façamos agora uma retomada da teoria da enunciação e da análise do discurso, com o fim de situar os precursores e destacar os teóricos mais recentes que possibilitaram a passagem dos enfoques estruturalistas do código para os estudos dos usos linguísticos sob o prisma discursivo.

Em seus estudos de linguística geral, a questão mais importante que Benveniste formula, diz respeito à possibilidade de se passar da língua para a fala. Como se passaria de uma instância para a outra? Como pode esse conhecimento tão intuitivo na mente do falante transformar-se

em ato de fala? Cada uma dessas instâncias tem diferentes estatutos de realidade: o exercício da linguagem não é simplesmente uma virtualidade, como é a língua. O que permite a passagem do virtual ao realizado é a enunciação, ou seja, quando se coloca a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização; em suma, enunciação é a instância de mediação entre a língua e o discurso (Benveniste, 1974).

Assim, Benveniste com a sua teoria da enunciação, mostrou que não se passa da língua para a fala, a não ser que se tenha uma instância que permita isso. Essa instância é a enunciação, que, por sua vez, é o ato de pôr em funcionamento a língua. Mas como se põe a língua em atividade? Por uma instância de mediação entre a língua e a fala. E o que continha essa instância de mediação? As categorias de pessoa, de espaço e de tempo. O linguista francês criava ali, um objeto para a linguística: o discurso. Até então, a maior unidade de que se ocupava a linguística era o período. O discurso é a produção social da linguagem. Portanto, quando dá um estatuto científico ao uso da língua, Benveniste volta a inseri-la na vida social, na cultura e na história. Ele explica as operações que se realizam no ato da enunciação como um processo, em relação à língua. A primeira é a *mobilização* da língua, porque antes da enunciação, a língua era apenas uma possibilidade. Foi com o ato de “dizer”, que ela passou a ser “processada” em uma instância de discurso. A segunda é a *apropriação*, em que “o ato individual pelo qual se utiliza a língua, introduz primeiramente o locutor como parâmetro necessário nas condições de enunciação” (1974, p. 81-82).

Greimas, estudioso da significação do discurso manifestado em textos, buscava respostas acerca das abstrações que são feitas em busca da compreensão de um texto. Ele se dizia herdeiro do conceito de enunciação de Benveniste e, por isso, modificou-o, para aplicá-lo ao seu conceito de discurso; enunciação seria então para ele, “a instância de mediação entre os elementos mais abstratos e universais e aqueles mais concretos e singulares, que são próprios de cada um dos discursos. Neste contexto, o discurso seria o lugar da singularização de universais culturais. Tecnicamente falando, a semiótica francesa buscava descrever a produção e a com-

preensão dos discursos, para explicar as abstrações que se fazem no ato da leitura; ela concebia a geração do sentido como um percurso, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. Para ela, a significação não se reduzia somente à dimensão consciente; Isto é, ao mesmo tempo em que o sujeito da enunciação edificava um universo de significados no discurso, estabelecia uma imagem de si mesmo, com que operava na situação de comunicação” (Greimas & Courtés, 1979, p. 125-127). Nesse contexto, estavam a ser desenvolvidos estudos que envolviam a idéia de enunciador como narrador, como também de enunciatário.

Foi através de Erving Goffman (1973), que a imagem de si nas interações passa a receber mais atenção, porque ele mostrou que a interação social definida como a influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros, acaba por exigir que os atores forneçam, por seu comportamento, uma certa impressão de si mesmos, o que irá contribuir para influenciar os seus parceiros do modo desejado.

Esta construção de uma imagem que o orador projeta de si, com o intuito de influenciar um determinado público, é chamada de *ethos* (originária do grego “personagem”), e a sua primeira elaboração conceitual foi esboçada por Aristóteles, na Grécia antiga, em seus estudos sobre retórica.

Existe no pensamento de Aristóteles (2005) a criação de dois conceitos anteriores ao *ethos*, mas que são essenciais para compreendê-lo. Um desses conceitos é a própria *Retórica*, ligada a arte da comunicação; e a outra, a *Poética*, que diz respeito aos discursos poéticos e literários (Alexandre Jr., 2005). A retórica consiste no discurso prático, que tem como objetivo, a persuasão e o estudo do *ethos* na perspectiva aristotélica faz parte de uma trilogia de provas técnicas que compõem a arte retórica através do discurso. Nesta perspectiva, são três os meios pelos quais se estabelece a arte da persuasão (e nenhum deles pode ser privilegiado em detrimento dos outros, porque todos são fundamentais): o *logos*, refere-se à uma instância intelectual, a razão - a argumentação objetiva; o *pathos*, à emoção - o poder do convencimento, da persuasão;

e o *ethos*, é entendido como a imagem de si, construída no discurso, com ênfase em aspetos éticos e morais, presentes no seu ato de fala.

Além disso, o orador, ao enunciar algo, deve primar por três qualidades fundamentais na construção do *ethos*: a prudência (*phronesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*). São elas que ativam a confiança no orador por parte do auditório, dando credibilidade a quem enuncia. Isso poderá também causar uma aproximação com o auditório, criando a impressão de que o enunciador é um dos membros daqueles que o ouvem (Moura, 2012).

Como pôde-se observar, a noção de *ethos* passa por várias abordagens, dentre elas, a linguística da enunciação, que inscreve o locutor no discurso; visão esta defendida inicialmente por Benveniste (1974) e em seguida, por Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980), que examinou os “procedimentos linguísticos” (modalizadores, termos avaliativos, etc.) pelos quais o locutor estampa sua marca no enunciado, inscrevendo-se na mensagem. Para esta autora, argumenta Furlan (2013), o *ethos* era um conjunto de hábitos locucionais partilhados por membros de uma comunidade, e que compunha um quadro invisível e imperceptível.

Faz-se relevante afirmar, no entanto, que nem Benveniste, nem Goffman ou Kerbrat-Orecchioni fizeram menção explícita ao termo *ethos* em suas pesquisas. Tal termo somente vem a ser integrado às ciências da linguagem (na pragmática semântica) através da teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1980), para quem, a enunciação seria a aparição de um enunciado e não o ato de alguém o produzir. Neste contexto, percebe-se que ele evita relacioná-lo a um sujeito falante, pois acredita que é o próprio enunciado que fornece informações sobre o(s) autor(es) eventual(ais) da enunciação, como veremos a seguir.

A contribuição de Ducrot (1980) à noção de *ethos* diz respeito à uma diferenciação entre o locutor enquanto instância enunciativa e o locutor enquanto sujeito real, existente no mundo extradiscursivo. Tendo em vista essa distinção, ele entendia que o *ethos*, assim como o locutor apreendido como enunciador, mostrava-se na enunciação, sem ser necessariamente dito no

corpo do enunciado. Ou seja, essa imagem do enunciador é percebida no discurso, sem ser o objeto deste discurso, significando que o *ethos* não se identifica com os atributos reais do locutor, mesmo estando associado a ele. Esta noção de *ethos* está, na pragmática-semântica, diretamente ligada à concepção de enunciação, por enfatizar a fala como ação a influenciar o parceiro/ouvinte; ou seja, vincula-se ao procedimento enunciativo.

Nesse período, Ducrot (1980) partia da pragmática para construir a teoria de que estava na enunciação, a idéia de que é preciso distinguir o autor das palavras, o locutor, e os agentes dos atos ilocutórios, os enunciadores. Observe, portanto, como a sua leitura da pragmática já estava sendo conduzida na direção de uma outra proposta: se exprimir-se é ser responsável por um ato de fala, explica ele, então, ao se interpretar um enunciado, ouve-se uma pluralidade de vozes, que não são necessariamente as do locutor. Este é o princípio que foi desenvolvido sem a pragmática - o conceito de Polifonia.

A criação da Teoria Polifônica da Enunciação está, portanto, vinculada a dois fatos: o primeiro diz respeito à crítica que Ducrot (1987) faz à concepção lingüística da unicidade do sujeito falante, segundo a qual só haveria um falante no enunciado. O segundo refere-se à afirmação de que o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação e onde encontra-se a pluralidade de vozes que o locutor apresenta.

Embora Ducrot não tenha elaborado mais acerca da sua reflexão sobre o *ethos*, Maingueneau o fez mais tarde, no âmbito da Análise do Discurso:

(...) O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à sua fala; é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro (2008, p. 17).

A partir desse conceito, depreende-se que a subjetividade manifesta no discurso é concebida como uma voz, que não pode ser dissociada do corpo que enuncia. A noção de *tom* é, então, apresentada como uma voz específica do texto oral e escrito. Para o referido autor, na

noção de *tom*, essa incorporação é conceituada como a mescla que ocorre entre uma formação discursiva e seu *ethos* durante uma enunciação. Além disso, continua Maingueneau (2008), a incorporação evoca a imbricação do discurso e seu modo de enunciação (conceito que trata de uma maneira de dizer específica a um discurso). A voz é um dos planos constitutivos da discursividade e o modo de enunciação obedece às mesmas restrições semânticas do conteúdo do discurso; aliás, frequentemente ele se torna tema do discurso. Em resumo, o autor propõe:

A problemática do *ethos* pede que não se reduza a interpretação dos enunciados a uma simples decodificação; alguma coisa da ordem da experiência sensível se põe na comunicação verbal. As “ideias” suscitam a adesão por meio de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser. Apanhado num *ethos* envolvente e invisível, o co-enunciador faz mais que decifrar conteúdos: ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele acede a uma identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encarne. O poder de persuasão de um discurso deve-se, em parte, ao fato de ele constringer o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados (p. 29).

Assim sendo, entendemos que o co-enunciador não apenas decodifica enunciados, mas adere a uma identidade, pois ao incorporá-la, o enunciador não projeta para ele um estereótipo qualquer. Ao contrário, ele joga com os estereótipos para que seja definido um *ethos* singular. Este só pode ser de fato apreendido com a leitura do texto, com uma entrada progressiva no universo por ele configurado.

Neste sentido, Ruth Amossy, professora da Universidade Tel-Aviv, contribui com as reflexões, pois acredita que *ethos*, é o produto de uma construção discursiva e que o locutor pode fazer uma representação da sua pessoa (uma apresentação de si) através do seu estilo, suas crenças implícitas, e das suas competências lingüísticas e enciclopédicas. Assim como Ducrot (1987), esta autora também acredita que não se trata de focar o olhar na pessoa real do orador, mas no efeito que todas as suas virtudes irão provocar no auditório: confiança e credibilidade. A fala deve ser adequada ao papel social que desempenha no momento da enunciação: é *no*, *pelo* e *para* o discurso que um orador efetua uma imagem de si (2005).

A autora faz uma intersecção entre o pensamento presente na análise de discurso, com a teoria dos campos, presente no pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu e os estudos da chamada “Nova Retórica”, por meio do pensamento de Chaim Perelman, filósofo polonês do direito (Silva Jr, 2019). Ao utilizar a concepção de Perelman, ela constrói a ideia de que o auditório a quem se destina a mensagem é tão importante para a produção do discurso, quanto a mensagem em si, pois, a argumentação se mostra efetiva, somente se quem a escutar, puder reconhecê-la como válida.

Sobre isso, Maingueneau (2006) acrescenta que “a persuasão não se cria se o auditório não puder ver no orador um homem que tem o mesmo *ethos* que ele; se não acontecer um processo de validação/identificação. A persuasão consistirá, portanto, em fazer passar pelo discurso, um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está” (p. 15).

Seguindo esta linha de construção e associação das imagens discursivas às circunstâncias sociais e históricas, Maingueneau (2005, 2011) e Charaudeau (2006, 2011) argumentam que a construção da imagem de qualquer sujeito passa, necessariamente, por dois caminhos, ou seja, requer a observância dos dados preexistentes ao discurso – informações que, a princípio, o auditório já possui antes que seja proferido o ato de linguagem – e também dos dados trazidos pela própria enunciação. Sob esta lógica, os autores distinguem dois tipos de imagens: o *ethos discursivo*² (ou *ethos* presente) e o *ethos* prévio. O primeiro diz respeito à imagem que o enunciador constrói de si numa interação, *na e pela* linguagem; emerge no instante da enunciação, atualizado no discurso pelo locutor em tempo real, enquanto ele se dirige ao seu auditório, seja face a face ou virtualmente. Está inscrito no próprio ato de enunciação. Já o segundo tipo, é a imagem que o enunciador tem no seu ambiente social, ou seja, as impressões e valores sociais que o auditório já tem acerca do orador antes da enunciação em questão.

2. Galinari, em sua tese de doutorado, sugere o uso da expressão “*ethos* presente” em substituição a “*ethos* discursivo”. Na sua concepção, o termo presente “simbolizaria certa fidelidade às formulações de Aristóteles, à medida em que vincula o *ethos* a um resultado da enunciação, no presente de sua ocorrência”. (Galinari, 2007b, p. 76).

Segundo Moura (2012), “o cruzamento entre as informações distribuídas pelos *ethos* prévio e discursivo fica submetido a dois elementos fundamentais: a capacidade do enunciador de lançar mão estrategicamente de sua reputação, seja para endossá-la, refutá-la ou modificá-la; e a aptidão do co-enunciador para usar o conhecimento prévio acerca do enunciador na interpretação do discurso que lhe é transmitido. Essa rede de interações é o que determina o caráter persuasivo da argumentação” (p. 60).

Em suma, é irrefutável a importância que essas duas imagens, quando bem articuladas nessa rede de interações, terão para o sucesso de um discurso persuasivo, considerando que o *ethos* prévio (confiança/legitimidade) proporciona credibilidade ao orador durante a enunciação (*ethos* discursivo).

Moura (2012) acredita que todas estas posturas não surgiram por acaso; do contrário, elas refletem uma polêmica antiga, onde havia uma vertente filosófica que considerava o *ethos* como um dado preexistente ao discurso e outra, encabeçada por Aristóteles (1998), que o inscrevia no próprio ato de enunciação. Importante mencionar que esta última vertente, partindo do princípio de que é a aparência do ato de linguagem que lhe confere um caráter verossímil, confere muitos adeptos da Análise do Discurso.

De salientar que, no bojo do ressurgimento do *ethos*, Charaudeau (2006) o reconhece e classifica em duas grandes categorias: *ethos* de credibilidade e *ethos* de identificação. O primeiro diz respeito a um discurso da razão e é resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de forma tal que o auditório seja conduzido a julgá-lo digno de crédito. O *ethos* de identificação, por sua vez, é o resultado de uma junção de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, ambos relacionados às expectativas vagas do auditório por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser.

Para fins de organização na análise neste trabalho, adotaremos a visão de Charaudeau (2006), segundo a qual o *ethos* relaciona-se ao “cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê.” Em outras palavras, a construção da imagem de qualquer sujeito passa, necessariamente, por esses dois caminhos, ou seja, requer a observância dos dados preexistentes ao discurso – informações que, a princípio, o auditório já possui antes que seja proferido o ato de linguagem – e também dos dados trazidos pela própria enunciação (p. 115).

2.2. A FORMAÇÃO DISCURSIVA

O Filósofo francês Foucault (1997) define a formação discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições do exercício da função enunciativa” (p. 35). Pinto (2005) a define como “um conceito sofisticado e fundamental para que possamos entender o discurso que pretendemos analisar” (p. 93). Em outras palavras, a formação discursiva envolve as condições a partir das quais se expressam os temas, objetos, hipóteses etc., em um dado espaço discursivo. Ela expressa-se *em e nos* discursos; não é, pois, um discurso mais amplo ou um pano de fundo.

Portanto, segundo a referida autora, nós, homens e mulheres do início do século XXI, ainda vivemos e possivelmente viveremos por mais algum tempo sob um conceito de humanidade, um conceito calcado no Iluminismo – que surge no século XVIII e somente neste século, teve uma força muito grande de constituir os seres humanos como seres iguais por natureza. Desta forma, deslocou para o terreno do ilegítimo, um conjunto de discursos que colocava as mulheres, os negros, os índios e os orientais em condição inferior por natureza. Esse foi um processo fundamental e de extrema relevância para a história da humanidade. E até hoje tem sido, impedindo a legitimidade de muitas discriminações. Este é um exemplo de uma grande formação discursiva e foi com base nesta formação discursiva que a humanidade se construiu para opor-se ao nazismo, ao stalinismo, ao fascismo e a discursos racistas (p. 95).

O estudo que aqui se apresenta trata, pois, da análise de um discurso político, através de um mapeamento linguístico-discursivo do texto e do gênero em que ele se insere, usando como referência o quadro de análise dos gêneros textuais propostos por Adam (2001); a nossa análise ainda terá um aporte teórico da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, com base, principalmente, nos postulados de Charaudeau e Maingueneau. De acordo com essa linha, o sujeito, ao produzir o seu discurso, assume uma posição histórica e social, evidenciando, assim, a sua formação ideológica. O sujeito, então, seleciona o que pode e deve ser dito, estabelecendo determinados valores e formas linguísticas que denominamos de formação discursiva. E é esse o tipo de observação que nos propomos a realizar a seguir.

2.3. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Sabe-se que a atividade política, envolve, por vezes, uma certa tensão entre o controle do poder e a oposição por quem não o exerce, e isso determina estratégias discursivas distintas. Distintas também são as condições de legitimidade dos sujeitos e, por isso, deverão adotar estratégias discursivas adequadas às circunstâncias. Charaudeau (2006b) aponta diversos tipos de estratégias discursivas que podem ser postas em cena no campo político: a da promessa, a de decisão, a de justificação e a de dissimulação. Na nossa análise, a ter em consideração as circunstâncias do enunciado, faremos alusão às estratégias da promessa e da decisão.

Na estratégia da promessa, o político deve, simultaneamente, ser capaz de a) contemplar um ideal social de desejo/necessidade do ouvinte, mas também adequar-se às possibilidades reais de sua execução; b) obter reconhecimento, da parte dos cidadãos, como merecedor de crédito, como portador de limpas intenções e c) conseguir convencer (uso da razão) e persuadir (uso da emoção) a maioria da instância cidadã.

A estratégia de decisão, a seu turno, está legitimada no campo da ação e deve ser possível ao político, executá-la. É geralmente colocada em prática diante de uma situação de desordem social, onde o dever da sua correção revela-se como a solução a ser adotada.

3. METODOLOGIA

A presente análise refere-se ao discurso proferido pela candidata eleita à vice-presidência dos Estados Unidos da América (EUA), Kamala Harris, na festa da vitória das eleições de 2020. A comemoração ocorreu no sábado, dia 8 de novembro de 2020, em Wilmington, no estado de Delaware, após a confirmação de que havia votos suficientes para garantirem a vitória da chapa Joe Biden/Kamala Harris, contra o partido Republicano. O evento foi transmitido ao vivo por várias redes de televisão americanas e do mundo inteiro, e pode ser acessado em (discurso completo - em inglês): <https://www.nbcnews.com/video/watch-kamala-harris-full-victory-speech-as-vice-president-elect-95525445787>.

A transcrição do discurso pode ser obtida (também na sua língua original) em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/11/07/kamala-harris-victory-speech-transcript>. Os links foram acessados de dezembro/2020 a janeiro/2021 e os critérios para análise foram orientados pela classificação das estratégias discursivas políticas envolvidas na construção da credibilidade em contexto (Charaudeau, 2011, 2016).

O estudo assume caráter qualitativo, prevalecendo a interpretação como forma de análise dos dados. Dessa forma, não foram usadas ocorrências repetidas da mesma estratégia, observando somente se tal ou qual estratégia esteve presente na fala da locutora e se ela empregou mais de uma delas. Para além das estratégias discursivas utilizadas, tentaremos fazer um mapeamento linguístico-discursivo do texto e do gênero em que o mesmo se insere, usando como referência o quadro de análise dos gêneros textuais proposto por Adam (2001), que prevê a caracterização do gênero em oito componentes: a componente semântica; a componente enunciativa; a componente pragmática; a componente composicional; a componente estilístico-fraseológica; a componente metatextual, a componente peritextual e a componente material. É importante mencionar que, devido ao escopo deste trabalho, não abordaremos as componentes peritextual, material e semântica.

De forma a categorizar o texto do discurso em análise no que se refere à tipologia e o gênero a que pertence, utilizaremos a tipologia textual de Petitjean (1989); ele argumenta que a classificação dos tipos de discurso pode ser baseada no critério socioprofissional e assim o sendo, é intuitiva, o que permite agrupar e distinguir os textos produzidos no âmbito de diferentes áreas de atividade socioprofissional.

Daí apreende-se que, geralmente, os textos que são produzidos no âmbito da área da política, são *discursos políticos*. Como a autora do texto em questão, **Kamala Devis Harris**, estava, na ocasião do discurso, investida do papel socioprofissional de candidata política *eleita* (vice-presidente na 59.^a eleição presidencial dos Estados Unidos da América, pelo partido democrata), ele é, portanto, um discurso político do gênero discursivo/argumentativo e tem como subgênero, o discurso de vitória, como designado por Charaudeau (2016).

4. ANÁLISE DO CORPO DISCURSIVO

O objetivo deste trabalho é o de analisar, no discurso de vitória de Kamala Harris, as estratégias discursivas que ela utilizou para a construção do seu *ethos*. Nesse sentido, iremos analisar:

- 4.1. a posição de autoridade face aos seus alocutários, ou seja, a sua legitimidade;
- 4.2. a credibilidade, o *ethos*; e
- 4.3. as estratégias de captação.

4.1. A LEGITIMIDADE

Kamala Harris tem, de partida, uma identidade social e política que lhe legitima para falar e estar naquele lugar específico, a proferir aquele discurso. E esta autoridade deve-se a ela ser a primeira *mulher negra* vice-presidente dos Estados Unidos; à sua trajetória política, ao seu pioneirismo, ao seu sucesso e talento, à sua personalidade, à sua força e determinação enquanto política, advogada e mãe. Estes são os fatores que, de partida, legitimam este discurso de Harris.

É de vital importância que compreendamos o contexto histórico que levou ao momento deste discurso; ela construiu, cuidadosamente a sua carreira política em direção a Washington, onde, a partir de 2021, passou a ser a mulher mais observada do planeta – “é vice do mais velho presidente já empossado nos Estados Unidos e desponta como a sua sucessora” (Morain, 2021).

A vida de Kamala Harris é pouco convencional, mas marcada por muitas conquistas e pioneirismos. Filha de imigrantes indianos, sua mãe foi criada em uma casa onde o ativismo político e liderança cívica vinham naturalmente. Desenvolveu, com os anos, uma forte consciência política: tinha consciência da história, das lutas e das desigualdades. O pai de Harris também era ativista político. Era de se esperar que ela nascesse com um senso de justiça impresso na alma. Iniciou a sua carreira profissional na Califórnia e cresceu na política dura e áspera de São Francisco. Entre muitas perdas e vitórias, ela cresceu depressa: após a faculdade de direito, iniciou carreira na promotoria do condado de Alameda e logo se tornou promotora em São Francisco – a primeira promotora distrital negra da história do estado da Califórnia. Poucos anos depois, alcançou mais um feito inédito: tornou-se a primeira mulher a ser eleita Procuradora-Geral da Califórnia e apenas cinco anos depois, foi eleita para o Senado norte americano, o que fez dela, a primeira mulher com ascendência asiática - e segunda negra - a ser senadora, nos 240 anos da história da democracia americana (Morain, 2021).

Kamala ficou conhecida por dar voz àqueles que não tinham voz, ser inteligente ao lidar com o crime, ser estrategista e inovadora em suas ações; e não cometer erros ao longo do

caminho. O seu comprometimento e paixão pela justiça são refletidos na sua luta de uma vida inteira: trabalhou pela reforma do sistema de justiça criminal do país, por aumento do salário-mínimo, para tornar o ensino superior gratuito para a maioria dos americanos e proteger os direitos de refugiados e imigrantes. Abraçou causas que abrangiam ideais da diversidade que representa aquele país: lutou por verdade e transparência, pelos direitos civis, pelos direitos dos trabalhadores, pelas vidas negras, pela mudança climática, combateu a violência contra a mulher e apoiou as leis de segurança contra armas, dentre tantas outras (Harris, 2021).

Entretanto, em busca de mais um pioneirismo, ela disputou, em 2019, as primárias do partido democrata com a intenção de ser a candidata do partido para as eleições presidenciais de 2020. Depois de um começo de campanha competitivo, acabou por desistir da candidatura em dezembro daquele ano. Em agosto de 2020, porém, Kamala seria surpreendida com a notícia de que havia sido selecionada (dentre 12 mulheres) para ser a vice de Joe Biden, na chapa que acabou por vencer uma das disputas mais acirradas da história das eleições americanas, transpondo o então presidente Donald Trump.

Todos esses dados biográficos e fatos³ fazem-se relevantes porque, como já visto anteriormente, formam uma imagem da enunciativa (Kamala) no seu ambiente social e profissional; são valores que representam um traço complementar no processo de enunciação - constituem o seu *ethos* prévio e legitimam a sua presença naquele dia, naquele lugar. Irão, portanto, contribuir para o entendimento de como se processa a construção da sua imagem como “ser do discurso”.

E, considerando que este não é um discurso de candidatura, onde Kamala teria como objetivo construir a sua imagem de tal forma a convencer e persuadir o eleitorado a votar nela; o que se vê neste discurso, é que isso já é um fato consolidado. O cenário e as circunstâncias são, portanto, diferentes, já que o resultado das eleições já havia sido divulgado.

3. Durante a campanha presidencial, vários canais da mídia mundial divulgaram informações sobre a candidata a vice-presidência do partido democrata americano. As informações mencionadas neste texto têm como fonte parcial, o sítio <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/kamala-harris-se-torna-1a-mulher-negra-a-ocupar-a-vice-presidencia-dos-eua.shtml>. Acesso em 07/11/2020.

4.2. A CREDIBILIDADE - O *ETHOS*

Começamos por abordar a legitimidade da oradora. Passemos, agora, à abordagem do *ethos*, ou seja, a sua credibilidade, a veracidade do que afirma, de acordo com as suas características morais, a sua honestidade e a sua autoridade, assim como o percurso que a levou até ali (Ochôa, 2019).

Geralmente, cada locutor, no seu ato de enunciação, constrói uma imagem de si que apela ao lado emocional do seu público. Kamala não foi diferente. Vejamos como ela constrói a sua imagem em função de dois domínios: “o dizer o verdadeiro” e “o dizer o certo” (Charaudeau, 2009b, p. 7).

Mas, considerando que a imagem do orador molda-se às necessidades da platéia, antes de prosseguir, faremos algumas observações relativas ao simbolismo da vestimenta da candidata eleita, Kamala Harris, à comemoração do resultados das eleições, ocasião do discurso em questão. Harris subiu ao palco vestida com um terno branco (*off-white*, na verdade) e essa escolha, acreditamos, é repleta de simbolismos que dizem respeito ao seu *ethos* discursivo/presente. Primeiro, a cor branca é símbolo do movimento sufragista feminino nos Estados Unidos, e naquele ano, especificamente, as sufragistas americanas estavam a comemorar 100 anos do direito ao voto feminino. Ao longo dos anos, a cor branca passou a ser símbolo de luta pelos direitos da mulher e há alguns anos, o terno branco passou a ser usado como um uniforme de empoderamento para as mulheres na política americana. Portanto, em 8 de novembro de 2020, ao usar aquele terno, Kamala quis, simbolicamente, expressar a importância e o significado da sua vitória para as mulheres americanas. A estilista do terno, não por acaso, é imigrante: Carolina Herrera. A oradora também estava a usar brincos de pérola em homenagem à Alpha Kappa Alpha, a primeira irmandade criada por e para mulheres negras.

Com o intuito de se auto-legitimar ainda mais e reforçar a sua estratégia argumentativa, a enunciadora optou por iniciar a sua enunciação com uma voz de autoridade, a do congressista

John Lewis⁴, em discurso direto (configurando assim, um momento de polifonia): “A democracia não é um estado. É um ato”. Ao dizer isso, ela está a argumentar que a democracia não é algo estático e garantido; é, portanto, algo que tem que ser assegurado e pelo qual há que se lutar e proteger. E ainda, que ao votar na chapa do Biden, eles estavam lutando e protegendo a sua democracia; implicitamente, ela também dizia que essa democracia estava sob ameaça no governo vigente.

Nesta sua primeira fala como vice-presidente eleita, Harris, além de assegurar ao público eleitoral ali presente, que eles haviam feito a escolha certa, proferiu palavras de otimismo e esperança, propriedade inerente em um discurso político de vitória. Ela também, através do princípio da cortesia, reconhece a participação, envolvimento e contribuição de todos os envolvidos no processo e os agradece.

“Durante quatro anos, vocês se manifestaram e organizaram-se por igualdade e por justiça, por nossas vidas e pelo nosso planeta e depois, vocês votaram!”, continuou Kamala em tom elogioso, a mostrar que reconhece os esforços e as lutas enfrentadas por todos os norte-americanos, reforçando assim, o seu *ethos* de cumplicidade. Isso gerou um momento de fortes aplausos e buzinas dos expectadores, que acompanhavam o discurso a partir dos seus carros ali estacionados. Em nosso entender, não parece haver dúvidas de que o objetivo ilocutório aí foi alcançado.

Dando seguimento, observa-se que a vice-presidente eleita apresenta também um *ethos* de solidariedade ao reconhecer que o país estava a enfrentar vários desafios e diz isso através de atos assertivos avaliativos e atos ilocutórios expressivos (Adam, 2001), referindo-se quer à violência, quer ao COVID-19: “Os últimos meses foram de dor, de perda, vimos as vossas preocupações e vossas lutas, mas também testemunhamos a vossa coragem e a vossa resiliência e o vosso espírito generoso”, diz. É através do sentimento de preocupação e empatia com a dor do seu público, que ela também demonstra compreensão e busca credibilidade através da identificação.

O seu *ethos* é de uma mulher simples, forte, determinada e batalhadora que, como muitos ali presentes e seus antepassados, passou por dificuldades e momentos de grande sofrimento.

4. John Lewis foi um congressista norte-americano e grande ativista na luta pelos direitos civis afro-americanos. Faleceu em julho/2020, deixando um legado forte à democracia americana.

Veja como ela se refere a todas as mulheres da platéia e à sua mãe, Shyamala Gopalan Harris, em especial:

“Quando ela chegou cá, vinda da Índia, talvez ela não imaginasse apropriadamente este momento”, disse a nova vice-presidente. “Mas ela acreditava profundamente numa América em que um momento como este seria possível”. Shyamala, tendo falecido em 2009, não pôde, contudo, presenciar e assistir ao dia em que a filha se tornaria a primeira mulher com um cargo de tamanho destaque na Casa Branca. Na sequência, Kamala confirma que a sua família, como muitas outras famílias de imigrantes, vislumbrou a América do Norte como o país de oportunidades; ao fazer isso, ela põe em uso, a estratégia discursiva de identificação; identificação com todos os imigrantes ali presentes, assistindo-a.

“Penso nela e nas gerações de mulheres - negras, asiáticas, brancas, latinas, indianas - que ao longo da história da nação abriram o caminho para o momento desta noite”, disse a locutora. E acrescentou ainda: “Incluindo as mulheres negras, que são tantas vezes olhadas de lado, mas que tantas vezes provaram que são a espinha dorsal da nossa democracia”. Mais uma vez, observa-se na enunciadora, a busca por aproximação e identificação com os seus alocutários, ao mesmo tempo em que convida os ouvintes a honrarem os antepassados e os legados que deixaram. Nesse contexto, ela também se coloca no exemplo de possibilidade de realização de sonhos, de ideais.

Sim, Kamala Harris é um exemplo, possível graças ao fato de o agora 46º presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, tê-la escolhido como vice-presidente, quebrando assim *“uma das barreiras mais substanciais do nosso país”*, como ela mesma afirmou. Em um país marcado por uma história forte de racismo, machismo e misoginia, a vice-presidente eleita, ao dizer isso, busca evidenciar que novos tempos os esperam. A mensagem é clara: já houve muitas lutas porque todos, em algum momento, acreditaram que ali havia esperança de um futuro melhor, digno e igualitário; que ali, a democracia iria prevalecer, apesar de todas as lutas e ataques; E que as possibilidades existem, e *ela* ali, naquele dia, naquele momento, é exemplo disso.

Através de evidências como a sua fala e os seus argumentos, a locutora está a construir a imagem de uma pessoa que inspira confiança, sem salientar a sua individualidade face ao alocutário. Um *ethos* de “credibilidade”, voltado para a sua legitimidade, pois certamente sabe que a legitimidade conferida a um candidato pelo voto não é absoluta nem definitiva. É, pois, necessária a sua manutenção constante. Isto passa pelo exercício da credibilidade, que por sua vez, se faz pela linguagem.

4.3. ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO

Após a abordagem de duas questões fundamentais do discurso, a legitimidade e a credibilidade, dedicar-nos-emos, a partir deste momento, à forma que a locutora irá captar a atenção do seu público. Que estratégias discursivas adotará para transmitir a sua mensagem?

4.3.1. ATOS DE FALA E AFORISMOS

Começemos por aplicar a teoria dos atos de fala, verificando quais os atos dominantes, de acordo com o objetivo proposto neste estudo. Esta análise partirá da Teoria dos Atos de Fala elaborada por Searle (Clerc, 2001, p. 49).

Harris inicia o seu discurso agradecendo aos eleitores, exaltando todo o povo americano, a sua equipe de campanha, a sua família, a sua falecida mãe e gerações de mulheres que lutaram e fizeram a diferença naquela país. O seu discurso é marcado essencialmente por atos expressivos. Com uma adjetivação expressiva, ela demonstra gratidão a todos que ali se encontram e que fizeram parte do processo eleitoral, de alguma forma. Demonstra também orgulho, ao reconhecer todos os esforços que foram feitos para que aquele momento estivesse a acontecer – *ethos* de cumplicidade:

“E quando a nossa própria democracia estava nas urnas nesta eleição, com a própria alma dos Estados Unidos em jogo e o mundo assistindo, vocês asseguraram um novo dia para os Estados Unidos.”

“E ao povo americano, que compõe nosso belo país: obrigado por comparecer em número recorde para fazer sua voz ser ouvida.”

“E à mulher mais responsável pela minha presença aqui hoje, minha mãe, Shyamala Gopalan Harris, que está sempre em nossos corações”.

A vice-presidente ainda em tom elogioso reforça a importância do ato eleitoral, quando coloca o cidadão eleitor ali presente como protagonista da mudança, que em 2020 permitiu virar uma página na história dos Estados Unidos: *“Vocês escolheram a esperança, unidade, decência, ciência e, sim, verdade. Vocês escolheram Joe Biden como o próximo presidente dos Estados Unidos da América”*, afirmou em atos ilocutórios assertivos e expressivos, que aliás são predominantes na sua fala.

Vários alocutários são colocados em cena, formando assim, sob a perspectiva de Maingueneau (2005, 2008), uma imagem intradiscursiva. Observe como isso é feito nas figuras 1 e 2 abaixo:

Figuras 1 e 2

Fonte: A autora



A figura 1 mostra que, ao envolver os alocutários no seu discurso, o *Eu* e o *Tu* (locutora e cada alocutário) identificam-se em um *Nós* inclusivo⁵, através das formas verbais da 1.ª pessoa do plural, em pronomes e determinantes possessivos:

“(...) porque nós, o povo, temos o poder para construir um futuro melhor.”

“(...) E proteger nossa democracia exige luta e sacrifício.”

“E quando a nossa própria democracia estava nas urnas nesta eleição (...)”

“Para nossa equipe de campanha e voluntários, esta equipe extraordinária (...)”

“(...) Elegemos um presidente que representa o que há de melhor em nós.”

O discurso também deixa transparecer um *Eles*, não explicitamente identificando-os como os governos, a presidência anterior ou como responsáveis por um estado de coisas negativo⁶; do contrário, apesar de fazer referência a um período recente particularmente difícil para a população, Kamala discursa com um tom bastante otimista, como o exige a ocasião. Entretanto, observe que na fig. 2 (acima), verifica-se também que há menção explícita de um *Eles*, referente (1) às mulheres⁷, que ela considera serem a sua inspiração e motivo para ela estar ali; (2) todas as meninas que, naquele momento assistiam àquele momento histórico e (3) todas as crianças (independente de sexo) daquele país, que foi historicamente marcado pelas eleições presidenciais de 2020, e a quem ela simbolicamente dedica aquele momento, deixando uma mensagem de esperança:

(1) *Eu posso ser a primeira mulher neste cargo, mas não serei a última.*

(2) (...) *cada garotinha que está assistindo esta noite vê que este é um país de possibilidades.*

(3) *E às crianças do nosso país, independentemente do seu sexo, o nosso país enviou-lhes uma mensagem clara: sonhem com ambição, liderem com convicção e vejam-se de uma forma que os outros podem não lhes ver, simplesmente porque nunca viram isso antes. Mas saibam que nós os aplaudiremos a cada passo de seu caminho.*

5. Esta identificação do *eu* + não-*eu* (que pode ser o “tu”) reforça que estão do “mesmo lado”, que pertencem à uma coletividade e que pretendem o mesmo.

6. Em discursos políticos, geralmente há menção do *Eles*, os outros (adversários), como agentes negativos e responsáveis por um estado de coisas (falta de igualdade, de perspectivas, etc.) que a locutora, na sua enunciação, propõe-se a trabalhar para mudar.

7. Neste grupo, ela inclui a sua mãe e todas as mulheres (gerações de mulheres) de diferentes raças e etnias, que, ao longo da história, através de muitas lutas e conquistas, prepararam o caminho para ela estar ali naquele dia.

8. Que, como já visto anteriormente, nós, homens e mulheres do início do século XXI, ainda vivemos sob o conceito de humanidade com bases no **Iluminismo**, de que os seres humanos devem ser vistos como seres iguais por natureza e, portanto, com direitos iguais. E, desta forma, seria ilegítimo, considerar as mulheres, os negros, os índios e os orientais em qualquer condição de inferioridade.

Observa-se pelas sequências linguísticas acima, que apesar de o objetivo ilocutório da enunciadora ser o mesmo⁸ - os Estados Unidos da América são um país de possibilidades, onde todos, independente da raça, religião, classe social ou etnia, têm direitos iguais e a democracia pela qual tanto se lutou, garante isso – ela faz uso do *futuro* e do *presente do conjuntivo* como tempos verbais nos seguintes atos ilocutórios diretivos de recomendação e conselho: “*sonhem, liderem e (...) vejam-se... Mas saibam (...) nós os aplaudiremos*”, para produzir o efeito desejado nos referidos alocutários - estes tempos verbais têm o objetivo de aumentar a força ilocutória dos seus atos de fala. Ao fazê-lo, ela remete a um mundo potencial, diferente do mundo atual; um mundo de possibilidades; uma realidade apresentada como altamente positiva, numa configuração polarizada do real. É plausível argumentar também que Kamala faz uso aqui do princípio de influência, através do qual todo o sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu interlocutor, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento (Charaudeau, 2005, p. 15). Acreditamos que ela o faz de maneira positiva, tentando influenciá-los através do *seu exemplo*, para que possam acreditar e vislumbrar uma possibilidade real para si, desde que sonhem e lutem pela realização dos seus sonhos.

O *Eu*, enquanto indivíduo, só é explicitamente perceptível no texto, quando, já quase no final e sem necessariamente assumir o papel de protagonista na mudança do atual cenário social e político, a enunciadora constrói uma imagem de união e confiança em relação ao presidente eleito Joe Biden; imagem na qual ela integra como coparticipante ativa. Através de atos compromissivos de promessa, Kamala fala do seu compromisso com a nação americana no esforço de defender a redução das desigualdades raciais e de gênero, trabalhar duro para governar **para todos**, assegurar a democracia e vencer a pandemia – dentre outras promessas de campanha eleitoral:

“Não importa em quem você votou, Irei me esforçar para ser a vice-presidente que Joe foi para o presidente Obama (...)”

“(...) Serei leal, honesta e preparada, acordando todos os dias pensando em você e em sua família.”

“(...) *Mas os Estados Unidos estão prontos. E Joe e eu também.*”

Esses exemplos, apresentam o que denominamos “indicadores de promessa”, ou seja, o uso de palavras, expressões ou frases que introduzem o discurso da promessa política. Neles, foram usadas as construções verbais “irei me esforçar”, “serei a vice-presidente” e “também (...estamos prontos)”, em que os verbos principais remetem a atitudes determinantes para a elaboração da autoimagem necessária a um(a) político(a) eleito(a): ser competente, racional, comprometido(a), estar atento(a) às necessidades do povo e ter iniciativa. Pode-se ainda afirmar que a enunciadora está em posição de atender aos requisitos de Charaudeau (2006b) referentes à estratégia da promessa, que afirmam que o político deve, simultaneamente, ser capaz de a) contemplar um ideal social de desejo/necessidade do ouvinte, mas também adequar-se às possibilidades reais de sua execução; b) obter reconhecimento, da parte dos cidadãos, como merecedor de crédito, como portador de limpas intenções e c) conseguir convencer (uso da razão) e persuadir (uso da emoção) a maioria da instância cidadã.

Quando se refere ao Presidente eleito Joe Biden, Harris também exalta a sua força e resistência; ela o apresenta como um homem resistente, confiável e experiente e faz isso através do uso de atos ilocutórios expressivos para elogiar o presidente eleito, Joe Biden, quem ela assegura que é, no ‘aqui e agora’, a melhor pessoa para exercer esse cargo: “*Joe sabe sarar, sabe unir, tem a mão forte e segura e a sua própria experiência com a dor dá-lhe um sentido de missão que irá nos ajudar como nação a recuperar o nosso propósito*”.

Ao mencionar “experiência com a dor”, a enunciadora refere-se ao percurso de vida de Joe Biden, que foi marcado por várias perdas e momentos negativos, incluindo a perda da sua primeira esposa Neilia Hunter, e a filha mais nova, Naomi, num acidente de automóvel, em 1972. Este é um histórico de vida⁹ conhecido pela maioria dos americanos e que foi mencionado pela vice-presidente eleita para reafirmar que Biden acabou por superar todas as adversidades e refazer a vida ao lado de Jill Jacobs, que é agora primeira-dama dos Estados Unidos. Ao trazê-lo à sua fala, Kamala convoca o conhecimento prévio que os alocutários têm de Joe Biden

9. Dados disponíveis em <https://www.biography.com/news/joe-biden-first-wife-daughter-car-accident-story>. Acesso em 20/01/2021.

– *ethos* prévio, para confirmar a credibilidade do novo chefe da nação e conseqüentemente, a sua (reforçando o porquê de estarem juntos nesta empreitada); é perceptível aí, a demonstração de um *ethos* de compromisso e cumplicidade. Em tom elogioso, e utilizando a máxima da aprovação, Harris continua: “É um homem com um grande coração”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, dedicamo-nos ao estudo das estratégias discursivas utilizadas pela vice-presidente eleita nos E.U.A., Kamala Harris, em seu discurso de vitória nas eleições de 2020. O discurso, que se tornou histórico pela contextualidade e simbolismo que representa, foi proferido no dia 08 de novembro, logo após o anúncio de vitória da chapa Joe Biden / Kamala Harris.

A análise do discurso mostrou-se um importante e adequado arcabouço teórico-metodológico de base para a análise empreendida e através de técnicas de análise do discurso pautadas nos postulados de Maingueneau e Charaudeau, verificamos como o discurso de Kamala Harris está inserido no gênero *discurso político de vitória* e cumpre os objetivos pragmáticos deste gênero.

O seu discurso é marcado pelo uso de atos assertivos de análise, atos ilocutórios expressivos de agradecimentos e elogios; atos diretivos de recomendação e conselho, atos compromissivos; tudo com um tom bastante otimista. Percebe-se também uma polarização entre eixos tais como o Eu/Nós, Eles/os Outros, o Presente e o Futuro. Foi possível observar a presença da modalidade assertiva de certeza de dias melhores - com o novo governo; foram identificadas estratégias de promessa e decisão, a elaboração da imagem de uma mulher e política confiável, lutadora, comprometida com os interesses da população; por fim, há evidência que ela investiu fortemente na construção de um *ethos* de credibilidade política, solidário e simbiótico com o coletivo que a apoia. Trata-se, enfim, de um discurso marcante - porque é inspirador -, recheado de simbolismo e que revela responsabilização por parte da enunciadora diante do que enuncia.

REFERÊNCIAS

- Adam, J-M. (2001). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (Org.), *Analyse des discours. Types et genres: Communication et interprétation*. Toulouse: EUS, pp. 25-43.
- Alexandre Jr., M. (2005). Introdução In Aristóteles. *Retórica* (2ª ed). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Amossy, R. (2005). Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In R. Amossy (Org.) *Imagem de si no discurso: a construção do ethos* (Tradução D. F. Cruz, F. Komesu & S. Possenti). São Paulo: Contexto.
- Aristóteles. (1998). Definição da retórica e de sua estrutura lógica. In *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- _____(2005). *Retórica* (2ª ed). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Barbosa, E. V. & Debom, P. (2020). Apresentação de Dossiê: O Vestir e o Despir na História. *Vere-das da História*, [online], 13, (2), 5-7, ISSN 1982-4238.
- Benveniste, E. (1966). *Problemas de linguística Geral*. Campinas: Pontes.
- _____(1974). *Problèmes de linguistique générale*, t. 2. Paris: Gallimard.
- Carvalho, A. (2021). Distopia e utopia na obra de David Simon: uma leitura de *The Plot Against America*. *Gragoatá*, 26(55), 490-520. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v26i55.47399>.
- Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- _____(2006a). Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Gragoatá*, 11(21), 339-354. <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33230>.
- _____(2006b). O discurso político. In W. Emediato, I. L. Machado & W. Menezes (Orgs.), *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Programa de Pós-graduação em Estudos linguísticos. Faculdade de Letras da UFMG.
- _____(2008a). *Linguagem e discurso: modos de organização* (Tradução de M. A. L. Pauliukonis & I. L. Machado). São Paulo: Contexto.
- _____(2008b). *Discurso Político*. São Paulo: Contexto.
- _____(2011). *Discurso Político*, 2. São Paulo: Contexto.
- _____(2016). *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto.

- Clerc, T. (2001). *Les Écrits Personnels*. Paris: Hachette.
- Costa, W. A. dos S. (2018). Estratégias Discursivas para um Ethos de Credibilidade no Debate Político. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, 18(1), 69-86.
- Ducrot, O. (1980). *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- _____(1987). *O Dizer e o Dito* (Tradução de E. Guimarães). Campinas: Pontes.
- Foulcault, M. (1997). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- Furlan, M. M. (2013). *Cenas de Enunciação e ethos discursivo: análise do discurso de autoajuda para adolescentes. Dissertação de mestrado em linguística*. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas.
- Galinari, M. M. (2007b). *A era Vargas no pentagrama: dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos* (Tese não publicada de doutoramento em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne, 1, 2*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Greimas, A. J. & Courtéis, J. (1979) *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette.
- Harris, K. (2021). *As verdades que nos movem* (Tradução de A. Rodrigues et al). Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Júnior, C. H. F. S. (2019). Ethos: uma proposta classificatória para a utilização do conceito na área da comunicação. *Comunicologia: Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*. 1 (12), 54-68. ISSN: 1981-2132.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'Énonciation: De la subjectivité dans le langage*. Paris: Colin.
- Maingueneau, D. (2005). Ethos, cenografia, incorporação. In R. Aamossy, *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto.
- _____(2006). *Cenas da enunciação*. In S. Possenti & M. C. P. de Souza-e-Silva (Orgs.) (div. tradutores). Curitiba: Criar Edições.
- _____(2008). A propósito do ethos. In A. R. Motta & L. Salgado (Orgs.), *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, pp. 11-29.
- _____(2011). *Análise de textos de comunicação* (6ª ed). São Paulo: Cortez.

Morain, D. (2021). *A vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos* (Tradução de A. Campos da Silva). Rio de Janeiro: Agir.

Moura, J. B. (2012). *Análise Discursiva de Editoriais do Jornal Meio Norte, do Estado do Piauí: A Construção de Imagens e as emoções suscetíveis através da argumentação*. Tese de doutoramento em Linguística. PUC – MG: Belo Horizonte.

NBC News. *Vice President-elect Kamala Harris addressed the nation in her public appearance since winning the election*. <https://www.nbcnews.com/video/watch-kamala-harris-full-victory-speech-as-vice-president-elect-95525445787>.

Ott, T. *Joe Biden: The heartbreaking car accident that killed his wife and daughter*. *Biography*. <https://www.biography.com/news/joe-biden-first-wife-daughter-car-accident-story>.

Petitjean, A. (1989). Les typologies textuelles. *Pratiques*, 62, 86-125.

Pinto, C. R. J. (2005). Elementos para uma Análise de Discurso Político. *Revista Barbaroi*, 24, 78-108.

Souza, A. S. F. (2014). *Ethos e Análise do Discurso: contribuições para o Letramento literário*. Artigo apresentado no XVII Congresso Internacional da ALFAL.

Washington Post Review Staff (2020). *Read the transcript of Kamala Harris's victory speech in Wilmington, Delaware*. <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/11/07/kamala-harris-victory-speech-transcript>.

ANEXO

“Boa noite.

O congressista John Lewis, antes de falecer, escreveu: ‘A democracia não é um estado. É um ato’.

E o que ele quis dizer é que a democracia dos Estados Unidos não é garantida. Ela é tão forte quanto nossa vontade de lutar por ela, de protegê-la e nunca tomá-la como garantida. E proteger nossa democracia exige luta e sacrifício, mas há alegria nisso. E há progresso, porque nós, o povo, temos o poder para construir um futuro melhor.

E quando a nossa própria democracia estava nas urnas nesta eleição, com a própria alma dos Estados Unidos em jogo e o mundo assistindo, vocês asseguraram um novo dia para os Estados Unidos.

Para nossa equipe de campanha e voluntários, esta equipe extraordinária: obrigado por trazer mais pessoas do que nunca para o processo democrático e por tornar esta vitória possível.

Aos eleitores e funcionários eleitorais em todo o nosso país, que trabalharam incansavelmente para garantir que cada voto fosse contado: nossa nação tem uma dívida de gratidão com vocês, por terem protegido a integridade de nossa democracia.

E ao povo americano, que compõe nosso belo país: obrigado por comparecer em número recorde para fazer sua voz ser ouvida.

Eu sei que os tempos têm sido desafiadores, especialmente nos últimos meses.

A tristeza, o pesar e a dor. As preocupações e as lutas. Mas também testemunhamos sua coragem, sua resiliência e a generosidade de seu espírito.

Por 4 anos, vocês se manifestaram e organizaram-se por igualdade e justiça, por nossas vidas e pelo nosso planeta. E então, vocês votaram. Vocês entregaram uma mensagem clara. Vocês escolheram a esperança, a unidade, a decência, a ciência e, sim, a verdade. Vocês escolheram Joe Biden como o próximo presidente dos Estados Unidos da América.

Joe é alguém especializado em curas. Um unificador. É experiente e firme.

Uma pessoa cuja própria experiência com a perda lhe dá um senso de propósito e que nos ajudará, como nação, a recuperar nosso próprio senso de propósito.

É um homem de grande coração que ama com devoção. Sabemos seu amor por Jill, que será uma primeira-dama incrível. E de seu amor por Hunter, Ashley, seus netos e toda a família Biden.

E, embora eu tenha conhecido Joe como vice-presidente, eu realmente o conheci como o pai que amava Beau, meu querido amigo, de quem nos lembramos aqui hoje.

A meu marido Doug, nossos filhos Cole e Ella, minha irmã Maya e toda a nossa família: amo todos vocês mais do que posso expressar. Somos muito gratos a Joe e Jill por recepcionar nossa família na deles, nesta jornada incrível.

E à mulher mais responsável pela minha presença aqui hoje, minha mãe, Shyamala Gopalan Harris, que está sempre em nossos corações. Quando ela chegou cá, vinda da Índia, com 19 anos, talvez ela não imaginasse esse momento. Mas ela acreditava profundamente em uma América onde um momento como este fosse possível.

Então, estou pensando nela e em gerações de mulheres – mulheres negras, mulheres asiáticas, brancas, latinas e indígenas, que ao longo da história de nossa nação, pavimentaram o caminho para este momento, esta noite.

Mulheres que lutaram e se sacrificaram tanto pela igualdade, liberdade e justiça para todos, incluindo as mulheres negras, que muitas vezes são esquecidas, mas que reiteradamente provam que são a espinha dorsal de nossa democracia.

Todas as mulheres que trabalharam para garantir e proteger o direito ao voto por mais de um século: 100 anos atrás com a 19ª Emenda, 55 anos atrás com a Lei de Direitos de Voto e agora, em 2020, com uma nova geração de mulheres em nosso país que votaram e continuaram a lutar por seu direito fundamental de votar e ser ouvido.

Esta noite, reflito sobre sua luta, sua determinação e a força de seu ideal, para pensar o que pode ser aliviado pelo que já aconteceu. Apoio-me sobre os seus ombros.

A prova do caráter de Joe é que ele teve a audácia de quebrar uma das barreiras mais substanciais que existem em nosso país e selecionar uma mulher como sua vice-presidente.

Eu posso ser a primeira mulher neste cargo, mas não serei a última.

Porque cada garotinha que está assistindo esta noite vê que este é um país de possibilidades.

E às crianças do nosso país, independentemente do seu sexo, o nosso país enviou-lhes uma mensagem clara: sonhem com ambição, liderem com convicção e vejam-se de uma forma que os outros podem não te ver, simplesmente porque nunca viram isso antes. Mas saibam que nós os aplaudiremos a cada passo de seu caminho.”

Para o povo americano:

Não importa em quem você votou, irei me esforçar para ser a vice-presidente que Joe foi para o presidente Obama. Serei leal, honesta e preparada, acordando todos os dias pensando em você e em sua família. Porque agora é quando o verdadeiro trabalho começa.

O trabalho duro. O trabalho necessário. O bom trabalho. O trabalho essencial para salvar vidas e vencer esta pandemia. Para reconstruir nossa economia, para que ela funcione para os trabalhadores. Para erradicar o racismo sistêmico em nosso sistema judiciário e sociedade. Para combater a crise climática. Para unir nosso país e curar a alma de nossa nação.

O caminho à frente não será fácil. Mas os Estados Unidos estão prontos. E Joe e eu também. Elegemos um presidente que representa o que há de melhor em nós. Um líder que o mundo respeitará e que nossos filhos podem admirar. Um comandante-chefe que respeitará as nossas tropas e manterá o nosso país seguro. E será um presidente para todos os americanos.”

A emergência climática é uma guerra ou estamos descolonizando o sistema? O enquadramento de metáforas conceituais no discurso da emergência climática

Is climate emergency a war or are we uprooting the system? Framing conceptual metaphors in the climate emergency discourse

Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória, Brasil

**RIBEIRO, CAMILA
BELIZARIO**
camilablz@yahoo.com.br

KEY-WORDS:
Climate emergency;
Frames;
Activism;
Social networks;
Discourse strategies.

ABSTRACT: The visible worldwide consequences of climate change have triggered countless public debates among scientific communities from several knowledge areas, raising public awareness to this issue. Rhetoric and discourse strategies have played a crucial role on how global warming cannot be ignored, thereby instigating policymakers to implement urgent action to reduce CO² emissions and other causes of environment degradation. Thus, the present paper aims at dissecting a brief corpus of Instagram posts from two renowned environmental activist entities, the NGO *Fridays for Future* and *Greta Thunberg*, with the purpose of identifying new metaphorical representations in the multimodal youth climate activism, alongside with other social aspects involved in this rhetoric. For that goal we chose the hashtag *#Uprootthesystem*, currently adopted by some environmental activists who believe that the climate crisis narrative makes room for other historical reparation discourses, arguing against colonization, poverty, discrimination, racism, class inequality, climate injustice, among others.

INTRODUCTION

It is known that the global warming problematic is complex and abstract, therefore, studying the conceptualization processes around climate issues seems nowadays imperative. Concretely, focusing on the Climate Emergency issue, we intend to account for the metaphorical mappings that have given rise to a growing usage of this conceptualization of the environmental crisis in online media.

We argue that the relation between discourse and cognition can significantly contribute to the understanding of cognitive processes linked to sociocultural aspects, since a group's discourse is reflected in the individual's discourse – or vice versa (Van Dijk, 2008, among others). According to Lakoff and Johnson (1980), our individual value system is coherent with the metaphors diffused through the mass culture(s) and/or in the sociocultural contexts shared by historically situated subjects. Therefore, we defend the relationship between Cognitive Linguistics and the digital discourse on the climate crisis since the debates disseminated in mediatic discourses shape both the public's minds and discourse.

Some surveys registered an increase in public awareness about environmental issues, considering their relationship with quality of life and daily habits.¹ Thus, it is important to question to what extent digital discourse plays a significant role in this dynamic and how some cognitive processes contribute to the construction of social, political, and ideological values that shape public opinion and actions, eliciting change in the mindsets, and therefore necessarily unleash ideological confrontation.

In this context, figurative language, with special reference to metaphor, plays a crucial role in turning the concept more familiar, tangible, so that social actors would be able to relate it to their daily lives and develop tools that could allow them to perceive its nuances and consequences. So far, from the Cognitive Linguists and Critical Discourse Analysis approaches,

1. Areia et al. (2019); Schmidt and Delicado (2014); Schmidt et al. (2018).

some studies have pinpointed that WAR and RACE are the source domains of the metaphorical representations of the climate emergency frame.

However, it seems that this warfare perspective is slowly steering away to address the urgent need for developing more democratic and sustainable social-economic policies and habits. Thus we have collected a *corpus* of occurrences of Climate Emergency digital discourse on Instagram, with the purpose of uncovering the metaphoric meaning of the new conceptual framing hashtag *#uprootthesystem*, among young climate activists.

At last, we present some quantitative and qualitative results, considering the relevance of the dissemination of the expression “Climate Emergency” as a new metaphor-based expression, and center the debate on how the metaphorical hashtag *#uprootthesystem* may help to increase the debate about the global warming consequences worldwide, raising people’s consciousness on this issue, which has been strongly affecting the world as a whole.

THE MEDIA DISCOURSE ON CLIMATE EMERGENCY: SOME CONSIDERATIONS

With the foundation of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) in 1988 as a worldwide organization responsible for publishing scientific reports on the planet’s climate situation, the debate about global warming and its impacts went beyond the scientific sphere, gaining a lot of space in the political agenda. Thus, the politicization of climate change has achieved greater notoriety in debates around sociopolitical issues, as well as its mitigation actions and impacts on economy and society in general.²

Mainly from the 1990s, many scholars have pointed out that the environmental issues have transcended the physical and the political sciences, getting more attention and relevance in human and linguistic sciences as well. Some works linking discourse and environmental issues have gained notoriety, although the issue still lacks more current research – as in social media, for instance. Authors like Halliday (1990 *apud* Locky; Matthiessen, 2022) have highlighted the challenge to discuss environmental aspects from the linguist point of view.³

2. For more on Environmental and Communication Sociology and the intersection with the climate crisis, see Schmidt, 1999.

3. Other relevant works on discourse and environment are: Fill, A.; Mühlhäusler, P. (2001) (Orgs.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. Continuum; Fill, A.; Penz, H.; Trampe, W. (2002) (Orgs.). *Colourful Green Ideas. Papers from the Conference ‘30 years of language and ecology’* (Graz, 2000) and the Symposium ‘Sprach und Ökologie’ (Passau, 2001). Peter Lang; Carvalho, A. (2002) *Climate in the news. The British press and the discursive construction of the greenhouse effect*. University of London; Ramos, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Fundação Calouste Gulbenkian.

More recently, Negrea-Busuioc (2017) and Boykoff (2011) have emphasized that climate change has not been just a problem of the natural sciences, whose solutions must come exclusively from the scientific community; its reach has also been extended to social, political and even individual spheres, affecting different interests according to the social actors involved in this problem.

Nowadays ‘climate change’ is no longer thought merely as an environmental and scientific issue. Rather the Kautskian ‘climate question’ is considered one that, more now than ever, permeates our individual, as well as shared, economic, political, social, and cultural lives. As the notion of climate change has increasingly dominated the contemporary science and policy landscapes, it has also more visibly inhabited public discourse, through news and entertainment media representations and popular culture (Boykoff, 2011, p. 1).

It is crucial to highlight the democratization of mass medias, offering platforms – such as social networks – as open channels of communication, so that internet users can voice their opinions, and therefore shape the public agenda. Hence, online mass media may serve as mediators in the process of communicating science and politics to ‘common citizens’, by promoting new debates and eliciting behavior change. In the case of the expression chosen for analysis in this paper, the hashtag *#uprootthesystem*, Boykoff argues (*op. cit.*, p. 2), that it is “vitaly important to examine the ways in which media representations and symbols are produced, interpreted and consumed, thus influencing a spectrum of possibilities for governance and decision making”. Nevertheless, although these new media resources are understood as “dynamic and contested spaces where various ‘actors’ battle to shape public understand and engagement” (Boykoff, *op. cit.*, p. 3), we must take into consideration that news dissemination does not necessary implies the growth of the public’s awareness and engagement; however, it may work as an effective strategy for achieving those, through critical inputs.⁴

Consequently, the mass medias have, on one hand, a great impact on the images’ framing of reality(ies) in a standardized and predictable way, whereas these impacts are limited regarding the interaction between the message conveyed and its recipients.⁵ In this sense, the framing

4. Boykoff (2008a) *apud* Boykoff (2011).

5. MacQuail (1994, p. 331) *apud* Scheufele (1999, p. 105).

process is defined and operationalized as the basis of social constructivism, and the mass media actively defines the constructed frames through which readers and spectators discuss and interpret public events. At the same time, the subjects' processing and interpretation of a determined issue are influenced by pre-existing schemas, structures and/or frames; therefore, the mediated discourse is part of the process through which subjects (re)build meanings, impacting and (re)defining political decision priorities regarding climate issues.

However, climate change metaphorical frameworks are not always beneficial for a better understanding of the matter, since they correspond to a worldview that tries to impose itself on divergent discourses. One of the problems focuses on paradoxes that certain metaphorical expressions can propagate when used as universal truths and absolute certainties, as the case of 'low carbon diet' and 'carbon sinner'⁶, which can lead to social apathy, discredit, or political paralysis. Nevertheless, metaphoric discourse can contribute to the popularization of discourses on climate change, thus influencing the way politicians talk about the theme, usually from an economic and political perspective.

The response of individuals to certain facts, news and social issues will necessarily result from the way they are presented and framed in media discourses. Nisbet (2009) states that the terminologies and the visual contexts adopted to describe a given problem will influence the different responses of the subjects, that is, studies from this perspective share the belief that new framings bridge broader sociocultural domains and everyday understanding of social interactions. Thus, when considering the framing process, we must consider both mediatic and individual frames and relate them consistently.⁷

As defended by Lakoff (2010), to some extent the cognitive frame has motivated changes in attitudes towards materiality, e.g., companies that have adopted sustainability campaigns (such as the production of electric cars, plastic packaging reduction, sustainable civil construction materials, sustainable engineering etc.) and food awareness (production and consumption of

6. Nerlich (2010) *apud*
Negrea-Busuioc (2017, p. 123).

7. Friedland and Zhong (1996) *apud*
Scheufele (1999, p. 13).

organic foods, less consumption of meat etc.). However, environmental sciences data are still not enough to motivate a significant change in the mentality of individuals. For this, it is necessary to reflect on the influence of discursive power to change conservative perspectives on climate issues. Although climate change issues have been studied from different perspectives, the discourses on Climate Emergency are lacking attention.

According to Boykoff (2011), there is still a lack of criticism of framing processes related to climate issues disseminated in the mass media. For the researcher, these framings remain outdated, while those focused on market policies – aimed merely at economic development to the detriment of human equity and historical reparation of colonization processes – dominate the media and political decision-making. However, it is noticeable that environmental activism and public awareness have grown on the last decade, mainly among the younger generations, e.g., green companies, sustainable economic models, NGOs; in addition, digital platforms' interaction and a more emphatic media coverage have made scientific information about the climate crisis more accessible, motivating changes in our daily habits (e.g., recycling, adopting a vegan diet, saving water and energy, reducing excessive consumption, increasing the use of fossil fuels free means of transport etc.) which may, in a long term, contribute to reduce pollution in big cities, for instance.

FRAMING THE EXPRESSION CLIMATE EMERGENCY

It is worth noting that the expression – and, as defended on this paper, the framing – *Climate Emergency* has been used by environmental activists since the beginning of the 21st century. One of its first records come from the city of Darebin, Melbourne, Australia, following a petition entitled Declaration of Climate Emergency, in 2016. Then, this declaration was also made by the cities of Hoboken, New Jersey, and Berkeley, California. The expression was later adopted by the United Kingdom's Green Party, being the first official European declaration, in 2018, and in Scotland, in 2019. Thereafter, the UK parliament declared a state of Climate Emergency for all its countries.

These actions motivated the emergence and subsequent legitimation of the expression *Climate Emergency*, being adopted by global figures, such as the Pope Francis. Recognized and disseminated in the scientific community (Ripple et al., 2020), it gained global notoriety from 2019 onwards, configuring itself in a frame argumentatively constructed in the public space and recurrently assumed by several public figures of environmental activism, political parties, environmental organizations, NGOs, students etc.

According to the Oxford Languages Dictionary (2021), until 2018 the noun ‘emergency’ was commonly associated with the modifiers ‘hospital’, ‘health’ and ‘family’. However, from 2019 on, the modifier ‘climate’ surpassed all other types, becoming the most used expression, with a margin of difference three times greater than ‘health’, the second in the ranking.

The Oxford Word of the Year 2019 is *climate emergency*. *Climate emergency* is defined as ‘a situation in which urgent action is required to reduce or halt climate change and avoid potentially irreversible environmental damage resulting from it.’ This year, heightened public awareness of climate science and the myriad implications for communities around the world has generated enormous discussion of what the UN Secretary-General has called ‘the defining issue of our time’. ... Our research reveals a demonstrable escalation in the language people are using to articulate information and ideas concerning the climate. This is most clearly encapsulated by the rise of *climate emergency* in 2019 (Oxford Languages Dictionary, 2019).

In accordance with Boykoff (2011, p. 5), the framing processes are “inherent to cognition, and effectively contextualize as well as ‘fix’ interpretive categories in order to help explain and describe the complex environmental processes of climate change”. The author also defends that frames should not be limited to those already known as important currently and legitimized by the public in general; nonetheless, we must also consider alternative frames to elicit new political debates, due to the fact that depending on how we frame a determined problem, theme, concept etc., it could work as a way of marginalizing or validating discourses, if the audiences do not take them critically.⁸

8. Castree (2004); Forsyth (2003) *apud* Boykoff, (2011, p. 3-4).

In the contemporary Linguistics studies, one of the areas that corroborate the understanding of the processes of metaphorical representation of reality is Frame Semantics. Kövecses (2006, p. 64), following Fillmore (1977), defines frame as “a structured mental representation of a conceptual category” being, therefore, understood as the shared mental representation of cultural patterns.

[w]hen something is continually represented in the same way so that it becomes the established way of thinking about something, it creates a frame, a noun; a socially shared perspective on something... “Framing” means drawing an attention to, or raising awareness of, selective aspects of a particular entity or situation thereby introducing some form of cognitive bias. ... Over the time the action of framing produces a result, a frame. i.e. a noun (also known as a schema) that is a perspective that arises when things are constantly described in the same way (Charteris-Black, 2019, p. 16-17).

In this perspective, the frame consists of a system of concepts, whose understanding depends on the entire structure in which it is inserted; when a given conceptual structure emerges in a contextualized communicative scenario, representations are activated from our previous experiences, contributing to the cognitive process of interpreting, and understanding situations, concepts, scripts, events etc. From the perspective of Frame Semantics, our cultural and experiential realities shape socio-cognitive frames, which will define our perception of a given scene, situation etc., that is, of what we understand as ‘reality’: ‘true’, ‘false’, ‘good’, ‘bad’, in short, our system values and ‘truths’, as well as our performance in the world.

For our cognitive experience to take place across cognitive domains, we need to make categorizations based on prototypes; in other words, our cognitive domains result from mental/conceptual mappings, from projections and analogies. Van Dijk (2010) relates to these theories through the concept of ‘mental models’, which postulates that the non-visible part of the discourse is configured in the form of a huge knowledge-based network of concepts and propositions. Thus, a frame is understood from the lexicon and the relationships of words in context, that is, from the lexical units (LUs). Fillmore’s (1977) argumentation invokes situations in which the speaker introduces new lexical material to a given interaction scene.

Moreover, according to Fillmore and Baker (2009), the subjective acquisition of frames permeates, in addition to sociocultural experiences, physical and visual characteristics of human relationships, such as bodily experiences, stages of the life cycle, our relationship with nature, biological and emotional needs. Subjects, as members of dialogically organized linguistic communities, consciously or unconsciously respond to the symbolic realities they experience, conveyed by symbols, behaviors, cultural values, political and ideological stances etc., developing and sharing their systematic knowledge about their concrete, however subjective, reality(ies).

Hence, it must be highlighted that frames, prototypes and mental models will determine our cognitive domains that shape people's thoughts and actions. As postulated by Lakoff (2010), when we hear a word or a LU we activate their respective frames; in the case of communicating complex facts or truths, the person who communicates them must choose the words very carefully, in order to activate the desired frames for each communication event.

One of the major results in the cognitive and brain sciences is that we think in terms of typically unconscious structures called 'frames' (sometimes 'schemas'). Frames include semantic roles, relations between roles, and relations to other frames... All thinking and talking involves 'framing.' And since frames come in systems, a single word typically activates not only its defining frame, but also much of the system its defining frame is in. (Lakoff, 2010, p. 71-72)

In this perspective, Lakoff (1987) defined as Idealized Cognitive Model the assumption that we cannot understand the frame as a reliable representation of reality, but rather as an idealized version of it, resulting from the categorization process. This process takes place from other structural cognitive elements, such as propositions, metaphors, metonymies, symbols and image schemas. According to Kövecses (2006), it is precisely the frame that allows us to perceive intercultural variation, since members of different cultures interpret reality differently.

The frame has been studied under two distinct, although related, conceptions. The first one, defended by Fillmore (1977, 1985), from a microscopic point of view, refers to specific situations or events. This concept emerged as a counterpoint to the structuralist approach, which

described lexical domains following patterns of relationships between words, using purely the internal structure of the language. Nevertheless, Frame Semantics and Fillmore's Semantics of Comprehension approach seeks to describe lexical relationships in terms of conceptual systems underlying language, recognizing that linguistic categories – words, expressions, grammatical and syntactic structures – presuppose a structured understanding of institutions, cultures, beliefs, shared experiences, and patterns of thinking and behavior. Through this perspective, lexical items are perceived as a way of discriminating, situating, classifying and/or naming functions or conceptual structures.

Still based on Fillmore's perspective (1977), when a linguist explores the limits of a given word or LU, what is intended is that we make judgments not necessarily from our own understanding, since it is based on our own prototypical representation. The author, on the other hand, suggests that the subject makes judgments in terms of his or her desire to expand a certain frame, that is, to extend a frame hitherto associated with a certain scene or a familiar situation to a new situation, of which he or she still does not have a well-defined idea, or for which there is still no socially agreed frame:

[the informant] is being asked to decide whether he is willing to create a new frame for the new scene using a given word from a different frame; or he is being asked whether he has already confronted this problem and made a decision. This research is particularly tricky, since the linguist may be confronting the informant with a situation that is not personally meaningful for him, with a situation that is, which does not call on the informant's actual communicating, expressive, or classifying needs (Fillmore, 1977, p. 69)

Here we pursue a macroscopic view of the frame concept, as defended by Scheufele (1999), Nisbet (2009) and Lakoff (2021). The authors highlight that metaphorical thinking, through discursive realizations, drives new forms of action; therefore, the expression – and new frame – *Climate Emergency* intends to urgently bring to light climate change mitigation actions by policy makers. In the words of Lakoff and Johnson (1980, p. 236), “[p]olitical and economic ideologies are framed in metaphorical terms. Like all other metaphors, political and economic

metaphors can hide aspects of reality but, in the area of politics and economics, metaphors matter more, because they constrain our lives.”

Lakoff (2010) also argues that media discourses and/or opinion makers in general should reconstruct or create new frames that address the issue of global warming in a more accessible way; in order for the crisis to be understood, subjects need the right conceptual structures in their brain circuits, since a large part of the population does not have a repertoire of frames that allows them to understand the climate emergency in depth or, as the author says, “the real crisis”.

Some suggested strategies for restructuring frames related to the climate crisis could be the choice of words and slogans; talk about values, not just facts and figures; use simple language; use emoticons as resources. Nisbet (2009) points out that the meaning of a given frame is instantly translated from devices such as catchphrases, metaphors, sound bites, graphics, as well as allusions to history, culture or literature, e.g., the expression ‘green jobs.’

According to Charteris-Black (2019), frames are often made up of metaphors that narrate allegories or scenarios, and this happens fundamentally in political discourse. Since Climate Emergency and political intervention are intimately related, the role of metaphor in frame building must certainly be taken into account.

From a macroscopic perspective, it is claimed that the associations between words and meanings made by the speakers are more related to individual stories and repertoires than to the structure of the language itself. Thus, semantic analysis from this perspective should not be dissociated from socio-anthropological, personal, subjective, idiosyncratic, and cultural experiences of the individuals, i.e., from the socio-ideological mental models that shape their minds and actions.

METAPHOR AND CONCEPTUAL METAPHOR: SOME BASIC REMARKS

Before the 1970s, metaphor was studied in Philosophy and Rhetoric as a stylistic resource; however, with the publication of the well-known work *Metaphors we live by* (Lakoff & Johnson, 1980), the study of metaphor gained prominence in linguistic studies and human cognition. The authors, placing metaphor as a central element in everyday communication processes, empirically showed that our cognitive system is predominantly metaphorical and that our way of thinking, understanding, and acting in the world is set by metaphorical structures.

Sardinha (2007, p. 60-61), recognizing that there are differences in methodological terms of the study of metaphor, traditional view, conceptual metaphor, systematic metaphor and grammatical metaphor, summarizes its main aspects, namely: ‘The metaphor is a language-in-use phenomenon’; ‘The metaphor is a cognitive phenomenon’; ‘Conceptual, systematic and grammatical metaphors are usual resources for language users’; ‘The metaphor is an important phenomenon to understand the human being’.

Hence, the aforementioned authors reinforce the experientialist character of metaphor, foregrounding it as a figure of thought, that is, a tool for conceptualizing the world. Regarding the conceptual metaphor, we can affirm that they convey shared meanings among several languages and cultures. For example, conceptual metaphors such as LOVE IS A JOURNEY, LIFE IS A PLAY or AFFECTION IS WARMTH, due to their universal character, unconsciously integrate the conceptual system of innumerable cultures.

According to Charteris-Black (2014), conceptual metaphors are useful for identifying discursive characteristics of metaphors, as well as ideological and axiological aspects underlying their uses. These metaphors should be identified when there is evidence of systematic use of the same source domain in a given discourse – which can be defined in terms of genre or individual style. The study of the meaning intended by the target domain in the observed contexts

can reveal, for example, positive or negative representations of a certain event, fact, reality, social issue etc.:

... well known world leaders publicly address the issue of the changing climate from a domestic (the immediate effects on the lives of their fellow countrymen) and a global perspective, respectively (the impact on the entire planet), and frequently use metaphors to describe the utmost gravity of the problem and the actions necessary to combat this threat. (Negrea-Busuioc, 2017, p. 119)

With this in mind, the critical metaphor analysis perspective is focused on discursive systems, for example, how issues, actors and social groups are discussed in political discourses. However, to classify and interpret metaphors, it is necessary to examine them from the point of view of individual discourses (local systems), as well as observe them in general linguistic corpora (global systems). Global systems are important as they can provide evidence of typical/ordinary uses of a given metaphor, while local systems can reveal rhetorical and persuasive features of a particular discourse (Charteris-Black, 2014).

Considering the theoretical-methodological approach of this research, some authors have argued that political discourse on climate change frequently map WAR and RACE in the source domain onto climate change in the target domain as ‘a war to be fought against’. Concretely, Negrea-Busuioc (2017) pinpointed that “fighting climate change is war” and “fighting climate change is a race” were the two prominent conceptual metaphors in the Climate Emergency speech of the ex-US president Barack Obama.

In the WAR scenario, it is inferred that climate change is the enemy that must be fought. Oreskes (2011 *apud* Negrea-Busuioc, 2017) argues that the WAR metaphor is widely recognized as one of the most persuasive in the framing process of climate change, as it signals the public’s familiarity with military conflict and their understanding of the implications and efforts both to plan and to execute military campaigns.

As for the RACE metaphor, it is perceived as complementary to the frame of WAR, both based on the idea of combat, confrontation, and competition. However, the RACE frame suggests a more positive understanding of this problem, as it focuses on the urgency of actions and confidence in the results. Furthermore, metaphors linked to ‘sport’ can also be associated with situations where victory and winners are determined, resulting in awards and public recognition (Cudd, 2007 *apud* Negrea-Busuioc, 2017).⁹

According to Charteris-Black (2014), metaphors generally arise from the tension between the intended meaning of a word and/or expression in a specific discursive context and the literal, linguistic meaning that this same word and/or expression conveys. The critical linguist is concerned with finding evidence about intentions and purposes from a *corpus*, through associations of a word/expression that allow making inferences about the speaker’s intentions.

Based on this presupposition, we noticed empirically and critically on online social networks and NGOs websites that, beyond the most common associations of the climate crisis to the source domains WAR and RACE, other frames and metaphors have gained space, making ground for other forms of representations. These new framings and metaphorical representations have encouraged more engagement from stakeholders in general, common citizens and political powers, aiming at more humanitarian goals, for instance, the urgent need for developing more democratic and sustainable social-economic policies and habits, historical reparation for colonized and exploited countries, reducing famine, poverty, discrimination, specially racial discrimination, class inequality, rethinking and repairing climate injustice, among others. Due to the huge amount of data on social networks, we chose two remarkable Instagram pages, considered one of the most influential social networks nowadays.

9. Negrea-Busuioc (2017, p. 122) refers to different authors that have addressed this idea, namely Nerlich, (2012, 2014); Hellsten (2014); Jaspal (2014). Some metaphorical expressions highlighted in English speaking countries are *carbon footprint*, *low carbon diet*, *carbon finance*, *carbon sinner*, *(low) carbon economy*, *carbon market*, *low carbon future*, *greenhouse gas*, *greenhouse emissions*, *notorious greenhouse effect*.

METHODOLOGY

The adopted methodology was guided by these main objectives: to present a small clipping of multimodal data on Climate Emergency, namely, posts taken from the Instagram pages of two renowned environmental activist entities, the NGO *Fridays for Future* and from the recognized activist Greta Thunberg; and to identify new framings in the rhetoric of climate activism, with special reference to the hashtag *#uprootthesystem*. We also argue that new conceptual metaphors might be identified, considering the conceptual intersection involving the climate crisis and Climate Emergency framing. Moreover, as a directive speech act it instigates people to pursue concrete actions against the global warming. The corpus of *#uprootthesystem* was collected from July/2021 to July/2022, the period during which this hashtag has triggered intensive public online participation.

Although we had a quantitative approach in mind, we have also qualitatively analyzed a reduced number of posts due for uncovering metaphor rhetoric. In fact, we have pursued the methodology advocated by Charteris-Black (2014). He claims that the researcher should start with contextual analysis and selection of discourses, formulating questions that raise awareness to the issue under study, and then reflect on the impact of rhetorical strategies involving topics of social relevance. Some motivation questions that helped us to start our research were: when and where are such speeches conveyed? Which genres are chosen and why? Who are the subjects/actors involved in the process of construction and reception of these discourses? Are they speeches of individuals, of groups or general samples of linguistic occurrences?

In this perspective, the explanation of metaphors is suggested from the context, the enunciator's intentions and purposes in sociopolitical contexts. This phase involves judging, for example, how a given metaphor can influence the audience/reader and how it interacts with other enunciative aspects, i.e., its rhetorical power; and, consequently, how it can change opinions, values, beliefs, and worldviews. Another aspect to consider is that since metaphors usually

occur in sentences and/or expressions, it is recommended that the search is done through collocations and/or expressions rather than isolated lexical units (LUs). The most ideologically interesting metaphors are those that have become usual collocations through recurrent use (Charteris-Black, 2014).

Since a conceptual metaphor arises from the mapping between two different cognitive domains, it will become apparent when the word or expression is used in a new context, different from its usual or literal context. At this point, the methodology presented by Charteris-Black (2014) converges with the Pragglejaz Group (2007) when it proposes the following procedures: (i) read the complete text/discourse, aiming at its general understanding; (ii) determine the LUs to be analyzed; (iii) compare/contrast the contextual meaning, considering what comes before and after the LUs, with its basic, more concrete and literal meaning (in this case, we can resort to dictionaries); (iv) finally decide whether the contextual meaning is in contrast to the basic meaning, but can only be understood from the comparison with the latter.

In short, based on the methodological assumptions described, we reiterate our research path: to identify the growing usage of the hashtag *#uprootthesystem* on social networks by young environmental activists on 02 Instagram pages. First, we collected quantitatively and qualitatively some occurrences of posts which relate the narrative of confronting the climate crisis with other sociopolitical aspects. Then, by integrating the two methodologies forementioned, we identified some conceptual metaphors linked to the expression *uproot the system* and how the mappings have been designed.

ANALYSIS OF THE RESULTS

The first appearances of the hashtag *#uprootthesystem* on Instagram are traced back to July/2021. The hashtag, as a rhetoric online discourse strategy among young activists, nowadays has its own Instagram page, counting with more than 23.100 occurrences, until July/2022¹⁰. However,

10. Available on: <https://instagram.com/explore/tags/uprootthesystem/>.

the discursive analysis in the present paper only contemplates two following pages of renowned protagonists in the climate issue domain, as mentioned above.

Considering our first objective, a quantitative analysis emerging from the clipping of posts containing the hashtag *#uprootthesystem* on the Instagram pages of the NGO *Fridays for Future* and the environmental activist Greta Thunberg revealed that this framing was mostly disseminated from July/21 to January/22, contextualized with multimodal texts and critical comments regarding the climate crisis. This was certainly motivated by the COP26, which happened on November 5th in Glasgow, Scotland.¹¹ The choosing of this specific period to highlight the climate emergency indicates that this type of activism has grown as a rhetorical resource for questioning numerous issues linked to the climate crisis, inciting the youth to confront political and economic powers, and stimulating more activists to join this cause worldwide. From February/2022 on, we could see a strong decline of the expression on the two pages, giving more visibility to other hashtags such as *#peoplenotprofit* and *#standwithukraine*.¹²

11. Available on: <https://ukcop26.org>.

12. Although there was a noticeable number of these hashtags, also related to the climate crisis, they are not the focus of this paper. They were chosen just to exemplify other online movements that were starting to gain notoriety.

Table 1 - Occurrences of the expression *#uprootthesystem* on the Instagram pages *Fridays for Future* and Greta Thunberg's from July/2021 until July/2022.

<i>Months x Instagram Pages</i>	<i>July</i>	<i>Aug</i>	<i>Sept</i>	<i>Oct</i>	<i>Nov</i>	<i>Dec</i>	<i>Jan</i>	<i>Feb</i>	<i>Mar</i>	<i>Apr</i>	<i>May</i>	<i>June</i>	<i>July</i>
	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>21</i>	<i>22</i>	<i>22</i>	<i>22</i>	<i>22</i>	<i>22</i>	<i>22</i>	<i>22</i>
<i>Fridays for Future</i>	6	10	29	7	0	1	0	1	0	0	0	0	0
<i>Greta Thunberg</i>	1	1	6	9	6	6	4	0	0	0	1	0	0
TOTAL	7	11	35	16	6	7	4	1	0	0	1	0	0

Source - The author.

Among some of the chosen posts for analysis, the following examples demonstrate a critical narrative, from which young people demand public policies for repairing social injustices that have been growing due to the climate crisis. The first one, taken from a movement that happened in Brazil, accuses the federal administration of neglecting the relation between public policies and environmental degradation. They claim to the policy makers to “save their future”, by recognizing that the climate crisis makes social inequality even more evident.

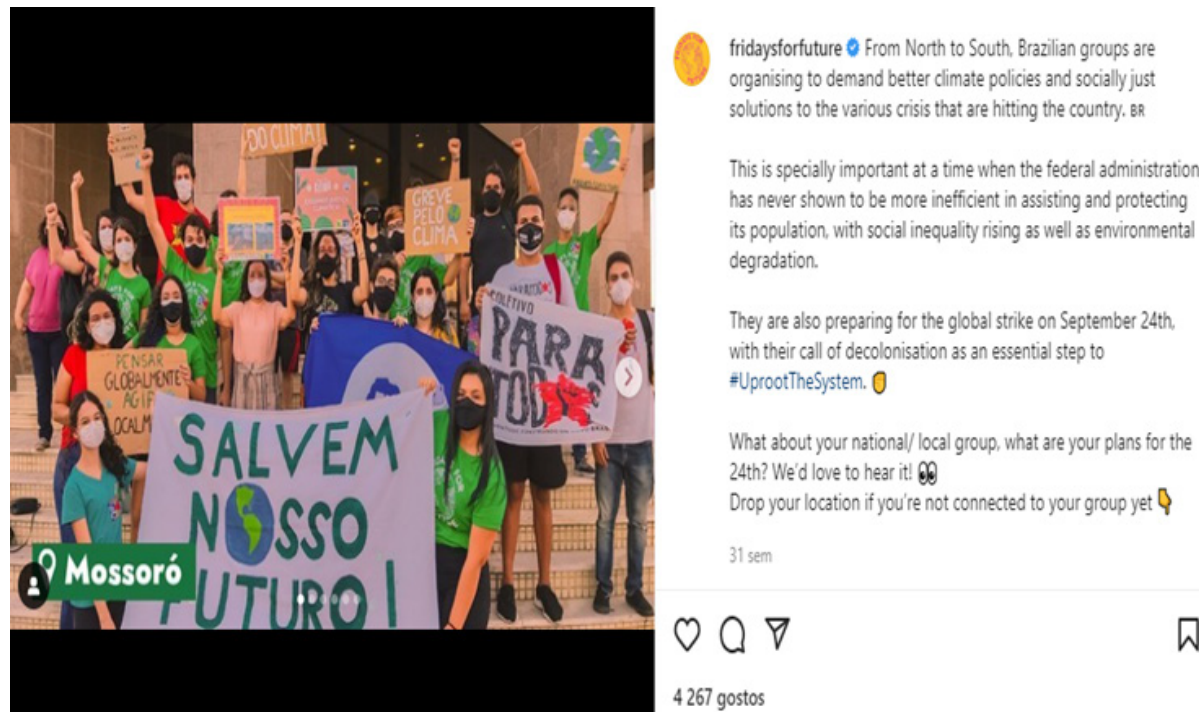


Figure 1 - Climate Strike – Mossoró/
Rio Grande do Norte/Brazil

Source - Instagram / NGO Fridays
for Future /Sept. 21st, 2021.

13. *Activist Speeches*, Fridays for Future, 2022. Available on: <https://fridaysforfuture.org/what-we-do/activist-speeches/>.

The next post by Greta Thunberg emphatically narrates on the number of participants in the climate march, which took place during COP26 in Glasgow, UK. Thunberg reiterates her speeches popularly known for their irony and defiance to political powers – such as the quotation marks in “leaders”; the adjective “so-called” referring to political leaders who should act more assertively, aiming seriously at solving the climate crisis – and not only delivering empty speeches, whose focus rely on economic power decisions, not on climate justice;¹³ and the demonstrative pronoun in capital letters “THIS”, when referring to the image, highlighting the leadership power of the activist in mobilizing thousands of people on the streets for a cause.

Figure 2 - Climate March – Glasgow/UK

Source - Instagram / Greta Thunberg /Nov. 6th, 2021



The multimodal context of this post builds on the conceptual metaphor CLIMATE MARCH IS PLANET PROTECTION. So, the conceptual mapping advocates that taking to action by marching against the COP26 metaphorically represents a protection against the environment. The linguistic argument is reinforced by the image of thousands of young protesters, which consists of a multimodal rhetorical strategy conceived to strengthen the power of youth militancy, criticizing capitalist model of consumption and management of non-renewable energies. Moreover, it denounces the negligence of political leaders, which have led the planet to an unsustainable climate crisis by paying little attention to the consequences of industrial production and consumption models.

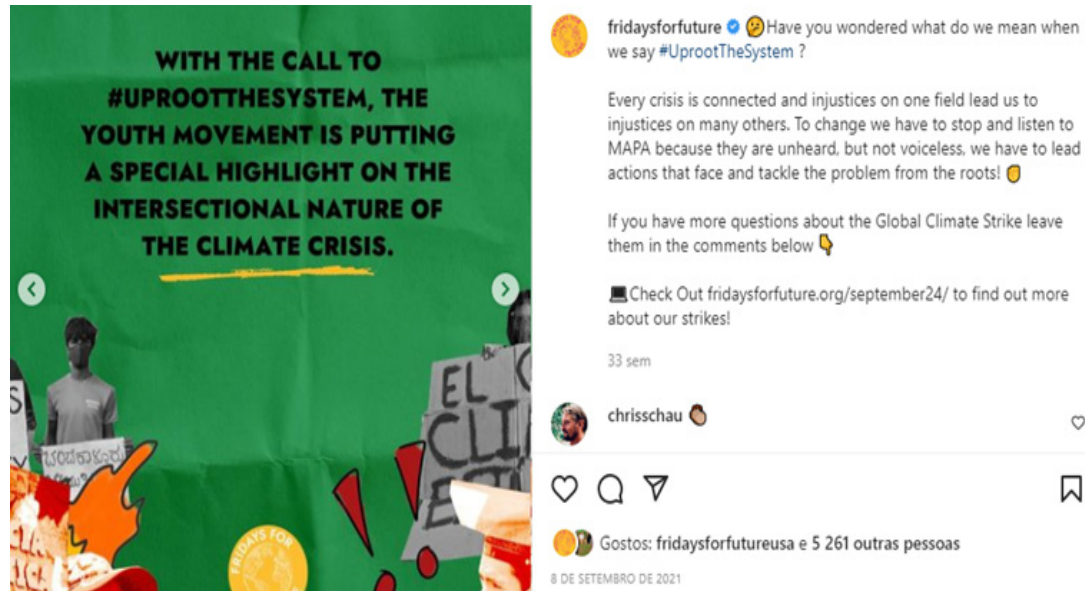
The next publication selected for discussion consists of a series of posts by the NGO Fridays for Future, where they intend to explain what the expression ‘uproot the system’ means and what they plan to achieve through this metaphor. The following post builds on the expression *the intersectional nature of the climate crisis*, which is crucial for understanding how the metaphor *uproot the system* is related to many social issues, such as racism, ableism, sexism, class inequality, and mainly the historical colonization of the MAPA countries:

MAPA (Most Affected Peoples and Areas) are experiencing the worst impacts of the climate crisis and are unable to adapt to it. ... the elite of the Global North ... have caused the destruction of the lands of MAPA through colonialism, imperialism, systemic injustices, and their wanton greed which ultimately caused the warming of the planet. With both the COVID, climate, and every crisis in history, overexploited countries and marginalized sectors of society are systematically left behind to fend for themselves (NGO Fridays for Future, 2022).

Figure 3 - What does 'uproot the system' mean?

Source - Instagram / Fridays for Future / Sep. 8th, 2021.¹⁴

14. The full publication consists of a series of 06 posts, available on: <https://www.instagram.com/p/CTkpLnUvWgV/>. The NGO also makes a series of similar publications on their website, eliciting a discussion about diverse intersectional social issues: <https://fridaysforfuture.org/september24/>. The full document can be accessed on: <https://docs.google.com/document/d/1b25qhqIf0E-4h6NQ-DzLX40YifD6khpgee3Vl6g7nNSE/edit>.



Our following post was chosen as a clear example of the postulate by Nisbet (2009), Scheufele (1999) and Lakoff (2010), when they defend how the issue should be addressed by the mass media. The caption emphasizes exactly the importance of the media connecting the innumerable natural disasters to the climate crisis, through accessible and clear information, so that the population in general could be aware that the 'natural' catastrophes they have been facing more and more frequently are related to the climate emergency and its sociopolitical consequences.

RIBEIRO, CAMILA BELIZARIO; *A emergência climática é uma guerra ou estamos descolonizando o sistema? O enquadramento de metáforas conceituais no discurso da emergência climática / Is climate emergency a war or are we uprooting the system? Framing conceptual metaphors in the climate emergency discourse*
 REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 217-245

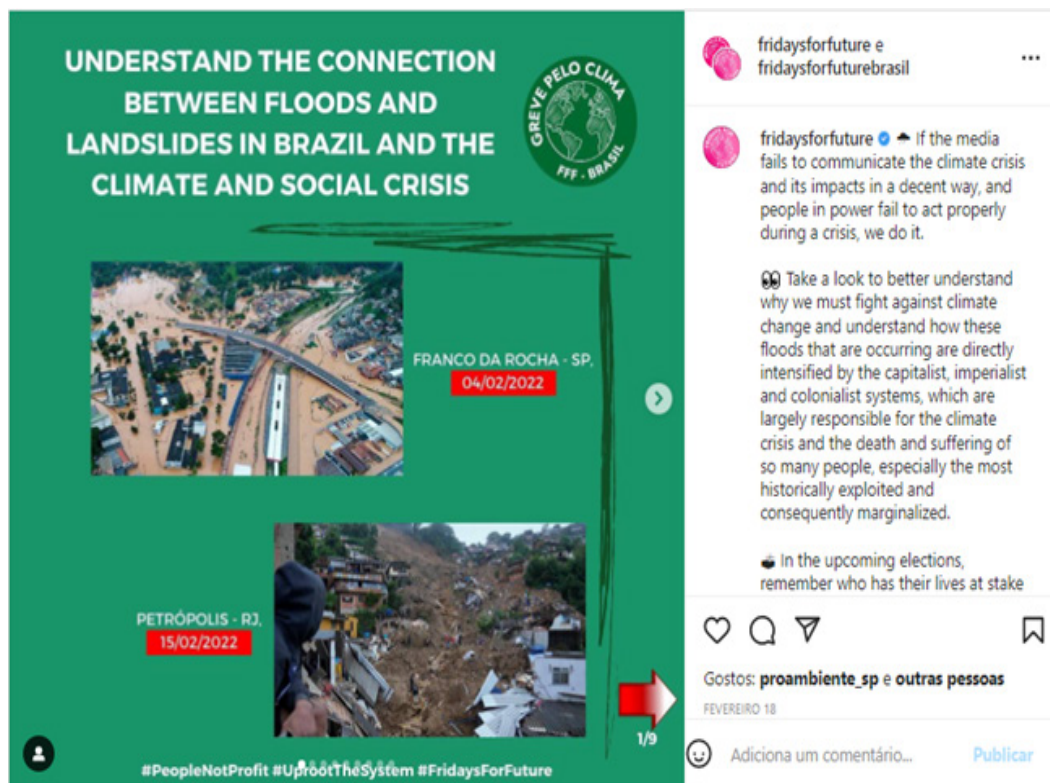


Figure 4 - Understand the connection between floods and landslides in Brazil and the climate and social crisis

Source - Instagram / Fridays for Future /Feb.18th, 2022.

In sum, the examples above consist of a brief demonstration of the type of posts disseminated on the Instagram by young people, usually followed by the hashtag *#uprootthesystem*, which demonstrates the rhetorical strategy of multimodality, followed by discourses questioning the capitalist order and its consumption patterns, as well as the appeal to world leaders to reduce the use of fossil fuels, which, among other factors, have generated a rapid increase in the planet's temperature and the consequent state of climate emergency. Through the bias of Cognitive Linguistics and Critical Discourse Analysis, the discussion elicited by the posts

brings a new perspective on this issue voiced by young people by redressing the way they think about the climate crisis.

Thereafter, we carried on the second objective of this paper, which consisted of mapping cognitively how the expression *uproot the system* could be conveyed as a new metaphorical expression. Our first step was researching some reputed dictionaries about the literal meaning of the verb “uproot”:

Table 2 - Literal meanings of the verb uproot

Source - The author (adapted from the quoted dictionaries).

Dictionary	‘Uproot’ Meaning
Cambridge	to pull a plant including its roots out of the ground; to remove a person from their home or usual environment.
Oxford	to pull a tree, plant, etc. out of the ground; to leave a place where you have lived for a long time; to make somebody do this; uproot yourself/somebody.
Merriam-webster	to remove as if by pulling up; to pull up by the roots; to displace from a country or traditional habitat
Macmillan	to leave the place where you live and go to live somewhere else, especially when you do not want to leave, or to make someone do this; to pull a whole tree or plant from the ground, including all the roots that grow in the soil
Collins	if you uproot yourself or if you are uprooted, you leave, or are made to leave, a place where you have lived for a long time; if someone uproots a tree or plant, or if the wind uproots it, it is pulled out of the ground.

After contrasting the literal meanings (more concrete) with the contextual meanings (more abstract), we indicate some possible examples of lexical units that support new metaphorical significations for the expression in the context of climate activism.

<p>Source domain SYSTEM</p>	<p>capitalism, money, power relations, selling, buying, renting, monopoly, economic control, dependance, consumption, greed, work, profit, means of productions, accumulation, private property, competition, market, social organization, inequality, politics, wealth, poverty, patrimony, class privilege, exploitation, survival, technology, material goods, capital, gain, loss, expense, revenue, benefit, harm, inhumanity, etc.</p>
<p>Target domain UPROOT</p>	<p>pull from its roots, replant, take from a place to another, destroy, leave, abandon, change, move, remove, etc.</p>

Table 3. Lexical units mapping of the source and target domains *system* and *uproot*

Source - The author.

When mapping the source and the target domains in the expression *Uproot the System*, considering the basic formula SOURCE DOMAIN is TARGET DOMAIN, or vice versa, we came up with some proposals of new conceptual metaphors: THE CAPITALIST SYSTEM IS A TREE/PLANT THAT NEEDS TO BE UPROOTED; THE CAPITALIST SYSTEM IS A TREE/PLANT THAT NEEDS TO BE UPROOTED AND REPLANTED; THE CAPITALIST SYSTEM IS A PLACE THAT NEEDS TO BE LEFT/ABANDONED; THE CAPITALIST SYSTEM IS OUR USUAL ENVIRONMENT/HABITAT/HOME THAT NEEDS TO BE ABANDONED; THE CAPITALIST SYSTEM IS AN ECONOMICAL MODEL THAT NEEDS TO BE RE-THOUGHT/REFORMULATED, etc.

It is also noticeable, through the examples given, the highlighted aspects of this paper, such as the intersectional nature of the crisis and the metaphorical nature of the hashtag chosen for analysis. In addition, the rhetoric strategies of *Climate Emergency* as a new frame and a new target domain make room for other new conceptual metaphors, for instance: CLIMATE EMERGENCY IS THE DESTRUCTION OF THE PLANET; CRIMATE EMERGENCY IS DENYING A FUTURE TO THE YOUNG PEOPLE; CLIMATE EMERGENCY IS A POLITICAL CRISIS; CLIMATE EMERGENCY IS HARMING THE POOREST COUNTRIES;

CLIMATE EMERGENCY IS DEATH; CLIMATE EMERGENCY IS ENHANCING SOCIAL INEQUALITY; among others.

So, based on the bibliography presented, the forementioned analysis and the mental mapping, it has been demonstrated that there has been a transition between the basic or literal meaning of the verb *uproot* found in some dictionaries to a metaphorical, more wide and subjective sense. The verb, when conveyed within the expression *UPROOT THE SYSTEM* as a rhetoric strategy in the context of Instagram climate crisis activism can be classified as a new metaphorical expression, acquiring a new metaphorical sense through eliciting new concepts, truths and ideologies around the given social issue, instigating subjects to take action towards the environment, being characterized as a directive speech act.

FINAL REMARKS

The debate about framing processes and rhetorical resources as manipulation strategies in political polarization discourses are topics that deserve attention, as they involve ideological aspects that end up influencing public opinions and political decision concerning social issues. The (re)formulation of frames that favor the communication of scientific facts, making them tangible to the general public and to the mass media, contributes for the modification of the individuals' cognitive system, helping to corroborate the need for urgent actions in favor of public policies to mitigate the damage caused by global warming.

For that matter, as a theoretical-methodological approach, considering the non-neutrality of the researcher in Critical Discourse Analysis (Van Dijk, 1997) and Critical Metaphor Studies (Charteris-Black, 2014), this paper aimed at analyzing some examples of Instagram posts on the Climate Emergency issue, as a worldwide concern. The two Instagram pages selected, the NGO Fridays for Future and Greta Thunberg's, were chosen due to their critical content and their impact on young people in several countries, which reflect the growing political power of climate engagement discourse. It was evident that the source domains of WAR and RACE

seem to give way to more hopeful and humanitarian discourses – such as historical reparation of social injustices and urgency of actions to mitigate climate change, based on the claim for a more egalitarian, democratic, and sustainable society.

These considerations corroborate the postulate already advocated by Lakoff (2010) that new frames need to be established, in order to broaden the public debate on issues of social relevance. The environmental problems that are worsening nowadays are rooted in economic factors; therefore, directly triggered by exacerbated consumption and thus reflecting human negligence regarding the exploitation of natural resources. Thus, the recognition of the Climate Emergency frame and its social implications, new rhetorical strategies (in this case, the dissemination of a new metaphor that can draw the attention of more individuals to the debate of a global issue) and media resources such as wide-ranging social networks have significantly contributed to the awareness of new generations to sociopolitical aspects that directly and indirectly affect our reality as subjects in a globalized world.

We understand that the interface between the topics discussed in this work can contribute to studies on the various biases through which climate change is communicated and perceived, currently envisaged by the frame of urgent action to mitigate the factors that degrade the environment. Framing processes and metaphorical constructions linked to climate emergency discourses reveal ideologies, political positions and different ways of understanding and dealing with the issue, which is already widely discussed both in the scientific and social spheres. Therefore, in the case of research on languages and discourses, we defend the researcher's critical position, based on the assumption that all discourse consists of a social practice, through which power relations and processes of social transformation are intimately linked.

ACKNOWLEDGEMENTS: I would like to thank my PhD supervisor, Prof. Dr. Maria Clotilde Almeida, for her unconditional support, suggestions, and guidance through my research process and the production of this paper.

REFERÊNCIAS

- Areia, N.; Intrigliolo, D.; Tavares, J.; Mendes, J.M. & Sequeira, M. D. (2019). The role of media between expert and lay knowledge: A study of Iberian media coverage on climate change. *Science of the Total Environment*, 682, 291-300.
- Boykoff, M. T. (2011). *Who speaks for the climate? Making sense of media reporting on climate change*. Cambridge University Press.
- Charteris-Black, J. (2014). *Analysing Political Speeches: Rhetoric, Discourse and Metaphor*. Palgrave Macmillan.
- Charteris-Black, J. (2019). *Metaphors of Brexit. No Cherries on the Cake?* Palgrave Macmillan.
- Fillmore, Ch. (1977). Scenes and Frame Semantics. *Linguistic Structure Processing*. In A. Zampolli (Org.), *Fundamental Studies in Computer Science*, 59. North Holland Publishing Company, pp. 55-88.
- Fillmore, Ch. (1985). Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, 6 (2), 222-254.
- Fillmore, Ch., & Baker, C. (2009). A frame approach to semantic analysis. In B. Heine, & H. Narrog (Orgs.), *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford University Press, pp. 313-339.
- Fridays for Future. [@fridaysforfuture]. (n.d). Posts [Instagram profile]. Retrieved January 16, from <https://instagram.com/fridaysforfuture/>.
- Fridays for Future. Non-Governmental Organization. (n.d). [Website]. Retrieved January 16, from <https://fridaysforfuture.org/>.
- Kövecses, Z. (2006). *Language, Mind and Culture: a practical introduction*. Oxford University Press.
- Lakoff, G., & Johnson M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago University Press.
- Lakoff, G. (1987). Cognitive models and prototype theory. In U. Neisser (Ed.), *Concepts and conceptual development: Ecological and intellectual factors in categorization*. Cambridge University Press, pp. 63-100.
- Lakoff, G. (2010). Why it Matters How We Frame the Environment. *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, 4(1), 70-81.
- Locky, L. & Matthiessen, C. M. I. M. (2022). *Revisiting Halliday's (1990) "New ways of meaning: The challenge to applied linguistics": What has changed and what still needs to be done?* The Conference on Language and Ecology: Towards a Shared Narrative in Interdisciplinary Research (2019). doi: 10.13140/RG.2.2.15700.48001. 1-31.

Negrea-Busuioc, E. (2017). Leading the war at home and winning the race abroad: metaphors used by President Obama to frame the fight against Climate Change. In F. Ervas, E. Gola, & M. Rossi (Orgs.), *Metaphor in Communication, Science and Education*. Walter de Gruyter GmbH & Co KG, pp. 119-134.

Nisbet, M. C. (2009). Communicating Climate Change: Why Frames Matter for Public Engagement. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 51(2), 12-23.

Oxford Languages. (2019). *Word of the Year 2019*. Oxford University Press. Available on: Oxford Word of the Year 2019.

Pragglejaz Group. (2007). MIP: A Method for Identifying Metaphorically Used Words in Discourse. *Metaphor and Symbol*, 22(1), 1-39.

Ripple, W. J.; Wolf, C.; Newsome, T. M.; Barnard, P. & Moomaw, W. R. (2020). World Scientists' Warning of a Climate Emergency. *BioScience*, Oxford, 70(1), 8-12.

Sardinha, T. B. (2007). *Metáfora*. Parábola Editorial.

Searle, J. (1969). *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press.

Schmidt, L. (1999). Sociologia do Ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, XXXIV (150), 175-210. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798852Q3dEI9rp2Qp57RC7.pdf>.

Schmidt, L. & Delicado, A. (2014). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia: a opinião dos portugueses*. (Coleção Observatórios ICS1). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt, L.; Truninger, M.; Guerra, J. & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade: Primeiro Grande Inquérito em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.

Scheufele, D. A. (1999). Framing as a Theory of Media Effects. *Journal of Communication*, 49 (1), 103-122.

Thunberg, G. [@gretathunberg]. (n.d). Posts [Instagram profile]. Retrieved January 10, from <https://instagram.com/gretathunberg/>.

Uproothesystem. [#uproothesystem]. (n.d). Posts [Instagram profile]. Retrieved January 15, from <https://instagram.com/explore/tags/uproothesystem/>.

Van Dijk, T. A. (2010). Discurso, conocimiento, poder y política: hacia un análisis crítico epistémico del Discurso. *Revista de Investigacion Lingüística*. Universidad de Murcia, 13, 167-215.

Van Dijk, T. A. (1997). *Discourse as Structure and Process*. SAGE Publications.

“Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM
“I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

SALEMA, LUÍS FERNANDO
pintosalema@gmail.com

CARAPINHA, CONCEIÇÃO
mccarapinha@fl.uc.pt

CLLC - Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, Portugal

CELGA-ILTEC - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal

PALAVRAS-CHAVE:
Pragmática da Interlíngua;
Ato ilocutório de censura;
Speech act set;
Estratégias de modificação;
Falhas pragmáticas.

RESUMO: No âmbito da Pragmática da Interlíngua, são raros os estudos sobre a forma como os alunos de uma LE/L2 produzem o ato ilocutório de censura. Este é um ato exigente, uma vez que atenta contra a face do interlocutor, podendo dar origem a emoções negativas e tendo, portanto, claras implicações no plano das relações interpessoais. O presente estudo visa analisar, de uma perspetiva pragmática, o ato ilocutório de censura, produzido por alunos de PLNM, em contexto formal e assimétrico. A partir de um conjunto de produções orais de alunos de nível B1, reunidas no *corpus* COral-Co, e tendo como suporte o modelo de Nguyen (2005), a presente análise pretende (i) identificar as formulações diretas e indiretas do ato de censura; (ii) listar as fórmulas semânticas utilizadas pelos alunos; (iii) avaliar as estratégias de modificação a que os alunos recorrem e (iv) apresentar uma proposta para a estrutura prototípica do complexo ilocutório produzido por esses alunos. Os resultados apontam para um *continuum* entre os atos de censura e de pedido e para a existência de duas áreas críticas, uma relativa à utilização errónea das formas de tratamento, e outra gerada pela utilização concomitante de estratégias atenuadoras e intensificadoras.

KEY-WORDS:
Interlanguage Pragmatics;
Speech act of criticism;
Speech act set;
Peripheral modification devices;
Pragmatic failures.

ABSTRACT: There are few studies in the framework of Interlanguage Pragmatics on how foreign language learners produce the illocutionary speech act of criticism. This is a demanding act, as it threatens the interlocutor’s face, leading to negative emotions, and with implications regarding interpersonal relationships. With focus on a pragmatic perspective, this study aims to analyse the illocutionary speech act of criticism in a formal and asymmetrical context produced by learners of Portuguese as a foreign language. Through a set of oral productions by B1 level students in the project *CORal-Co corpus*, and Nguyen’s (2005) model as support, the present analysis intends to (i)

identify the direct and indirect intentions of the act of criticism, (ii) list the semantic formulas used by learners, (iii) evaluate the modification strategies students used and (iv) present a proposal for the prototypical structure of this speech act set produced by those learners. The results point to a continuum between the act of criticism and the act of request. There is also evidence of two critical areas in the production of that act, one related to the erroneous use regarding formal and informal language (forms of address) and the other is caused by the coexistent use of strategies that lead to mitigation and intensification.

1. INTRODUÇÃO

Comunicar numa língua estrangeira (LE) implica dominar o sistema linguístico da língua-alvo, mas também ter uma certa competência pragmática, o que requer a posse de um conjunto de conhecimentos culturais acerca da comunidade-alvo.

Esta exigência reflete-se quer no plano da produção quer no plano da interpretação de atos ilocutórios. Com efeito, a competência acional assume uma clara centralidade no desenho da competência comunicativa e o escasso domínio desta componente pode gerar fracassos comunicativos com pesadas consequências no plano interpessoal.

O ato ilocutório de censura constitui um dos atos mais frequentes nas interações verbais quotidianas. Envolvendo uma forte componente emocional, a censura é um ato de natureza conflitual que ameaça a face dos interlocutores. Neste sentido, seria pertinente abordá-lo nas aulas de português língua não materna (PLNM), até porque nele estão envolvidos outros aspetos que não os estritamente linguísticos. Porém, este ato não é explorado pelos manuais de PLNM e não há, tanto quanto é do nosso conhecimento, nenhum estudo de natureza monolíngue sobre o ato de censura, em português europeu (PE).

Dada a escassez de *input*, é natural que os alunos evidenciem dificuldades na produção deste ato, cometendo erros de carácter pragmático e recorrendo a transferências da língua materna, podendo, conseqüentemente, ocorrer falhas ou quebras comunicativas.

Justifica-se, assim, o presente estudo, de carácter exploratório, em que se faz a análise de um corpus de produções orais de estudantes de PLNM, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aos quais foi solicitada, em modalidade de *roleplay*, a produção de um ato ilocutório de censura, em contexto formal. Tomando como base o modelo de Nguyen (2005), descrevem-se as fórmulas semânticas utilizadas pelos estudantes e analisam-se as estratégias de modificação a que recorreram. Complementarmente, argumenta-se que o ato ilocutório de censura

constitui um ato de fala complexo, cujo objetivo ilocutório pode emergir da combinatória de valores semântico-pragmáticos hierarquicamente superiores aos de cada um dos segmentos que o constituem.

2. QUADRO TEÓRICO

A perspectiva acional da linguagem veio dar proeminência às ações sociais que realizamos através das palavras. Essas ações exigem que tenham de estar garantidas condições de felicidade (Austin, 1962), ou, na terminologia de Searle (1969), um conjunto de regras constitutivas que regulam a realização bem-sucedida desse ato¹.

Embora bastante pujante no início, tendo sido considerada um dos domínios nucleares da Pragmática, a análise dos atos ilocutórios não foi alvo de grande atenção nos últimos 30 anos (Levinson, 2017), excetuando na área da Pragmática da Interlíngua². Com efeito, a investigação sobre “second language (L2) learners’ knowledge, use, and development in performing socio-cultural functions” (Taguchi, 2017, p. 153) tem-se debruçado sobre a forma como os falantes não nativos compreendem e produzem os atos de fala.

Este ressurgimento do interesse em torno do tema tem sido acompanhado pela crítica a uma abordagem demasiado atomista dos atos de fala e pela progressiva tomada de consciência de que os enunciados têm uma natureza interativa, relacionando-se com outros em combinatórias complexas. Neste sentido, Van Dijk (1980), Blum-Kulka *et alii* (1989), Geis (1995) e Válková (2013) defendem que os atos de fala devem ser entendidos numa perspectiva mais discursiva e afirmam a existência de atos de fala complexos ou *speech act sets* (Cohen & Olshtain, 1981), conjuntos de enunciados proferidos por um único falante, numa só intervenção, em que é possível identificar um ou vários atos periféricos associados ao ato nuclear.

É necessário, entretanto, enfatizar que muitos destes atos subordinados, coadjuvantes do principal, têm uma função específica, pois constituem estratégias discursivas que o locutor

1. Searle (1966) refere quatro condições/regras: condição preparatória, condição de conteúdo proposicional, condição de sinceridade e condição essencial. Esta última regula o objetivo do ato, em função do anterior cumprimento das outras regras. Veja-se também o artigo de Vanderveken (1985), onde surge uma arguta e detalhada reflexão sobre o conceito de força ilocutória e sobre as condições que presidem à realização bem-sucedida de um ato de fala.

2. Também a Análise Conversacional aprofundou este domínio, com a relevância atribuída ao conceito de ‘par adjacente’ (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974; Schegloff, 2007).

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

mobiliza para evitar conflitos na comunicação (Leech 1983; Brown & Levinson, 1987)³. De facto, o nosso comportamento verbal encontra-se subordinado à pressão de normas sociais e é inegável que, na organização e funcionamento dos discursos, “operam constrangimentos rituais, ligados basicamente à face e ao território de cada falante, que convocam específicas normas sociais, como a cortesia, o tato, a generosidade, a modéstia, a respeitabilidade” (Fonseca, 1991, p. 286).

2.1. O ATO DE CENSURA – CARACTERIZAÇÃO

Na proposta de classificação dos atos ilocutórios gizada por Austin (1962, p. 83), o verbo ‘criticar’⁴ surge integrado no conjunto dos verbos comportativos (*behabitives*, no original), pois qualquer ato de crítica/censura traduz uma reação ao comportamento ou à conduta de outra pessoa (ou até da própria, no caso da autocensura). Para Tracy, Van Dusen e Robinson (1987, p. 56), a censura envolve “a negative evaluation of a person or an act for which he or she is deemed responsible”. No mesmo sentido, Nguyen (2008) define-a como um ato ilocutório cujo objetivo “is to give negative evaluation of the hearer’s (H) actions, choice, words, and products for which he or she may be held responsible” (p. 7). A expressão de uma avaliação negativa do comportamento do interlocutor pode ser também acompanhada pela clara mostra de insatisfação, por parte do locutor, e, no global, por uma clara manifestação de “disaffiliation” (Steensig & Drew, 2008, p. 7).

Partindo destas definições e considerando a tipologia dos atos ilocutórios proposta por Searle (1976), a censura não é um ato fácil de etiquetar. A componente de enunciação dominante parece ser a expressiva, porque ele “consiste na expressão de um estado psicológico do falante a propósito de um estado de coisas” (Vanderveken, 1985, p. 175). Complementarmente, ao configurar-se como uma forma de levar o ouvinte a corrigir o seu comportamento, assume também uma vertente diretiva (Xin, 2019).

3. A escolha dessas estratégias de delicadeza está, obviamente, ligada à indireção ilocutória.

4. Neste trabalho, ‘crítica’ e ‘censura’ serão entendidas como designações sinónimas, embora se prefira esta última. A opção por um ou outro termo, ao longo da exposição, será determinada pelo uso que os autores referenciados fazem dos dois termos.

Este caráter híbrido do ato ilocutório de censura dificulta a sua análise e reflete-se na explicitação das suas regras constitutivas, garantes da realização bem-sucedida do ato. O objetivo primeiro do locutor (condição essencial) ao formular um ato de censura é expressar um estado de espírito negativo e desfavorável relativamente a um determinado comportamento do interlocutor, embora possa também contar como uma tentativa de evitar a repetição futura dessa atitude. No que diz respeito à condição de conteúdo proposicional, o locutor que produz esse ato apresenta, tipicamente, uma proposição que se reporta a um mundo pré-existente; todavia, ao censurar, o falante pode também remeter para um comportamento futuro que ele espera ver adotado pelo interlocutor. Quanto à condição de sinceridade, o estado psicológico expresso é o de insatisfação pelo comportamento do outro, mas também, indiretamente, o de volição (Searle, 1976, p. 4).

No quadro assim traçado, o ato de censura configura um claro exemplo de um FTA – *face-threatening act* (Brown & Levinson, 1987) – porque constitui uma ameaça à face positiva do outro que, dessa forma, vê o valor social do ‘eu’ ameaçado pelo locutor, embora, indiretamente, possa também ser um ato ameaçador da sua face negativa, uma vez que constitui um eventual obstáculo à sua liberdade de decisão ou de atuação.

Quando se torna necessário criticar um interlocutor mais poderoso, os locutores tendem a organizar uma intervenção mais complexa, pois deparam-se com a consecução de objetivos que, em si mesmos, são conflitantes: é imperioso tecer um reparo e, em simultâneo, ser cortês, o que obriga os falantes a tomar opções, tentando evitar ruturas no contrato conversacional (Fraser & Nolen, 1981) tacitamente celebrado entre os interlocutores. Do ponto de vista pragmalinguístico, o ato de censura envolve, assim, três dimensões importantes: (i) a escolha do nível de diretividade, (ii) a escolha de modificadores internos, ou seja, de expressões suscetíveis de mitigar ou de intensificar o conteúdo proposicional do ato e (iii) a escolha de modificadores externos, ou seja, de sequências periféricas, introdutórias ou subseqüentes ao ato de fala nuclear (Farnia e Sattar, 2015)⁵. Do ponto de vista sociopragmático, muitas destas escolhas são

5. Sobre os conceitos de modificação interna e de modificação externa veja-se Soares (1996). Nele, surge um levantamento exaustivo dos mecanismos acionados na modificação de atos ilocutórios (diretivos e assertivos, essencialmente). A abordagem parte de um enquadramento teórico e contempla a análise de um *corpus* com realizações discursivas extraídas de textos literários (dramáticos e narrativos) do PE contemporâneo.

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “*Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada*” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “*I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful*” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

determinadas por variáveis situacionais/contextuais, nomeadamente a maior ou menor proximidade social existente entre os interlocutores e as relações de poder que entre eles existem.

2.2. A RELEVÂNCIA DOS ATOS DE FALA NO ENSINO DE L2/LE

Assumir o paradigma comunicativo no ensino de LE implica atender ao desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. Porém, enquanto alguns atos ilocutórios são objeto de ensino explícito, como é o caso dos pedidos e dos pedidos de desculpa, outros, mais complexos, não são sequer abordados. Por outro lado, o número de alunos por turma, as poucas horas de contacto entre o professor e o aluno e ainda as poucas oportunidades de interação com nativos podem ser fatores que obstaculizam as aprendizagens de carácter pragmático (Rose, 1999), razão por que a importância do ensino explícito dos atos de fala é indiscutível.

O reconhecimento da importância dos atos de fala na interação verbal esteve na origem do crescente interesse pelos processos de aquisição de conhecimento pragmático, em contextos de aprendizagem de LE, sobretudo a partir do final da década de 70 do século XX. Esses trabalhos têm permitido observar, de forma sistemática, os usos da língua convocados pelos alunos e essa observação tem identificado os reais problemas linguísticos dos sujeitos em aprendizagem, ao nível da compreensão, da produção e da utilização da língua em contexto.

Embora hoje se reconheça que a realização de diferentes atos ilocutórios está dependente de condições socioculturais específicas em cada comunidade, considera-se que é possível estabelecer uma comparação entre aspetos pragmáticos de diferentes línguas. Desta forma, é possível identificar as áreas mais problemáticas e desenvolver estratégias de ensino que permitam aos estudantes ultrapassar dificuldades e alcançar um maior desenvolvimento das competências pragmáticas na língua-alvo.

2.3. O ATO DE CENSURA EM CONTEXTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE L2/LE

6. O conceito de *ethos*, que remonta à antiga Retórica, tem sido hodiernamente trabalhado, sobretudo no âmbito da Análise de Discurso de filiação francófona, com os trabalhos de Amossy (1999, 2010), Charaudeau (2005), Maingueneau (2002, 2013, 2014), mas também com contributos mais recentes como os de Errecart (2019). Designando a imagem de si mesmo que um locutor constrói ao usar da palavra, a expressão *ethos* pode também referir o conjunto de valores culturais que orientam a forma como os falantes de uma determinada comunidade interagem socialmente, por outras palavras, o *ethos* coletivo (Marques, 2016). Neste sentido, o *ethos* de uma comunidade pode envolver questões sociopragmáticas relevantes para o entendimento da interação verbal nessa comunidade. Apesar de se tratar de um conceito difícil de definir, “slippery, vulnerable to charges of stereotyping and thus too often neglected [it] can nevertheless provide a useful broad framework within which learners can explore what may be considered relevant or important in an unfamiliar culture” (Yates, 2010, p. 298).

Pese embora a sua frequência na interação verbal entre nativos, não são abundantes os estudos sobre os atos de censura ou de crítica.

Alguns dos trabalhos sobre o ato de censura têm analisado o impacto da distância social existente entre o locutor e o interlocutor, bem como o efeito da crítica na relação existente entre ambos (Farnia e Sattar 2015; Hoa, 2007) e ainda as estratégias de direção e indireção ilocutórias utilizadas (Farnia e Sattar, 2015). Por outro lado, muitos destes estudos estão centrados em contextos em que os falantes partilham a mesma língua materna (Al Kayed e Al-Ghoweri, 2019) ou uma língua franca (El-Dakhs *et al.*, 2019) e apresentam conclusões bastante díspares, decorrentes das metodologias utilizadas na recolha e na análise dos dados, e refletindo também o facto de o *ethos*⁶ cultural ser diferente.

Os estudos de natureza contrastiva sugerem que os alunos de uma L2/LE apresentam maior risco de ofender os seus interlocutores ao realizarem censuras. Num estudo sobre o desempenho de alunos japoneses, em interação com professores americanos, Beebe e Takahashi (1989) demonstraram que os alunos japoneses produziam críticas mais explícitas, ao passo que os americanos recorriam a estratégias de mitigação, realizando críticas menos explícitas. Estes resultados parecem contrariar estereótipos que pressupõem que os japoneses são tendencialmente mais indiretos que os americanos. No entanto, uma outra razão se perfila para justificar estas diferenças: a proficiência linguística dos falantes não nativos pode levá-los a concentrar-se nos aspetos gramaticais/formais dos enunciados e a descurar a dimensão sociopragmática.

Ao analisar as apreciações negativas realizadas em contextos laborais onde interagiam japoneses e americanos, Miller (2008), por seu turno, concluiu que os falantes de ambas as línguas realizavam avaliações negativas com hesitações e recorrendo a sequências preparatórias para minimizar o risco de ofensa. Contudo, as estratégias de mitigação produzidas pelos japoneses

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

nem sempre eram reconhecidas pelos interlocutores, o que parece ser revelador de uma competência sociopragmática ainda em construção e pouco consolidada.

Mais importantes para o nosso estudo são os trabalhos de Nguyen (2005, 2013), sobre a forma como estudantes vietnamitas de inglês como L2/LE criticavam e respondiam às críticas, quando comparados com nativos de inglês australiano. Os estudantes vietnamitas, cujas críticas “were mitigated with a much lower frequency than those produced by the Australian NSs, making the learners appear quite untactful interlocutors” (Nguyen, 2005, p. 285) tentavam também fazer uso da indireção aquando da produção do ato de crítica. Contudo, essa indireção não se traduzia, necessariamente, em maior delicadeza, pois utilizavam formas linguísticas que poderiam indiciar imposição. Nestas situações, prefigurava-se, claramente, a existência de erros sociopragmáticos (Thomas, 1983, p. 104), ou seja, de produções problemáticas resultantes de diferentes perceções relativamente aos comportamentos linguísticos tidos como socialmente adequados.

O trabalho de Nguyen (2005) – modelo para muitas das análises do ato de crítica – apresenta uma primeira sistematização das fórmulas semânticas utilizadas no ato em apreço. Não obstante a possibilidade de ocorrência de críticas constituídas por um único enunciado, o ato ilocutório de censura constitui, habitualmente, um *speech act set*, ou seja, um conjunto dessas possíveis fórmulas: a avaliação negativa, a expressão de desaprovação/insatisfação, a identificação do problema, a exigência de mudança, a atribuição de responsabilidades, a explicitação da relevância do problema, a indicação de um padrão de conduta e a explicitação de dificuldades ou da preocupação do locutor. Aliás, considerando o contexto, assimétrico, que enquadra os dados em análise, é natural que os locutores – os alunos – tendam a produzir um conjunto mais ou menos extenso de enunciados, na tentativa de formular a crítica de modo a preservar a boa relação interpessoal com o professor.

É precisamente tendo em conta este último aspeto que a proposta da autora apresenta, igual-

mente, um conjunto de estratégias de modificação linguística postas ao serviço da concretização do objetivo ilocutório do ato de crítica/censura. Embora a presença destas estratégias possa ocasionar a atenuação ou a intensificação do ato em análise, aspeto que será explorado neste trabalho, Nguyen (2005) não estabelece essa distinção, distinguindo apenas os modificadores externos dos modificadores internos. Estas últimas estratégias atuam no âmbito do ato diretor, atenuando ou reforçando o seu impacto, e podem ser de natureza lexical ou sintática; aqueles, também apelidados de *supportive moves*, constituem enunciados autónomos, antecedem ou seguem o ato diretor e podem também mitigar a sua força ou, pelo contrário, reforçá-la. Nesta análise, evidenciar-se-ão, sobretudo, as estratégias de modificação externa com objetivos mitigatórios, utilizadas pelos alunos, nomeadamente as justificações e os enunciados preparatórios.

O modelo proposto por Nguyen permitiu considerar três questões que vão orientar a presente reflexão: (i) Quais as fórmulas semânticas envolvidas nos atos ilocutórios de censura existentes no *corpus*?; (ii) Quais são as unidades comunicativas mínimas que compõem este *speech act set* de censura? e (iii) Que estruturas linguísticas de modificação surgem representadas no *corpus*?

O estudo terá, assim, três grandes objetivos: (i) descrever as principais estruturas linguísticas selecionadas pelos informantes, na realização de atos de censura, em contexto formal; (ii) fazer o levantamento dos padrões de organização sequencial do ato de censura; e (iii) analisar as estratégias de modificação mais utilizadas.

3. METODOLOGIA

Partindo do *Corpus Oral de Português L2 (COraL-Co)*⁷, constituiu-se um *subcorpus* com produções orais de 25 informantes (16 do género feminino e 9 do género masculino), estudantes adultos que frequentavam, no momento da recolha (2014 e 2015), cursos e unidades curriculares de PLNM na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

7. Para mais informações sobre o *corpus* veja-se <http://teitok2.iltec.pt/coralco/index.php?action=home>.

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

Com o objetivo de ilustrar uma competência pragmática em construção, num contexto de interlíngua⁸ analisaram-se apenas produções de falantes de nível B1, com diferentes línguas maternas⁹. Esta opção justifica-se pelo facto de as produções dos informantes do nível A2 poderem apresentar um número considerável de desvios que inviabilizariam uma análise robusta dos dados e pelo facto de as produções dos alunos de níveis mais avançados (B2 ou C1) poderem estar já bastante mais próximas das realizadas por um falante nativo.

Nesta análise, considerou-se a Tarefa 2 – *Elicitação de atos ilocutórios* – tarefa que permite, através de *role-play*, simular situações banais suscetíveis de gerar diferentes tipos de atos ilocutórios, por entre os quais se acha o ato ilocutório de censura. A escolha do contexto formal justifica-se pelo facto de pretendermos analisar um FTA, produzido em contexto assimétrico, por um aluno, tendo como interlocutor um professor – um contexto conflitual, em que as variáveis da distância social e do poder são determinantes.

As produções solicitadas aos alunos partiram do estímulo: “*Imagine que um dos seus professores prometeu escrever-lhe uma carta de recomendação. Quando a vai buscar, ela ainda não está escrita e a sua entrevista de emprego tem lugar daí a 30 minutos. O que é que lhe dizia / diria?*”.¹⁰

Após a audição e leitura das 25 produções orais, procedeu-se à sua análise, seguindo a proposta de codificação de Nguyen (2005). Consideraram-se, portanto, as fórmulas semânticas utilizadas e as estratégias de modificação (externa e interna) do ato ilocutório de censura. Para avaliar a representatividade das fórmulas semânticas e das estruturas de modificação externa usadas no *corpus* foram adotados procedimentos estatísticos. Relativamente às estratégias de modificação interna, optou-se por uma análise descritiva, de carácter qualitativo, concretizada através de comentários, ao longo da exposição.

8. Aos estudantes de nível A1 não foi solicitada a produção do ato de censura.

9. Apresenta-se, de seguida, cada uma das línguas maternas, pela ordem decrescente do número de informantes: espanhol (7), italiano (5), francês (3), polaco (3), catalão (1), concani (1), coreano (1), hindi (1) inglês (1), japonês (1) e vietnamita (1).

10. As convenções de transcrição adotadas pela equipa de investigadores responsáveis pelo tratamento do *corpus* foram aqui utilizadas e encontram-se disponíveis em http://teitok2.iltec.pt/coralco/pdf/COraI-Co_conven%C3%A7%C3%B5es%20de%20transcri%C3%A7%C3%A3o.pdf. Para melhorar a comodidade de leitura, retiraram-se as anotações referentes aos segmentos ininteligíveis.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1. FÓRMULAS SEMÂNTICAS E ESTRATÉGIAS DE MODIFICAÇÃO DO ATO DE CENSURA

Seguindo o modelo de Nguyen (2005), a análise teve em conta a distinção entre censura direta e indireta. O primeiro aspeto a salientar diz respeito à clara predileção dos informantes pelas estratégias indiretas na realização do ato censório (78,5% contra 21,5%). Por outro lado, e contrariamente a outras investigações sobre o ato ilocutório de crítica/censura (Al-Kayed & Al-Ghowery, 2019, Farnia e Sattar, 2015, Nguyen, 2005, 2008, Xin, 2019), os informantes recorreram a um conjunto pouco diversificado de estratégias de censura direta¹¹, sendo a expressão de desaprovação/insatisfação a estratégia direta mais utilizada (13,8%).

11. A dimensão reduzida do nosso *corpus* poderá justificar a pouca diversidade de estratégias encontradas.

A explicitação de consequências e a identificação de problema, com representatividade idêntica no *corpus* (3,9%), foram outras estratégias de censura direta a que os informantes recorreram. A estratégia indireta preferencialmente escolhida foi o pedido de mudança/não repetição (31,4%). O Quadro 1 dá conta dessas estratégias, que correspondem a sete fórmulas semânticas distintas:

Quadro 1 - Fórmulas semânticas envolvidas no ato ilocutório de censura

Tipo	Frequência	Percentagem
1. Estratégias diretas	11	21,5%
a. Explicitação de consequências	2	3,9%
b. Expressão de desaprovação/insatisfação	7	13,8%
c. Identificação de problema	2	3,9%
2. Estratégias indiretas	40	78,5%
a. Explicitação da relevância do problema	10	19,6%
b. Expressão de necessidade/dificuldade	9	17,6%
c. Pedido de mudança/não repetição	16	31,4%
d. Solicitação de razão	5	9,8%

A expressão de desaprovação/insatisfação originou enunciados como os dos exemplos (1) e (2):

(1) *Ah ó professor porque não tens feito o teu trabalho se me disse que que ya tar feito a rema a re a recomendação* COOral-CO006¹²

(2) *Ah não fa você não me escribió a minha carta* COOral-CO091

Os enunciados transcritos são manifestações verbais de desagrado (condição de sinceridade), para com a ação do interlocutor. Situada na esfera do passado, a ação reporta-se a algo que deveria ter sido realizado pelo professor e não foi (condição de conteúdo proposicional), contrariando, assim, os interesses dos locutores (condição preparatória). Ao proferir estes atos, os locutores expressam a sua intenção comunicativa (condição essencial) de censura.

Estes atos diretos revelam-se desajustados face ao quadro interacional desenhado pelo estímulo, que configura um contexto caracterizado pela formalidade, pela distância e pela assimetria de poderes. A esta inadequação não é alheio o erro sociopragmático que decorre da utilização de uma forma de tratamento inadequada (‘tu’ e ‘você’, respetivamente).

A explicitação das consequências (negativas para o locutor) causadas pelo comportamento do interlocutor constitui outra estratégia direta utilizada na formulação da censura (3,9%), como se evidencia nos exemplos (3) e (4):

(3) (...) *não posso não posso Eh conseguir o am o emprego* COOral-CO071

(4) (...) *eu Ah vou a tener problemas para minha entrevista* COOral-CO091

Apontar os problemas, falhas ou erros do ouvinte constitui uma outra estratégia de censura direta representada no *corpus* (3,9%), e que surge ilustrada no exemplo (5):

(5) (...) *mas acho que o senhor esquece de escrever a minha re Ah Uhm revista carta.* COOral-CO119

12. O número do informante coincide com o número que lhe foi atribuído na codificação do *corpus* COOral-CO. Dado que todos os informantes se encontravam no nível B1 de proficiência linguística, optou-se apenas pela designação do *corpus* e do número do informante.

Relativamente às estratégias de censura indireta (78,5%), a mais recorrente foi o pedido de mudança/não repetição do comportamento (31,4%), seguida da explicitação da relevância do problema (19,6%) e da expressão de necessidade/dificuldade (17,6%) por parte do locutor. Considerando o modelo de Nguyen (2005)¹³, nestes casos de indireção ilocutória também não se registou grande diversidade.

13. Os estudos revistos identificam outras estratégias, nomeadamente *suggestion for change, asking/presupposing, advice about change, other hints, indicating standard, preaching, say nothing, correction e expression of uncertainty* (Al-Kayed & Al-Ghowery, 2019:109, Nguyen, 2005, p. 113-114). As razões já aduzidas podem justificar a pouca diversidade das fórmulas utilizadas pelos nossos informantes.

O pedido de mudança/não repetição do comportamento corresponde a uma solicitação (ato direto) para atenuar os danos decorrentes do incumprimento do interlocutor, como mostram os exemplos (6) a (10):

- (6) *Eh por favor professor tem que escrever já* COral-CO115
- (7) *Oh pôde escrever a carta do recomendação* COral-CO030
- (8) *eu peço-le peço-lhe que a faça faça a carta mesmo neste momento* COral-CO031
- (9) (...) *mas vou pedir mais uma vez* COral-CO038
- (10) (...) *então agradeceria que você podiare fazer a carta* COral-CO042

Ao recorrer a esta estratégia, o locutor pede ao ouvinte para escrever a carta de recomendação, e estes pedidos podem ser enunciados de forma direta, como acontece no exemplo (6), ou indireta, como no exemplo (10). Nestes casos, os locutores realizam um pedido com um valor ilocutório derivado de censura. Refira-se, a propósito de (6), que o marcador de modalização deontica ‘tem que’ pode ser considerado inadequado, atendendo ao contexto institucional que preside à relação entre o professor e o aluno. De facto, a formulação adotada em (6) poderia até configurar a enunciação de uma ordem (veja-se a presença do advérbio intensificador ‘já’) e não de um pedido, embora tal interpretação possa ficar bloqueada devido ao facto de o locutor não ter autoridade, pois, tal como afirma Casanova (1996, p. 431), “[s]ó ordena quem tem poder: sem poder só o desejo é possível”.

Noutros casos, como mostram os exemplos (7) a (10), a indireção ilocutória manifesta-se

através da codificação do próprio ato censório, pois os locutores ‘apenas’ formulam pedidos, podendo tais pedidos ser interpretados como censuras veladas. Não podendo criticar de forma direta e explícita o professor, os falantes recorrem a estes enunciados diretivos que poderão, se satisfeitos, remediar a situação. Esta estratégia de indireção ilocutória concretiza-se através da questionação de uma das condições preparatórias do ato de pedir (7) ou através da asserção de uma das condições de felicidade desse ato, como em (10). Contudo, importa considerar que as construções perifrásticas com o verbo ‘pedir’ podem também ser interpretadas como estratégias atenuadoras que visam evitar mal-entendidos, ou seja, como estruturas de modificação interna da formulação do pedido, como acontece em (8) e (9).

A segunda estratégia indireta mais representada no *corpus* (19,6%) foi a explicitação da relevância do problema, implicando que esse problema deve ser tido em consideração pelo professor. A relevância do problema pode ser apresentada de forma explícita, através de um enunciado assertivo, com o recurso a estruturas de intensificação que envolvem a utilização de adjetivos adnominais qualificativos, geralmente flexionados no grau superlativo absoluto analítico, como mostram os exemplos (11) a (13):

(11) (...) e a a carta é muito importante **CO**ral-CO071

(12) (...) e pra mim é muito importante que você escrevesse **CO**ral-CO082

(13) Eh tenho uma entrevista muito importante e seria muito importante para mim **CO**ral-CO078

A expressão de necessidade/dificuldade constituiu a terceira estratégia indireta mais utilizada (17,6%). Nos exemplos (14) e (15), e tal como no caso anterior, os locutores formulam um enunciado de natureza assertiva, explicitando a necessidade de obter a carta e implicando que o interlocutor falhou, ao quebrar o compromisso antes assumido. Observem-se os exemplos (14) e (15):

(14) Senhor professor eu preciso muito de Ah da sua carta **CO**ral-CO004

(15) (...) *mas eu preciso mesmo de da carta* COral-CO031

Nestes exemplos, verifica-se a presença de advérbios intensificadores (*muito e mesmo*) que reforçam o valor de verdade da asserção. Refira-se ainda que a expressão da necessidade pode ser verbalizada através do uso da categoria nominal, como em (16):

(16) *Professor eu tenho uma urgência pela entrevista que eu vou fazer para um trabalho que eu estou a procurar* COral-CO042

Dos dados analisados, e de acordo com a preponderância de atos ilocutórios formulados indiretamente, a maioria das críticas apresenta enunciados centrados no próprio falante e nos seus problemas e necessidades. Mesmo no caso do pedido de mudança/não repetição do comportamento, fórmula semântica que esperaríamos ver orientada para a figura do interlocutor, muitas vezes é o locutor que assume o ónus do pedido. Estas observações parecem estar em linha com a tentativa de evitar o confronto direto com o professor, estratégia comunicativa que é expectável numa situação formal, caracterizada por uma clara distância social e uma marcada assimetria de poder.

Como foi já referido, a censura constitui, habitualmente, um complexo ilocutório em que há, prototipicamente, um ato nuclear, que concretiza a censura, e um ou mais atos periféricos cuja função é coadjuvar o ato nuclear. Estes enunciados adicionais atuam, portanto, como modificadores do ato ilocutório principal e podem ser divididos em dois grupos distintos, correspondendo os modificadores internos às estratégias que atuam no interior do ato diretor [já aqui mencionados a propósito dos exemplos (6) – (15)], e os modificadores externos aos que antecedem ou seguem o ato nuclear.

No que diz respeito às estratégias de modificação externa, os resultados obtidos encontram-se sistematizados no Quadro 2¹⁴:

14. Razões de ordem metodológica justificam a categorização apresentada neste Quadro. Com efeito, e para conseguir efetuar a análise, foi necessário discretizar estratégias, afetando-as a um dos dois domínios de modificação linguística (atenuação e intensificação), embora se reconheça que não se trata de categorias estanques, mas antes dispostas ao longo de um *continuum* (Briz Gómez e Estellés Arguedas, 2010, e.o.) e, mais ainda, se reconheça que não raro se combinam, podendo até desempenhar uma dupla função (Kern, 2017, e.o.). A combinação de estratégias e a ambivalência de algumas delas serão retomadas no final desta secção.

Tipo	Frequência	Porcentagem	Exemplos
1. Atenuadoras	25	86,2%	
a. Desativadores (<i>disarmers</i>) ¹⁵	4	13,8%	<i>Ah Uhm d <u>desculpa</u></i> COral-CO119
b. Expressões consultivas	3	10,3%	<i><u>o que posso fazer agora?</u></i> COral-CO001
c. Expressões de cortesia	4	13,8%	<i><u>Por favor professor poderia escrever a carta</u></i> COral-CO078
d. Justificadores (<i>grounders</i>)	11	37,9%	<i><u>porque daqui a pouco Ah tenho uma entrevista pra o trabalho</u></i> COral-CO082
e. Segmentos preparatórios (<i>steers</i>)	3	10,3%	<i>Professor estou muito atrasado pra entrevista</i> COral-CO030
2. Intensificadoras	4	13,8%	<i>tenho que ter a a carta de recomendação</i> COral-CO115

Na categoria dos justificadores, a mais produtiva no *corpus*, incluem-se expressões que permitem ao locutor explicar ou justificar o seu ato de censura, o que comprova que os alunos são sensíveis à necessidade de tomar em consideração parâmetros de natureza sociocultural na comunicação. Ao recorrerem a estes enunciados, tentam evitar que o interlocutor se sinta ameaçado, na sua face positiva ou negativa, e pretendem que ele acabe por (re)agir em conformidade, como se evidencia no exemplo (17)¹⁶:

(17) *Eh por favor professor tem que escrever já* ↓ *porque eu tenho a minha entrevista agora* ↑ *mesmo* ↑ *e tenho que ter a a carta de recomendação.* COral-CO115

Nestes exemplos, é possível considerar que o segmento justificativo constitui uma estratégia discursiva de mitigação de efeitos indesejados na interação, decorrentes da dimensão jussiva

Quadro 2 - Estratégias externas de modificação linguística (atenuadoras e intensificadoras)

15. Os termos em inglês, apresentados por House & Kasper (1981), referem estruturas com a função de diminuir a força ilocutória de um enunciado. Segundo Xin (2019), o modelo de Nguyen (2005) propõe alguns tipos de estratégias de modificação linguística, sem referir a sua função atenuadora/intensificadora. A análise aqui apresentada resulta de uma ‘polinização cruzada’ entre o preconizado nesses modelos e no de Culpeper (2011), que apresenta algumas estratégias intensificadoras, de natureza lexical e gramatical.

16. Para uma maior clareza da leitura, as estratégias de atenuação surgem acompanhadas da representação gráfica ↓ e as de intensificação serão acompanhadas da notação ↑, colocadas antes do segmento a que se reportam.

do segmento que inicia o exemplo, evidente em expressões como *tem que escrever* e no uso do advérbio *já*. Contudo, é de assinalar a presença de advérbios intensificadores, como *agora* e *mesmo* e a utilização da perífrase de natureza deôntica *tenho que ter* como elementos que parecem contrariar esse valor atenuador; esta combinação de estratégias pode encontrar justificação na situação, impendente, vivida pelo locutor, o qual precisa de ser cortês, mas também impositivo, na tentativa de obter a carta de recomendação.¹⁷

17. Numa interpretação alternativa do segmento, poder-se-á considerar que esta associação de estratégias constitui um indício de que a competência comunicativa do aprendente está ainda em construção.

Uma outra forma de mitigar eventuais efeitos negativos do ato de censura é recorrer às estratégias desativadoras. Os enunciados com esta função são expressões de reconhecimento do problema, tais como os pedidos de desculpa e os lamentos. Através da sua utilização, os informantes demonstram ter consciência da potencial ofensa causada pelo seu ato, como se verifica nos exemplos (18) e (19):

(18) ↓ *Ah Uhm d desculpa ↓ mas acho ↓ que o senhor esquece de escrever a minha re Ah Uhm revista carta podiva ↓ ser agora .↑ ↓? Hhh COral-CO119*

(19) ↓ *Professor eu sinto muito tirar do seu tempo mas eu preciso mesmo .↑ da carta eu peço-lhe que faça a carta mesmo neste momento .↑ COral-CO031*

Em (18), além da expressão desativadora inicial, que produz um efeito atenuador, há ainda a utilização de um modalizador epistémico, atenuador do valor de verdade do conteúdo assertado (*acho que*) e o recurso à forma do imperfeito de cortesia (**podiva*) que reforça também esse valor. Embora a presença do advérbio *agora* possa assumir um valor impositivo, contrariando o tom mitigador que ressalta de todo o enunciado, a estrutura interrogativa em que ele se encontra acaba por anular, de certa forma, essa exigência. Na globalidade, podemos dizer que o segmento iniciado com a forma do verbo *poder* constitui uma maneira de atenuar o segmento precedente, sendo, por isso, uma estratégia de modificação externa.

No exemplo (19), o falante inicia a sua intervenção com um lamento, ato ilocutório expressivo que constitui uma estratégia de modificação externa, de natureza atenuadora, configuran-

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

do uma estratégia de proteção da face. Todavia, esta estratégia é contrariada pelas estratégias intensificadoras do pedido que, neste caso, constitui o ato diretor. O verbo performativo *peço*, o advérbio *mesmo* e a expressão temporal deítica *neste momento* refletem um locutor que se apresenta numa posição subalterna, mas que, na iminência da hora da entrevista, se sente autorizado a invadir o território do professor e a instigá-lo a agir. Uma vez mais, esta sequência evidencia as dificuldades do aprendente e o efeito paradoxal resultante da combinação de estratégias atenuadoras e intensificadoras.

Os segmentos verbais preparatórios (também conhecidos por preliminares) pretendem mitigar a invasão da territorialidade do interlocutor e orientar a interação no sentido de aceitar a intenção comunicativa do falante. Introduzindo o tema da carta que o próprio aluno redigiu, o segmento sublinhado de (20) constitui uma sequência preparatória do pedido que o locutor faz ao interlocutor:

(20) Professor esqueci para dizer este cartão de recomendação Uhm que me prometeu para escribir preciso agora e à noite eu escrevi meu recomendação um texto ↓ eu quero você que ler e se gosta assina. **COral-CO032**

No *corpus* estudado, estas estratégias preparatórias não são frequentes, o que denota a incapacidade destes locutores em estabelecer um contexto prévio que prepare a ocorrência do ato nuclear e que garanta o seu sucesso.

Apesar de menos frequentes (13,8% do total), surgem, no *corpus*, algumas estratégias de modificação externa de natureza intensificadora. O exemplo (21) evidencia um desses casos:

(21) Senhor professor eu tenho de ir ao em Ah eu te Ah eu tenho uma entrevista em trinta minutos então você Ah por favor escreva a carta assim que possível ↑ porque é urgente tenho urgência **COral-CO051**

O segmento sublinhado constitui uma sequência justificadora que, ao contrário do que surge preconizado no esquema de Nguyen (2005), não nos parece ter uma função atenuadora,

18. Ver nota de rodapé 14, sobre a possível combinação de estratégias.

mas antes reforçadora do pedido que é feito anteriormente.¹⁸ No exemplo apresentado, ao referir a urgência da satisfação do pedido (*é urgente*), reforçada pela reiteração (*tenho urgência*) o locutor está já a pressionar o interlocutor a escrever a carta, de imediato, o que enfatiza o facto de este estar em incumprimento por não a ter escrito. Assim, “os atos justificativos atenuam estrategicamente, por um lado, e reforçam, por outro” (Soares, 1996, p. 120) e o locutor, “ao avançar um motivo para que essa instrução seja aceite, está já a influir na decisão do alocutário” (Soares, 1996, p. 22).

4.2. A NATUREZA COMPÓSITA DO ATO DE CENSURA

Os exemplos analisados ilustram a composicionalidade e o carácter híbrido do ato ilocutório de censura. De facto, os atos de censura produzidos pela generalidade dos informantes resultam da agregação de várias unidades comunicativas mínimas, organizadas em torno de um ato nuclear, configurando um ato ilocutório complexo, ou *speech act set* (Cohen & Olshtain, 1981). Este pode ser entendido como um conjunto de unidades menores “which, if produced together, contribute in a specific way to a global scenario representing a ‘sequentially’ emergent complete speech act” (Válková, 2013, p. 44).

Nesta linha, a análise do *corpus* e das estratégias maioritariamente utilizadas permitiu-nos traçar uma proposta da estrutura prototípica do ato de censura, no que se refere à sua composição interna e à sequencialização ilocutória, seguindo uma linha de pensamento idêntica à de Válková (2013) para outros atos do discurso:

Quadro 3 - Modelo do *speech act set* de censura

(1)	(2)	(3)
Pedido de desculpa OU Asserção geral para <i>captatio benevolentiae</i>	Manifestação do desagrado/insatisfação OU Identificação de um problema/explicação de consequências OU Formulação de pedido para alteração de um estado de coisas	Explicitação da relevância do problema OU Reforço do pedido

O modelo apresentado no Quadro 3 pode ser ilustrado através dos *speech act sets* que a seguir se apresentam, em (22) e (23), retirados do *corpus*:

(22) *Desculpe queria saber Ah Ah como posso fazer agora (1) / porque tenho hhh um compromisso agora e não tenho Uhm a carta como é possível? / (2) o que posso fazer agora? pra mim é muito importante (3) COral-CO001*

(23) *Senhor professor eu tenho de ir ao em Ah eu te Ah eu tenho uma entrevista em trinta minutos (1) / então você Ah por favor escreva a carta assim que possível (2) / porque é urgente tenho urgência (3) COral-CO051*

Embora a identificação das unidades discretas constitutivas do ato de censura seja fundamental e nos permita identificar tendências, no que diz respeito à sua produção por alunos de PLNM, importa ainda considerar uma outra perspectiva de análise. As palavras de Xin (2019), relativas ao ato de crítica produzido por alunos chineses, parecem ser transponíveis para mui-

tos atos de censura que constituem o *corpus* estudado. Com efeito, a crítica “pode surgir sob a forma de um conjunto de enunciados que valem, como um todo, pelo seu efeito cumulativo, sem que possamos indicar que um deles é, especificamente, o ato nuclear que transmite a crítica” (Xin, 2019, p. 28). Muitas vezes, o ato de censura apresenta sequências em que o locutor identifica um problema, refere as consequências negativas que desse problema advêm, elabora um pedido e expressa as suas dificuldades. E, com esta sequencialidade de atos, produz valores ilocutórios que vão além dos valores específicos de cada ato considerado individualmente e por entre os quais é difícil identificar o ato nuclear. No dizer de Nguyen (2005: 14), são essas componentes combinadas que concorrem para o fim ilocutório, sendo que “each of which carries a different illocutionary force and none of which is the head act”.

5. NOTAS FINAIS

Este estudo permitiu concluir que os alunos de PLNM preferem as estratégias indiretas para realizar atos ilocutórios de censura. Esta opção comprova que os informantes têm a percepção de que o ato de censura é um ato ameaçador da face do interlocutor e de que estão a interagir no âmbito de uma relação assimétrica. Aliás, a consciência dessa potencial ofensa é explicitamente expressa por um dos informantes. No exemplo (24), que constituiu o mote para o presente texto, o locutor acaba por não realizar o ato de censura, apresentando antes uma reflexão metalinguística sobre a natureza ameaçadora do ato e sobre a dificuldade de selecionar as estruturas linguísticas adequadas ao contexto, desafio dificilmente ultrapassável para um falante não-nativo:

(24) *Obrigado mesmo mas não sei é que n não sei como se for em italiano io estava Uhm chateada e não dava meu problema para dizer-lo mas n e em português? não sei como dizer em português para não sembrare tão cati cativa mal-educada hhh não sei como posso dizer em português isto* COral-CO122

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

Ainda assim, e segundo a análise realizada, os informantes evidenciaram, no geral, um conhecimento retórico-pragmático que lhes permitiu realizar atos de censura, recorrendo a estruturas de modificação externa, sobretudo de natureza atenuadora.

O estudo permitiu ainda concluir que o ato de censura pode ser perspectivado como um complexo ilocutório, constituído por várias unidades comunicativas mínimas. De facto, em algumas realizações, é possível identificar vários enunciados periféricos que gravitam em torno de um enunciado nuclear. Noutras, estaremos perante sequências ilocutórias exocêntricas, ou seja, desprovidas de núcleo. Nestas, o valor censório resulta das múltiplas interseções que emergem da organização sequencial de unidades comunicativas mínimas, configuradoras de uma macrounidade ilocutória de sentido holístico.

Cruzando os dois aspetos, isto é, o facto de se tratar de um ato ameaçador, a formular perante um interlocutor mais poderoso, e o facto de grande parte das produções linguísticas analisadas exibirem uma sequência de atos ilocutórios em que, dificilmente, se reconhece um ato de censura, julgamos pertinente equacionar a possível existência, neste contexto específico, de um continuum entre o ato de censura e o ato de pedido.

Em rigor, o quadro interacional assimétrico em que decorre esta troca, a distância socioafetiva que separa os participantes e a disparidade de poderes impedem o locutor de formular uma censura explícita. Dada a sua (ainda) limitada competência linguística e, sobretudo, a sua incipiente competência pragmática, a única opção possível para o aprendente, neste contexto, é o pedido, cabendo ao interlocutor dar sentido ao que foi dito. O presente estudo confirma, assim, o facto de o ato ilocutório de censura estar fortemente dependente do contexto, pois o ‘mero’ pedido ou a ‘simples’ asserção, com a identificação de um problema, podem assumir um valor ilocutório derivado de censura.

As produções dos informantes mostram também a existência de algumas falhas pragmalinguísticas, detetáveis em determinados *speech act sets*, quando se conjugam estratégias de ate-

nuação e de intensificação que se traduzem em inconsistências internas no plano dos objetivos ilocutórios. De igual forma, as pausas bastante frequentes, as autorreformulações e a acumulação de enunciados poderão revelar também dificuldades na codificação do ato.

As falhas sociopragmáticas são evidentes na flutuação ou na desadequação das formas de tratamento utilizadas pelos informantes, caracterizadas, por vezes, por um grau de informalidade que não se coaduna com o contexto formal desenhado no estímulo. De facto, o sistema de formas de tratamento do PE constitui uma área crítica para alunos com diferentes línguas maternas, pois convoca conhecimento sociocultural complexo que eles têm reconhecida dificuldade em dominar.

As falhas acima identificadas podem resultar do facto de o ato ilocutório em apreço não constituir objeto de ensino explícito. Acresce que, mesmo em situação de imersão, os estudantes não receberão um *input* variado e frequente deste ato e também não o produzirão frequentemente, em contexto formal.

Apesar do carácter experimental deste estudo, na globalidade, os resultados obtidos vão ao encontro de outros já realizados com sujeitos em aprendizagem de uma LE/L2 (e.g. Nguyen, 2005; Al-Kayed & Al-Ghowery, 2019; Xin, 2019). Contudo, ao contrário desses estudos, a diversidade de estratégias identificada neste trabalho foi menor, o que poderá dever-se às metodologias de recolha de dados e à dimensão da amostra.

Atendendo à importância dos constituintes prosódicos, na perceção da mensagem, e considerando a grande dependência do contexto que parece caracterizar o ato ilocutório de censura, estudos de natureza prosódica, a realizar futuramente, poderão ajudar a compreender melhor o ato ilocutório de que este estudo se ocupou.

Uma nota final para salientar a necessidade de realizar, prioritariamente, uma descrição das unidades discretas que constituem o ato ilocutório de censura, quando realizado por falantes

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; *“Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

nativos de PE. Só partindo dessas produções, autênticas, será possível realizar estudos contrastivos com conclusões mais consistentes para os contextos de interlíngua.

REFERÊNCIAS

- Al Kayed, M., & Al-Ghoweri, H. (2019). A socio-pragmatic study of speech act of criticism in Jordanian Arabic. *European Journal of Scientific Research*, 153 (1), 105-117.
- Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours: La construction de l’ethos*. Lausanne-Paris: Delachaux et Niestlé.
- _____. (2010). *La présentation de soi: Ethos et Identité Verbale*. Paris: PUF.
- Austin, J. L. (1962). *How to do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press.
- Beebe, L. & Takahashi, T. (1989). Sociolinguistic variation in face threatening speech acts: chastisement and disagreement. In M. R. Eisenstein (Ed.), *The Dynamic Interlanguage - Empirical Studies in Second Language Variation*. New York: Plenum Press, pp. 199-218.
- Blum-Kulka S., House, J., & Kasper, G. (1989). *Cross-cultural Pragmatics: Requests and Apologies*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation.
- Briz Gómez, A. & Estellés Arguedas, M. (2010). On the relationship between attenuation, discourse particles and position. In G. Kaltenböck, W. Mihatsch & S. Schneider (Eds.), *New approaches to hedging*. Bingley: Emerald, pp. 295-310.
- Brown, P., & Levinson, S. (1987). *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Casanova, M. I. P. G. de S. (1996). A força ilocutória dos atos diretivos. In I. H. Faria et al. (Orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 429-436.
- Charaudeau, P. (2005). *Le Discours Politique: Les Masques du Pouvoir*. Paris: Vuibert.
- Cohen, A., & Olshtain, E. (1981). Developing a measure of sociocultural competence: The case of apology. *Language Learning*, 31 (1), 113-134.
- Culpeper, J. (2011). *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University.
- El-Dakhs, D. A. S., Ambreen, F., Zaheer, M., & Gusarova, Y. (2019). A pragmatic analysis of the speech act of criticizing in university teacher-student talk - The case of English as a lingua franca. *Pragmatics*, 29 (4), 493-520. <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/prag.18028.eld>
- Errecart, A. (2019). De la sociabilité associative: Formes et enjeux de la construction d’un ethos collectif. *Mots. Les Langages du Politique*, 121, 89-105.

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

Farnia, M., & Sattar, H. (2015). A sociopragmatic analysis of the speech act of criticism by Persian native speakers. *International Journal of Humanities and Cultural Studies*, 2 (3), 305-327.

Fonseca, J. (1991). Heterogeneidade na língua e no discurso. *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, VIII, 261-304.

Fraser, B., & Nolen, W. (1981). The association of deference with linguistic form. *International Journal of the Sociology of Language*, 1981 (27), 93-110.

Geis, M. L. (1995). A critique of speech act theory. In M. L. Geis, *Speech Acts and Conversational Interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 12-32.

Hoa, H. (2007). Criticizing behaviors by the Vietnamese and the American: topics, social factors and frequency. *VNU Journal of Science, Foreign Languages*, 23, 141-154.

House, J., & Kasper, G. (1981). Politeness markers in English and German. In F. Coulmas (Ed.), *Conversational Routine*. The Hague: Mouton.

Kern, B. (2017). No sé si atreverme a decir...: la preterición como estratégia discursiva entre atenuación e intensificación. In M. Albelda Marco e W. Mihatsch (Eds.), *Atenuación e intensificación en géneros discursivos*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, pp. 93-110.

Leech, G. N. (1983). *Principles of Pragmatics*. London/New York: Longman.

Levinson, S. (2017). Speech acts. In Yan Huang (Ed.), *The Oxford Handbook of Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 199-216.

Maigneueau, D. (2002). Problèmes d’ethos. *Pratiques* 113, 55–67.

_____(2013). L’èthos: Un articulateur. CONTEXTES. *Revue de Sociologie de la Littérature*, 13. <http://contextes.revues.org/5772>.

_____(2014). Retour critique sur l’èthos. *Langage et Société*, 149, 31–48.

Marques, M. A. (2016). Todos os rios vão dar a Março. O movimento dos indignados e a construção de um ethos coletivo. In Z. G. Oliveira de Aquino & P. R. Gonçalves-Segundo (Orgs.), *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. São Paulo: Editora Paulistana, pp. 7-24.

Miller, L. (2008). Negative assessments in Japanese-American workplace interaction. In H. Spencer-Oatey (Ed.), *Culturally Speaking. Culture, Communication and Politeness Theory*. London: Continuum, pp. 240-254.

- Nguyen, T. T. M. (2005). *Criticizing and Responding to Criticism in a Foreign language: A study of Vietnamese Learners of English*. Auckland: The University of Auckland.
- _____(2008). Modifying L2 criticisms: How learners do it? *Journal of Pragmatics*, 40 (4), 768-791.
- _____(2013). An exploratory study of criticism realization strategies used by NS and NNS of New Zealand English. *Multilingua*, 32 (1), 103-130.
- Rose, K. R. (1999). Teachers and students learning about requests in Hong Kong. In E. Hinkel (Ed.), *Culture in Second Language Teaching and Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 167-180.
- Sacks, H., Schegloff, E.A., & Jefferson, G. (1974). A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, 50 (4), 696-735.
- Schegloff, E. A. (2007). *Sequence Organization in Interaction: a Primer in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. (1969). *Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____(1976). A classification of illocutionary acts. *Language in Society*. 5 (1), 1-23.
- Soares, M. C. P. (1996). *Modificação de Atos Ilocutórios, em Português*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Steensig, J., & Drew, P. (2008). Introduction: questioning and affiliation/disaffiliation in interaction. *Discourse Studies*, 10 (1), 5 – 15.
- Taguchi, N. (2017). Interlanguage pragmatics. In A. Barron, P. Grundy, & G. Yueguo (Eds.). *The Routledge Handbook of Pragmatics*. Oxford/New York: Routledge, pp. 153-167.
- Thomas, J. (1983). Cross-Cultural pragmatic failure. *Applied Linguistics*, 4, 91-112.
- Tracy, K., Dusen, D., & Robinson, S. (1987). “Good” and “bad” criticism: a descriptive analysis. *Journal of Communication*, 37 (2), 46-59.
- Válková, S. (2013). Speech acts or speech act sets: apologies and compliments. *Linguistica Pragensia*, 23, 44-57.
- Vanderveken, D. (1985). O que é uma força ilocucional?. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 9, 173–194.

SALEMA, LUÍS FERNANDO & CARAPINHA CONCEIÇÃO; “Não sei como dizer em português para não sembrare tão mal-educada” – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLNM / “I don’t know how to say it in Portuguese without sounding so disrespectful” - the act of criticism in the interlanguage of non-native Portuguese speakers

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 246-275

Van Dijk, T. (1980). *Estructuras y Funciones del Discurso - una Introducción Interdisciplinaria a la Lingüística del Texto y a los Estudios del Discurso*. México/España/Argentina/Colombia: Siglo Veintiuno Editores.

Xin, L. (2019). *Contributos para a Análise do Ato Ilocutório de Crítica numa Perspetiva Contrastiva: o Caso dos Aprendentes Chineses de PLE*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Yates, L. (2010). Pragmatic challenges for second language learners. In A. Trosborg (Ed.), *Pragmatics across Languages and Cultures*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, pp. 287-308.

A construção marcadora discursiva de visualização virtual e seu estatuto categorial

The discursive marker construction of virtual visualization and its categorical status

**SAMBRANA, VANIA
ROSANA MATTOS**
vania28mattos@gmail.com

Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Discurso e Gramática - D&G/UFF, Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Marcador discursivo;
Categoria pragmática;
Construção gramatical.

RESUMO: A tese de que, na língua portuguesa, há um esquema construcional convencionalizado a partir de verbos visuais, *olhar* e *ver*, altamente metaforizados, acompanhados ou não de uma segunda subparte, responsável por gerenciar sentidos que articulam funções no âmbito da marcação discursiva (Sambrana, 2021), embasa o postulado de que a construção marcadora discursiva de visualização virtual configura-se como o esquema que aglomera tais elementos. Esse esquema licencia construções que atuam em contextos de uso que articulam sentidos mais procedurais, criados a partir da manipulação do espaço atencional, como, por exemplo, *olha...eu pensei que fosse morrer* ou *Vê lá, Júlia, o artigo é pra hoje*, entre outros. Tais sentidos mais procedurais derivam de estratégias de regulação da interação, articuladas entre os falantes, e modeladas por seus objetivos sociocomunicativos. Por essa caracterização funcional, admitimos que esses elementos compõem parte da categoria de marcadores discursivos. Como capacidade de armazenamento na memória dos falantes (Bybee, 2010 & Traugott; Trousdale, 2013), a construção marcadora discursiva de visualização virtual passa a se configurar como esquema $[V_{\text{visual}}(X_{\text{afixoide}})]_{\text{MDVV}}$.

KEY-WORDS:
Discourse marker;
Pragmatic category;
Grammatical construction.

ABSTRACT: The thesis that in the portuguese language there is a highly metaphorized conventionalized constructional schema formed by visual verbs, *olhar* (look) and *ver* (see), accompanied or not by a second subpart, responsible for managing meanings that articulate functions in the scope of discursive marking domain (Sambrana, 2021) supports the postulate that discursive marker construction of virtual visualization configures on this schema that are agglomerated such elements. This schema licenses constructions acting in the contexts of usage that driving procedural meanings. These meanings are created from the manipulation of the attentional space, e.g., *olha...eu pensei que fosse morrer* or *Vê lá, Júlia, o artigo é pra hoje*. Such more procedural meanings emerge from the strategies of interaction regulation articulated among the speakers, and shaped by their social and communicative objectives. As a result of that, these elements should be regarded as part of the discourse markers class. As a storage capacity of the memory of speakers (Bybee, 2010 & Traugott; Trousdale, 2013), the discursive marker construction of virtual visualization is configured as schema $[V_{\text{visual}}(X_{\text{afixoide}})]_{\text{MDVV}}$.

1. INTRODUÇÃO

1. Este trabalho é recorte de uma pesquisa pancrônica sobre o surgimento dos marcadores discursivos de base visual que se encontra publicado em Sambrana (2021).

2. A versão original diz: “Discourse markers are invariable expressions which are syntactically independent from their environment typically set off prosodically from the rest of the utterance, and their function is to relate in an utterance to the situation of discourse, that is, to the organization of texts, speaker-hearer interaction, and/or the attitudes of the speaker.” Tradução nossa.

3. A versão original diz: “[...] function of wich is to - bracket discourse”, that is, to mark relations between sequentially dependent units of discourse.” Tradução nossa.

4. Nesse direcionamento, este trabalho exclui os processos de mudança linguística abordados em Sambrana (2021).

Este artigo se dedica à descrição do estatuto categorial da construção marcadora discursiva de visualização virtual, representada esquematicamente como $[V_{\text{visual}}(X_{\text{afixoide}})]_{\text{MDVV}}$.¹ Considerada como unidade gramatical da língua pertencente a uma categoria pragmática (Traugott, 1995), a construção marcadora discursiva de visualização virtual desempenha sentidos mais procedurais. Dessa forma, este trabalho aborda tanto aspectos morfossintáticos como funcionais na descrição da construção marcadora discursiva de visualização virtual. Como ponto de partida para a descrição categorial, faz-se necessário o conceito de marcador discursivo:

Os marcadores discursivos são expressões invariáveis que são sintaticamente independentes de seu ambiente, geralmente destoam prosodicamente do resto do enunciado e sua função é relacionar um enunciado à situação do discurso, isto é, à organização dos textos, à interação entre falante e ouvinte e/ou às atitudes do falante. (Heine; Kaltenböck; Kuteva, 2019, p. 2).²

Já é consenso que a classe dos marcadores discursivos é tomada como categoria pragmática de alta relevância na instância da enunciação (Schiffrin, 1987; Traugott, 1995; Risso; Silva; Urbano, 2002), polifuncional, composta por membros com limites difusos entre si, que “marcam relações entre unidades do discurso sequencialmente dependentes”³ (Traugott, 1995, p. 5). Sendo assim, nossa intenção é investigar, nesse universo, o lugar categorial da construção $[V_{\text{visual}}(X_{\text{afixoide}})]_{\text{MDVV}}$.

Neste artigo, decidimos por uma perspectiva sincrônica do ponto de vista interacional, ou seja, como foco no uso linguístico, representativa do século XX⁴. Para cumprir esse objetivo, a Linguística Funcional Centrada no Uso, que representa uma das vertentes mais atuais do funcionalismo linguístico, norteia nossos procedimentos. A Linguística Funcional Centrada no Uso agrega a perspectiva funcionalista de vertente norte-americana com a perspectiva construcionista de vertente cognitivista. Por essa razão, sob esse rótulo, há uma imbricação entre a Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva. Ambas as vertentes teóricas aceitam a “con-

cepção de que os usos linguísticos resultam de modelos convencionalizados com base na interface linguagem, cognição e ambiente sócio-histórico” (Furtado Da Cunha; Bispo, 2013, p. 54).

Vejamos três contextos de uso que licenciam a construção marcadora discursiva de visualização virtual:

(1) Estado - Que balanço você faz da sua carreira?

Faria - **Olha**, sem nenhuma demagogia, eu me sinto muito feliz com tudo o que fiz. De verdade. Eu nunca supus que fosse fazer tudo o que acabei fazendo. Às vezes eu olho em retrospecto a minha vida e percebo que não sou eu quem a carrega, mas ela é que me leva. (*Corpus* do Português, Oral, Br., Roberto Farias, XX)

(2) “mas eu sou burro de carga dessa igreja ... sou burro de carga dessa igreja” ... mas ... pelo jeito eu gostava de fazer aquilo porque é o meu jeito mesmo de ficar ajudando os outros e tudo mais ... não é ... **olha aí** ... é: aí ... mas ... eu sempre falava aquilo brincando ... (*Corpus* D&G, Natal, Relato, XX)

(3) OP - Esse futuro que vocês apontam para acordos que beneficiem os estados do Nordeste, especialmente o Ceará, é apenas uma maneira de dizer? O que há de concreto em termos de novos planos de voos para o Ceará?

MT - Não é apenas uma maneira de dizer, **veja bem**, o mercado tem que se desenvolver em conjunto. Não adianta desenvolver somente a parte de voo se não tiver desenvolvido toda a estrutura. (*Corpus* do Português, oral, Br., Manuel Torres, XX)

Em (1), *olha* apoia o discurso tornando a informação veiculada digna de crédito. Sendo assim, a função do marcador discursivo *olha*, em (1), constitui em orientar negociações de sentidos com o objetivo de torná-los asseverativos. Nos termos de Neves (2011, p. 249), o sentido asseverativo não garante que o que se diz seja, realmente, verdadeiro ou não. Para a autora, a intenção do falante é marcar seu enunciado como digno de crédito e de atenção.

No fragmento (2), através de estratégias inferenciais e intersubjetivas, o falante não só remete o ouvinte à relação entre as duas porções textuais, mas também convida ao partilhamento da constatação. Em Sambrana (2017), o marcador discursivo **olha aí** é considerado como uma estratégia para provocar instantaneidade na resposta/atitude do ouvinte.

Em (3), o uso de *veja bem* evidencia a condução do ouvinte nas atribuições de sentido. O recrutamento de *veja bem* propicia a organização textual na elaboração da resposta dada enquanto torna a negociação mais propícia aos sentidos atribuídos pelo falante, uma vez que repete *Não é apenas uma maneira de dizer*.

Nos fragmentos (1), (2) e (3), observamos que os recrutamentos de *olha*, *olha aí* e *veja bem* funcionam como apoio discursivo no cumprimento dos objetivos sociocomunicativos dos falantes. Os contextos de uso em que *olha*, *olha aí* e *veja bem* se encontram extrapolam da simples justificativa de recrutamento pela composição da ordenação sintática da estrutura argumental. Em cada contexto de uso apresentado, há uma estreita relação entre o enunciado e a situação do discurso (Heine; Kaltenböck; Kuteva, 2019), o que se revela em estratégia discursiva eficaz de orientação da interação.

Sob a orientação da Linguística Funcional Centrada no Uso, as realizações concretas da língua podem ser formalizadas em padrões de uso. Nessa visão funcional-construcionista, a construção marcadora discursiva de visualização virtual passa a ser representada como esquema [V_{visual} (X_{afixoide})]MDVV. A partir da análise de dados dos corpora selecionados⁵, destacam-se 24 construções individuais para esse esquema. Nos corpora, encontramos [olha], [olhe], [olhem], [olha aqui], [olhe aqui], [olha lá], [olhe lá], [olha aí], [olha só], [olha bem], [olhe bem], [vê], [veja], [vejam], [vejamos], [viu], [vê lá], [veja lá], [vê só], [veja só], [vejam só], [vê bem], [veja bem] e [vejam bem], entre outras, como exemplares. Nesse direcionamento, assumimos que toda construção que funciona no âmbito da marcação discursiva formada por base visual e uma subparte, se for o caso, pertence ao esquema [V_{visual} (X_{afixoide})]MDVV. Entretanto, neste

5. As fontes pesquisadas para montagem do corpus são: Corpus Discurso & Gramática (D&G); Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC); Corpus do Português (CP); Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (CHPTB); Corpus Vercial/Linguatca (VC/L); Corpus Programa de Estudos do Uso da Língua (PEUL).

trabalho, nos detemos apenas nos 24 exemplares apontados. Na instância do uso, nessa formação, chamamos tais exemplares de marcadores discursivos de visualização virtual ou MDVV.

Além da Introdução, este artigo se organiza em mais cinco seções: *Fundamentação teórica e metodológica: por que optar pela LFCU*, que traz esclarecimentos quanto ao embasamento teórico e aos procedimentos metodológicos; *Contextos de uso e Motivação cognitivo-funcional*, que se compõem de análises motivacionais, funcionais e formais dos contextos de usos apresentados; *Caracterização construcional*, onde procedemos à representação morfossintática, à descrição das partes e subpartes construcionais e à caracterização quanto aos fatores de produtividade, esquematicidade e composicionalidade; por fim, *O estatuto categorial da construção marcadora discursiva de visualização virtual*, que atesta que os MDVV são elementos de natureza relacional que desempenham funções procedurais e, por conseguinte, são elementos de uma categoria pragmática.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA: POR QUE OPTAR PELA LFCU?

Dois motivos norteiam a escolha de nossa fundamentação teórica. Primeiro motivo envolve um consenso geral entre os pesquisadores funcionalistas, a relação estreita existente entre o uso da língua e a emergência das estruturas da gramática (Hopper, 1987; Furtado Da Cunha, Bispo e Silva, 2013). O segundo motivo aponta para a possibilidade de conjugar análises entre os diferentes níveis de apresentação da gramática, uma vez que a abordagem preterida incorpora, em mesmo plano de análise, morfossintaxe, semântica, fonologia, pragmática, funções discursivas e, nos moldes de Bybee (2010), fatores cognitivos que impactam a configuração da gramática. Assim, justificamos nossa escolha pela Linguística Funcional Centrada no Uso ou LFCU.

2.1 A LFCU

Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) é um termo cunhado pelo grupo de pesquisa Discurso & Gramática (D&G)⁶. Seu arcabouço teórico engloba conceitos-chave na interface entre o uso da língua e sua estrutura, de modo que o exame das formas linguísticas permite pontuar regularidades surgidas a partir de situações reais de uso.

A partir dos estudos de Martelotta (2011), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Oliveira e Rosário (2015), Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2015) e Rosário e Oliveira (2016) organizamos um quadro demonstrativo com conceitos-chave balizadores das pesquisas desenvolvidas no âmbito da LFCU:

6. Esta investigação está vinculada ao Grupo de Pesquisa Discurso e Gramática (D&G/UFF), podendo ser acessado pelo site: <http://deg.uff.br>. No Brasil, o Grupo de Pesquisa D&G mantém sedes na UFF, na UFRJ e na UFRN.

Quadro 1 - Conceitos-chave balizadores das pesquisas em LFCU

Fonte - Autoria nossa.

Conceito-chave	Descrição do conceito-chave
Cognição	Processo neurorracional de construção do conhecimento humano a partir da interação bio-sócio-cultural dos usuários da língua. Ao processar o discurso, o falante ativa mecanismos de natureza cognitiva. Tais mecanismos se configuram em operações mentais que atuam em conjunto com outras tarefas das rotinas comunicativas.
Linguagem	Associada diretamente ao uso linguístico, a linguagem é tomada como um processo cognitivo e sócio-cultural que inclui tanto habilidade como desempenho das rotinas comunicativas.
Discurso	Refere-se a manifestações do uso da língua em uma determinada situação de interação, tomadas como materialidade das trocas de sentidos nas interações.

Padrão Discursivo	Tomado como contexto comunicativo que se ritualiza e, conseqüentemente, se convencionaliza em forma e função. De modo ampliado, recobre conceitos tipológicos de seqüência ou tipo textual e gênero discursivo.
Texto	É o lugar dinâmico onde ocorre a organização e a manifestação do discurso.
Língua	“Sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e outros que estão em permanente emergência” (Furtado Da Cunha; Bispo; Silva, 2013, p. 20).
Gramática	Conjunto de padrões de uso que se impõe como um sistema hipotético de conhecimento linguístico, norteador de restrições e licenciamentos desses usos durante as produções do discurso, ou seja, a gramática emerge no discurso.
Construção	É a unidade básica da língua, que se constitui em um pareamento indissociável de forma-sentido.
Constructo	Como um ato concreto na modalidade falada ou escrita, o constructo é a efetiva realização do uso linguístico. O constructo é o nível não virtual da língua.
Mudança Linguística	A mudança linguística é um fator inerente da natureza dinâmica das línguas. Ao propor que o discurso modela a gramática, assume-se que rotinas cognitivas somadas aos objetivos sociocomunicativos dos falantes provocam o surgimento de camadas gradientes de padrões de uso que, com o tempo, se convencionalizam em novas construções.

Quadro 1 - Conceitos-chave balizadores das pesquisas em LFCU (continuação)

Fonte - Autoria nossa.

O Quadro 1 traz definições que partem do discurso como realizações *on line* do uso linguístico, demonstrando, assim, que as situações de uso da língua determinam sua estrutura gramatical. Dessa asserção enraizada no Funcionalismo, a LFCU defende que a representação fiel da descrição da língua e de suas motivações para a formatação de seus padrões de uso devem partir dos estudos dos contextos discursivos, quer seja em abordagem sincrônica ou diacrônica. Nesse direcionamento, gramática emerge do discurso na medida em que pressões de ordem cognitiva, estrutural e sociocomunicativa atuam em conjunto moldando os usos. “Nesse sentido, gramática e discurso estão intrinsecamente entrelaçados e coatuam em mútua dependência, sendo um (re)modelado pelo outro.” (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013, p. 20).

Já o caráter construcional adotado pela LFCU advém do postulado de que as unidades básicas da língua são construções. Essa aceção desencadeia uma agenda de trabalho voltada para a Gramática de Construções (Croft, 2001). Por essa razão, o foco de análise da LFCU recai sobre uma inter-relação entre diversos fatores de análise que constituem as duas abordagens.

Segundo Goldberg (1995, p. 4; 2006, p. 5), Croft (2001, p. 16) e Traugott e Trousdale (2013, p. 5), construção é um pareamento de forma-sentido, unido por elo de correspondência simbólica e convencionalizado por um grupo de falantes. Bybee (2003) e Goldberg (2006) reconhecem que o armazenamento das construções depende da frequência com que ocorrem. Em Goldberg (2013), a autora acrescenta que “construções são definidas como sendo pareamentos convencionalizados de forma-função aprendidos em vários níveis de complexidade e abstração”⁷ (Goldberg, 2013, p. 11).

7. O original diz: “Constructions are defined to be conventional, learned form-function pairings at varying levels of complexity and abstraction.”
Tradução nossa.

Com base em Croft (2001), a construção é representada como uma unidade simbólica em que o polo da forma é composto por propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas, e o polo do sentido/função é composto por componentes semânticos, pragmáticos e discursivo-funcionais. Em versão sintetizada, Traugott e Trousdale (2013, p. 8) teorizam que construções são descritas em termos de [[Forma] ↔ [sentido]]. Em acréscimo, as construções ainda são descritas pelos fatores de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Esses fatores dimensionam características internas e externas das construções.

Esquematicidade, segundo Traugott e Trousdale (2013), envolve abstração, entendida como generalização. Produtividade, nos termos de Bybee (2003), é a aferição da frequência *type*, que é a ocorrência do tipo de padrão específico, e da frequência *token*, que se dá pela quantificação de ocorrências de uso. Para os autores, composicionalidade refere-se ao quanto do sentido da construção depende da correspondência entre suas subpartes.

Haja vista as considerações, o desafio da LFCU é descrever os usos concretos da língua, bem como as motivações cognitivas e as pressões sofridas no ambiente sociocomunicativo. O resultado dessa modelagem dos usos linguísticos é a manutenção ou criação de construções.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sob um viés sincrônico, as análises seguem o método misto (Cunha Lacerda, 2016) com tratamento quantitativo e qualitativo dos dados.

Os procedimentos adotados se iniciam com análises de contextos de uso. Para demonstrar as motivações para o uso dos MDVV, lançamos mão de critérios como modalidade da língua (escrita/falada), o ambiente sintático-semântico e ganhos pragmáticos. Para a descrição da modalidade da língua (escrita/falada), utilizamos o *Corpus D&G* como instrumento para medir a propensão de recrutamento por modalidade selecionada pelos falantes, uma vez que o *Corpus D&G* apresenta uma contraparte escrita das entrevistas executadas. Como fechamento da análise dos contextos de uso, efetuamos uma caracterização cognitivo-funcional. Logo após, procedemos à caracterização construcional nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Para tal, utilizamos como base de análise os fatores construcionais de composicionalidade, produtividade e esquematicidade.

Como decisão metodológica, quando possível, tomamos os resultados em forma de grau, expostos por meio de apreciações descritivas, resultados quantitativos, quadros, tabelas e figuras expositivas. Nossa intenção é manter o caráter gradiente da língua na descrição sincrônica. A fim de não alongar desnecessariamente este artigo, dentre os 24 exemplares levantados, os contextos de uso apresentados se detêm a 11 exemplares.

3. CONTEXTOS DE USOS

O objetivo desta seção é caracterizar os contextos de uso da construção marcadora discursiva de visualização virtual. Bybee (2010, p. 14) argumenta que “uma posição central para se basear no uso é a hipótese de que as instâncias de uso impactam a representação cognitiva da linguagem”⁸. Bergs e Diewald (2009) afirmam que qualquer ato linguístico se situa concomitantemente no contexto e no co-texto. Para os autores, contexto se define como a área de

8. A versão original diz: “Central to the usage-based position is the hypothesis that instances of use impact the cognitive representation of language”. Tradução nossa.

9. A versão original diz: “By context we mean linguistic co-text broadly construed as linguistic environment, including syntax, morphology, phonology, semantics, pragmatic inference, mode (written/spoken), and sometimes wider discourse and sociolinguistic contexts.” Tradução nossa.

sobreposição entre pragmática e discurso. Por sua vez, co-texto se limita aos fatores internos, como o ambiente sintático e textual. Traugott e Trousdale (2013) assumem que contexto é “o co-texto linguístico amplamente construído como um ambiente linguístico que inclui sintaxe, morfologia, fonologia, semântica, inferência pragmática, modalidade (escrita/falada) e, às vezes, padrões discursivos e sociolinguísticos mais amplos.”⁹ (Traugott; Trousdale, 2013, p. 196).

Nesta seção, os contextos de uso se restringem aos MDVV *olhem, olhe aqui, vejamos, vê lá e veja só*:

(4) Ele lá vinham os rapazes e as raparigas, levavam os tascos para aí para o meio do barro e acendiam a fogueira, cantavam. E se houvesse castanhas, até assavam castanhas e bebiam a pinga. Depois contavam’ lhonas’. **Olhem**, ele inda fazem-me lembrar o... INQ1’ Lhonas’? INF Sim,’ lhonas’, quer dizer, histórias. Histórias, não é? Histórias e adivinhas e assim umas coisas para fazer rir as pessoas. (*Corpus do Português, Cordial: COV01, XX*)

(5) Delfino pensou: “ Provavelmente esse velho pensa que passa os cobres a essa pústula de sacristão e que ele nunca mais aparece aqui. Com isto quer me arrastar a outro roubo e me deixar, isto sim, à mercê do sacristão. Vá para o diabo que o carregue “. Falou alto: - **Olhe aqui**, seu Juca Vilanova, não vejo jeito de o senhor nem ninguém me livrar desse sacristão, não. Eu mesmo é que tenho de me arranjar. Não entre nisto, não. – Não... Não me obrigue a medidas drásticas, meu... meu filho. - Quero ver o que vão me fazer - disse Delfino, levantando-se. (*Corpus do Português, António Callado, A Madona de Cedro, XX*)

(6) Fez uma porta grande, metade dando pra esse corredorzinho que ficou, que é então a porta de serviço, e uma outra porta igual do lado formando conjunto da sala. Depois aumentou a sala até o fundo, fez uma sala maior e esse banheiro aqui de cima eu acho que já, já tinha sido feito antes. E, **vejamos**, bossas de decoração e tal, portas, não sei o que mais. Agora, eu ainda encontrei muitos problemas aqui com encanamentos, tive que, logo que

cheguei tive que gastar um bocado de dinheiro com isso e agora estou aumentando a cozinha que era pequena, muito desajeitada. (NURC, DID, XX)

(7) E- Eu nunca fiz... nunca fiz pudim de leite.

I- E como faz?

E- Nunca fiz! Estou falando sério, Glorinha.

F- Bom, então eu vou dar heim. vê lá, heim! Uma lata de leite condensado. Mas não vai escrever, pelo menos, ora!

E- Lógico! Pega aí o lápis, Teresa. Manda fundo, vai fundo, vai lá. (PEUL/RJ, Censo 1980, falante 11, XX)

(8) — Essas palestras aconteceram em que época? — Ali por 1981. Anos depois, em 1988, o Waldo teve a ideia de fundar um instituto. E logo que ele fundou o Instituto, eu me afastei do trabalho dele, porque aí não tinha mais a ver. O Waldo estava ficando muito... como é que eu vou dizer isto? Bem, veja só, você é jornalista. Eu sou comunicador. A gente gosta de uma linguagem mais clara, né? — Exatamente, mais direta... — Direta! E a linguagem que o ele estava colocando parecia estar afastando muito as pessoas do conhecimento que ele queria abrir. Na verdade, estava fechando. (*Corpus* do Português, entrevista, Wagner Borges, XX)

Quanto à expressão de modalidade da linguagem, os marcadores discursivos estão presentes nas duas modalidades, uma vez que “a língua falada e a língua escrita integram um mesmo sistema” (Jubran, 2015, p. 18). Nos termos de Marcuschi (2004), a fala é de concepção oral, por conseguinte, seu meio de produção é sonoro, enquanto a escrita necessita de redação, dessa forma, seu meio de produção é gráfico. Como extremidades de dois domínios linguísticos, a fala e a escrita formam um contínuo. Nas análises dos dados, observa-se predominância de recrutamento dos MDVV na modalidade falada.

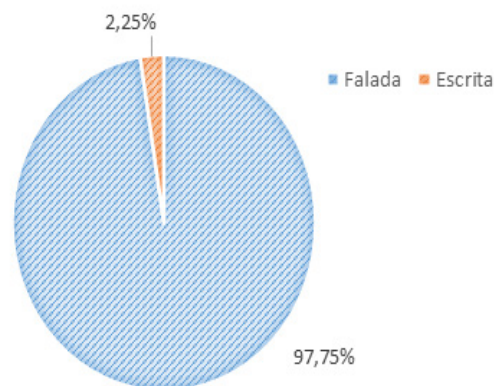
Em (4), (6), (7) e (8), temos situações comunicativas de entrevistas monitoradas. Por sua vez, em (5), ocorre uma situação comunicativa de coatuação no evento de fala, que denominamos de situação comunicativa dialogal. Dentre esses dois tipos, o que impera é a expressão da língua através da modalidade falada. Agora, vejamos o fragmento (9):

(9) **Olhem** a minha opinião sobre o casamento é essa eu acho que o casamento é uma decisão muito séria dez de quando a pessoa chega a pençar em se casar... ela deve pençar muito repençar até chegar à uma resposta certa. Bom eu venho mantendo meu casamento até hoje já vão se completar 20 anos de casada olha lá estou quase alcançando bolas de pratas e assim eu espero... (*Corpus D&G*, informante 77, Relato de opinião, parte escrita, XX).

Em (9), flagramos o uso de marcador discursivo *olhem* na modalidade escrita em um relato de opinião extraído do *Corpus D&G*. Dentre os 133 dados selecionados do *Corpus D&G*, século XX, encontramos apenas 3 dados que ilustram a modalidade escrita. Considerado um tipo de contexto de uso de baixa frequência, o Gráfico 1 expõe essa discrepância:

Gráfico 1 - Frequência dos MDVV nas modalidades escrita e falada do *Corpus D&G*

Fonte - Autoria nossa



Conforme observado no Gráfico 1, nos dados computados do *Corpus D&G*, os MDVV são 97,75% recrutados em contextos de uso na modalidade falada, enquanto que, na modalidade escrita, apenas 2,25% de recrutamento são captados. Pela distância dos resultados, nota-se que não se trata de uma questão de preferência dos falantes, mas de um procedimento criado por rotina de padrão de uso para tal família de marcadores discursivos. Dessa forma, no que diz respeito à caracterização de um domínio de linguagem, os MDVV são estratégias recrutadas, predominantemente, em situações comunicativas de falas.

Quanto ao ambiente sintático-semântico em que os MDVV estão inseridos, a estrutura argumental, entendida aqui como sintaxe da oração, e a noção de sintaxe discursiva elaborada por Marcuschi (1986) são pontos que devem ser levados em consideração. Neste artigo, entender esses dois pontos é relevante na determinação das categorias ditas pragmáticas. Em (4), (5), (6), (7), (8) e (9), as ocorrências de *olhem*, *olhe aqui*, *vejamos*, *vê lá* e *veja só* se destacam da estrutura oracional, uma vez que os MDVV não se encontram na estrutura argumental. As bases verbais de uso transitivo encontram-se no interior das estruturas argumentais (Furtado da Cunha; Souza, 2011), enquanto as bases verbais recrutadas para a marcação discursiva encontram-se fora da estrutura argumental, como defende Sambrana (2021). Sendo assim, nos termos de Marcuschi (1986) e Sambrana (2021), os MDVV estabelecem relações em um tipo de sintaxe discursiva. Como os autores afirmam, são sentidos construídos à margem das proposições.

Desse modo, em (4), (6) e (8), *olhem*, *vejamos* e *veja só*, respectivamente, sustentam o turno de fala em que estão inseridos. Em (5), *olhe aqui* introduz um turno de fala. Em contrapartida, em (7), o uso de *vê lá* não garante o sustento do turno, porquanto é um marcador que encerra a proposição e abre um espaço atencional maior para a criação de um sentido pressuposicional. Em estágio mais avançado, *vê lá* está mais abstratizado que os outros marcadores discursivos apresentados, ou seja, é um apoio discursivo menos envolvido na organização textual-interativa e mais direcionado à veiculação de sentidos discursivo-pragmáticos.

Haja vista essas colocações, os MDVV interagem com a estrutura textual e com a situação discursiva. Sendo assim, os MDVV orientam a interação, enquanto negociam os sentidos veiculados no contexto e no co-texto. Nessa perspectiva, propomos a existência de uma estrutura *não argumental* interagindo com a *estrutura argumental*, a favor do discurso.

No que diz respeito aos ganhos pragmáticos (Bybee, 2015, p. 157), que geram as funções discursivo-pragmáticas (Martelotta, 2011) como uma propriedade funcional de descrição dos objetos linguísticos (Traugott; Dasher, 2005), pontuamos um contínuo entre funções textual-interativas e funções discursivo-pragmáticas (Sambrana, 2017).

Como já apontado em (4), (6) e (8), o uso de *olhem*, *vejamos* e *veja só* apoiam funções centradas mais na organização textual, na manutenção dos turnos e na condução da atenção do ouvinte para a informação veiculada. No caso de *olhe aqui*, em (5), ainda temos um certo escopo quanto à estruturação do turno. Entretanto, observamos que o recrutamento da forma *olhe aqui* apoia uma reprimenda “...Não entre nisto, não.”, o que torna funções discursivo-pragmáticas mais transparentes no contexto de uso. Nos termos de Traugott (2018; 2021), há um ganho intersubjetivo na veiculação dos sentidos. Dessa forma, consideramos *olhe aqui* menos ligado a funções textual-interativas e um pouco mais direcionado a induzir mudanças no comportamento do ouvinte.

No outro ponto do contínuo, consideramos *vê lá*, em (7), como altamente ligado à estratégias que geram sentidos intersubjetivos para um ganho maior de funções discursivo-pragmáticas. Observamos que seu recrutamento apoia um reforço de requisição de atenção para comprometer o ouvinte na negociação de um tipo de contrato sociocomunicativo. Nessa condução de atitude, funções discursivo-pragmáticas surgem alterando a cena interativa e extrapolando expectativas extralinguísticas dos falantes.

Propomos, neste trabalho, que, entre as formas *olhem*, *olhe aqui*, *vejamos*, *vê lá* e *veja só*, a forma *olhem* se posiciona como o MDVV mais representante de funções textual-interativas.

Na Figura 1, ilustramos essas considerações acerca de um contínuo funcional:

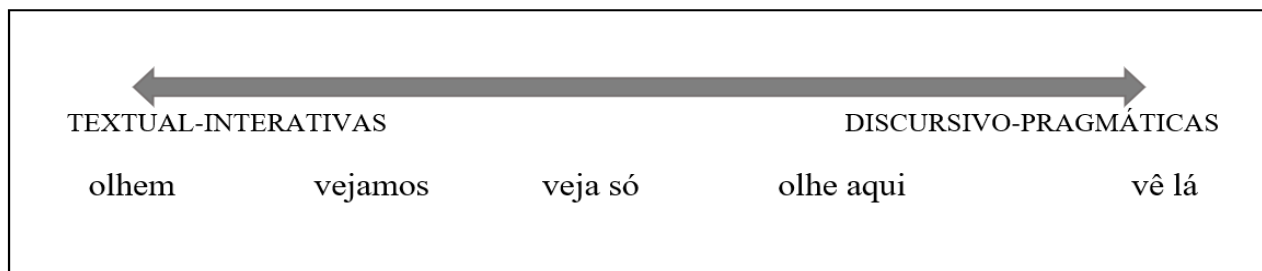


Figura 1 - Contínuo das funções desempenhadas pelos MDVV

Fonte - Autoria nossa (com base em Sambrana (2017; 2021))

Entre as formas *olhem*, *olhe aqui*, *vejamos*, *vê lá* e *veja só*, a forma *olhem* se posiciona como o MDVV mais representante de funções textual-interativas que o MDVV *vejamos* pela possibilidade de ser recrutado para a modalidade escrita da língua. O MDVV *vejamos* se posiciona mais representante de funções textual-interativas que o MDVV *veja só* pela possibilidade de enumeração em forma de lista, cujos referentes constituem seres concretos na cena interativa. Por sua vez, *veja só* se posiciona como o MDVV mais representante de funções textual-interativas que o MDVV *olhe aqui*, uma vez que sua função principal é dar apoio à estruturação discursiva da argumentação. Por fim, neste contínuo, consideramos *vê lá* como o MDVV prototipicamente representante dos MDVV que desempenham funções discursivo-pragmáticas, porquanto favorece maior grau de monitoramento da interação, produzindo mudanças de atitude do ouvinte.

Por fim, determinar funções desempenhadas pelos MDVV torna-se mais produtivo se levarmos em conta a questão de graus em um contínuo. Nesse sentido, conclui-se que, na instância do uso, há forte interdependência entre contexto e co-texto, de modo que construções podem ser modificadas para se adaptarem a um contexto em particular. Por essa razão, atentamos para a relevância dos contextos de uso.

4. MOTIVAÇÃO COGNITIVO-FUNCIONAL

As instâncias de uso destacadas nos fragmentos (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8) e (9), entre outras de nosso *corpus*, explicitam funções que derivam da macrofunção de chamamento de atenção (Marcushi, 1986; Castilho, 2014), porquanto a base visual (*olhar e ver*) traz inferências centradas em camadas de línguas mais originais, em que sentidos lexicais do processo da percepção-visual são semanticizados (Sambrana, 2021).

Nessa semanticização, a base visual que ora configura-se em um processo de condução da visão/percepção do ouvinte para um determinado objeto, o que cria, concretamente, um campo visual na interação, passa a ser interpretado como um campo de visualização virtualizado, ou seja, criado no momento da interação para servir de base ao processo de conceptualização de sentidos mais abstratos. Esse campo visual não é concreto, mas sim proposto pelos falantes na situação discursiva. Por essa razão, a dispensação de atenção é tomada como visualização virtual (Sambrana, 2021). Sendo assim, o recrutamento de tais marcadores discursivos competem para cumprir estratégias como organização textual, monitoramento da interação, condução do processamento das informações veiculadas e indução de tomada de atitude, entre outras, através da manipulação do espaço atencional proposto ou reforçado pelos marcadores discursivos de visualização virtual.

5. CARACTERIZAÇÃO CONSTRUCIONAL

Esta seção trata da representação morfossintática dos elementos que compõem a construção marcadora discursiva de visualização virtual somada aos fatores construcionais de composicionalidade, esquematicidade e produtividade. Em nosso levantamento sincrônico, representativo do século XX, coletamos um somatório de 2.592 dados. Conforme o Quadro 2, para a verificação da produtividade de uma construção, é necessário estabelecer as frequências *token* e *type* das formas (Bybee, 2003):

Microconstrução		Quantitativo <i>token</i>	Quantitativo <i>token por type</i>	<i>Type</i> virtual
Base visual <i>olhar</i>	[olha]	1.548	1.883	[(olhar)]
	[olhe]	328		
	[olhem]	7		
	[olha aqui]	38	124	[(olhar)(Afix _{Loc})]
	[olhe aqui]	19		
	[olha ai]	18		
	[olha lá]	32		
	[olhe lá]	17	68	[(olhar)(Afix _{Foc})]
	[olha só]	64		
	[olha bem]	2		
	[olhe bem]	2		
Base visual <i>ver</i>	[vê]	11	373	[(ver)]
	[veja]	32		
	[vejam]	5		
	[vejamos]	5		
	[viu]	320		
	[vê lá]	19	44	[(ver)(Afix _{Loc})]
	[veja lá]	25		
	[vê só]	3	100	[(ver)(Afix _{Foc})]
	[veja só]	25		
	[vejam só]	8		
	[vê bem]	5		
	[veja bem]	49		
[vejam bem]	10			
Total de <i>token</i>		2.592		6 <i>types</i>
Total de <i>type</i> virtual				

Quadro 2 - Frequência *token* e frequência *type* de [V_{visual} (X_{afixoide})] MDVV, séc. XX

Fonte - Autoria nossa com base em Sambrana (2021)

O Quadro 2 demonstra que o padrão formado por *olhar* é mais produtivo do que o composto pela base *ver* na questão da frequência *token*, que é a aferição dos dados. Embora as duas bases possuam três *types* construcionais cada, conforme demonstrado na última coluna, os *types* que produzem construções formadas por apenas uma subparte são mais produtivos em termos de frequência *token*. Em suma, no século XX, há tendência pela instanciação de construções MDVV atômicas, que, cognitivamente, apresentam menos complexidade estrutural e semântica, como, por exemplo, *olha*, *olhe* e *viu*.

Como um apanhado geral da totalidade dos dados, no Quadro 2 atestamos que as microconstruções marcadoras discursivas são formadas pela base visual *olhar* ou *ver* acompanhadas ou não de uma segunda subparte. A essa segunda subparte, *aqui*, *lá*, *aí*, *só* e *bem*, denominamos de afixoides (Booij, 2007). Tais subpartes se especializam na orientação espaço-foco-virtual. Esse título se deve ao acréscimo dos sentidos procedurais que veiculam, em que o sentido de espaço físico serve de base para articular sentido de espaço idealizado virtualmente na interação. Vejamos o fragmento (10) que atesta nossa abordagem:

(10) Confirmaram-lhe a frescura do café, e por isso o Dr. Carvalhal quis também café, alongou de novo o braço, no gesto sempre nele corrente e que significava: “Primeiro eu”
- **Olha lá**, Silvério, as tuas insónias... Se depois não dormes... Quem não está habituado...
(*Corpus* do Português, *A Gata Borracheira*, Tomaz de Figueiredo, XX)

O fragmento (10) traz o marcador discursivo *olha lá* como instância de uso da microconstrução [olha lá], funcionando como apoio à repreensão branda dada ao ouvinte. O distanciamento sugerido por *lá* infere um valor de polo negativo aos sentidos negociados. Dessa forma, o recrutamento de *olha lá* sugere, pragmaticamente, que o ouvinte necessita tomar cuidado. Como orientação espacial, a noção de espaço físico distante do falante e do ouvinte (Martelotta, 2012) não pode ser resgatada nem no espaço-texto nem no espaço-situação (exofórico). Esse espaço é pressuposto num constructo mental que emerge da situação interativa-comuni-

cativa, sugerindo uma inferência de futuridade. Por essa razão, a esse fenômeno, por enquanto, chamamos de espaço-virtual idealizado.

Pontuamos que a variabilidade dos pareamentos, partes e subpartes, se distingue pelo grau de comprometimento entre co-texto e contexto. Conforme apontado, a construção marcadora discursiva de visualização virtual ou $[V_{\text{visual}}(X_{\text{afixoide}})]_{\text{MDVV}}$ é tomada como um esquema que aglomera, no nível mais baixo, as microconstruções individuais. Com nosso levantamento, chegamos à fixação das seguintes microconstruções integrantes da construção $[V_{\text{visual}}(X_{\text{afixoide}})]_{\text{MDVV}}$:

- 1- de base visual *olhar* com uma parte, como: [olha], [olhe] e [olhem];
- 2- de base visual *olhar* com duas subpartes, em que uma é acrescida de afixoide com valor locativo, como: [olha aqui], [olhe aqui], [olha lá], [olhe lá] e [olha aí];
- 3- de base visual *olhar* com duas subpartes, em que uma é acrescida de um afixoide com valor focalizador, como: [olha bem], [olhe bem] e [olha só];
- 4- de base visual *ver*, como: [vê], [veja], [vejam], [vejam] e [viu];
- 5- de base visual *ver* com duas subpartes, em que uma é acrescida de um afixoide com valor locativo, como: [vê lá] e [veja lá];
- 6- de base visual *ver* com duas subpartes, em que uma é acrescida de um afixoide com valor focalizador, como: [vê só], [veja só], [vejam só], [vê bem], [veja bem] e [vejam bem].

Cada microconstrução veicula sentido especificado no nível textual, discursivo e pragmático, a depender dos objetivos sociocomunicativos dos falantes.

Com base na premissa de que os falantes retêm na memória esquemas de “representações redundantes” como um grande detalhamento dos eventos linguísticos (Bybee, 2010), propo-

mos uma representação em rede capaz de demonstrar os níveis de esquematicidade propostos. Nessa abordagem construcional, [V_{visual} (X_{afixoide})]MDVV torna-se o nível mais abstrato de generalização que abrange um ponto de aglomeração de todas as construções marcadoras discursivas de visualização virtual, até mesmo, aquelas não citadas entre os exemplares como *visualiza* ou *espia só*.

A Figura 2 demonstra nossa configuração de língua em rede esquemática, entretanto, o que realmente é demonstrado é uma parte da rede em que se situam os MDVV:

Figura 2 - Distribuição dos níveis de esquematicidade da construção [V_{visual} (X_{afixoide})]MDVV

Fonte - Autoria nossa com base em Sambrana (2021)

LEGENDA

V:verbo

X: subparte sem especificação

MD: marcador discursivo

Vs: verbo sensorial

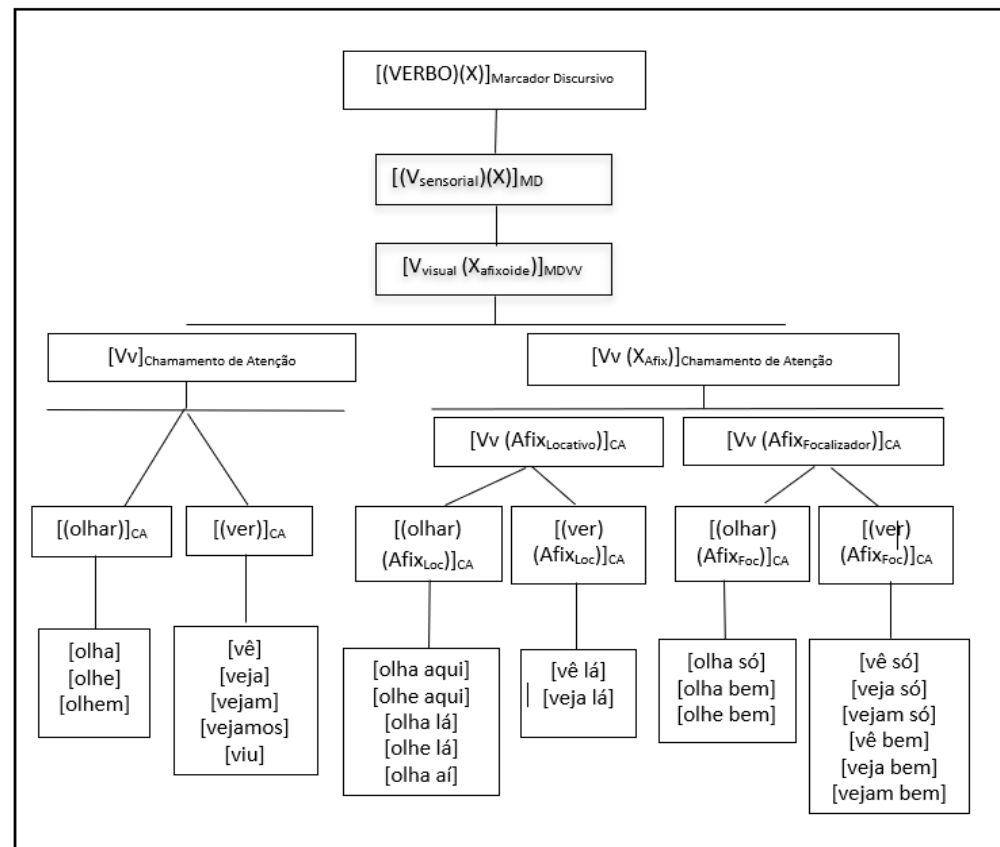
Vv: verbo visual

Xafix: subparte composta por afixoide

CA: chamamento de atenção

Loc: locativo

Foc: focalizador



Na Figura 2, no topo da rede, encontra-se [(VERBO)(X)]_{MarcadorDiscursivo}, que representa um esquema mais geral. Nesse esquema maior se situam todos os marcadores discursivos de base verbal. A partir daí, a rede vai sendo desmembrada em nós cada vez mais específicos, distribuídos em subesquemas, até chegar às microconstruções, enquanto *types* totalmente especificados.

Na Figura2, na terceira linha de cima para baixo, encontra-se [V_{visual} (X_{afixoide})]_{MDVV}, que constitui um outro esquema menos virtual que [(VERBO)(X)]_{MarcadorDiscursivo}. Dessa forma, esquemas são níveis abstratos de representação de uma categoria na rede, quer dizer, um ponto de aglomeração de características gerais. Na descrição dos subesquemas, tomamos a macrofunção de chamamento de atenção como função intermediária e representamos como CA.

Na abrangência de base visual, o pareamento forma-função da construção marcadora discursiva de visualização virtual configura-se esquematicamente como [V_{visual} (X_{afixoide})] ↔ [marca o discurso, regulando a interação através da manipulação do espaço atencional idealizado virtualmente para cumprir objetivos sociocomunicativos], nos termos de Traugott e Trousdale (2013).

Na questão da composicionalidade, cada elemento difere em termos de graus de composicionalidade. No nível microconstrucional, que é a base do esquema apresentado na Figura 2, tomamos [olha], em (1), [veja bem], em (3), e [viu]. Embora essas formas compartilhem o mesmo campo semântico (sentido visual) e o mesmo domínio funcional (marcação discursiva), apresentam diferentes graus de composicionalidade entre si. O valor semântico atribuído às formas advém do grau de “compatibilidade e incompatibilidade que se detecta entre o significado das partes e a correlação do significado do todo semântico” (Sambrana, 2019, p. 203). Para exemplificar o uso de [viu], tomamos o fragmento (11):

(11) - sociedade de consumo - pronto eu não quero acostumar - antigamente nos - eu não quero acostumá-lo nisso não porque amanhã ele se conforma - mas se... nós fomos criados - com tudo que vier entende? - cada um tem uma maneira de pensar diferente né? - **viu?** - nós fomos criados sem pensar em produzir - nós só pensávamos em economizar - hoje a sociedade de consumo é diferente - ela tem que pensar em produzir - pronto - e não em economizar - ó aí é - economizar é uma consequência. (*Corpus* do Português, oral, Recife, XX)

Aqui, comparamos as microconstruções marcadoras discursivas [olha], [veja bem] e [viu]. Um dos efeitos mais básicos da linearidade da fala é a progressão textual (Koch, 2013), que sintetizamos aqui como organização linear do discurso. Assumimos que a produção do discurso é um subsistema adaptável pelas emergências contextuais. Nessa visão de produção do discurso, pontuamos que os MDVV auxiliam a organização do discurso, bem como produzem sentidos procedurais através da manipulação do espaço atencional entre os falantes. Essa ação enquadra um *frame* considerado a base do sentido composicional – o chamamento de atenção (CA).

Dessa forma, o chamamento de atenção menos complexo é o mais referencial. Nesse direcionamento, o menos referencial adere aos sentidos mais complexos na questão do chamamento de atenção. Sendo assim, entre os usos de *olha*, *veja bem* e *viu*, nos contextos de usos apresentados, consideramos o uso de *olha*, em (1), como o sentido mais composicional da classe dos MDVV porquanto consiste em uma “simples requisição de atenção” (Sambrana, 2017). Utilizando esse critério de “simples requisição de atenção” (Sambrana, 2017) como parâmetro de composicionalidade, pontuamos que *viu*, em (11), perde menos em composicionalidade que o uso de *veja bem*, em (3). Dessa forma, *veja bem*, em (3), perde um grau maior de composicionalidade, porquanto não constitui “simples requisição de atenção”. Por sua vez, *veja bem* acumula funções de aumento de requisição de atenção e auxilia a arquitetura discursiva da argumentação. Nessa análise, observamos que ocorre perda na conservação da composicionalidade original em diferentes graus. Dessa forma, o aumento de ganhos pragmáticos significa perda de composicionalidade original da classe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ESTATUTO CATEGORIAL DA CONSTRUÇÃO MARCADORA DISCURSIVA DE VISUALIZAÇÃO VIRTUAL

Em abordagem funcional-construcionista, este trabalho apresenta o estatuto categorial da construção marcadora discursiva de visualização virtual, [V_{visual} (X_{afixoide})]MDVV, como uma subclasse de marcadores discursivos de base verbal. Verificamos que o *status* categorial dos MDVV é de natureza relacional, ou seja, é uma categoria gramatical da língua, que desempenha funções textual-interativas e discursivo-pragmáticas (Sambrana, 2017; 2021).

Quanto às funções sintáticas dessa subclasse da categoria marcadora discursiva, seguimos Marcuschi (1986), onde diz:

Quanto às funções sintáticas, esses sinais podem ser responsáveis tanto pela sintaxe da interação como pela segmentação e pelo encadeamento de estruturas linguísticas. Marcam sintaticamente as unidades quando coocorrem com pausas, correções, elipses etc. Este fato sugere uma íntima relação da sintaxe da interação com a sintaxe gramatical. (Marcuschi, 1986, p. 72).

Nessa sintaxe da interação, a função de chamamento de atenção funciona como uma macrofunção subcategorial, uma vez que é compartilhada por outros marcadores discursivos de diferentes configurações, como, por exemplo, o perceptivo-auditivo *escuta aqui* (Rosa, 2019).

Em conclusão, a construção marcadora discursiva de visualização virtual regula a interação através da manipulação do espaço atencional idealizado virtualmente para cumprir objetivos sociocomunicativos dos falantes desde a organização textual do discurso até a garantia da ancoragem discursivo-pragmática dos sentidos veiculados. Sendo assim, por constituir uma categoria que atua na interface texto-discurso, o estatuto categorial da construção marcadora discursiva de visualização virtual é de nível pragmático da língua.

REFERÊNCIAS

- Bergs, A. & Diewald, G. (2009). *Contexts and constructions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins publishing Company.
- Booij, G. (2007). *The grammar of words: an introduction to morphology*. Oxford: Oxford University Press.
- Bybee, J. (2003). *Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. A handbook of historical linguistics*. United Kingdom: Blackweel Publishing.
- _____(2010). *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press.
- _____(2015). *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Castilho, A. T. de. (2014). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Croft, W. (2001). *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Cunha Lacerda, P. F. (2016). O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística*, 12, 83-101. <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/5440>.
- Furtado da Cunha, M. A. & Bispo, E. B. (2013). Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. *Revista do GELNE*, 15, 53-78. https://www.researchgate.net/publication/341577024_Pressupostos_teorico-metodologicos_e_categorias_analiticas_da_Linguistica_Funcional_Centrada_no_Uso.
- Furtado da Cunha, M. A. & Bispo, E. & Silva, J. R. (2013). *Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. Linguística centrada no uso*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ.
- Furtado da Cunha, M. A. & Oliveira, M. R. de & Martelotta, M. E. (2015). *Linguística funcional teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Furtado da Cunha, M. A. & Souza, M. M. de. (2011). *Transitividade e seus contextos de uso*. Coleção: Leituras introdutórias em linguagem, v. 2. São Paulo: Cortez.
- Goldberg, A. (1995). *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____(2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

Goldberg, A. (2013). Constructionist Approches. In T. Hoffmann & G. Trousdale (Eds.), *The oxford handbook of construction grammar*. New York: OUP, pp. 10-21.

Heine, B. & Kalteneböck, G. & Kuteva, T. (2019). *On the rise of discourse markers*. Researchgate. Preprint. DOI: 10.13140/RG.2.2.31703.73129.

Hopper, P. J. (1987). Emergent grammar. In J. Aske, N. Berry, L. Michaelis & H. Filip (Eds.), *Berkeley Linguistics Society 13: General session and parasession on grammar and cognition*. Berkeley, CA: BLS, pp. 139-157.

Jubran, C. S. (Org) (2013). *A construção do texto falado*, v. 1. São Paulo: Contexto.

Koch, I. V. (2013). *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.

Marcuschi, L. A. (1986). *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.

_____(2004). *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez.

Martelotta, M. E. (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.

_____(2012). Advérbios – conceito e tendências de ordenação. In M. R. de Oliveira & M. M. Ceza-rio (Orgs.), *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói: Editora da UFF, pp. 13- 96.

Neves, M^a. H. de M. (2011). *Gramática de usos do português* (2^a ed.). São Paulo: UNESP.

Oliveira, M. R. de & Rosário, I. da C. do (2015). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: FAPERJ.

Risso, M. S., Silva, G. M. de O. & Urbano, H. (2002). *Marcadores discursivos: traços definidores. Gramática do português falado* (2. ed.). São Paulo: Unicamp, pp. 21-57.

Rosa, F. S. da L. (2019). *A mesoconstrução marcadora discursivo refreador-argumentativa: uma análise cognitivo-funcional*. Tese de doutorado. https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13019/Tese_Fl%c3%a1via%20Saboya_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Rosário, I. da C. do & Oliveira, M. R. de. (2016). Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, 60(2), 233-259. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1608-1>.

Sambrana, V. R. M. (2017). *Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais olhar e ver: uma abordagem construcional*. Dissertação de mestrado. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3738>.

_____(2019). Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivos-visuais olhar e ver: virtualidade e contexto de uso. In J. R. Silva & D. M. Gomes (Orgs.), *Análise linguística em perspectiva funcional*. Natal: EDUFRRN, pp. 194-219. <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27100/1/An%3%A1lise%20lingu%3ADstica%20em%20perspectiva%20funcional.pdf>.

Sambrana, V. R. M. (2021). *Construcionalização de marcadores discursivos formados por olhar e ver no português*. Tese de doutorado. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22848>.

Schiffrin, D. (1987). *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press.

Traugott, E. C. (1995). *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Paper presented at I CHL XII Manchester. Stanford University, USA, pp. 1-23. <https://web.stanford.edu/~traugott/papers/discourse.pdf>.

_____(2018). Rethinking the role of invited inferencing in change from the perspective of interactional texts. *Interaction and Language Change*, 4, 19-34. New York: Mouton of Gruyter. <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/opli-2018-0002/html>.

_____(2021). A constructional perspective on the rise of metatextual discourse markers. *Cadernos de Linguística*, 2(1), 1-26. <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/269>.

Traugott, E. C. & Dasher, R. (2005). *Regularity in semantic change* (2. ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Traugott, E. C. & Trousdale, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal *Gazeta do Povo*

The construction of the image of the Brazilian civil servant: a critical-discursive analysis of opinion articles from the newspaper *Gazeta do Povo*

Mestre em Linguística Aplicada, Universidade de Taubaté – UNITAU, Brasil

TRIGO, MÁRA RUBIO
trigomara@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:
Funcionário público;
Discurso;
Cognição;
Sociedade.

RESUMO: O tema dessa pesquisa é o discurso referente aos funcionários públicos em dois artigos de opinião publicados pelo jornal *Gazeta do Povo* nos anos de 2017 e 2020. O objetivo geral é investigar como é construída, discursivamente, a imagem dos funcionários públicos brasileiros em artigos de opinião. Os objetivos específicos são investigar como as escolhas lexicais, o emprego de metáforas e o sentido semântico do léxico constroem a imagem desses trabalhadores. Essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa, que tem nos artigos de opinião selecionados a fonte direta dos dados a serem interpretados. O trabalho de análise se baseia nos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso - ÁCD, por Van Dijk (2018), fundamentada na linha sociocognitiva, baseada na tríade *discurso-cognição-sociedade*, elementos que estão em relação constitutiva e exercem importante papel na produção e compreensão dos discursos. Concluímos que as escolhas lexicais, as metáforas e os recursos imagéticos que constroem os significados locais e globais dos discursos, materializam ideologias e práticas sociais constituidoras do modelo mental de servidor público de seus autores, e ainda, que a natureza difamatória e estereotipada desses artigos fazem emergir um consenso, predominantemente, negativo a respeito do servidor público.

KEY-WORDS:
Civil servant;
Speech;
Cognition;
Society.

ABSTRACT: The theme of this research is the discourse referring to public servants in two opinion articles published by *Gazeta do Povo* newspaper in 2017 and 2020. The general objective is investigate how the image of Brazilian civil servants is constructed, discursively, in opinion articles. The specific objectives are to investigate how lexical choices, the use of metaphors and the semantic meaning of the lexicon build the image of these workers. This is a qualitative research, of an interpretive nature, which has in the selected opinion articles the direct source of the data to be interpreted. The analysis work is based on theoretical assumptions for ACD, by Van Dijk (2018), based on the socio-cognitive line, based on the discourse-cognition-society triad, elements that are in a constitutive relationship and play important role in the production and understanding of dis-

courses. We concludeis that the lexical choices, metaphors and imagery resources that build the local and global meanings of the discourses, materialize ideologies and social practices that constitute the mental model of public servants of their, authors and the defamatory and stereotyped nature of the articles make a predominantly negative consensus regarding the public servants.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado da dissertação de mestrado intitulada “A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal *Gazeta do Povo*”, apresentada ao programa de Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté – UNITAU. O tema da dissertação é o discurso referente ao funcionário público em dois artigos de opinião publicados pelo jornal *Gazeta do Povo*, nos anos de 2017 e 2020. Sendo eles: “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil” (2017) e “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta dos parasitas” (2020), ambos podem ser encontrados na íntegra no Anexo I da dissertação de mestrado entregue à UNITAU.

Para a seleção desses artigos foram consideradas, além das unidades lexicais de seus enunciados, o marco cronológico de sua publicação que corresponde ao ano de 2017 e 2020, período em que os servidores públicos ocupavam o centro das discussões públicas no país em razão das propostas de reformas apresentadas pelo governo. Essas reformas se referem as emendas constitucionais pela reforma da previdência, PEC 287/2016, e pela reforma administrativa, PEC 32/2020.

Com o intuito de angariar apoio para aprovar a PEC 287/2016, o poder executivo investiu em propagandas focadas no servidor público cuja imagem era construída como aquele que não trabalhava, ganhava muito e se aposentava cedo. Já em defesa da PEC 32/2020, o governo tinha como argumento o alto custo que esses trabalhadores representavam para as contas públicas. As discussões em torno de ambas as propostas, mais uma vez, fez com que a categoria fosse vista sob o olhar de reprovação da sociedade brasileira.

A seleção e a escolha do jornal *Gazeta do Povo* ocorreu em decorrência do seu posicionamento político, sua opção pela extrema-direita, justamente quando o país vivia uma polarização política em razão das investigações da *Lava-jato* e dos escândalos de corrupção tornados

públicos pela imprensa. E ainda em razão dessa opção ter ocorrido quando ele buscava se firmar como um jornal digital, o que lhe permitiu romper com as barreiras regionais de sua circulação e ganhar espaço para influenciar, com seus ideais políticos, um grande número de eleitores.

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar como é construída, discursivamente, a imagem dos funcionários públicos brasileiros em artigos de opinião. Os objetivos específicos são investigar como as escolhas lexicais, o emprego de metáforas e o sentido semântico do léxico constroem a imagem dos servidores públicos e são empregados para polarizar o discurso a respeito do papel social destes trabalhadores.

Essa pesquisa se baseia nos pressupostos teóricos para a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), fundamentada na linha sociocognitiva proposta por Van Dijk (2018), que tem como base a tríade *discurso-cognição-sociedade*, em que esses três elementos estão em relação constitutiva: a cognição é a interface que estabelece a relação entre o *discurso* e a *sociedade*, exercendo importante papel na produção e na compreensão do discurso.

Segundo Van Dijk (2018) a ACD é uma investigação analítica discursiva que tem por objetivo compreender como as relações de poder, domínio e discriminação social são reproduzidos e combatidos por meio da linguagem nos discursos sociais. Dessa forma, a ACD realiza uma investigação baseada nas relações de dominância exercidas por algumas classes, sociais superiormente hierarquizadas, em relação às outras. Para Van Dijk (2018), essa investigação é possível, porque o discurso, seu controle e sua própria produção constituem condição para o exercício do domínio social.

Essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa, que tem nos artigos de opinião, publicados pelo Gazeta do Povo, a fonte direta dos dados a serem interpretados. Segundo Godoy (1995), ao contrário da abordagem quantitativa, a qualitativa não faz uso da representação estatística para a análise dos dados estudados e sim procura analisar os fenômenos sociais que envolvem sujeitos, lugares e processos interativos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE O DISCURSO E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO - ACD

O discurso, como um ato social, é definido de uma forma bastante ampla, ganhando *status* de “evento comunicativo”, incluindo a interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal e facial, diagramação do texto, imagens e qualquer outra “semiose” ou forma multimodal de significação” (Van Dijk, 2013, p. 355). Esses elementos de significação que o constituem representam informações importantes, tanto para a sua compreensão quanto para a análise da sociedade, por meio da linguagem, no momento da interação e prática social, sejam a níveis individuais ou de grupos, organizações e instituições.

De acordo com Van Dijk (2018), durante esse processo de interação, o discurso pode ser influenciado, de forma indireta, pelas estruturas sociais dominantes, estas que interferem não apenas às variações da linguagem ou uso linguístico, mas também os sistemas semióticos, os gêneros, as crenças e práticas dos ouvintes ou leitores. Assim, enquanto membro de um grupo dominante, é permitido ao falante um determinado poder para agir, discursivamente, sobre outros grupos manipulando o funcionamento e a reprodução de suas falas.

Os discursos, segundo Van Dijk (2016a), são construídos sob a interferência dos diversos tipos de conhecimento, normas, valores e ideologias compartilhados pelos falantes na condição de atores sociais. Por essa razão constituem elementos que não podem ser identificados a partir de análises orientadas apenas pelas estruturas gramaticais, semânticas e estilísticas, mas sim a partir de uma análise cognitiva. A abordagem cognitiva fundamenta a afirmação de que o discurso “não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política (Van Dijk, 2018, p. 12).

Assim, para se chegar à sua compreensão, Van Dijk (2013) propõe, para a ACD, o seu enquadre teórico fundamentado na linha sociocognitiva, que tem como base a tríade *discurso-cognição-sociedade*, conforme veremos a seguir.

1.1. O TRIÂNGULO DISCURSO-COGNIÇÃO-SOCIEDADE

A proposta triangular apresentada por Van Dijk (2018) aponta que a *cognição* é um fator de integração entre o *discurso* e a *sociedade*, estabelecendo uma ligação indissociável entre esses três elementos.

Para Van Dijk (2018), a *cognição* é uma construção pessoal e social, que envolve o processamento mental de informações armazenadas na estrutura mental abstrata dos indivíduos chamada *memória* e os processos de interações concretas, seu contexto social e local, que contribuem para a produção de sentidos do discurso.

A *cognição pessoal*, de acordo com Van Dijk (2016a), corresponde às “maneiras como os usuários individuais da linguagem, como membros de comunidades linguísticas, epistêmicas e sociais, subjetivamente produzem e compreendem o discurso” (Van Dijk, 2016a, p. 10), formando os modelos *mentais individuais* a respeito de determinada questão. Embora esses modelos sejam individuais, eles se baseiam em representações socialmente compartilhadas dos usuários da linguagem identificadas como *cognição social*, apontando que *cognição social* e *pessoal* estão intrinsecamente ligadas.

A *cognição social* se refere a um conjunto de crenças compartilhadas socialmente, tais quais conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores (Van Dijk, 2016b). Podemos dizer que ela se refere à forma como pensamos, interpretamos, processamos e compreendemos, a partir de certos elementos compartilhados, os discursos e as informações referentes às situações que vivenciamos, constituindo nossas representações sociais armazenadas na memória.

A base de toda *cognição*, *pessoal* ou *social* e, portanto, de toda percepção, compreensão, ação, interação e discurso, é o conhecimento acumulado ao longo da vida e compartilhado socialmente pelos membros de comunidades epistêmicas.

A *sociedade* representa os grupos, instituições, organizações e comunidades que estão incluídas no micro e no macronível da ordem social, interagindo e se comunicando por meio do discurso. Para Van Dijk (2018), no micronível da ordem social se encontram o uso da linguagem, o discurso (em seu aspecto textual e/ou falado), a interação verbal, a comunicação e as práticas semióticas. Já o macronível se refere à estrutura social: grupos, organizações, instituições, comunidades ou outras coletividades, que constituem a sociedade. Macro e microníveis se inter-relacionam durante o processo de interação e comunicação cotidiana, formando um todo unificado. Essa relação entre o micro e o macronível da ordem social, *discurso* e *sociedade*, é mediada pela *cognição*. Isso ocorre porque:

As estruturas do discurso e as estruturas sociais são de natureza diferentes e só podem se relacionar por meio das representações mentais dos usuários da linguagem como indivíduos e como membros sociais. Portanto, a interação, situações e estruturas sociais só podem influenciar o discurso através das interpretações das pessoas sobre esses ambientes sociais...e, inversamente, o discurso só pode influenciar a interação e as estruturas sociais através da mesma interface cognitiva de modelos mentais, conhecimento, atitudes e ideologias (Van Dijk, 2016c, p. 169, tradução nossa).

Para ilustrar a movimentação entre essas ambas estruturas mediadas pela cognição mostramos, a seguir, a figura representativa dessa abordagem triangular.

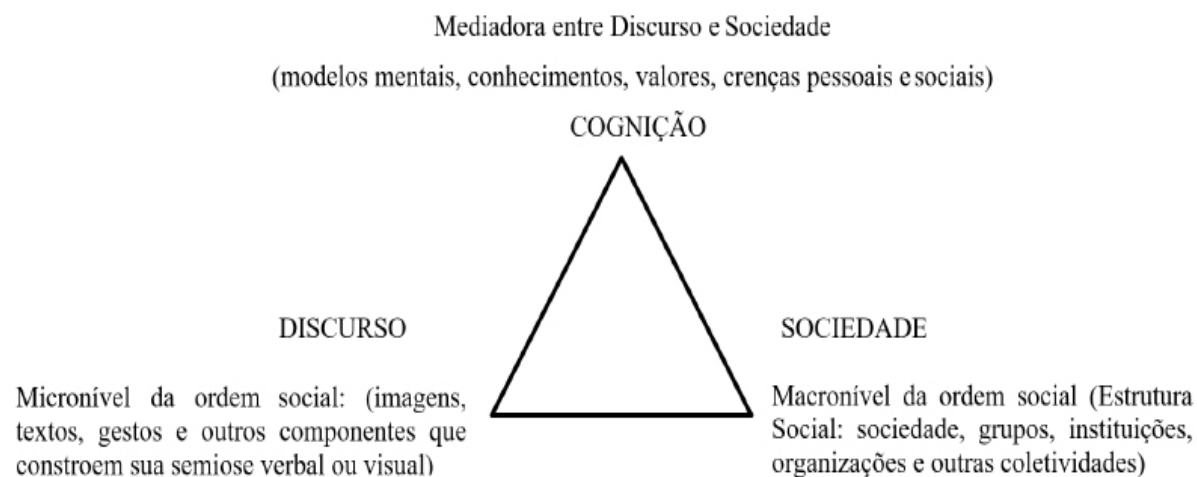


Figura 1 - Triângulo: discurso-cognição-sociedade

Fonte - Autoria nossa com base em Van Dijk (2018)

Somente por meio da integração das dimensões desse triângulo é que se pode explicar e compreender, na perspectiva da ACD, como as estruturas sociais e discursivas se influenciam mutuamente, e assim descrever e analisar os problemas sociais oriundos dessa relação.

1.2. MEMÓRIAS E MODELOS MENTAIS (SITUACIONAL E DE CONTEXTO)

De acordo com Van Dijk (2018, p. 202), “processos cognitivos e representações são definidos em relação a uma estrutura mental abstrata chamada memória”. Tradicionalmente, a memória recebe duas classificações: memória de curto prazo (MCP), e memória de longo prazo (MLP). Segundo Van Dijk (2016b, 2018), na memória de curto prazo (MCP), são processadas informações que resultam na compreensão e na produção de enunciados, sentenças, palavras e sinais não verbais que correspondem a uma situação mais imediata, que acontece em tempo real, utilizando as informações limitadas armazenadas na memória de trabalho (MT). O resultado desse processamento é armazenado na memória de longo prazo (MLP).

A memória de longo prazo, de acordo com Van Dijk (2016b, 2018), é onde se organizam os processos cognitivos por meio de estruturas denominadas *representações mentais*. Ela está dividida em dois tipos: *semântica* e *episódica*.

A *memória semântica*, segundo Van Dijk (2018) é chamada de *memória social*. Pois, pressupõe-se que ela “é constituída por uma base comum de crenças socioculturais, caracterizada por conhecimentos e opiniões culturais geralmente partilhadas” (Van Dijk, 2018, p. 203), como ideologias, crenças, normas, valores e atitudes. Essa base é que cria o senso comum a respeito de determinado discurso em um grupo social, permitindo a compreensão e a comunicação no seu interior.

Ao contrário da memória semântica, a episódica, ou autobiográfica, é formada pelos conhecimentos e pelas experiências pessoais, passadas ou em curso, que são resultados da compreensão ocorrida na memória de curto prazo (MCP) e que por sua natureza são individuais e únicas. Essas experiências e conhecimentos pessoais constroem os *modelos mentais subjetivos, que são* a interpretação, o conhecimento e a opinião pessoal a respeito de determinada questão, ou seja, representações subjetivas, pessoais e únicas de situações comunicativas ou eventos específicos vividos pelos indivíduos, interpretados, pessoal e individualmente, por eles e que estão armazenados na memória episódica, a parte pessoal da memória de longo prazo.

Para Van Dijk (2018), uma vez que esses modelos tenham sido construídos, eles são expressos nos discursos por meio de várias estratégias linguísticas e discursivas, que revelam não só a presença de atitudes e ideologias compartilhadas socialmente, mas também a interpretação e a opinião do falante a respeito da situação discursiva em curso. A compreensão desses discursos se inicia a partir dos *modelos mentais* de seus destinatários, construídos a partir de sua interpretação pessoal ou a partir do seu conhecimento socialmente compartilhado a respeito do que trata o discurso, que pode ser analisado cognitivamente.

Quanto aos *modelos mentais*, é importante considerar que apenas parte deles é expressa no discurso. Para que os falantes saibam quais informações do seu modelo mental devem ser expressas,

Eles precisam saber algo sobre a situação comunicativa corrente de sua fala e de sua escrita – incluindo as crenças presumidas de seus receptores. Eles precisam saber também, em que ocasião estão falando, para que assim, possam avaliar se a expressão de suas crenças é apropriada a situação social corrente (Van Dijk, 2018, p. 209).

A escolha dessas informações irá depender de como os falantes interpretam os aspectos sociais da situação comunicativa na qual eles estão envolvidos: o seu *modelo de contexto*, este que pode ser definido em termos de representações mentais, algo que é interno aos usuários da linguagem e não externo:

um tipo específico de modelo mental, isto é, como representações das próprias situações comunicativas feitas subjetivamente pelos participantes, e não como situações comunicativas enquanto tais – que é o tratamento habitual. (Van Dijk, 2020, p. 43).

Assim Van Dijk (2020), conclui que o modelo de contexto também possui uma abordagem cognitiva e social.

1.3. QUADRADO IDEOLÓGICO

Considerada sistema básico de cognição social, a ideologia orienta a conduta dos discursos dos membros de um grupo, e, de acordo com Van Dijk (2005), “controlam outras representações mentais, como atitudes sociais de grupo (incluindo preconceitos) e os modelos mentais” (Van Dijk, 2005, p. 260). A forma persuasiva com que ela se faz presente nesses discursos, caracterizando-os como ideológicos, nos mostra que eles não são construídos arbitrariamente:

Para funcionar como expressão e reprodução persuasiva das atitudes e ideologias do grupo, algumas estruturas do discurso são mais típicas ou eficientes do que outras. Por isso, uma das qualidades mais típicas e gerais do discurso ideológico é constituída por sua natureza polarizada, que reflete a estrutura polarizada subjacente das atitudes e ideologias sociais. (Van Dijk, 2015, p. 56).

Essa estrutura, para Van Dijk (2005), abstrata e avaliativa, é denominada de *quadrado ideológico* e tem como estratégia construir argumentos que enfatizem propriedades e/ou ações positivas de *nós* e propriedades e/ou ações negativas de *eles*, e, mitigar propriedades e/ou ações negativas de *nós* e propriedades e/ou ações positivas de *eles*. A partir dessa estratégia, instituiu-se a polarização, em que *nós* constitui o endogrupo, e *eles* o exogrupo.

Essa estratégia, segundo Van Dijk (2018), pode ser aplicada em vários níveis do discurso, como nas macroestruturas semânticas, no léxico, na sintaxe local, nas figuras retóricas, nas metáforas e nas hipérboles. A forma como ela será aplicada dependerá da intenção daquele que se enuncia em enfatizar as boas e as más ações dos envolvidos na ação comunicativa, criando, por meio da sequência de proposições, significações para o discurso, que evidenciam o seu caráter ideológico.

Segundo Van Dijk (2015), “o discurso ideológico não está baseado apenas nos modelos mentais ideológicos polarizados do falante” (Van Dijk, 2015, p. 57). Ele é calculado para influenciar e persuadir seus destinatários, de maneira a formar ou confirmar modelos ideológicos similares aos que propaga. É dessa maneira, por meio de discursos públicos do endogrupo, como os que ocorrem por meio da imprensa escrita ou falada, que as ideologias são aprendidas e reproduzidas, conduzindo à construção de modelos ideológicos por parte dos destinatários do seu discurso e à formação de atitudes ideológicas compartilhadas socialmente. De acordo com Van Dijk (2015), quando essas atitudes atendem ao interesse de um grupo dominante em detrimento do interesse de um grupo dominado, tem-se uma forma de persuasão, a qual ele denomina *manipulação*.

Observa-se assim que a manipulação é definida “em termos de dominação social e da sua reprodução em práticas cotidianas, incluindo o discurso” (Van Dijk, 2018, p. 237), mostrando que ela é uma prática daqueles que têm acesso a formas de discurso público, funcionando como um meio de reprodução do poder. Através desse acesso, pode-se manipular as estruturas

locais e globais do discurso, construindo a polarização em que a autoapresentação positiva de nós e a outra-apresentação negativa de eles, características do *quadrado ideológico*, podem ser condutoras e influenciadoras do processamento e da compreensão dos discursos.

2. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA IMPRENSA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO JORNAL GAZETA DO POVO

2.1. IMPRENSA

Para Sodré (1999), a história da imprensa, esta compreendida como jornal e revista, é a própria história da sociedade capitalista:

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (Sodré, 1999, p. 1).

Na luta de poder entre as elites sociais, culturais e políticas pelo controle e alinhamento das informações divulgadas pela imprensa aos seus próprios interesses pessoais, Sodré (1999) observa elementos importantes que revelam a ligação estreita entre o desenvolvimento da imprensa e da sociedade capitalista, o que chamou de ligação dialética. Dialética porque as informações publicadas pela imprensa tinham uma tendência a padronizar o comportamento humano, pois universalizavam valores éticos e culturais.

A ligação entre a imprensa e o capitalismo contribuía também para a evolução do problema de liberdade de expressão e de informação, porque as elites tinham interesses mercantilistas, o que tornou o desenvolvimento da imprensa lento e permitiu que ela fosse controlada pelo governo (Sodré, 1999). Entretanto, o controle governamental contrariava os interesses financeiros e, por tal razão, foi combatido pelas forças econômicas.

Segundo Sodré (1999), a luta pela rapidez no processo de divulgação das informações exigiu da imprensa inventos que contribuíram para aumentar a velocidade da impressão. Para acompanhar essa evolução, as notícias também foram mudando, admitindo-se o jornalismo de cunho pessoal, em que predomina a opinião sobre a informação, demonstrando ser possível orientar a opinião pública por meio do fluxo de notícias, o que explicita que o processo de informar não é neutro.

Em decorrência dos interesses dos proprietários dos meios de comunicação observa-se que “há um claro poder desmedido e incontrolado sobre a (in)formação da opinião” (Fonseca, 1999, p. 10). Esses interesses, de ordem política, social e econômica, são cada vez mais potencializados tendo em vista a ausência de controle social sobre a mercadoria notícia. A noção de controle aqui não é a de censurar, mas a de impedir que os meios de comunicação, sob a máxima da liberdade de expressão, atuem como produtores do consenso, eliminando a possibilidade de pluralismo (Fonseca, 1999). Essa atuação pode ter como consequência o uso da imprensa como um instrumento de manipulação ideológica e formador de opinião com poder para interferir no comportamento da sociedade. Como exemplo dessa atuação temos os artigos de opinião, que serão analisados no decorrer dessa pesquisa.

2.2. JORNAL GAZETA DO POVO

Como meio de produção e reprodução dos discursos temos a imprensa atuante, como é o caso do jornal Gazeta do Povo fundado na cidade de Curitiba, tendo sua edição de número um publicada em 1919.

Entre a sua fundação e os anos 2000, o jornal Gazeta do Povo passou por mudanças significativas, o que lhe garantiu, na década de 1940, lugar de destaque como principal jornal do Estado do Paraná (Santos, 2011). Vendido na década de 1960, em decorrência de uma crise financeira, o Gazeta do Povo iniciou um período de investimentos que o fez se tornar em 1995

o primeiro jornal a disponibilizar notícias jornalísticas na rede de internet (Neto & Severo, 2009; Santos, 2011).

A partir dos anos 2000, já considerado o maior jornal do Estado do Paraná, o Gazeta do Povo passou a adotar uma postura conservadora, coerente com o avanço da direita no Brasil, como uma estratégia direcionadora do seu trabalho jornalístico, objetivando romper com as barreiras regionais e aumentar sua audiência (Martins, 2018). Em 2015 ele iniciou um projeto que reformularia todo o seu site e encerraria a sua edição diária impressa, o que foi considerado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) em 2017 “a mais ousada transformação de modelo de negócios da indústria de notícias do Brasil” (ANJ, 2017, s/n). Com a reformulação o Gazeta do Povo tornou-se o primeiro jornal brasileiro a produzir conteúdos, originalmente, para plataformas móveis no conceito *mobile first*. Nesse novo modelo de fazer jornalismo, prevaleceu o interesse por assinaturas digitais e publicidade.

Em 2019 o Gazeta do Povo completou cem anos de existência, período em que, segundo dados internos de sua administração, ele era considerado um dos jornais mais lidos no Brasil e em 2020, torna-se um jornal exclusivamente digital. Atualmente, o Gazeta do Povo atua também nas redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Linkedin* e *YouTube*, apresentando um número expressivo de acessos e de seguidores, mostrando que ultrapassou as barreiras regionais da capital paranaense, disponibilizando conteúdo jornalístico de interesse de todo o país, sendo reconhecido nacionalmente.

2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De acordo com Cardoso Jr. (2019), entre o período de 2016 e 2019, o comando do país foi assumido por um grupo político, acompanhado de detentores de cargos públicos de alto escalão no governo, que possuíam uma visão ideologizada e negativa do papel do Estado nas esferas econômicas e social do país. Eles

Acusam o Estado, suas organizações, instituições e servidores como males em si, que devem ser combatidos e combalidos – já que por ora seria mesmo impossível extirpá-los completamente da vida econômica e social tal como ela é há milênios! – para que as supostas virtudes inatas dos indivíduos e – falácia da composição à parte – dos mercados autorregulados (entendidos simplesmente como a somatória das vontades e iniciativas individuais!) possam florescer para o bem geral dos mesmos e do País (Cardoso Jr., 2019, p. 19).

Esse discurso pautado na culpabilização e no desmerecimento do funcionário público encontra eco na sociedade, tanto de forma generalizada quanto específica. Generalizada porque a sociedade já assimilou a significação estereotipada de servidor público, historicamente, construída com a contribuição dos próprios modelos de administração pública do Brasil. Específica porque tal *discurso* interessa às elites simbólicas para quem a menor atuação governamental no âmbito econômico e social, seria compreendida como um ganho à sociedade.

Essa significação estereotipada de funcionário público, que tem sobrevivido a várias tentativas de reformas na forma de administrar o Estado, reflete as consequências de uma administração patrimonialista e burocrática que não trouxe nenhuma modernização na forma de gerir a prestação dos serviços à sociedade.

De acordo com Costa (2008), a vinda da Coroa portuguesa para o Brasil, em 1808, é considerada um marco para a construção do Estado nacional. Sua instalação no país gerou a criação de vários dos organismos existentes na antiga sede do Reino, considerados nem sempre necessários, mas que significavam uma oportunidade de se criar cargos administrativos e honorários para satisfazer aqueles que haviam acompanhado sua vinda para o Brasil. Ao mesmo tempo, outras instituições consideradas úteis e necessárias também foram criadas, gerando impacto na vida econômica, social, política e cultural do país. A administração desse novo Estado inaugurou o primeiro modelo de administração pública do Brasil: o modelo patrimonialista, em que:

O aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem *status* de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. A *res publica* não é diferenciada das *res principis*. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração (Chiavenato, 2009, p. 106).

Instaurou-se então, segundo Chiavenato (2009), uma administração em que não havia a prevalência da impessoalidade e da supremacia do interesse público. O quadro administrativo que se formou, de acordo com o interesse da corte, não era nada mais do que o outro *eu* do rei, a sua sombra, pois cabia a ele administrar, governar e despendar da forma como o rei o faria representando, portanto, a centralização do poder real. Porém, esse quadro administrativo se converteu em uma nobreza burocrática que se apropriava das funções públicas para auferirem rendas, revelando a existência de uma administração pública corrupta praticada tanto pela corte quanto pelos seus servidores (Costa, 2008).

A partir de 1930, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista, surge o modelo de administração pública burocrática. Este modelo implementou um controle administrativo rígido fazendo com que o Estado se voltasse para si mesmo, negligenciando os serviços prestados à sociedade (Chiavenato, 2009). Esse fato fortaleceu a significação negativa e estereotipada de funcionário público que, em função da burocracia, não conseguia atender as demandas sociais na expectativa de seus solicitantes.

Segundo Chiavenato (2009) em uma tentativa de superar a rigidez burocrática, implementou-se a partir do Decreto-Lei n.º 200 de 1967, o atual modelo gerencial de administração pública. Porém, embora seja orientado pelos valores da eficiência e da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial das organizações, o modelo gerencial não chegou a romper definitivamente com a burocracia, permanecendo atrelado ao interesse da administração burocrática em que a proteção do Estado se sobressai ao interesse e às demandas da sociedade.

Como consequência desse não rompimento, ainda hoje, apesar dos avanços tecnológicos e da globalização da economia, observa-se que a administração pública se apoia em princípios e práticas administrativas engessadas do passado. Esse fato contribui para que a significação negativa e estereotipada de funcionário público não seja superada, mas sim reproduzida socialmente sendo cada vez mais naturalizada pelos discursos públicos.

3. ANÁLISE DO MATERIAL SELECIONADO PARA PESQUISA

O primeiro artigo analisado é “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil”¹, editado pelo jornalista Rodrigo Constantino e publicado no site oficial do jornal Gazeta do Povo, em 27 de julho de 2017. Esse artigo constitui uma abordagem tanto pessoal quanto representativa das ações governamentais, por parte de seu editor, bem como opiniões de outras empresas, a respeito das questões salariais que envolvem o funcionário público.

1. Disponível em <https://www.gazeta-dopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-corporativismo-dos-privilegiados-servidores-publicos-unidos-contra-o-brasil/>. Acessado em 17/09/2020.

Tais questões salariais, ao serem tratadas no discurso, colocam em evidência, por meio de escolhas lexicais como “corporativismo e privilegiados”, que compõem o título do artigo, conceitos a respeito do servidor público compartilhados socialmente. Construído de forma topicalizada, o título chama a atenção para a importância do assunto que será tratado no discurso: a relação funcionário público vs Brasil, para a qual busca conceder maior expressividade.

No primeiro conjunto de proposições do título essa maior expressividade está demonstrada nas escolhas lexicais “corporativismo” e “privilegiado”. Ao associar o servidor público ao léxico “corporativismo”, o jornalista contribui para que tais trabalhadores sejam vistos como membros de agrupamentos corporativos que agem de forma organizada para defender seus próprios interesses, e não como um agente público que por meio do seu trabalho, age em conjunto como Estado para o atendimento das necessidades prioritárias da sociedade.

Já o emprego do léxico “privilegiados” é utilizado para se referir ao servidor público de

forma depreciativa. Tendo sido utilizado em diversos outros discursos, inclusive pelo próprio governo federal para se referir ao servidor público, tal léxico reproduzido nesse artigo reitera o senso comum a respeito desses trabalhadores, e nos mostra como a cognição social influencia na construção das representações mentais dos atores sociais, conforme menciona Van Dijk (2016a). Assim, verifica-se que as escolhas lexicais “corporativismo” e “privilegiados”, foram feitas pelo jornalista em função de suas crenças, conhecimentos e ideologias, compartilhadas socialmente, e que se encontram armazenados em sua memória semântica.

O segundo conjunto de proposições do título, “servidores públicos unidos contra o Brasil”, na condição de aposto explicativo, não só justifica a significação impressa no discurso, a respeito do servidor público na primeira parte do título, como também revela uma opinião ideológica do jornalista, a respeito desses trabalhadores. A partir dessa opinião, se institui a polarização no discurso, em que de um lado estão os servidores públicos, evidenciados como aqueles que se organizam em defesa de seus interesses próprios, sendo indiferentes aos interesses coletivos do país; e de outro o Brasil, a vítima do corporativismo dessa categoria profissional privilegiada no mundo do trabalho.

Por se tratar de um artigo de opinião, juntas, as duas proposições “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil”, constituem um título que revela o modelo mental de servidor público que o jornalista tem, que de acordo com Van Dijk (2016a), embora seja pessoal, foi construído a partir de representações mentais compartilhadas socialmente por ele, como a de que o servidor público é um “privilegiado” e pratica o “corporativismo”. Tais características concedidas a esses trabalhadores, por meio do discurso, são conhecidas no meio social e por essa razão são compreendidas dentro de uma esfera comunicativa que envolve assuntos relacionados ao próprio servidor público, ao governo e às questões que circundam a relação existente entre eles.

Na sequência, o título é ilustrado pela seguinte imagem que representa a capital do país, o centro onde são tomadas todas as decisões políticas e administrativas que o governam e que interferem na vida da população.

Figura 2 - Imagem do Senado Federal

Fonte - Jornal *Gazeta do Povo*



2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As raízes que constituem a imagem acima são indícios de um discurso que se refere ao corporativismo dos servidores públicos, arraigado e presente nos grupos organizados aos quais eles pertencem, com a finalidade de defender seus próprios interesses. Elas fazem uma referência ao termo utilizado no discurso para se referir ao servidor público, “deep state”, para identificá-los como membros de corporações que se organizam para garantir a manutenção de seus próprios interesses, independentemente da realidade que os cercam. Consideramos que essa escolha lexical, “deep state”, representa um desdobramento do título construído ideologicamente e representado de forma imagética com o objetivo de controlar as *representações mentais* do leitor, influenciando suas atitudes e seus *modelos mentais*.

Esse controle é definido por Van Dijk (2018) como *manipulação*, uma estratégia de dominação social reproduzida em práticas discursivas, utilizada por aqueles que têm acesso a formas de poder. No caso do artigo “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil”, esse acesso pertence ao jornalista Rodrigo Constantino. De posse dele, Constantino reproduz, no meio social, sua opinião pessoal a respeito do servidor público, manipula as estruturas locais e globais do seu discurso e institui a polarização na sociedade.

Na sequência do artigo, podemos observar o jornalista fazer uso de outras escolhas lexicais como “exploradores”, “consomem nossos impostos” e “curtindo estabilidade” para se referir ao funcionário público. Tais escolhas revelam um discurso fundamentado em um modelo mental desses trabalhadores, cuja construção sofreu influência das representações mentais, armazenadas na memória semântica do jornalista. Ao ser expresso por meio do artigo, esse modelo mental contribui para legitimar, socialmente, as práticas discursivas que conferem ao servidor público, um caráter negativo e estereotipado, influenciando nas atitudes e nas crenças dos destinatários do seu discurso.

Outro léxico empregado no discurso com potencial de influenciar seus destinatários é o “luta de classes”, que carrega, intrinsecamente, um significado ideológico. Na *memória semântica* dos atores sociais, “luta de classes” é um conceito representativo dos conflitos existentes entre os trabalhadores e o modo de produção capitalista, que faz da exploração do trabalho uma forma de acumular lucros e riquezas, o que reforça o debate sobre as desigualdades sociais. Observa-se que esse conceito histórico e coletivo não foi abordado no discurso. Ao contrário, ele foi ocultado para dar lugar a um novo conceito que estabelece outro tipo de polarização. A luta de classes deixa de ser entre produção capitalista e trabalhadores e passa a ser entre servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada: “se existe mesmo uma ‘luta de classes’ com explorados e exploradores, então é preciso reconhecer que os *exploradores* são os que *consomem* nossos impostos, e os explorados são aqueles que pagam a fatura com seu trabalho na iniciativa privada.”

A desigualdade social demonstrada no discurso de Constantino cria a significação de uma iniciativa privada vitimizada pelo funcionalismo. Essa significação, ao ser interpretada pelos atores sociais, permite àqueles que não são funcionários públicos se identificarem com o discurso polarizador do jornalista e enxergarem essa categoria de trabalhadores como um grupo que desequilibra, tanto financeira como socialmente o país, o que nos mostra que o efeito do discurso na sociedade depende da forma como os atores sociais o interpretam, explicitando a relação indissociável que, segundo Van Dijk (2018), existe entre o *discurso*, a *cognição* e a *sociedade*.

No segundo artigo “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta dos “parasitas”², observamos já na sua macroestrutura, a reprodução do construto cognitivo “parasitas”, enunciado por representantes federais em eventos comunicativos oficiais, em que o funcionário público era o tema principal da discussão, dando continuidade a um processo de semiotização desses trabalhadores. Um léxico que ao ser utilizado posiciona o Estado brasileiro como hospedeiro, aquele que com seus recursos sustenta os funcionários públicos. Por sua vez, tais funcionários ficam caracterizados como aqueles que vivem às custas do Estado, permanecendo alheios às condições econômicas da sociedade brasileira. Cria-se entre ambos uma relação que pode ser concebida como a de explorado e explorador.

Essa relação de explorado e explorador resume aspectos como as impressões, percepções e julgamentos, a respeito dos funcionários públicos, armazenados na memória semântica do jornalista, na forma de representações mentais sobre esses trabalhadores. Esses aspectos constituem conceitos avaliativos, que ao serem expressos no artigo, contribuem para agregar ao funcionário público, uma carga pejorativa que acentua a sua significação negativa no meio social. Além disso, funcionam como um instrumento de persuasão, levando a sociedade a identificar o funcionário público como um peso para o Estado brasileiro.

Na sequência do título temos a seguinte imagem atrelada a um texto informativo:

2. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/jr-guzzo/concentracao-renda-servidores-publicos-parasitas/>. Acessado em: 07/08/2020.



Figura 3 - Concentração de rendas

Fonte - Jornal *Gazeta do Povo*
(extraído de Pixabay)

Segundo o ministro Paulo Guedes, 90% da receita do Brasil banca o funcionalismo público. Se isso não for concentração de renda, eu não sei mais o que é.

Essa imagem retrata uma quantidade acumulada de papel moeda impresso em seus dois maiores valores – notas de 50 e de 100 reais – circulantes no mercado até então. Sua inclusão no artigo é uma estratégia para criar um marcador visual que ressalta, juntamente com o texto verbal que a acompanha, a acumulação de renda por parte dos funcionários públicos o que reforça o significado das escolhas lexicais “concentra mais renda”, “nobre casta” e “parasitas”, feitas para identificá-los no título do artigo: “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta dos ‘parasitas’”.

A palavra “parasitas” destacada, estrategicamente, no título por meio de um recurso gráfico, atraindo para si a atenção dos leitores, é empregada em tom de acusação e institui o sujeito da frase identificado como beneficiário de uma situação socialmente privilegiada, os funcionários públicos. Sem se preocupar em destacar quaisquer características positivas a respeito desses trabalhadores o autor reproduz sua ideologia em seu texto, agindo de forma a persuadir os leitores a compartilhar de suas ideias e a processarem apenas informações negativas a respeito do funcionário público.

Tais situação discursiva criada pelo jornalista revela a natureza cognitiva do discurso e a retomada dos *modelos mentais* e representações sociais referentes ao funcionário público. Um modelo que se mantém em torno dos conceitos estereotipados, construídos e compartilhados sócio-historicamente pela sociedade brasileira. Juntos, o título do artigo e a sua estrutura não verbal constroem um discurso marcado ideologicamente, que proporciona a descrição dos funcionários públicos como os membros do exogrupo.

Analisaremos, por fim o corpo do artigo que vincula o funcionário público à questão da distribuição e concentração de renda no país, inserindo-o em uma situação contraditória:

“Em poucos países do mundo se faz tanto barulho, se fala com tanta indignação contra a concentração de rendas como no Brasil. Ao mesmo tempo não existe, possivelmente, nenhum outro onde os concentradores de renda sejam tão protegidos como aqui. Mais do que isso: são considerados vítimas...”

De acordo com o enunciado acima, a contradição se refere ao fato de que o país “faz tanto barulho” contra a concentração de renda do funcionário público ao mesmo tempo em que dedica a eles proteção para que essa concentração aconteça. Os léxicos “fazer barulho” significa criticar, desaprovar e condenar a concentração de renda do funcionalismo. Já o léxico “protegidos” traz à tona a discussão sobre a característica corporativista atrelada ao funcionário público, em que estes se organizam para garantir seus interesses sem serem contrariados pelo Estado. A intenção discursiva do jornalista ao expor essa contradição não é apenas apontar a incoerência no tratamento destes funcionários, mas também chamar a atenção da sociedade para o que seria uma posição privilegiada da categoria quando se trata da distribuição de renda, buscando desenvolver a consciência de estar diante de uma classe que tem apoio político, implícito no léxico “protegidos”, que cria a significação de apoio às demandas dos funcionários públicos.

De acordo com o jornalista, mais do que “protegidos”, esses trabalhadores, são considerados, ironicamente, como “vítimas.” O léxico “vítimas” relaciona-os a uma condição que não

corresponde à realidade vivida por eles, segundo a concepção do próprio jornalista, e representa a expressão da rejeição explícita à suposta proteção do país. Além disso, a identificação dos funcionários públicos como “protegidos” e “vítimas” implica a formação de uma proposição ideológica subjacente: “Eles são os favorecidos e nós os desfavorecidos e desprivilegiados.”

O discurso do corpo editorial, assim como o título do artigo, “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta de ‘parasitas’”, também gira em torno do *modelo mental* do que é um funcionário público. Esse modelo de domínio cognitivo reúne conhecimentos e crenças compartilhadas sócio-historicamente, armazenados e organizados na estrutura esquemática da memória. Podemos dizer que o autor representa o discurso de todos os membros da sociedade que compartilham com ele o mesmo *modelo mental*. É uma posição recorrente e circula tanto por meio de conversas informais, quanto por informações institucionalizadas, como as veiculadas pelos jornais, revistas ou por meio de discursos de membros da administração pública. Esse *modelo mental* é reforçado pela disponibilização, na maior parte do texto, de informações que posicionam o funcionário público como o maior consumidor dos recursos arrecadados pelo Estado brasileiro:

“Mas são justamente esses que consomem, acredite se quiser, 90% de tudo o que a população paga de impostos...”

“Ficamos assim, então: de um lado 12 milhões de funcionários que levam 9 em cada 10 reais arrecadados pelo fisco, e de outro 200 milhões que pagam tudo e ficam com aquele 1 real que sobrou dos 10.”

“O pior da história é que a imensa maioria paga muito, cada real que sai do seu bolso, e vai para o bolso do funcionalismo, é um real a menos no seu patrimônio e no orçamento que tem para viver.”

“Os concentradores de renda de que se trata aqui são os que ficam com a maior parte dos recursos do Estado.”

A construção discursiva do jornalista, demonstrada nos enunciados acima, não se resume à exposição de fatos referentes aos trabalhadores do setor público, mas a um ato impregnado de intencionalidade. Cada escolha lexical que compõe o discurso expressa cognições específicas do autor organizadas para veicular e conduzir, de forma persuasiva, os *modelos mentais* de funcionário público do leitor, privilegiando o discurso ideológico hegemônico a respeito desses trabalhadores e colocando em discussão, questões a respeito desses trabalhadores que os associam às situações causadora de prejuízos aos demais brasileiros.

Ao identificar os funcionários públicos como “concentradores de renda” ou como aqueles que “levam 9 em cada 10 reais arrecadados pelo fisco”, o jornalista expressa uma opinião pessoal que repercute, socialmente, como uma ação condenadora e denunciadora da suposta condição privilegiada dos funcionários públicos na sociedade e que revela tanto seu posicionamento ideológico frente aos funcionários públicos, como também o seu modelo mental a respeito desses profissionais.

A subjetividade que compõe esse discurso muda o foco da definição de funcionário público, que deixa de ser visto como um agente que viabiliza as ações de políticas públicas de importância fundamental para assegurar o atendimento das necessidades e dos direitos da sociedade, e passa a ser visto como aquele que suga os recursos do Estado brasileiro que pertencem a todos. Esse discurso a respeito do funcionário público privilegia a argumentação e põem em discussão, através de um conjunto de escolhas lexicais, questões a respeito desses trabalhadores associando-os às situações causadora de prejuízos aos demais.

Com isso, possíveis informações positivas a respeito desses trabalhadores tendem a ser mitigadas, frente a declarações negativas que contribuem para atualizar o modelo de funcionário público na mente do leitor, constituído de conceitos depreciativos, representantes da cognição social a seu respeito. Essa imagem estereotipada concebe o modelo de contexto do evento comunicativo: funcionários públicos consomem a maior parte dos recursos (como impostos)

arrecadados pelo governo e compõem uma classe financeiramente privilegiada em detrimento de todos os demais brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se propôs a discutir, sob uma análise interpretativa, a natureza social dos discursos a respeito dos funcionários públicos e suas representações imagéticas presentes nos artigos selecionados no portal do jornal Gazeta do Povo, escritos pelos jornalistas J.R. Guzzo e Rodrigo Constantino, bem como as possíveis significações a respeito destes, constituídas de crenças, valores e opiniões construídas historicamente.

Ao analisarmos os artigos, observamos que há um movimento discursivo por parte dos jornalistas para realizar uma apresentação negativa dos servidores públicos, lançando mão de uma estratégia de polarização, já nos títulos dos textos, feito por meio de escolhas lexicais, bem como recursos imagéticos, que constroem os significados locais e globais dos discursos, caracteristicamente negativos, materializando ideologias e práticas sociais, constituidoras dos modelos mentais.

O *modelo mental* de funcionário público, conceituado por léxicos como “parasitas”, “exploradores”, “concentradores de renda” ou caracterizados como donos de uma força política utilizada para defender a seus próprios interesses em detrimento do restante da sociedade, nos mostra que os jornalistas trouxeram subjetividade para a prática linguística, expondo conceitos que discriminam, ofendem os servidores públicos e constroem a polarização entre estes e os demais trabalhadores da sociedade.

No processo de interação social, a prática linguística aciona e atualiza o modelo mental negativo de servidor público, que circula na sociedade e contribui para influenciar outras representações dos receptores dos discursos a respeito desses trabalhadores. Essa influência ocorre porque os discursos não são interpretados apenas linguisticamente, mas também cogni-

tivamente, a partir das percepções, raciocínios e conhecimentos pessoais socio-culturalmente compartilhados e armazenados na memória dos destinatários do discurso na forma de modelos mentais de servidor público. São essas cognições pessoais e sociais que permitem a compreensão dos discursos e definem as atitudes dos usuários da língua, apontando para a relação indissociável entre *discurso-cognição-sociedade*.

Consideramos que, em razão da natureza difamatória dos discursos aqui tratados e o estereótipo de servidor público que circula na sociedade brasileira, esses discursos contribuíram para fortalecer o consenso dominante e negativo a respeito do funcionário público, em que esse trabalhador é visto como um privilegiado, que vive às custas do Estado brasileiro, representando um peso por consumir quantidades onerosas de recursos pagos pela população, que não se revertem em benefícios sociais e contribuem para a formação de um clima de intolerância a respeito do servidor público.

A autonomia para pôr em circulação esses discursos negativos representa uma característica de abuso de poder e de dominação social, exercidos pela elite simbólica – os jornalistas –, possuidora de acesso e controle a formas mais influentes do discurso público, e que atua ao lado de grupos poderosos que detêm os meios de produção e reprodução discursiva. O acesso a essa forma influente de discursos públicos, foi utilizado, pelos jornalistas, para a construção de artigos de opinião em que as escolhas lexicais promoviam a visão do servidor público como uma casta privilegiada e, que tinha como consequência a vitimização dos trabalhadores da iniciativa privada, contribuindo para a polarização da sociedade, dividida entre o grupo dos funcionários públicos e o grupo dos demais trabalhadores da iniciativa privada.

Os discursos buscavam persuadir aqueles que não trabalhavam para o Estado a se sentirem representados. São discursos que não geraram nenhuma contribuição social, não propuseram nenhuma discussão a respeito do servidor público, seu papel na sociedade, suas relações de trabalho com o Estado ou propostas de melhorias para sua atuação. Ao contrário, imbuídos de

TRIGO, MÁRA RUBIO; *A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal Gazeta do Povo / The construction of the image of the Brazilian civil servant: a critical-discursive analysis of opinion articles from the newspaper Gazeta do Povo*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 303-333

um teor apelativo, os discursos buscaram promover uma comoção popular, cujo efeito previsto era uma atitude de indignação e repulsa ao servidor público, contribuindo para o fortalecimento e a reprodução de sua imagem negativa.

REFERÊNCIAS

- ANJ (2017). *Gazeta do povo extingue edição impressa diária e aposta na produção e distribuição de conteúdo pago e mobile*. Associação Nacional de Jornais. <http://www.anj.org.br/site/autorre/content/73-jornal-anj-online.html>.
- Cardoso Jr, J.C. (2019). Argumentos para combater o bullying institucional do governo Bolsonaro. In Associação dos Funcionários do IPEA (Org.). *Mitos liberais acerca do Estado Brasileiro e bases para um serviço público de qualidade*. São Paulo: QCP, pp. 19-68.
- Chiavenato, I. (2009). *Administração Geral e Pública. Teoria e mais de 500 questões com gabarito*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Costa, F. L. (2008). *200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas*. FGV Digital Repository. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/21401>.
- Fonseca, F. (2000). A democracia virtual: a mídia sem freios e contrapeso. In O. Ianni, *et alli* (Org.), *Desafios da Comunicação*, pp. 1-19. <http://anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt03-9/4355-ffonseca-a-democracia/file>.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 57-63.
- Martins, R. M. (2018). Como a gazeta do povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. *The Intercept Brasil*. <http://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>.
- Fausto Neto, A. F. & Severo, A. K. S. (2009). Um olhar sobre três jornais paranaenses e suas relações de comunicação, consumo e práticas sociais. *Revista Anagrama*, 2, 1-19. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2009.35415>.
- Santos, A. C. (2011). O jornalismo de região em consonância com a história do seu povo: um breve estudo da trajetória da Gazeta do Povo. *Revista Temática*, 2, s/n.
- Sodré, N. V. (1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- _____. (2013). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo a favor da diversidade. *Linha d'Água*, 26, 2, 351-381. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381>.

TRIGO, MÁRA RUBIO; *A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal Gazeta do Povo / The construction of the image of the Brazilian civil servant: a critical-discursive analysis of opinion articles from the newspaper Gazeta do Povo*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 303-333

van Dijk, T. A. (2015). Ideologia. *Letras de Hoje*, 50(5), 53-61. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23139>.

_____(2016a). Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica: Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, 9: 08-29. doi: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2016.s.23189>.

_____(2016b). Sociocognitive Discourse Studies. [http:// www.discourses.org/download/articles](http://www.discourses.org/download/articles).

_____(2016c). Estudios Críticos del Discurso: Um enfoque sociocognitivo. *Discurso & Sociedad*, 10(1), 167-193. [http://www.dissoc.org/ediciones/v10n01/DS10\(1\)Van%20Dijk.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v10n01/DS10(1)Van%20Dijk.pdf).

_____(2018). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

_____(2020). *Discurso e Contexto*. São Paulo: Contexto.

Discurso bolsonarista ou nazista? A materialidade discursiva em charges

Bolsonarista or Nazi speech? Discursive materiality in political cartoons

VIEIRA, ISABELA RODRIGUES
vieirarisabela@gmail.com

Doutoranda, Universidade Estadual de Londrina, Brasil

RAMOS, PAULO
paulo.ramos@unifesp.br

Doutor, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Charge;
Nazismo,
Governo Bolsonaro;
Materialidade discursiva;
Instâncias ideológicas.

RESUMO: Durante o governo do presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro, houve diversas menções que associaram a figura presidencial a um discurso nazista devido a alguns de seus posicionamentos. Segundo Pêcheux (1988), as instâncias ideológicas são responsáveis por determinar as imagens projetadas na sociedade, a partir de um contexto sócio-histórico. Assim como as notícias e as reportagens, as charges têm abordado diversos traços que relacionam o discurso de Bolsonaro como pertencente ao nazismo. Apesar de, em grande parte, não ser uma menção direta, as instâncias ideológicas materializam esse discurso por meio da linguagem não-verbal, ou seja, pelo símbolo da suástica. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo expor como charges utilizaram esse recurso para aludir o discurso nazista atrelado ao governo Bolsonaro. Para isso, selecionamos três textos gráficos que perpassam pela mesma Formação Ideológica e são constituídos de formações discursivas semelhantes. Para fins metodológicos, analisaremos charges que foram publicadas entre janeiro e maio de 2020, por estarem inseridas dentro de um mesmo contexto e apresentarem um discurso semelhante. Para a análise, partiremos dos estudos da Análise do Discurso de linha francesa.

KEY-WORDS:
Political Cartoons;
Nazism;
Bolsonaro's Government;
Discursive Materiality;
Ideological Issues.

ABSTRACT: Throughout the government of Brazilian President Jair Messias Bolsonaro, there are several mentions that associate the presidential figure with a Nazi discourse due to some of his positions. According to Pêcheux (1988), the ideological instances are responsible for determining the images projected into society from a social and historical context. Like the news and reports, the cartoons have addressed several features that relate Bolsonaro's discourse as belonging to Nazism. Although it is not, for the most part, a direct mention, the ideological instances materialize this discourse through non-verbal language, that is, through the symbol of the swastika. Thus, this article aims to expose how cartoons used this resource to allude to the Nazi discourse linked to the

Bolsonaro government. For this, we will select three graphic texts that go through the same Ideological Formation and go through similar discursive formations. For methodological purposes, we will analyze cartoons that were published between January and May 2020, for being inserted within the same context and presenting a similar discourse. For the analysis, we start from the studies of the French Discourse Analysis.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante as eleições presidenciais do Brasil de 2018, diversas declarações polêmicas proferidas pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro voltaram a circular pelas mídias. Grande parte dessas declarações aconteceram quando Bolsonaro era deputado federal (ele exerceu sucessivos mandatos entre 1991 e 2018). Em comum, as falas tendiam a abordar de uma maneira contundente temas tidos como delicados. Dentre as falas, destacaremos duas ditas em 2017 em uma mesma palestra (Jornal Folha de S. Paulo, 07 fev. 2020):

- “eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada e aí veio uma mulher”;
- “fui num quilombola¹ em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem procriador ele serve mais”.

Nas duas falas, dadas em discursos oficiais, as posições sociais da mulher e do negro são rebaixadas (e até desqualificadas) no modo como o político se referiu a ambos. Em um caminho igualmente discriminatório e polêmico, houve mais de uma ocasião em que ele reproduziu, de forma explícita, falas próprias ao discurso nazista. Entende-se, aqui, discurso nazista como aquele que fere os direitos humanos e segue os atos/ações discursivas advindas de Adolf Hitler, que propagava o extermínio das minorias sociais.

Em 2018, logo após ser eleito presidente, Bolsonaro propôs, em um evento com militares, a “criação de campos de refugiados, talvez, para atender os venezuelanos que fogem da ditadura de seu país” (Jornal Folha de S. Paulo, 07 fev. 2020). Declarações como essas somavam-se a outras, que explicitavam um olhar positivo à Ditadura Militar brasileira (1964-1985) e à violência promovida aos opositores dela. Em 1999, como Deputado Federal, disse explicitamente ser “favorável à tortura” (Magalhães, 2019, p. 125).

1. Trata-se de uma expressão brasileira, de origem angolana, que se refere ao escravo fugitivo para os quilombos. Os quilombos são habitações de negros fugitivos das fazendas e das casas de família branca na época da escravidão no Brasil.

Anos depois, afirmou, assim como defendiam os militares, que Vladimir Herzog havia cometido suicídio na prisão. Herzog, durante o período de Ditadura, foi, conforme mostram os estudos advindos das ciências sociais brasileiras, torturado e morto pelos militares. Ressalta-se, ainda, que era comum, nessa época, o governo militar divulgar que as vítimas de tortura eram mortas por suicídio ou por acidente de carro (atropelamento). Assim ocorreu com Herzog, que, ao ser detido pela polícia, foi encontrado enforcado dentro da cela. Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Magalhães, 2019, p. 125), o jornalista havia sido assassinado, e não tirado a própria vida.

Na sessão da Câmara dos Deputados que definiu o início do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff², em abril de 2016, Bolsonaro dedicou seu voto a favor do processo à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. O coronel citado por Bolsonaro foi um dos responsáveis pelas torturas realizadas durante a Ditadura Militar. Além disso, Dilma Rousseff foi presa durante esse período, ou seja, sofreu com as torturas realizadas pelos militares. De acordo com Brum (2019, p. 130), o alvo da reverência foi o único torturador brasileiro a ser reconhecido pela Justiça: “Sob o comando de Ustra, pelo menos 50 pessoas foram assassinadas e outras centenas torturadas” (Brum, 2019, p. 130).

Em reflexo ao processo eleitoral de 2018, a repetição de enunciados como esses aumentou quando Bolsonaro assumiu a presidência do país, em janeiro de 2019. Espelhados na figura dele, seus apoiadores – também chamados de bolsonaristas – “repetem” o mesmo discurso, principalmente nas redes sociais. Devido à constante repetição discursiva e pela própria forma de agir dos seguidores do atual presidente, uma das leituras feitas sobre o governo é a de vinculação dele ao nazismo. De acordo com Alessi e Hofmeister (Jornal El País, 09 jun. 2020), “a sombra da suástica nazista avança no Brasil de Jair Bolsonaro. Empoderados pelo discurso racista, anticomunista, armamentista e LGTfóbico do presidente, grupos radicais de extrema direita e de inspiração hitlerista proliferam nas redes”.

2. Dilma Rousseff tomou posse do cargo de presidente da República Federativa do Brasil em janeiro de 2011 e foi reeleita em janeiro de 2014. Porém, foi destituída do posto em 31 de agosto de 2016 por meio de um processo de *impeachment*. O processo ocorreu devido a uma denúncia de crime de responsabilidade. Esse está previsto no Artigo 85 da Constituição Federal Brasileira. De acordo com a denúncia, Rousseff ordenou a edição de créditos sem a devida autorização do Senado.

Quando produzidas na modalidade visual (textos gráficos), tais associações tendem a ser materializadas por meio de símbolos ou de referências imagéticas que remetem para a simbologia nazista. A mais emblemática é a suástica, usada na Alemanha das décadas de 1930 e início da de 40 para identificar a suposta supremacia ariana. Assim, o presente artigo tem como objetivo expor como as charges utilizaram esse recurso para aludir o discurso nazista atrelado ao governo Bolsonaro.

A charge será aqui entendida subscrevendo a definição de Riani-Costa (2001, p. 47): “um desenho humorístico sobre fato real ocorrido recentemente na política, economia, sociedade, esportes etc.”. Em outros termos: trata-se de uma crítica verbo-visual – ou somente visual – a alguma informação relacionada ao noticiário jornalístico. Contemporaneamente, elas têm sido veiculadas não apenas nos jornais impressos, mas também em suas versões digitais, bem como em sites e redes sociais *Instagram* e *Facebook*.

Os exemplos serão extraídos justamente de redes sociais. Os trabalhos serão referentes ao segundo ano do mandato presidencial dele, 2020, quando o país enfrentava a pandemia do coronavírus. Para a abordagem teórica, partiremos dos estudos da Análise de Discurso para compreendermos como se dá a concretização desse processo de vinculação do governo Bolsonaro ao nazismo nas produções chárgicas.

2. IDEOLOGIA, DISCURSO E MATERIALIDADE

Para este artigo, partiremos das concepções de discurso de Pêcheux (1998). O autor nos traz a perspectiva de que, dentro do meio social, estamos cercados por instâncias ideológicas. Estas são responsáveis por determinar o que pode e deve ser dito dentro de uma conjuntura determinada. Assim, a sociedade é movida por uma ideologia que acontece no formato abstrato, mas sempre será aplicada de forma concreta, como a política, a religião e a família.

As instâncias ideológicas, então, não são algo físico, mas partem do nosso imaginário que foi determinado pelo contexto sócio-histórico. De acordo com o autor, não existe um sujeito sem ideologia, nem ideologia sem sujeito, pois somos atravessados discursivamente por essas instâncias, designadas, nesse escopo teórico, de Formação Ideológica (FI).

Um filho, por exemplo, devido à construção social de seu papel dentro da família, deve obedecer aos pais. Logo, quando altera o seu tom de voz e a mãe/pai/responsável entra em conflito, é justamente pela quebra da Formação Ideológica. Ou seja, temos aqui uma espécie de relação de força em que o filho é subordinado, na hierarquia social, aos pais. E isso, os papéis sociais exercidos pelos sujeitos e o estabelecimento de uma relação de forças, acontece em todos os aspectos da nossa sociedade.

Quando pensamos na política, existe uma hierarquia de quem deve realizar cada uma das funções, bem como a forma como a figura pública deve-se comportar. Voltando para o exemplo do filho, se a mãe pede a ele para sair com os amigos, houve uma inversão de papéis. Tal atitude vai contra a forma de como a figura materna é vista e determinada no meio social. O mesmo processo acontece com a imagem do presidente da República. Espera-se, por conta dessas instâncias ideológicas, que um presidente tenha uma postura específica: alguém que foi eleito para pensar e agir no sentido de melhorar a sociedade, conforme mostra o Artigo 78 da Constituição: “o Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil” (Constituição da República Federativa do Brasil: 1988, Art. 78).

Cada uma dessas instâncias é assegurada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. De acordo com Courtine (2014), estamos nos referindo a uma realidade complexa e repleta de contradições. A partir de um determinado contexto, essas relações antagônicas determinam os afrontamentos de posições políticas e ideológicas. Pêcheux (1988) nos mostra, ainda, que os Aparelhos Ideológicos de Estado não são:

[...] puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes: “... este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos de Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes...”, o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas de transformação das relações de produção (Pêcheux, 1988, p. 145).

Dessa maneira, não podemos pensar, nem considerar que, dentro de uma conjuntura dada, todos os Aparelhos Ideológicos de Estado agirão de maneira igual para a reprodução e a materialidade das relações de produção (Pêcheux, 1988). Por outro lado, são as suas propriedades, o seu interior, que condicionam o “tema” (política, religião, família etc.) e as lutas de classes. Por conta de o sujeito só existir pela ideologia, e a ideologia só existir para e pelo sujeito, a formação social sempre se dará por uma luta de classes. Logo, são essas lutas que determinam os papéis e a hierarquização dentro do meio social.

Ainda com base em Pêcheux, temos a concepção de Formação Discursiva (FD) que, assim como a FI, a partir de uma conjuntura dada, determinará o que pode e deve ser dito pelos sujeitos. É por isso que há uma quebra da figura materna, como foi dito anteriormente, algo que pode ser visto também na construção da figura de um presidente. Por sua vez, dentro de uma FD, sempre haverá uma Formação Ideológica. Assim, os dois conceitos estão ligados um ao outro e é a partir deles que podemos construir a materialidade discursiva.

Na figura a seguir, podemos observar como se dá, pelas formações discursiva e ideológica, a construção dessa materialidade:

Figura 1 – Tira cômica de Wesley Samp

Fonte - Blogue *Problemas & Depósito do Wes*, jan. 2020



Na tira cômica, feita por Wesley Samp e veiculada em suas redes sociais em janeiro de 2020, temos a presença de dois símbolos, sem que haja menção, em nenhum momento, do que ambos tratam ao tema abordado. Mas, pela Formação Ideológica, conseguimos construir um efeito de sentido para eles. Dado o contexto de publicação, as instâncias ideológicas nos mostram que, no primeiro quadrinho, ao se referir à imagem com a fala “Ei! Esconde esse negócio!”, fica demonstrada toda uma memória negativa que esse símbolo, a suástica, carrega.

Ao relacionarmos com um dado histórico, a Segunda Guerra Mundial, e aos discursos que atravessam esse contexto, como o do nazismo, a tentativa de escondê-la é justamente por conta da Formação Ideológica. Assim como foi dito, quando pegamos algo abstrato e trazemos para aplicar de forma concreta, a suástica evoca um discurso nazista, ou seja, de genocídio, de preconceito, de intolerância. Por trazer essa carga negativa, notamos que a materialidade se dá pelo símbolo, por intermédio de uma Formação Ideológica do que ela de fato significa, e a qual contexto discursivo pertence.

Pela suástica carregar essas instâncias ideológicas pelo discurso, pela FI, indica que isso está percorrendo a história, ou seja, significa que a história está-se repetindo, por isso ocorre o desespero na fala da personagem da tira de querer apagar o símbolo. Na última cena, apesar da tentativa do apagamento histórico trazido pela materialidade visual, aparece o segundo símbolo correspondente ao nazismo: o do bigode semelhante ao de Adolf Hitler. O humor da tira se ancora nessa tentativa frustrada de apagamento: não teria adiantado nada esconder a suástica, já que outro resquício de associação ao nazismo ainda se faria presente.

Notamos, assim, como a materialidade discursiva atravessada pelas formações ideológicas determina que, neste momento, não basta tentar realizar tal apagamento. Mas como podemos relacionar isso com a conjuntura dada? Pondo em outros termos: quais foram, na época de publicação da tira, os atravessamentos do discurso nazista vinculados ao governo de Jair Bolsonaro?

A Análise do Discurso trabalha com um conceito chamado pré-construído, ou seja, de uma verdade que é construída ao longo da história. A tira foi publicada em 21 de janeiro de 2020. Quatro dias antes, o então secretário especial de Cultura do governo federal, Roberto Alvim, publicou um vídeo se apropriando de trechos de discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler. Comparando as duas falas (Jornal Jornalistas Livres, 17 Jan. 2020):

- Alvim – “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada” (Jornal Jornalistas Livres, 17 Jan. 2020).
- Goebbels – “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada” (Jornal Jornalistas Livres, 17 Jan. 2020).

Os jornalistas Paulino e Rocha (17 jan. 2020) apontaram outras semelhanças. Ao fundo, foi inserida ópera do compositor predileto de Hitler, Richard Wagner. Na cena mostrada no vídeo, o “quadro do comandante, a posição do enunciador, a cruz jesuíta: nada ali é por acaso”. E concluem os dois pesquisadores: “A comparação de imagens joga por terra a justificativa – dada pelo secretário após a desastrosa repercussão – de que tudo não passaria de uma coincidência”. Após o ocorrido, Alvim foi demitido, porém esse fato não pôs fim à vinculação do governo ao nazismo.

3. ALUSÕES AO NAZISMO NO GOVERNO BOLSONARO

Também em 2020, a administração de Jair Bolsonaro expôs outros episódios de apropriação do discurso nazista. Em 09 de maio daquele ano, a secretaria especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) publicou a seguinte mensagem em sua conta do *Twitter*:



Figura 2 - Placa de Auschwitz ou tuíte?

Fonte - Página do Facebook de Paulo Ramos, jan. 2020³

3. Fonte - <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2814559992104187&set=pb.100006506410600.-2207520000.&type=3>

O texto “o trabalho, a união e a verdade nos libertará” remete a uma das placas na entrada dos campos de concentração de Auschwitz: “o trabalho liberta”. Assim, quando pensamos no pré-construído, é porque uma verdade foi construída pela memória sócio-histórica do que tal frase representa dentro do meio social. Novamente, somos determinados por uma instância

ideológica. Dessa maneira, percebemos que são essas formações ideológicas que serão responsáveis para determinar a materialidade presente dentro do discurso.

Arelado a esse posicionamento da Secom, houve outro exemplo, nesse mesmo mês de maio, protagonizado agora pelo próprio presidente. No dia 29, durante uma *live* em seu perfil do *Facebook*, ele tomou um copo de leite alegando ser um desafio dos ruralistas. No entanto, a partir do olhar de que não existe neutralidade discursiva, notamos que, mais uma vez, estabeleceu-se uma relação simbólica do governo com elementos nazistas.

Da mesma forma como aconteceu na tira cômica mostrada na Figura 1, em que não há a necessidade das palavras para remeter a determinada Formação Discursiva, situação em que o próprio símbolo, o não-dito, reflete e emprega um efeito de sentido, o copo de leite, se recuperarmos pela memória discursiva, possui uma referência nazista, uma forma de “se tornar branco”.

Observando os exemplos da tira, do tuíte e da fala de Bolsonaro, percebemos como as formações ideológicas foram determinadas a partir de um contexto específico. Essas determinações são chamadas de Condições de Produção (CPs), às quais partem de um contexto específico e funcionam em um contexto amplo. É por meio e através dessas CPs que as formações ideológicas constituem um efeito de sentido. Por isso, quando formos analisar as charges, sempre levaremos em conta a sua data de publicação.

Ainda com base na tira de Samp e nas relações com os discursos de Bolsonaro, podem-se relacionar os dois exemplos com os postulados de Courtine (2014). O autor nos traz a concepção de dominação ideológica, em que:

Imbricados na existência histórica dos processos discursivos como objeto de uma AD, o linguístico e o ideológico: esses dois modos de reformulação do enunciado dividido, linguisticamente descritíveis, vêm materializar em discurso as formas nas quais a luta ideológica se manifesta na luta política: como guerra ideológica de posição, onde a refutação

faz-se “por denegação” (imitar as palavras do outro, opor suas palavras às do outro, lutar palavra por palavra, como avança passo a passo numa guerra de trincheiras); ou como guerra ideológica de movimentos, na qual os efeitos polêmicos se produzem “ao inverso” (Courtine, 2014, p. 209).

Ao observar os discursos reproduzidos pelo governo Bolsonaro, percebemos que os seus dizeres não são “escolhidos”, mas são condicionados a partir do interior de uma Formação Discursiva. Esses elementos impõem, então, a refutação, por conta das posições ideológicas que são produzidas. Ainda para o autor, devemos pensar nas formações discursivas como um objeto que não possui uma outra existência, apenas uma unidade dividida. Para atribuir uma espécie de fronteira, ela precisa acontecer no interior da própria FD. Isso se dá, justamente, por conta das dominações ideológicas presentes e determinadas pelo meio social que atribuem temas às formulações, como é o caso da divisão política entre esquerda e direita.

Na tira de Samp, percebemos que há o que Courtine (2014, p. 210, grifo do autor) chama de contradição ideológica, que acontece “nas formas completas de refutação, a anterioridade do membro no qual figura a negação contrastiva sobre o membro sem negação, produzindo um efeito de uma *réplica imediata* em um diálogo simulado”. Ou seja, quando ocorre o processo de apagar a suástica que, ideologicamente, remete o discurso bolsonarista ao nazismo e, na última cena, a presença do bigode (pelos resquícios da suástica), junto do cabelo dividido, temos essa espécie de simulação.

Isso ocorre porque a dominação ideológica continua presente. Mesmo que se tente apagar ou fingir que tal repetição discursiva não aconteceu, temos a negação dada por um contraste. E é nesse contraste que ocorre a materialidade do discurso.

4. MATERIALIDADES VIA FIGURA PRESIDENCIAL

Se pensarmos nos conceitos advindos da Análise de Discurso, não existe nenhum discurso novo e estamos, por consequência, fadados a repeti-lo. Pelo mesmo escopo teórico, parte-se

do princípio de que não há neutralidade discursiva. Com base nesses pressupostos, as falas e as ações de Jair Bolsonaro e de seu governo produzem efeitos de sentido, sejam negativos, sejam positivos, de acordo com o contexto em que estiverem inseridas.

Ainda quando disputava a eleição presidencial, em 2018, Bolsonaro defendia o uso da liberdade de expressão por conta dos constantes “ataques” à sua imagem. No entanto, quando mudamos de contexto, ou seja, quando ele é eleito e, especificamente, quando a crítica é sobre a sua imagem, a situação se altera. Existe uma mudança em seu discurso, principalmente quando o associam com o símbolo da suástica, como aconteceu em 2020, durante a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus.

Esta charge de Renato Aroeira, veiculada no site “Brasil 247” em 14 de junho de 2020, é um exemplo eloquente disso:

Figura 3 - Suástica, SUS e Bolsonaro

Fonte - Página do Facebook de Paulo Ramos, jun. 2020⁴

4. Fonte - <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2814559992104187&set=pb.100006506410600.-2207520000.&type=3>

CRIME CONTINUADO



O cartunista fez uma crítica a mais uma das polêmicas declarações de Bolsonaro sobre a pandemia, iniciada no país no primeiro trimestre de 2020. Feita uma vez mais em uma de suas *lives* transmitidas pelo *Facebook*, ele pedia para seus apoiadores invadirem os hospitais e gravarem a forma como estariam os leitos, a fim de averiguar se, de fato, o número de internações provocadas pela doença seria tão grave como passado pela imprensa, um de seus recorrentes alvos de críticas. Vale ressaltar que o presidente demonstrava não acreditar na gravidade do vírus.

A charge de Aroeira mescla dois símbolos, nenhum deles verbalizado no desenho (assim como visto no exemplo da tira mostrada na Figura 1). O primeiro é uma alusão à cruz vermelha, presente em unidades e equipamentos hospitalares. Vinculada à formação discursiva da medicina, ela faz alusão à saúde, ao ambiente próprio ao tratamento de pacientes. O símbolo, na verdade, é percebido por meio da cor vermelha. Isso porque as quatro extremidades da cruz são preenchidas por traços escuros, construindo visualmente o segundo símbolo, a suástica.

A inclusão da cor preta, como indica a cena construída na charge, teria sido resultado de uma pintura feita por Jair Bolsonaro. Ele é mostrado segurando uma lata de tinta preta na mão direita e um pincel na esquerda. Executando o que havia conclamado seus seguidores a fazer, ele próprio teria invadido um hospital (sinalizado pela presença da cruz vermelha). O ato é explicitado por meio da fala dele: “Bora invadir outro?”. Outro hospital, caberia finalizar o que a frase deixava implícito.

A atitude invasora instada por ele no vídeo, e ficcionalmente concretizada no desenho, levou Aroeira a pôr uma espécie de título na charge: “Crime continuado”. Explicando os dois termos. “Crime” seria pelo fato de a invasão de hospitais ser uma atitude considerada ilegal, além de ferir os direitos e a privacidade dos pacientes. “Continuado” por ser algo repetido, tanto na fala real de Bolsonaro quanto na ficcional, “Bora invadir outro?”, pensada pelo chargista.

Cabe destacar que uma das críticas mais contundentes da charge, além das elencadas, é a de que o gesto configuraria uma atitude nazista, posto que o símbolo da cruz vermelha foi

ressignificado na forma de uma suástica. Como comentado, a defesa do princípio da liberdade de expressão por parte de Bolsonaro muda quando é ele o alvo. Neste episódio, o desconforto levou seu ministro da Justiça, André Mendonça, a pedir abertura de inquérito na Polícia Federal e na Procuradoria Geral da República (Souza, 2020, [p.i.]).

O pedido veio a público em 15 de junho de 2020, no perfil mantido pelo ministro no *Twitter* (a Secom também havia mencionado o assunto na mesma rede social). No tuíte, Mendonça invocou o Artigo 26 da Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1983, nos anos finais da Ditadura Militar. O trecho referido por ele mencionava uma pena de um a quatro anos por “caluniar ou difamar o Presidente da República, o do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados ou o do Supremo Tribunal Federal, imputando-lhes fato definido como crime ou fato ofensivo à reputação” (Presidência da República, 1983).

O pedido foi direcionado ao desenhista e ao jornalista Ricardo Noblat, que havia compartilhado a charge em seu perfil do *Twitter*. Noblat foi incluído no parágrafo único do mesmo Artigo 26: “Na mesma pena incorre quem, conhecendo o caráter ilícito da imputação, a propala ou divulga” (Presidência da República, 1983). Vê-se que liberdade de expressão, na verdade, só valia em um determinado contexto. Ao mudarmos as Condições de Produção, os discursos são totalmente alterados para que o seu posicionamento seja visto como “certo”.

Essa forma de ser visto como “certo”, bem como o processo de censura da charge, ocorre pela materialidade discursiva presente no texto. Em nenhum momento apareceu a palavra “nazista”, mas, pelo símbolo, construímos uma verdade discursiva que, de acordo com Pêcheux (1988), trata-se de um pré-construído. Ou seja, de uma verdade que é construída ao longo da história.

Neste caso, ao modificar o símbolo do sistema de saúde (SUS) para a suástica, recuperamos, pelo discurso, a qual contexto pertence. Ao relembrarmos e termos como verdade de que se trata do contexto nazista, recuperamos os discursos pertencentes a essa instância e, por isso, Bolsonaro se incomodou e procurou censurar a charge. Assim, notamos que o não-dito traz um efeito de sentido, porque se torna uma materialidade discursiva.

A intenção presidencial de punir o chargista não funcionou. Ao contrário, deu maior visibilidade ao autor e ao desenho. Centenas de cartunistas passaram a reproduzir o trabalho, num movimento que ficou rotulado de “charge continuada” e divulgado nas redes sociais com a hashtag #somostodosAroeira. A ideia era que cada um reproduzisse a mesma charge com seu próprio estilo. Na prática, a vinculação ao nazismo não seria feita apenas por Aroeira, mas por quase toda a classe de cartunistas do país.

A iniciativa foi reconhecida na edição de 2020 do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Aroeira e mais de cem autores foram lembrados com um destaque especial. A premiação recebe o nome do mesmo jornalista assassinado pela Ditadura Militar e que, como já comentado, teria cometido suicídio, na versão de Bolsonaro.

Houve outro caso em que a figura de Jair Bolsonaro foi usada para vinculação ao discurso nazista. O trabalho é de Daniel Lafayette e foi veiculado em 02 de março de 2020, nos perfis do *Facebook* e do *Instagram* do desenhista:



Figura 4 - Bolsonaro vinculado ao nazismo

Fonte - Página do *Facebook* de Paulo Ramos , mar. 2020⁵

5. Fonte - <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2814559992104187&set=pb.100006506410600.-2207520000.&type=3>

Segundo o desenhista, a charge foi excluída pelo *Instagram* dada a presença da suástica – na rede social, ela é entendida como associada a manifestações de ódio. De todo modo, enquanto esteve no ar, foi possível identificar e registrar o caso. Vê-se que, além de trazer o símbolo, a arte o associa de forma direta à imagem do presidente do Brasil, representado de forma caricata. Constrói-se essa representação visual por meio de alguns traços próprios a ele: o cabelo, as sobrancelhas grossas, os riscos no queixo e o terno com gravata.

Nesse texto visual, temos a presença do símbolo como se fosse parte da personagem, assemelhando-se a chifres. Tomando como base o pré-construído e as Condições de Produção, há ao menos dois efeitos de sentido sugeridos. O primeiro é herdado do período eleitoral de 2018. O antagonismo político visto no país na ocasião levou os críticos ao então candidato a apelidarem seus apoiadores, pejorativamente, com o termo “gado”. Logo, quando vemos a suástica acima da cabeça da personagem, pelo pré-construído, podemos vincular os chifres, próprios a bois, ao “gado” bolsonarista.

Outro efeito de sentido leva em conta uma notícia transmitida dias antes de o desenho ser veiculado. E, dado que essa proximidade com o fato é um dos elementos temáticos constituintes da charge, conforme define Riani-Costa (2001), possivelmente seja o que efetivamente pautou o trabalho produzido por Lafayette. A revista “IstoÉ” divulgou uma nota em que indicava um estranhamento no fato de a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, ter ficado sozinha em mais de uma ocasião, tanto pública (uma festa), como privada (após passar por uma cirurgia na época do Natal).

Um trecho sugeria uma proximidade dela com o então ministro da Cidadania, Osmar Terra: “Nos últimos meses, [Michelle Bolsonaro] viajava sozinha pelo País com o ministro Osmar Terra, que acaba de cair. Agora, Bolsonaro resolveu vigiá-la de perto e instalou-a na Biblioteca do Planalto” (Oliveira, 21 fev. 2020). O político havia sido demitido por Bolsonaro poucos dias antes, em 13 de fevereiro. A informação foi lida e repercutiu como uma suposta traição – não confirmada – vivida pelo presidente.

Nesse novo cenário, com essas novas Condições de Produção, os pré-construídos indicam outro efeito de sentido. Os chifres seriam alusões a uma eventual traição conjugal da primeira-dama. Também simbólicos, os chifres são tidos socialmente como vinculados ao ato de trair. É essa a acepção do termo indicada por Serra e Gurgel (1998), em seu dicionário sobre gírias. O autor também registra as variantes “chifrudo”, “chifrado”, “chifrada”, para quem foi alvo das traições, e “chifrar”, para a ação de trair. Ele também apresenta as expressões “botar chifre” e “botar um par de chifres”, ambas com as mesmas conotações.

A presença do plural em alguns dos registros se justifica. Nos animais, há dois chifres. Do mesmo modo, o desenho de Lafayette reproduz uma dupla deles na cabeça de Jair Bolsonaro. Independentemente do efeito de sentido proposto – vinculação à “boiada” bolsonarista ou a uma suposta traição conjugal –, as duas possibilidades convergem para o formato deles, o da suástica. Uma vez mais, o símbolo não é explicitado verbalmente, o que leva ao acionamento de uma formação discursiva nazista, vinculada ao presidente.

Na época em que a charge foi publicada, alguns dias antes, Bolsonaro compartilhou, por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, um vídeo em que chamava a população para um ato contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. No vídeo, há a seguinte fala: “dia 15/3, vamos mostrar a força da família brasileira. Vamos mostrar que apoiamos Bolsonaro e rejeitamos os inimigos do Brasil. Somos, sim, capazes, e temos um presidente trabalhador, incansável, cristão, patriota, justo, incorruptível. Vamos todos nas ruas apoiando Bolsonaro” (Mori, 2020, [p.i.]).

O compartilhamento chegou à imprensa. A implicação é que o presidente estaria convocando presença para um ato contra os outros dois poderes do Estado Democrático de Direito. Em perfis de suas redes sociais, como o *Twitter*, Bolsonaro não negou, nem confirmou a divulgação. No entanto, no dia 15 de março, compareceu à manifestação (mesmo com a declaração do Ministério da Saúde de isolamento, devido ao novo coronavírus). Ao contrário das outras

ocorrências, em que a Formação Ideológica direciona exatamente para um discurso específico, nesta as instâncias ideológicas ocorrem pela forma com que os apoiadores do presidente são chamados e constituídos no meio social.

Assim, percebemos como mais de uma FI é atravessada dentro de uma Formação Discursiva. A junção das formações ideológicas constrói o papel e a imagem de como os apoiadores são vistos e o papel que desempenham, no caso, o de seguir todas as ações, os dizeres de Bolsonaro. Ao utilizarem o símbolo da suástica, notamos que estes seguidores acabam anuindo, de uma certa forma, também assegurado pela ideologia, que aceitam e se submetem ao discurso nazista, que seria também o bolsonarista. Não conseguimos, assim, desvincular um discurso do outro por conta da Formação Discursiva presente no governo, que, como já foi dito, é determinada pelas instâncias ideológicas como parte de uma mesma FD.

Essa repetição discursiva e a própria retomada da Formação Discursiva só nos mostram como não conseguimos quebrar este processo discursivo dado pela FD. Se voltarmos para a concepção de Pêcheux (1988), os sujeitos estão fadados a reproduzir um discurso, mesmo que sejamos atravessados por diversas ideologias. Ao final, todas elas se encontrarão no interior de uma só, de um único “tema”, que construirá, então, a Formação Discursiva.

5. MATERIALIDADES SEM A FIGURA PRESIDENCIAL

Há situações de uso da suástica em charges que se valem dela para fazer uma crítica a atitudes vinculadas ao governo federal, porém sem o recurso de expor a figura do presidente. O interesse, nesses casos, é identificar como, em termos discursivos, é feita a associação entre o símbolo e a administração de Jair Bolsonaro. Na sequência, veremos dois desses casos. Ambos foram veiculados dias depois do episódio envolvendo o então secretário especial de Cultura do governo de Jair Bolsonaro, Roberto Alvim, discutido e contextualizado na exposição da tira cômica apresentada na Figura 1.

Vejamos o primeiro desses casos:

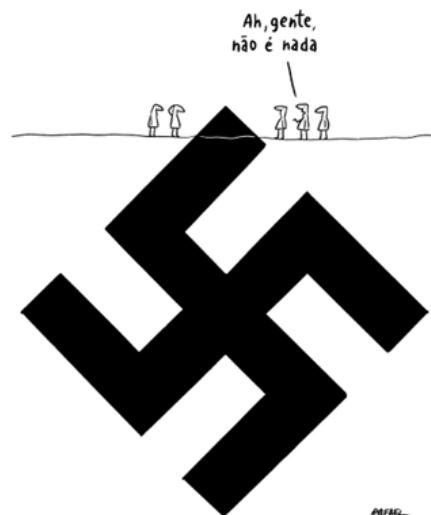


Figura 5 - Símbolo iceberg

Fonte - Página do *Facebook* de Paulo Ramos , jan. 2020⁶

6. Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2814559992104187&set=pb.100006506410600.-2207520000.&type=3>

A charge é de Rafael Corrêa e foi publicada em 18 de janeiro de 2020, um dia depois do vídeo veiculado por Roberto Alvim, em que ele se apropriava de fala e de parte da estética de discurso feito por Joseph Goebbels. Assim como o desenho de Daniel Lafaeytte (Figura 4), o trabalho também foi censurado pelo *Facebook*, alegando, segundo o autor, que “esta publicação viola nossos padrões sobre organizações e indivíduos perigosos. Portanto, ninguém mais pode vê-la”. Corrêa fez uma reclamação formal com a rede social e a postagem voltou ao ar.

Se observarmos somente o argumento apresentado pela rede social para excluir o conteúdo, notamos como a presença da suástica pode agregar um efeito de sentido, mesmo sem utilização das palavras, ou seja, escrever ao pé da letra que se trata de um símbolo nazista. A imagem por si já constrói esse significado, dado o pré-construído movido pela Formação Ideológica. A vinculação, no caso, seria a dos discursos de Roberto Alvim com o de Goebbels, um antissemita radical e um dos grandes nomes responsáveis para a idealização do que seria o nazismo.

Na charge de Corrêa, observamos dois grupos divididos por uma barreira, em que o do lado direito menciona “Ah, gente, não é nada”. Ao voltarmos para a concepção apontada por Pêcheux (1988) sobre luta de classes, quando há essa divisão em dois grupos, podemos refletir que:

- i) a divisão de ideários políticos foi determinada pelo meio social, ou seja, houve um atravessamento ideológico dentro de uma Formação Discursiva política; ao ocorrer esse processo, há a quebra dessa “fronteira” que gera duas possíveis sociedades, os de direita e os de esquerda;
- ii) pelos dizeres e pela barreira, notamos como esses grupos lutam para que o seu posicionamento, a sua instância ideológica, seja vista como a “correta”.

Ao observarmos toda a charge, podemos recuperar a memória da teoria do iceberg, em que só vemos uma parte superficial, sendo o restante algo que não temos noção de seu tamanho por estar submerso. Ao atrelarmos com o símbolo presente, assim como aconteceu no processo da tira cômica mencionada anteriormente (Figura 1), temos, novamente, o processo de contradição ideológica. A contradição se dá por meio desse jogo entre os dizeres da personagem com a teoria do iceberg: o que a sociedade vê do discurso nazista posicionada pelo governo Bolsonaro seria apenas uma parte. Haveria muito mais camuflado.

Logo, apesar de tentar negar e atravessar a Formação Ideológica da figura presidencial, não é possível realizarmos essa “quebra” da Formação Discursiva. Como foi apontado por Pêcheux (1988), os dizeres não partem de uma escolha, mas o sujeito é condicionado a refutar tais dizeres e ações. Logo, o sujeito não é livre, ele fala e pensa a partir das instâncias ideológicas determinadas pelas Condições de Produção. Neste caso, a personagem do lado direito realiza a defesa eufemística (“não é nada”) justamente por estar atrelada a um posicionamento, demarcado pelo meio social, de que a direita é apoiadora do governo Bolsonaro. Dessa forma, está condicionada a “repetir” os mesmos processos discursivos.

Assim, as instâncias ideológicas são responsáveis por materializar o discurso presente no símbolo da suástica. Devido ao seu processo discursivo e à carga negativa que carrega, dada pela construção sócio-histórica, é possível construirmos tais efeitos de sentido e concretizar que tal símbolo traz consigo o discurso nazista. Mesmo sem termos uma menção direta a essa palavra, a forma como as personagens estão posicionadas e a maneira como o símbolo aparece são acionados pela Formação Ideológica dentro de uma Formação Discursiva específica. Neste caso, temos a nazista e a política, respectivamente. A nazista ocorre por conta da materialidade discursiva, já a política, pelas instâncias geradas pela posição do símbolo e das personagens na charge. Por consequência, a relação das modalidades visual e verbal constrói uma ligação das duas formações discursivas, remetendo que, na verdade, não se trata de formações distintas, mas que configurariam a mesma. Ao colocarmos em outros termos, o posicionamento social do governo pertencente à FD nazista.

O segundo caso de charge que se vale da suástica sem a presença explícita da figura presidencial apresenta um processo de materialidade bem parecido:

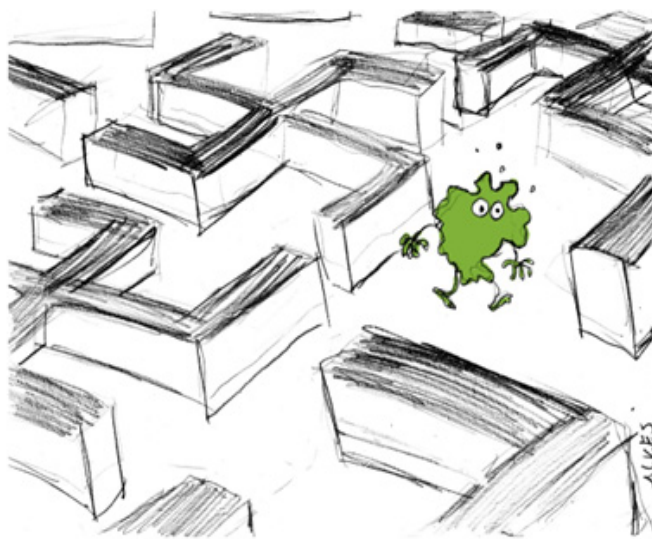


Figura 6 - País “preso” no discurso nazista

Fonte - Página do *Facebook* de Paulo Ramos, jan. 2020

A charge de Evandro Alves foi veiculada em seu perfil no *Facebook*, no dia 17 de janeiro de 2020. A exemplo dos casos mostrados nas figuras 4 e 5, ele também teve o trabalho apagado pela rede social com o argumento de que o uso da suástica estaria relacionado a discursos de ódio. As informações sobre a data exata de publicação e a imagem em si só foram obtidas por meio de contato estabelecido com o desenhista, após o caso repercutir nos perfis de outros usuários do *Facebook*.

As Condições de Produção são basicamente as mesmas, com a diferença de que o trabalho foi produzido e posto no ar horas depois de o episódio envolvendo Roberto Alvim estar nos noticiários brasileiros. Porém, ao contrário do que fora visualizado na Figura 5, em que temos o símbolo visualmente abaixo das personagens, como se não pudéssemos enxergar a imensidão e a propagação do discurso nazista dentro do meio social e do próprio governo, aqui vemos a suástica dominar todo o cenário da charge, sendo sistematicamente repetida, construindo as barreiras do que se sugere ser um labirinto.

Dentro desse labirinto, vê-se a personificação do Brasil, que conseguimos recuperar pela memória discursiva, bem como pelo pré-construído, de que se trata do contorno geográfico do país. Conseqüentemente, temos a representação de uma verdade de que o Brasil está preso dentro do discurso nazista. Isso se dá, novamente, pelas instâncias ideológicas projetadas pela suástica. Assim como nos outros casos, não temos uma menção direta, contudo, descortinamos o símbolo por conta da Formação Ideológica que nos faz recuperar o atravessamento discursivo.

Na charge anterior, averiguamos que a construção da materialidade determina que não haja a presença de duas formações discursivas, mas que, na verdade, trata-se de uma. Nesta, a FD nazista fica mais evidente. Se na outra precisávamos descer o nosso olhar para enxergarmos toda a dimensão da suástica, aqui o nosso olhar já se direciona automaticamente para o símbolo. Essa construção do cenário determina que não é um grupo, uma parcela da sociedade que

está presa ideologicamente dentro de um discurso nazista, cujos dizeres e ações correspondem a um FD específica. Pelo contrário, a personificação demonstra que o Brasil é que está preso nessa construção discursiva. Logo, apesar de existir um grupo com ideias divergentes, a instância ideológica predominante é a nazista.

Isso fica mais evidente pelos símbolos conterem uma espécie de espaço. Por meio dele, observamos que, quando se encerra um, logo em seguida já se tem outro, e outro, e outro, e assim por diante. Dessa maneira, reforça-se essa sobreposição de um discurso dentro do país. O tamanho do símbolo em relação à personagem também nos mostra o que Pêcheux (1988) nos diz sobre a luta de classes. Mais uma vez, vemos como se dá o processo de determinar discursivamente, pela materialidade, que o Brasil está subordinado a um governo com traços nazistas.

A Formação Ideológica, então, nos mostra como o discurso, dada a conjuntura, determinada pelo governo Bolsonaro – apesar de, em nenhuma das duas charges, aparecer a sua figura, nem estar atrelada diretamente à sua imagem –, os dizeres são determinados e construídos pela Formação Discursiva. E é isso que torna o país dominado por esta Formação Discursiva.

Voltamos ao princípio de como os papéis são construídos sócio-historicamente. Pelas charges, notamos como é vista a imagem do governo Bolsonaro, ou seja, a FD nazista não trata apenas desse condicionamento, mas acaba se tornando uma materialidade, no sentido de sair da forma abstrata e acontecer de forma concreta. Assim como acontece dentro da família, da religião, entre outras instâncias. Percebemos, assim, como a imagem do atual governo brasileiro é vista e, mais do que isso, foi construída dentro de um determinado imaginário social, como sendo nazista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Pêcheux (1988, p. 147), “a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo como dominante’ das

formações ideológicas de uma formação social dada”, sendo uma contradição de uma transformação constituída ideologicamente pela luta de classes. No caso das charges, percebemos que essa luta se dá entre os discursos bolsonaristas e nazistas que, nos textos gráficos, atravessam uma mesma Formação Discursiva. Ainda com base no autor, pode existir uma contradição dentro de uma FD. Contudo, apesar de, em um primeiro momento, parecer que se trata de processos discursivos distintos causando essa contradição, as charges mostram que as instâncias ideológicas constroem uma materialidade em comum pelo símbolo da suástica.

Notamos, por meio da análise, que se trata de Condições de Produção diferentes, afinal o nazismo se passa dentro de um contexto, enquanto as charges, em outro. No entanto, foi justamente por conta dessa mudança de CPs que se pôde perceber as repetições discursivas pela materialidade discursiva. E essa materialidade é responsável por determinar os efeitos de sentido, assim como construir a figura do governo Bolsonaro. Apesar desse não ser o foco do artigo, não podemos deixar de levar em consideração a quebra ideológica e discursiva da imagem do presidente da República.

Os discursos proferidos pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, como foi abordado, em diversos momentos ao longo de sua carreira política, fizeram apologias ao discurso nazista. Por meio dessas alusões, construíram-se, então, as instâncias ideológicas correspondentes a Bolsonaro. Mais do que isso, se pensarmos na concepção de desigualdade-subordinado apontada por Pêcheux (1988), direciona-se para retratar a divisão ideológica presente dentro do nosso meio social. Para o autor, quando significamos alguém, também nos significamos. Dessa maneira, quando Aroeira posiciona-se contra o discurso de Bolsonaro e faz uma crítica aos seus dizeres pelo texto gráfico, automaticamente cria-se a concepção ideológica de que não pertence àquele grupo social. O mesmo processo acontece quando o presidente busca censurá-lo e os demais chargistas realizam a “charge continuada”. Este processo se dá pela busca de configurar o que seria o “certo”, ou seja, desigualdade-subordinação, em que o mais “forte” teria um poder em relação ao mais “fraco”.

Ao considerar o caso de Aroeira, pela Formação Ideológica, um presidente dentro da sociedade tem mais autoridade, mais força em relação aos demais. Por isso, quando utiliza essa posição para tentar censurar a charge, há tanto uma quebra dessa figura presidencial, quanto uma luta para mostrar e assumir a posição de superioridade, deixando Aroeira, então, como subordinado. No entanto, quando ocorre o movimento dentro das redes sociais, a fim de demonstrar apoio ao chargista, notamos um processo parecido. Assim, os chargistas também buscam assumir um posicionamento de superioridade.

Ao observarmos os outros textos gráficos, notamos que, de forma geral, todos possuem um traço comum dado pela materialidade discursiva. É essa materialidade que causa o ato censor, por exemplo. Dessa maneira, as instâncias ideológicas não se dão apenas ao recuperar os discursos polêmicos de Bolsonaro, mas ao configurá-lo como pertencente a uma outra Condição de Produção dada, a qual determina uma Formação Ideológica e Discursiva de a suástica pertencer ao bolsonarismo.

Assim como foi abordado, o que causa um ato censor, tanto do presidente, quanto das redes sociais, é justamente o pré-construído. A suástica traz uma verdade discursiva e o contexto em que foi atribuída, no caso, a Segunda Guerra Mundial e todos os discursos que o atravessam, como preconceito, sexismo, homofobia etc. Quando analisamos a personificação do Brasil na charge de Alves, constrói-se a verdade de o país estar preso em um discurso nazista. Da mesma forma como somos determinados a recuperar o discurso do Bolsonaro para construir os efeitos de sentido, aqui, o processo se repete. Em nenhum momento há a caracterização do presidente, contudo, pela data de publicação e pelo contexto de publicação, as Condições de Produção determinam que o país está cercado por esse discurso, devido ao seu representante eleito.

A charge de Corrêa, por outro lado, traz a verdade, justamente, da luta ideológica das divisões políticas demarcada em nosso país. Os personagens que, de uma certa forma, tentam

defender o posicionamento de Bolsonaro, são representados à direita da charge, enquanto os outros, à esquerda. Como foi dito, por sermos atravessados o tempo todo por uma ideologia, ela se configura em uma não neutralidade. Logo, o posicionamento das personagens não ocorre por acaso, pois é a partir dessa disposição que construímos tais efeitos de sentido, bem como conseguimos recuperar os discursos. Em outras palavras, sempre acontecerá o processo da luta pelo “correto”. Novamente, é pela materialidade da suástica que se constrói o sentido, faz-se valer a justificativa das personagens, bem como realiza-se a divisão dos dois grupos.

Na charge de Lafayette, ao contrário das de Corrêa e Alves, há a caracterização de Bolsonaro. Pela charge, vimos que há mais de uma Formação Ideológica presente dentro de uma Formação Discursiva. Assim como na de Corrêa, por outro lado, também se constrói não só a figura do presidente, mas também a de seus apoiadores. De maneira geral, o símbolo da suástica carrega uma ideologia negativa e, ao associá-la ao país, ao presidente e ao grupo social, automaticamente determina como as posições de sujeito estão submetidos e submissos ao discurso nazista. Pelas charges, notamos como o discurso nazista não é o contrário do bolsonarista. Pelos textos, temos como uma verdade de que se trata de um mesmo discurso. As instâncias ideológicas o determinam como parte de uma mesma Formação Discursiva, configurando, então, a repetição de um discurso em uma outra conjuntura dada. Afinal, os traços ideológicos atravessam um processo discursivo em comum.

Apesar de serem considerações parciais, vemos como esses processos discursivos se repetem nas charges, mesmo com datas distintas de publicação. Acreditamos que é necessário um estudo mais aprofundado sobre o assunto, além da análise da forma como essa materialidade pode determinar as divisões e as lutas dentro do nosso meio social.

REFERÊNCIAS

- Bolsonaro, J. (2018). *Perfil do Twitter*. <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1053742269176651776>
- Brum, E. (2019). *Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Corrêa, R. (2018). *Perfil do Facebook*. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2702361349829746&set=pb.100001677230456.-2207520000..&type=3>.
- Courtine, J. (2014). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (Tradução de C. Birck, D. Martin, M. L. Meregalli, et al.). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Folha de S. Paulo. (2020). *Veja falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>.
- Jornalistas Livres. (2020). *Secretário de Cultura de Bolsonaro copia Goebbels em discurso*. <https://jornalistaslivres.org/exclusivo-secretario-da-cultura-de-bolsonaro-copia-goebbels-em%20discurso/?fbclid=IwAR0hDsaaPfvaA12YSEV9dpX5VUahMse5WKzIZ35mx8FrX9xul7XfFZUY7i8>.
- Magalhães, M. (2019). *Sob lutas e lágrimas: uma biografia de 2018*. Rio de Janeiro: Record.
- Mori, L. (2020). *Bolsonaro não pode justificar vídeos contra o Congresso como conversa pessoal, dizem constitucionalistas*. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51653384>.
- Oliveira, G. (2020). *O esforço de Bolsonaro para vigiar a mulher de perto*. Isto É. <https://istoe.com.br/o-esforco-de-bolsonaro-para-vigiar-a-mulher-de-perto/>
- Paulino, J. & Rocha, I. (2020). *Terrível semelhança: historiadores analisam vídeo de Alvim Entendendo Bolsonaro*. Isto É. <https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/01/17/terrivel-semelhanca-diz-historiador-da-arte-sobre-discurso-de-alvim/>.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (Tradução de Eni Orlandi). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Presidência Da República. (1983). *Lei Nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm.
- Ramos, P. (2020). *Perfil do Facebook*. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2814559992104187&set=pb.100006506410600.-2207520000..&type=3>.

Riani-Costa, C. F. (2001). *Linguagem & cartum... tá rindo do quê? Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil.

Samp, W. (2020). *Problemas & Depósito do Wes*. <https://www.facebook.com/depositodowes/photos/1025652727821289>

Serra e Gurgel, J. B. (1988). *Modismo linguístico: o equipamento falado do brasileiro*. *Dicionário de gíria*. Brasília: editado pelo autor.

Souza, M. (2020). *Chargistas denunciam tentativas de censura: como nos piores períodos da ditadura*. Brasil de fato. <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/chargistas-denunciam-tentativas-de-censura-como-nos-piores-periodos-da-ditadura>.

